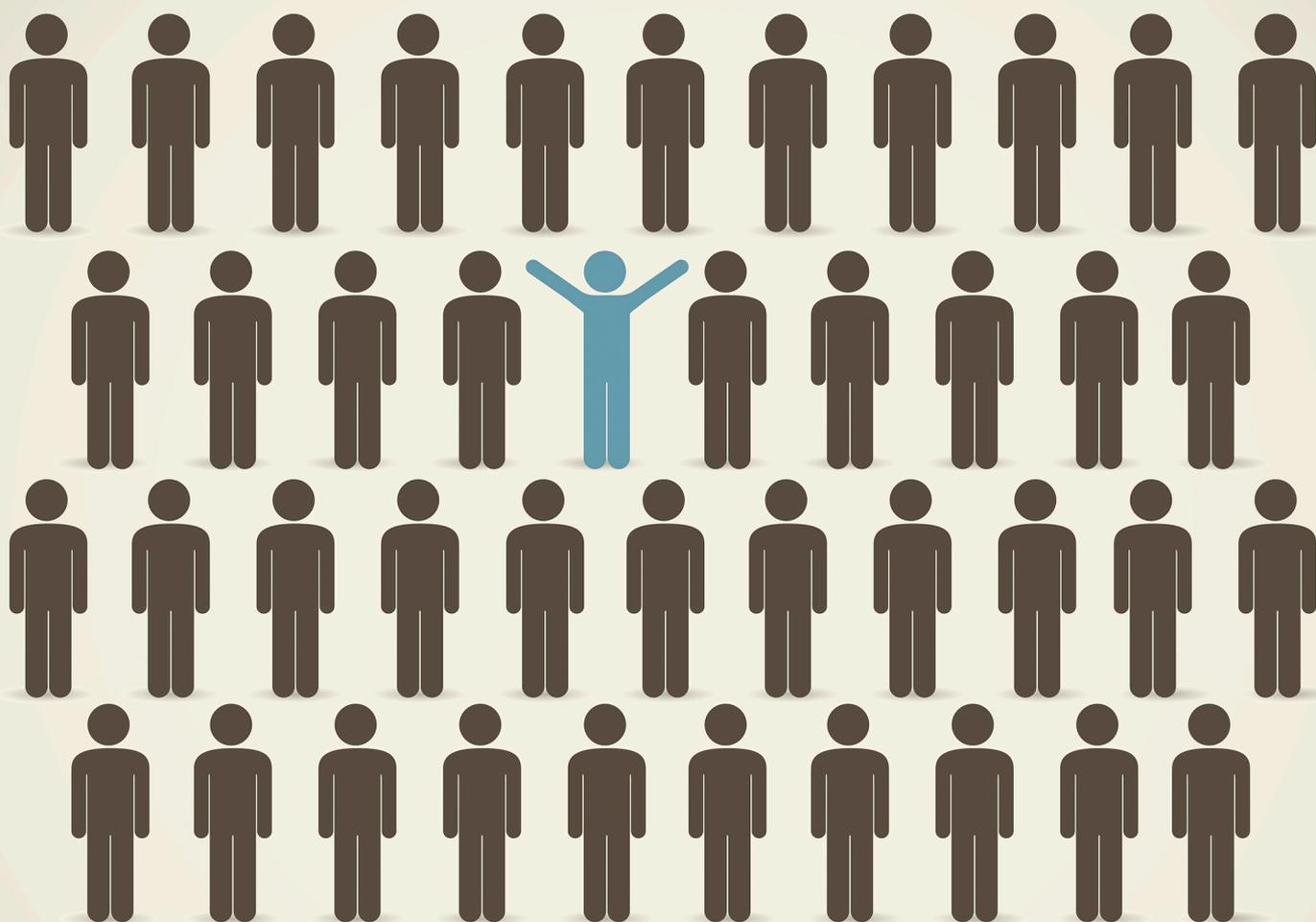


TENDÊNCIAS EPISTEMOLÓGICO-TEÓRICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

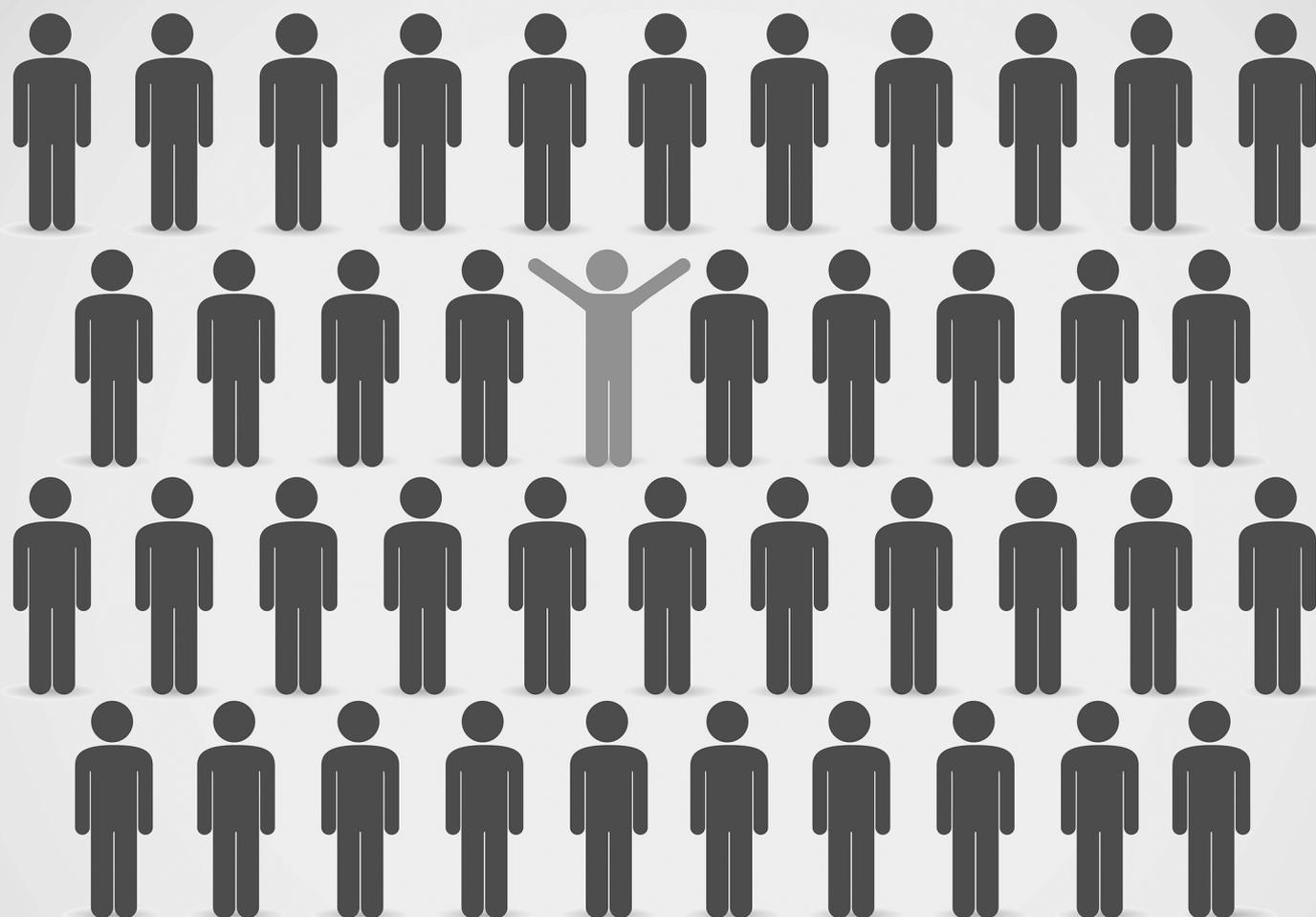
Denise Pereira
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2020

TENDÊNCIAS EPISTEMOLÓGICO-TEÓRICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

Denise Pereira
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T291	<p>Tendências epistemológico-teóricas das ciências sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-039-1 DOI 10.22533/at.ed.391201205</p> <p>1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Pereira, Denise.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A epistemologia transformou-se numa área relevante para as ciências sociais aplicadas, muitos pensadores e intelectuais têm dedicado parte de seu tempo para refletir este tema complexo e amplo, considerados como os mais importantes críticos, muitas vezes, até radicais no questionamento da ciência e da tecnologia, pois, as mesmas passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas. Vivemos um momento do triunfo da ciência. Tudo indica que é a civilização científico-técnica que elabora, sob medida, as condições ideais de nossa existência.

Etimologicamente, “Epistemologia” significa discurso (logos) sobre a ciência (episteme), (Episteme + logos). Epistemologia: é a ciência da ciência. Filosofia da ciência. É o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências. É a teoria do conhecimento.

A tarefa principal da epistemologia consiste na reconstrução racional do conhecimento científico, conhecer, analisar, todo o processo gnosiológico da ciência do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, interdisciplinar, político, filosófico e histórico.

O conhecimento científico é provisório, jamais acabado ou definitivo. É sempre tributário de um pano de fundo ideológico, religioso, econômico, político e histórico.

De modo geral, este tema é tratado em relação às Ciências Sociais aplicadas como um todo. Mas a ênfase na discussão epistemológica aqui apresentada será aplicada às Ciências Sociais para, a partir de tais análises, ser possível pensar a questão da pesquisa científica na investigação do fenômeno como um todo.

Espero que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
HISTÓRIA E LEGALIDADE DO TERCEIRO SETOR	
Marlene de Fátima Campos Souza	
Eric Matheus Cescon Smaniotto Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3912012051	
CAPÍTULO 2	15
INDICADORES GERENCIAIS DA SANESUL: ANÁLISE DO PLANO DE METAS E SUA APLICAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Rodrigo Custódio de Mello Sogabe	
Marco Antonio Costa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3912012052	
CAPÍTULO 3	32
INTERSECÇÕES PARA PENSAR AGÊNCIA IDENTIDADE E A EXPRESSÃO SOCIOPOLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	
Késia Marisla Rodrigues da Paz	
Reni Aparecida Barsaglini	
Marta Gislene Pignatti	
DOI 10.22533/at.ed.3912012053	
CAPÍTULO 4	43
MECANISMOS DE DESORDEM DA INFORMAÇÃO: A AUTONOMIA DOS INDIVÍDUOS DIANTE DA MANIPULAÇÃO DE FATOS E DADOS EM AMBIENTES DIGITAIS	
Marcus Vinicius de Souza Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.3912012054	
CAPÍTULO 5	49
MULHER, CORPO E MEMÓRIA: EXPERIÊNCIAS DE MOVIMENTOS DE MULHERES NEGRAS COM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE	
Ayni Estevão de Araujo	
Leila Rodrigues Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.3912012055	
CAPÍTULO 6	62
NEGOCIAÇÕES COM UM AGRUPAMENTO MILITAR ESTATAL: O INÍCIO DE UMA ETNOGRAFIA COM O CORPO DE BOMBEIRO	
Talita Cristina Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3912012056	
CAPÍTULO 7	72
O PENSAMENTO EXISTENCIALISTA SARTRIANO E AS CONTRIBUIÇÕES AO DIREITO DO TRABALHO: INTERSECCIONALIDADES EM DEBATE NA LUTA POLÍTICA DOS/AS TRABALHADORES/AS	
Guilherme Baggio Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3912012057	

CAPÍTULO 8	86
PAPEL DA COMISSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO NA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL	
Cristiane Cardozo Padilha	
DOI 10.22533/at.ed.3912012058	
CAPÍTULO 9	91
PARA ALÉM DA CRIATIVIDADE: OS PROCESSOS DE INOVAÇÃO EM SETORES CRIATIVOS E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES ÀS ÁREAS TRADICIONAIS DA ECONOMIA	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.3912012059	
CAPÍTULO 10	105
PERSPECTIVA CRÍTICA DA SITUAÇÃO SOCIAL DE VIDA, TRABALHO E SAÚDE DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	
Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos	
Bruna Carvalho Barros Rosa Nobre	
Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti	
Sílvia Maria Ferreira Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.39120120510	
CAPÍTULO 11	120
PLANEJAMENTO DA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL: INDICADORES E ESTRATÉGIAS PARA CAMPUS UNIVERSITÁRIOS	
Lucas Pinto de Carvalho	
Jose Ricardo Marar	
DOI 10.22533/at.ed.39120120511	
CAPÍTULO 12	135
PROCESSO DE INDEXAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DE USUÁRIOS: REFLEXÕES NECESSÁRIAS	
Bianca Borges da Silva	
Janiely Martins Florêncio Mota	
José Demétrio Bantim de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.39120120512	
CAPÍTULO 13	145
PROCESSO DECISÓRIO E NEGOCIAÇÕES: A INSERÇÃO DA RÚSSIA NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)	
Hiaman Rodrigues Silva Santos	
Janina Onuki	
DOI 10.22533/at.ed.39120120513	
CAPÍTULO 14	159
QUEM DISSE QUE BULLYING É COISA DE CRIANÇA? UMA REVISÃO SOBRE A INTIMIDAÇÃO SISTEMÁTICA NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO	
Mychelle Maria Santos de Oliveira	
Elizabeth Ribeiro Luz	
Dalila Sipaúba Rodrigues Moura	
Ana Maria da Cruz Souza Oliveira	
Sara Raquel Araújo Costa	
Maria Camila da Silva	
Adriana Ramos Queiroz	
Raimunda Nonata Melo Costa Simão	

Francisco Gabriel Santos de Oliveira
Raimundo Nonato Santos de Sousa
Jorge Henrique da Costa Abreu
Francisca Tatiana Dourado Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.39120120514

CAPÍTULO 15	173
REFLEXÕES ACERCA DE: MÍDIA, IDEOLOGIA E MITOS NA CONTEMPORANEIDADE	
Gabriel Papa Ribeiro Esteves	
DOI 10.22533/at.ed.39120120515	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	192
ÍNDICE REMISSIVO	193

HISTÓRIA E LEGALIDADE DO TERCEIRO SETOR

Data de aceite: 04/05/2020

Marlene de Fátima Campos Souza

Doutora em Ciências Sociais; Pró-Reitora do Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM).

Eric Matheus Cescon Smaniotto Alves

Graduando em Direito do Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM).

RESUMO: O Terceiro Setor integra expectativas importantes para aqueles que buscam nos projetos sociais uma nova perspectiva econômica. Para se desvencilhar da pragmática de dispensador de recursos econômicos em atividades sociais infundadas, sua renovação se baseia no emprego de atividades sociais estruturadas e apoiadas na captação de recursos públicos e privados, como novas ferramentas de desenvolvimento socioeconômico. Com a metodologia hipotético-dedutiva, esta pesquisa bibliográfica concentra-se em analisar, historicamente, o desenvolvimento do Terceiro Setor em âmbito mundial e nacional, demonstrando que o seu progresso está subscrito na história do Brasil. Em um segundo momento, conduz para a realidade do contexto social atual, a adequação e o incentivo na criação de novas organizações

sociais civis, almejando a solução das mazelas sociais por meio de políticas públicas vinculadas ao Terceiro Setor. Assim, com a concretização da criação destas organizações, fundamenta como objetivo principal a solução de problemas localizados, instrumentalizando e estimulando a sociedade civil com projetos sociais essenciais para o equilíbrio social. Nesse contexto, pontua todos os órgãos reguladores do Estado, suas especificações, pautando, de forma segmentada, todo procedimento adequado para a criação de uma instituição aos moldes da Lei do Terceiro Setor, findando com auxílio na busca de certificações para captação de recursos vinculados aos programas públicos e privados de incentivo.

PALAVRAS-CHAVE: História, Terceiro Setor, Regulamentação, Certificações.

HISTORY AND LEGALITY OF THE THIRD SECTOR

ABSTRACT: The Third Sector integrates important expectations for those who seek a new economic perspective in social projects. In order to get rid of the pragmatics of dispensing economic resources in unfounded social activities, its renewal is based on the use of structured social activities supported by the

raising of public and private resources, as new tools for socioeconomic development. Using the hypothetical-deductive methodology, this bibliographic research focuses on historically analyzing the development of the Third Sector at a global and national level, demonstrating that its progress is underwritten in the history of Brazil. In a second step, it leads to the reality of the current social context, the adequacy and the incentive in the creation of new civil social organizations, aiming at the solution of social problems through public policies linked to the Third Sector. Thus, with the creation of these organizations, the main objective is to solve localized problems, providing tools and stimulating civil society with social projects essential for social balance. In this context, all state regulatory bodies score, their specifications, guiding, in a segmented manner, every appropriate procedure for the creation of an institution along the lines of the Third Sector Law, ending with assistance in the search for certifications for raising funds linked to the public and private incentive programs.

KEYWORDS: History, Third Sector, Regulation, Certifications.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o desenvolvimento econômico e social brasileiro tem revelado um arranjo distinto dos processos econômicos tradicionais do Estado. Em geral, são mudanças locais, fato que pode acentuar a súbita impressão de inexistência das instituições; contudo, são justamente tais organismos que, socioeconomicamente, cooperam para o melhoramento social, solucionando numerosas lacunas deixadas pelo poder público neste país de dimensão tão vasta.

O centro desta análise, portanto, está no incentivo à criação e regulamentação das organizações sociais civis para a expansão do Terceiro Setor enquanto ferramenta econômica de políticas públicas na solução de problemáticas sociais.

Para tanto, propõe-se a sistemática necessária para as organizações sociais civis, desde a identificação das demandas locais e regionais; então, instiga a observação do indivíduo comum em sua vivência em sociedade, para que se torne um agente social ativo na resolução do contexto deficitário, sustentado pela regulamentação nas certificações sociais e pelo amparo orçamentário, por meio de programas federais de incentivo ao Terceiro Setor.

O Terceiro Setor demonstra para a coletividade que grupos dispostos a modificar o meio em que estão inseridos podem e devem buscar os mecanismos desta ferramenta econômica, em parceria e com o auxílio do poder público para, assim, implantar, nas pequenas porções da sociedade, um amparo técnico consistente, melhorando não apenas seu bairro, sua cidade, mas uma ampla parcela social, incentivando, igualmente, outros grupos de indivíduos e vinculando diferentes setores sociais, como empresas e prefeituras, a desempenharem o papel

de transformadores da sociedade, proporcionando um ambiente mais igualitário e humano.

Enfim, é preciso observar não apenas as particularidades técnicas, por vezes complexas; antes, é preciso conceber um olhar para o futuro das instituições, que atuam e se dedicam a elevar o patamar econômico do Brasil.

2 | ASPECTOS HISTÓRICOS DO TERCEIRO SETOR

2.1 Surgimento do Terceiro Setor como ferramenta Econômica

O termo Terceiro Setor remonta à década de 70, aos Estados Unidos da América; fundamentalmente é definido como o setor que não se adéqua ao Primeiro Setor onde opera o Estado, tampouco se ajusta ao Segundo Setor em que estão as entidades privadas. Smith (1991) esclarece que, no Terceiro Setor, encontram-se as organizações sem fins lucrativos, que desenvolvem o trabalho de produção ou distribuições de bens e serviços públicos.

O termo norte-americano, derivado de “Third Sector”, conseguia abranger por completo mencionada ferramenta econômica, pois, basicamente, concentrava organizações sem a finalidade de obtenção de lucro, geralmente com a pretensão da filantropia, não desconsiderando a possibilidade do intuito de desenvolvimento socioeconômico da localidade em que estavam inseridas, para o benefício de sua comunidade.

Com o tempo, o aspecto filantrópico do Terceiro Setor não deixou de existir, mas, em função do desenvolvimento deste mecanismo econômico no Brasil, seu campo de atuação dilatou-se significativamente, possibilitando a regulamentação de parcerias tanto com setor público quanto com o setor privado, se caracterizando de forma distinta de sua abrangência inicial, tanto nos mecanismos legais como naqueles de natureza social.

O Terceiro Setor brasileiro integra um mecanismo de desenvolvimento econômico avançado, apto a solucionar a deficiência estatal em inúmeras áreas de atuação do Estado; além disso, suas parcerias se estenderam para além do setor público, alcançando o âmbito privado, quando se caracteriza de modo mais consistente e fortalecido, oferecendo os direitos e as garantias fundamentais protegidos na Constituição Federal pelo art. 5º, desenvolvendo organizações nas áreas da educação, saúde, infraestrutura, meio-ambiente, assistência social. Alves (2002) pondera que o termo Terceiro Setor é um “guarda-chuva”, que abrange vários tipos de organizações ao mesmo tempo, sem deixar de incluir, também, o diferente marco teórico.

2.2 Marco inicial no Brasil

No Brasil, o Terceiro Setor como mecanismo econômico remete aos primórdios do descobrimento. No início, sem intuito de atingir grandes avanços, este setor econômico iniciou suas atividades com o empenho de instituições religiosas que tinham o objetivo de colocar em prática o princípio de caridade apreendido em sua crença, em sua dogmática.

Mais tarde, a atividade religiosa verteu para a economia uma alavanca contingencial, possibilitando a promoção de serviços públicos essenciais. Logo, no Brasil, o marco inicial do Terceiro Setor aponta para a fundação da primeira Santa Casa, inaugurada em Santos, no Estado de São Paulo, em 1530. Evidentemente, na época, não se encontra qualquer alusão ao Terceiro Setor; no entanto, originalmente, denotou semelhante concepção e sistemática àquela, manifestando como traço principal a participação de grupos de indivíduos da sociedade privada, unidos por um interesse em comum, na solução de uma problemática social.

Assim, ao invés do poder público fundar uma instituição com similar finalidade de prestação de serviços públicos, elegeu financiar a sociedade privada para oferecer um serviço de qualidade, com apoio de verbas públicas, mas com a administração de uma organização social civil: “[...] o termo Terceiro Setor é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela ideia de filantropia. Essa abordagem identifica o Terceiro Setor ao universo das organizações sem fins lucrativos” (FRANÇA FILHO, 2012). Isso, apesar de referida ferramenta econômica dispor da possibilidade de o Estado adequar as prestações de serviços públicos em muitos setores que se encontram em condições precárias.

Salamon (1998) defende que o Terceiro Setor chegou como um ator principal no cenário mundial, mas ainda está para marcar sua presença na consciência pública, no círculo de políticas, na mídia e na pesquisa acadêmica.

2.3 Desenvolvimento legal do Terceiro Setor

O ordenamento jurídico brasileiro não contempla fundamentação ao Terceiro Setor, acarretando inexistência de consenso quanto à sua definição; sua legalização no Brasil é indireta, regulamentando as instituições deste setor da economia sem, expressamente, regulamentar – em lei – sua atuação, fundamentando-se sua concepção em âmbito doutrinário teórico. Observe-se, pois, que, por conta de tal indefinição, quando utilizado, o significado de Terceiro Setor tende mais a confundir do que explicar (MÂNICA, 2007).

Além disso, analisando por outro ângulo, pode-se constatar outra faceta relativa à falta de definição doutrinária-teórica ao termo Terceiro Setor: apesar de, há muito, prestar benefícios sociais à comunidade, o número de estudiosos envolvidos na

questão ainda é reduzido, sendo inexecutável a descrição de uma conceituação unânime.

Diante de uma limitação, muitos aspectos serão retirados do seu alcance. Cardoso (2000) alerta para a possibilidade do conceito de Terceiro Setor caminhar pelo mesmo percurso histórico trilhado pela concepção de Terceiro Mundo, havendo a possibilidade de sua diferenciação interna se acentuar de tal maneira, que, no futuro, a designação não suprimir a urgência de um conceito unificador e identificador.

A prática da filantropia começou com a igreja católica, em 1530, quando da instalação da primeira Santa Casa; na ocasião, também atuaram outras igrejas, bem como associações de imigrantes. No início do século XX, em virtude da ausência de leis trabalhistas, surgiram as primeiras associações de trabalhadores de indústrias e os sindicatos, emergindo para resguardar os direitos dos trabalhadores em caso de morte, acidente ou desemprego.

Por conta das associações que visavam ao assistencialismo social, resultaram novas leis e órgãos públicos responsáveis pelo cadastramento e a fiscalização dessas instituições, como é o caso do Conselho Nacional do Serviço Social (CNSS), criado em 1938, regulamentando a assistência social no país, além das áreas de Saúde e Educação. Tal qual, a Lei 91, de 28 de agosto de 1935, que certifica até hoje instituições com a declaração de utilidade pública; esta, posteriormente, foi revogada pela Lei 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que estabelece regime jurídico das parcerias voluntárias.

Nota-se que tais mecanismos de regulamentação de entidades filantrópicas foram importantes para o desenvolvimento de instituições voltadas ao assistencialismo social. No final do século XX e começo do século XXI, porém, as associações vinculadas ao Terceiro Setor passaram a ser referenciadas em um novo conjunto de ordenamento legal como organizações sociais civis, tendo sua estruturação regulamentada em leis específicas para o Terceiro Setor, passando a ser descritas não apenas como associações filantrópicas, mas como organizações sociais com possibilidades de apresentarem um projeto de desenvolvimento social financiado pelo poder público federal, com o apoio de legislação federal.

A nova estruturação possibilitou que as organizações sociais civis passassem a desempenhar um papel efetivo na construção e no desenvolvimento de políticas públicas, viabilizando o recebimento de verbas públicas, preenchendo as lacunas sociais deixadas pelo Estado, por meio da instrumentalização legal e do investimento de verbas públicas.

Mânica (2007) analisa que, a atuação das entidades privadas sem fins lucrativos, qualificadas como organizações sociais civis, substituindo entidades públicas no desenvolvimento de atividades de interesse público, firmou-se o

processo de privatização, e não publicização. A propriedade, que antes era pública estatal, passou a ser pública não-estatal: ocorre, portanto, apenas um processo de transformação da propriedade estatal para a propriedade privada, ainda se mantendo destinada ao atendimento do interesse público.

Já no fim dos anos 90, foi sancionada a Lei 9.608/98, imanente ao voluntariado, bem como a Lei 9.637/98, que qualificava as entidades como organizações sociais, esta última, à época, bastante criticada, pois seu texto continha várias inconstitucionalidades. Não obstante, de toda legislação, a mais importante e que expressou mais benefícios nas parcerias público-privadas foi a Lei 9.790/99, ao protagonizar a qualificação e liberação de verbas federais para organizações sociais civis de interesse público (OSCIP), cuja redação facultou ao Estado celebrar convênios com instituições atuantes em vários setores da sociedade, não apenas na assistência social.

Além dessas leis procedentes da década de 90, nos anos vindouros, especificamente em 2014 e 2015, foram aprovadas duas leis retratando o papel do Terceiro Setor na sociedade brasileira. Ainda assim, tais regimentos não indicaram a definição teórica-doutrinária da ferramenta econômica, mantendo a ampla concepção. A primeira das leis deste rol a aparelhar as organizações sociais civis na conquista de verbas federais foi a Lei 13.019/14.

Buscando complementar e regulamentar os convênios com entidades privadas, na forma de isenção fiscal, aprovou-se a Lei 13.204/15. Em Heckert (2000), os principais atributos das organizações sociais civis são baseados em serem: sem fins lucrativos, voluntárias, formadas por pessoas comprometidas com a missão, inovadoras, rápidas e próximas à comunidade. Entretanto, a observação da prática de algumas entidades comprova que nem sempre estão contempladas tais propriedades, que descreveriam mais um ideal de organização elaborado pelo autor do que verdadeira realidade do setor.

3 | MECANISMOS PRÁTICOS E DOCUMENTAIS DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS CIVIS

3.1 Fundação das organizações sociais civis

A necessidade da existência de organização social civil, em geral, irrompe de uma demanda social delimitada em um bairro, uma cidade, uma região coabitada pelos agentes sociais fundadores da organização, que assistem ou, mesmo, vivenciam a situação-problema, fato que, amiúde, conduz esses indivíduos à solução da problemática social por meio do voluntariado.

Uma associação torna-se apenas aparato técnico diante da grandeza da

prestação de benefícios sociais que as organizações desempenham. Laville (2000) entende que, frequentemente, isso ocorre pela falência do Estado em cumprir seu dever ante as demandas minoritárias ou, mesmo, pelos fracassos do setor privado quanto à redução das assimetrias informacionais.

A regulamentação das Fundações está no Código Civil, art. 62 (incisos de I a IX), determinando que as políticas públicas mantidas pelas fundações sejam vinculadas à solução de problemáticas sociais específicas das áreas de assistência social, cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; educação, saúde, segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente; promoção do desenvolvimento sustentável, pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos; atividades religiosas.

3.2 Regulamentação de Ata da Assembleia Geral de Fundação da Organização Social Civil

A associação encontra-se regulamentada no Código Civil, arts. 53 a 61, sendo instituída pela ata de assembleia geral de fundação. Ademais, para as organizações sociais civis, é adequada a Lei 13.019/14.

A regulamentação específica de uma ata de assembleia geral de fundação consta no Código Civil, art. 45, que discorre sobre a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado.

Para tanto, a organização social civil começa a existir quando se apresenta o primeiro registro do ato constitutivo, ou seja, que o registro da ata de assembleia geral de fundação e do estatuto da organização social civil tenham sido aprovados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

A ata de assembleia geral de fundação discorre sobre os primeiros atos da associação (organização social civil), mas, antes de qualquer procedimento, os representantes da nova associação devem publicar, com antecedência de, pelo menos, 30 dias da data marcada para a assembleia geral, em um jornal de grande circulação na localidade da associação, um edital de convocação para assembleia, com horário, local, data e, principalmente, a motivação da assembleia geral de fundação.

No informativo, deve-se pontuar toda a pauta de discussão da assembleia, que será, primeiramente, a fundação da associação, a aprovação do estatuto social e, por fim, a eleição e posse da primeira diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Administrativo da nova organização social civil. Após tais aspectos iniciais, deve-se

qualificar os sócios fundadores com nome completo, nacionalidade, estado civil, profissão; endereço completo de residência/domicílio; RG e CPF.

No registro, também é necessário indicar os objetivos da nova associação, as possíveis dificuldades futuras e o compromisso de todos os membros na solução daquelas. Deve-se discorrer, ainda, acerca da escolha da sede e seu endereço, da escolha da diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Administrativo, listando os membros fundadores eleitos e a função ocupada no decorrer da vigência do cargo.

O documento, então, é datado com a vigência do mandato e celebrado por todos os membros. Apenas a assinatura do presidente é indispensável para o reconhecimento de firma no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, juntamente com a subscrição do advogado que revisou o documento.

3.3 Regulamentação de Estatuto Social

O Estatuto Social de uma associação é um procedimento previsto nos arts. 46 a 52 do Código Civil, que prescrevem todos os tópicos a serem consignados; para as organizações sociais civis, importante que referido documento esteja amoldado à Lei 13.019/14.

A abertura do documento é reservada ao nome da associação e sua abreviação na sequência. Após o cabeçalho, o estatuto será dividido em capítulos; a título de exemplo: I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS; II - DOS ASSOCIADOS; III – DA ADMINISTRAÇÃO; IV – DO PATRIMÔNIO; V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Para melhor visualizar cada um destes itens:

I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS: Este capítulo identifica a pessoa jurídica da associação, pontuando suas particularidades; local da sede e finalidades sociais que a instituição apresentará para a sociedade beneficiária. Aqui, a associação firmará as áreas de atuação de seus projetos sociais, tais como: saúde, assistência social, infraestrutura, meio ambiente, entre outras. Importante recordar que, em algumas áreas, como serviços médicos hospitalares, por exemplo, a associação precisará do certificado de outras instituições, como, no caso, do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), responsável, pela Lei 3.268, na regulamentação de instituições prestadoras de serviços específicos na área da saúde. Logo, neste capítulo, a organização social civil deve mencionar a generalidade na prestação de seus serviços sociais, sem discriminações, pois, com o recebimento de verbas públicas, a associação deve se basear no regramento de caráter público, ou seja, para todos.

II – DOS ASSOCIADOS: Neste tópico, são qualificados os sócios, distinguidos como fundadores, contribuintes e benfeitores. Fundadores são os participantes da assembleia geral de fundação, aqueles que assinaram o livro ata, promulgaram o primeiro estatuto e elegeram a primeira diretoria da associação. Os sócios contribuintes podem ser pessoas físicas ou jurídicas que se vincularam à

associação após a sua fundação e que contribuem com quantia financeira, de forma regular e contínua. Já os sócios beneméritos são aqueles que, devido à vultuosidade de suas doações ou por participarem de forma ativa e voluntária nas atividades da associação, receberam tal título. Após a qualificação dos sócios, este capítulo realiza a pontuação de todos os direitos e deveres do associado dentro da associação.

III – DA ADMINISTRAÇÃO: Esta parte legitima os órgãos de deliberação superior e de direção da associação – Assembleia Geral, Conselho Administrativo, Diretoria e Conselho Fiscal –, bem como suas competências no desenvolvimento das atividades cotidianas, além dos direitos e deveres dos associados em suas funções e do tempo de mandato dos cargos.

IV – DO PATRIMÔNIO: A principal finalidade deste item está na regulamentação patrimonial da associação, declarando os principais meios utilizados para captação de recursos, ou seja, quais as fontes destes recursos; são, ainda, relacionados os responsáveis na administração e empregabilidade dos recursos. Neste momento, também é regulamentando o destino do patrimônio, em caso de possível extinção das atividades da associação.

V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: No último capítulo do Estatuto Social, expõem-se os aspectos gerais da associação, como, por exemplo, uma possível remuneração dos membros da Diretoria, a publicação de relatórios financeiros (divulgados anualmente) em Diário Oficial, a conferência de Títulos Honoríficos pela associação, entre outros aspectos relevantes para o funcionamento da organização.

Ao término das disposições gerais, deve constar a data da Assembleia Geral em que o Estatuto Social foi aprovado e sua entrada em vigor a partir de então. O presidente assina o documento e reconhece sua firma, juntamente o advogado que revisará o texto subscrever-se-á.

3.4 Operação de Registro em Cartório de Pessoas Jurídicas

O próximo procedimento regulamentado pela Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, dispõe sobre os registros públicos e será realizado pela diretoria da associação, após os trâmites anteriormente descritos. Ressalte-se que, para tal ato, também haverá um requerimento do secretário da associação para o cartório responsável pelo registro. Para este documento, é suficiente a assinatura do residente da associação, com firma reconhecida.

Seguidas essas minúcias, a diretoria da associação submeterá o documento ao cartório escolhido, mediante cobrança de taxas regulares e, se necessário, complemento de valores, por revisão, ao final do procedimento; sobre os valores, variam de região para região. Analisando o documento, o cartório pode requisitar adequações no Estatuto, na Ata de Fundação ou em disposições complementares.

Finalmente, ajustadas as exigências cartorárias, a organização social civil possuirá a documentação necessária para iniciar o processo de registro do seu CNPJ na Receita Federal.

3.5 Operação de Registro na Receita Federal – CNPJ

O Registro de Pessoa Jurídica, como é o caso de uma associação, encontra-se regulamentado pela instrução normativa RFB 1863, de 27 de dezembro de 2018. A abertura do procedimento na Receita Federal é pelo preenchimento do cadastro da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Rede Sim), prescrito na Lei 11.598/07. Para tanto, acessa-se o sítio eletrônico da Receita Federal, localiza-se a página do Coletor Nacional, que cadastra todos os dados de pessoa jurídica do Brasil, integrando o cadastro com o sistema de juntas comerciais, cartórios, simultaneamente ao sistema da OAB, abrangendo todos os órgãos de registro, como informado nos serviços do próprio website: “O aplicativo Coletor Nacional reúne dados de interesse para todos os órgãos envolvidos no processo de registro e legalização de pessoas jurídicas”.

Após consulta prévia e adequação dos pré-requisitos, entra-se no Coletor Nacional (Rede Sim) e relacionam-se dados, registros e inscrições, concretizando o cadastro, com posterior análise da documentação e conclusão do processo de cadastro para, enfim, o consentimento do CNPJ. Seguindo para a última fase do processo, a organização social civil, já cadastrada, adquire a licença para desempenho de suas atividades.

3.6 Registro de alvará de funcionamento

O registro de alvará de funcionamento da associação será solicitado na Prefeitura Municipal de sua sede. O documento é pautado na Lei 13.425/17, que dispõe diretrizes de segurança de estabelecimentos e edificações em áreas públicas; no caso, refere-se à sede da associação no município. Com o preenchimento do cadastro e entrega da documentação obrigatória, a associação obtém o alvará de funcionamento.

4 | LEIS DE REGULAMENTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS CIVIS E RECONHECIMENTO COM AMPARO DE VERBAS FEDERAIS

4.1 Etapa de reconhecimento da Lei 13.019/14, em nível Municipal, Estadual e Federal das organizações sociais civis

A Lei 13.019/14 é uma lei federal válida para todo território nacional. Para

que a associação inicie suas atividades como organização social civil, sob o amparo desta lei em âmbito municipal, esta deve ser adaptada e promulgada como deliberação municipal. Assim, após o registro municipal na ampliação das atividades da associação, pode almejar, também, o registro em nível estadual, na busca de verbas e convênios para com Estado. E o benefício maior das organizações sociais civis em esfera nacional é o favorecimento de convênios e verbas em nível federal, com certificações como Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP) ou a Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), salientando que, em se tratando dessas certificações, é necessária a apresentação de pré-requisitos regulamentados pelas Leis 9.790/99 (OSCIP) e 12.101/09 (CEBAS).

4.2 Etapa de Certificação de Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP)

Uma OSCIP é certificada pela Lei 9.790/99 e pelo Decreto 3.100/99; tal qualificação, no entanto, requer que esteja em funcionamento regular há, no mínimo, 3 anos, e que os objetivos sociais e as normas estatutárias atendam aos requisitos legais. Além disso, referido benefício apenas será útil para entidades que pretendam termo de parceria também previsto na Lei 9.790/99. Observe-se que a finalidade única da qualificação como OSCIP está em firmar parceria com poder Público. Tal ato deve ser pleiteado, diretamente, no Protocolo-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública ou por meio de postal enviado para a divisão de administração. Todas as orientações estão detalhadas no site da Receita Federal.

4.3 Etapa de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS)

Para que uma associação receba o CEBAS, demanda pré-requisitos previstos na Lei 12,101/09. Para a legislação, o CEBAS deve ser concedido para pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social, com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social. Tais entidades também devem atender ao princípio da universalidade do atendimento, ou seja, não discriminar nem restringir atendimento a nenhum indivíduo; ser pública e para todos.

Em uma regularização técnica, a entidade deve ter, no mínimo, 12 meses de constituição, bem como prever, em sua fundação, a destinação de seu patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas, em caso de dissolução ou extinção. Logo, ao conquistar a certificação do CEBAS, a entidade terá como benefícios principais a imunidade tributária, o parcelamento de dívidas de tributos federais e a prioridade na celebração de termos de convênio com o poder público. Por esses motivos, o CEBAS significa uma concessão muito

importante para a organização social civil, uma vez que favorece a entidade com benefícios essenciais para o seu desenvolvimento.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todo o processo de constituição das organizações sociais civis estruturado neste estudo, pode-se concluir que o desenvolvimento das instituições vinculadas ao Terceiro Setor não se distingue de outras associações que buscam um objetivo comum. Porém, é preciso mencionar que a regulamentação das instituições amparadas pelas leis reservadas ao Terceiro Setor deve estar adequada e estruturada nos moldes apresentados, para que possam ter acesso aos recursos previstos ou, mesmo, buscar recursos concedidos pelas certificações públicas.

A contingência de alcançar o auxílio de verbas oriundas de leis federais por conta das certificações, sem dúvida, é o maior incentivo para uma associação que deseja participar, em conjunto com o Estado, do desenvolvimento econômico do país.

A relevância desta pesquisa está em ir ao encontro das necessidades e dificuldades vivenciadas pelos agentes sociais ativos que buscam regulamentar suas instituições, sobretudo diante de situações que, a princípio, se configuram como insolúveis.

As instituições vinculadas ao Terceiro Setor são essenciais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, por isso não podem esmorecer em função de problemas documentais; toda a intenção da prática do bem social é sublime em qualquer contexto vivido. Por mais longínqua e difusa que se delineie uma oportunidade, as condições de concretização do desenvolvimento de uma organização social civil são concretas. Nesse cenário, que sejam intensificados os esforços, buscadas parcerias; o auxílio haverá e a realidade do trabalho empreendido igualmente.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. **Terceiro Setor**: as origens do conceito. In: ENANPAD 2002, 2002, Salvador. Anais do ENANPAD 2002, 2002.

BRASIL. Coletor Nacional. **Lei 11.598, de 3 de dezembro de 2007**. Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - Disponível em: <<http://www.redesimples.gov.br/servicos/coletor-nacional>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999**. Regulamenta a Lei 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-atendimento/entidades/oscip#4>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei 13.204, de 14 de dezembro de 2015**. Altera a Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13204.htm>. Acesso em: 01 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm>. Acesso em: 01 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Acesso em: 01 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: <<https://gremiosudeste.wordpress.com/2009/11/23/lei-do-voluntariado-lei-9-06898-e-modificacoes/>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei 525, de 1º de julho de 1938**. Institui o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país.

BRASIL. **Instrução Normativa RFB 1863, de 27 de dezembro de 2018**. Publicada no DOU de 28/12/2018, seção 1, p. 06 - O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 430, de 9 de outubro de 2017, e na Instrução CVM 560, de 27 de março de 2015.

BRASIL. **Lei 13.425, de 30 de março de 2017**. Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 9.637, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9637.htm>. Acesso em: 01 mar. 2020.

BRASIL. **Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Esta Lei entrará em vigor em todo o território nacional no dia 1º de julho de 1975.

BRASIL. **Lei 3.268, de 30 de setembro de 1957**. Dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 91, de 28 de agosto de 1935**. Regulamento (Vide Decreto 60.931, de 1967). Revogada pela Lei 13.204, de 2015.

BRASIL. Receita Federal. **Lei 11.457, de 16 de março de 2007**. Dispõe sobre a Administração Tributária Federal. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

CARDOSO, R. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E. B. (org.). **Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado**. São Paulo: GIFE/Paz e Terra, 2000, p. 08.

FRANÇA FILHO, G. C. de. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular**: traçando fronteiras conceituais. Salvador: Bahia Análise & Dados, v. 12, n. 01, p. 09-19, 2002.

HECKERT, C. R.; SILVA, M. T. Qualidade dos serviços em organizações do Terceiro Setor. In: **II Seminário de Terceiro Setor: cidadania e voluntariado**, 2000, São Leopoldo/RS. II Seminário de Terceiro Setor: cidadania e voluntariado. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

LAVILLE, J. L.; EME, B. Pour une approche pluraliste du tiers secteur. *Mana, Revue de Sociologie et d'Anthropologie*, Paris: Presses Universitaires de Caen, n.7 (dossier: France/Brésil Politiques de la question sociale), p. 166, premier sem. 2000.

MÂNICA, F. B. Panorama histórico legislativo do Terceiro Setor no Brasil: do conceito de Terceiro Setor à Lei das OSCIP. In: OLIVEIRA, G. (org.). **Terceiro Setor, Empresas e Estado**: Novas Fronteiras entre o Público e o Privado. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 163-194.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. **The nonprofit sector in the developing world**. Manchester: Manchester University Press, 1998.

SMITH, D. H. Four Sectors or Five? Retaining the Member-Benefit Sector. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 20, n. 2, 1991, p. 137-150.

INDICADORES GERENCIAIS DA SANESUL: ANÁLISE DO PLANO DE METAS E SUA APLICAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 16/03/2020

Rodrigo Custódio de Mello Sogabe

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campo Grande – Mato Grosso do Sul
<http://lattes.cnpq.br/9448266203189242>

Marco Antonio Costa da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campo Grande – Mato Grosso do Sul
<http://lattes.cnpq.br/2097234122363075>

RESUMO: A Sanesul se faz presente em 68 municípios atuando na prestação de serviços, oferecendo água potável e também de tratamento de esgoto. No ano de 2008 iniciou seu Plano de Metas, onde estipulava indicadores para todas as localidades que deveriam cumprir com os valores estipulados, e em troca, receberiam gratificação. Contudo, o que se verifica é que muitas localidades não conseguem atingir as metas, há uma falta de ligação com a realidade das localidades que gera uma desmotivação dos funcionários. Logo, o objetivo deste estudo foi verificar os modelos e métodos de gerenciamento das localidades, mais especificamente, da utilização, análise

e avaliação de indicadores, bem como sua aplicabilidade, relação com a gratificação e impacto nos serviços prestados.

PALAVRAS-CHAVE: Indicador. Sanesul. Gratificação. Localidades.

**SANESUL MANAGEMENT INDICATORS:
ANALYSIS OF GOALS PLAN AND YOUR
APPLICATION ON MATO GROSSO DO SUL
STATE**

ABSTRACT: The Sanesul make his presence in 68 counties acting on the services provision, offering potable water and also sewage treatment. In 2008 began your Goals Plan, which stipulated indicators, where the localities in turn should accomplish with the stipulated values, and in return they would receive a gratification. However, what verify is many localities cannot achieve the goals, there is a lack of connection with the reality of the localities that create a desmotivation of the employees. Therefore, this study objective was to check the models and methods of management of their localities, more specifically the utilization, analysis and rating of indicators, as well as your applicability, relationship with gratification and impact on services rendered.

KEYWORDS: Indicator. Sanesul. Gratification. Localities.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O mercado ao longo dos anos tem se tornado cada vez mais competitivo e uma oferta de serviço cada vez mais restrita e disputada. Isso levou as empresas a buscarem maneiras de se sobressair, buscando modelo e métodos de gestão aumentassem a eficiência a eficácia. Esse movimento de modernização da gestão, no entanto, também tem se constituído como alvo das organizações públicas. No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, Luis Carlos Bresser implantou a gestão pública gerencial. As empresas estatais também tiveram que buscar avanços gerenciais no intuito de manter um nível de prestação de serviço adequado às demandas da sociedade.

A SANESUL - Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul, foi criada em 26 de janeiro de 1979, almejando melhorar a qualidade de vida da população sul-matogrossense, através de ações de saneamento básico e esgotamento sanitário, por meio do decreto estadual nº 71/79. Trata-se de organização pública, com autonomia administrativa e financeira, passando a fazer parte da Administração Indireta, vinculada ao Poder Executivo Estadual. Posteriormente, foi transformada em Sociedade Anônima de Economia Mista, isso em 12 de maio de 1994, pela Lei Estadual 1.496/94, sendo este seu status jurídico até os dias atuais.

Atualmente presta serviços a 79 localidades no Estado, sendo 68 municípios e 9 distritos, buscando levar serviços de saneamento da mais alta qualidade para seus clientes.

Com o objetivo de tornar sua gestão mais adequada, a Sanesul deu início ao seu Plano de Metas no ano de 2008 com a criação de um programa de indicadores que tinha como objetivo de propiciar um gerenciamento mais efetivo de suas atividades, sobretudo nas Regionais e localidades onde o serviço é efetivamente prestado.

A utilização de indicadores de desempenho buscou fomentar a capacidade e o trabalho das Regionais além reduzir pontos negativos que a empresa possui, sobretudo no desperdício de água.

A Sanesul exerce suas atividades no Estado de Mato Grosso do Sul e se encontra subdivididas em 10 regiões, chamadas Regionais que são responsáveis pelas respectivas localidades: Regional Dourados: Douradina; Dourados; Fátima do Sul; Indápolis; Itanhum; Itaporã; Maracajú; Nova Alvorada do Sul; Rio Brillhante; Vicentina; Vila São Pedro; Vila Vargas. Regional Ponta Porã: Amabai; Antonio João; Aral Moreira; Coronel Sapucaia; Laguna Caarapã; Paranhos; Ponta Porã. Regional Três Lagoas: Água Clara; Bataguassu; Brasilândia; Ribas do Rio Pardo; Santa Rita

do Pardo; Selvíria; Três Lagoas. Regional Coxim: Alcinópolis; Camapuã; Coxim; Figueirão; Pedro Gomes; Pontinho do Cocho; Rio Negro; Rio Verde de Mato Grosso; Sonora. Regional Jardim: Bonito; Caracol; Guia Lopes da Laguna; Jardim; Nioaque; Porto Murtinho; Sidrolândia. Regional Corumbá: Corumbá; Ladário. Regional Paranaíba: Aparecida do Taboado; Chapadão do Sul; Inocência; Paranaíba. Regional Nova Andradina: Anaurilândia; Angélica; Batayporã; Deodápolis; Ipezal; Ivinhema; Jateí; Nova Andradina; Nova Casa Verde; Novo Horizonte do Sul; Taquarussu. Regional Aquidauana: Anastácio; Aquidauana; Bodoquena; Cicolândia; Dois Irmãos do Buriti; Miranda; Terenos. Regional Naviraí: Caarapó; Eldorado; Iguatemi; Itaquirai; Japorã; Juti; Mundo Novo; Naviraí; Sete Quedas; Tacuru.

Antigamente denominada Regional Campo Grande, após a perda da concessão da capital a SANESUL, foi transformada na Administração Central que dá suporte e todo o apoio necessário para que as Regionais possam executar os seus serviços, conforme demonstrado na Figura 1.

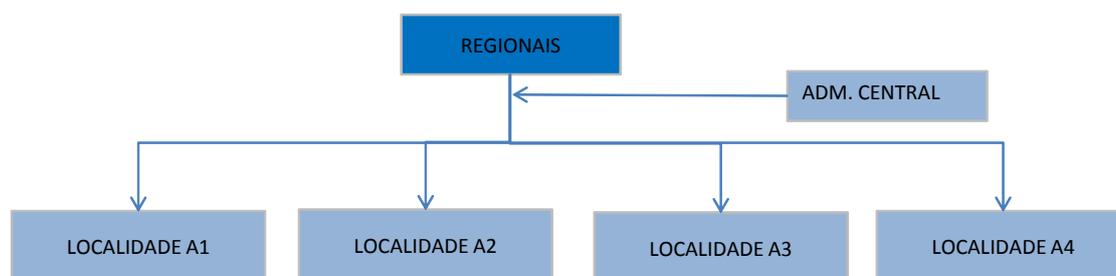


FIGURA 1: Fluxograma de funcionamento e suporte das regionais

Fonte: Elaborado pelo autor.

Logo a Administração Central também possui indicadores a serem atingidas. Destaca-se, contudo que a Administração Central depende da atuação das Regionais para atingir suas metas e receber a gratificação.

Após inúmeras transformações, atualmente o organograma da empresa se encontra conforme Figura 2.

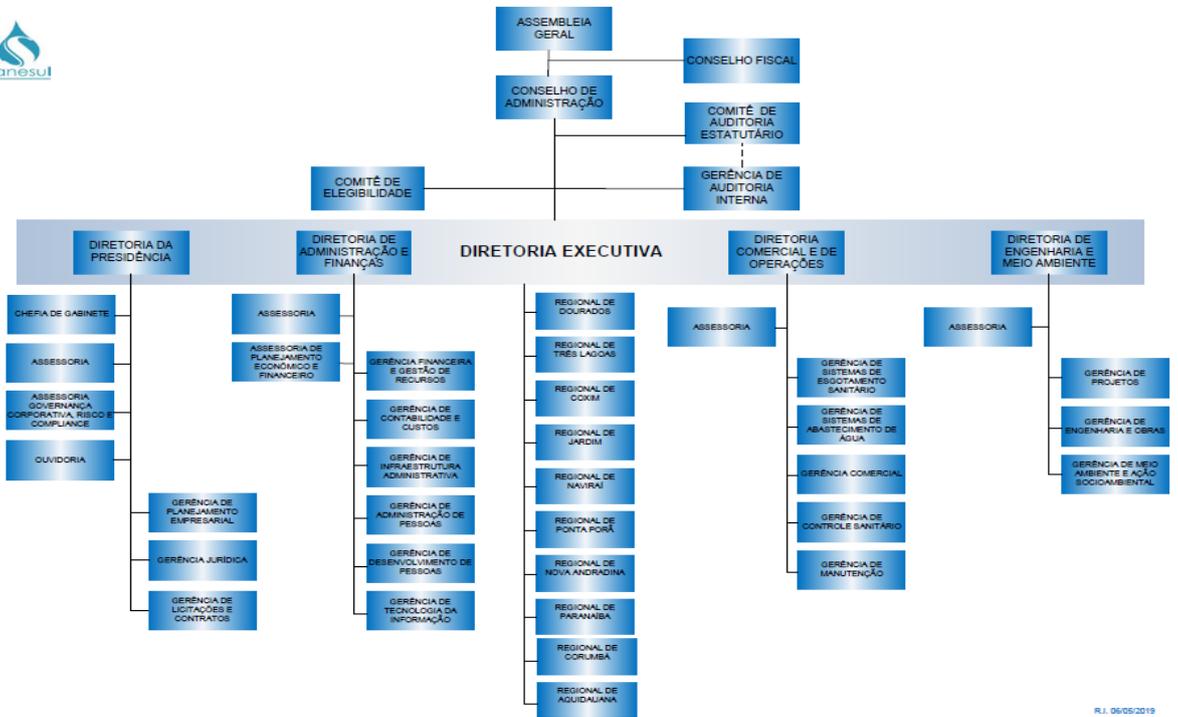


FIGURA 2: Organograma da Sanesul.

Fonte: Intranet Sanesul (2019)

Conforme se observa, as Regionais são independentes, não estando ligadas a nenhuma Diretoria, tendo as demais Gerências e Assessorias o objetivo de trabalhar para o bom atendimento ao cliente, logo trabalham dando o suporte necessário para o funcionamento cada vez mais efetivo das Regionais e suas respectivas Localidades.

Considerando que o problema do indicador a ser utilizado na Sanesul consiste na dificuldade encontrada por inúmeras Regionais em não conseguir cumprir com os objetivos propostos, esse trabalho tem como objetivo elaborar uma revisão do método utilizado, seu impacto e os efeitos gerados nas localidades. Também, como objetivo secundário, irá realizar um comparativo entre as localidades, buscando assim, entender a diferença de trabalho entre elas.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

São inegáveis as mudanças econômicas, culturais, tecnológicas, comerciais e intelectuais que a globalização trouxe para o mundo, principalmente a partir da década de 1990. Coutinho (2016) define pontos importantes de transformação gerados pela globalização, chamada também de Terceira Revolução Industrial: “1) Peso crescente do complexo eletrônico; 2) Um novo paradigma de produção industrial - automação integrada flexível; 3) revolução no processo de trabalho; 4) transformação das estruturas e estratégias empresariais; 5) as novas bases da

competitividade; 6) a globalização como aprofundamento da internacionalização; e 7) as alianças tecnológicas como nova forma de competição”.

Seguindo a mesma ideia de raciocínio, Helena Lastres (1997) cita os principais pontos do processo de globalização: a adesão de um rol de países a políticas de cunho (neo) liberal e a ampla difusão das tecnologias de informação e comunicação, permitindo melhores meios técnicos para assim promover a ruptura radical na extensão e velocidade dos contatos e de trocas de informações possíveis entre diferentes atores.

A mesma autora ainda explana sobre a importância das evoluções técnicas, organizacionais e institucionais, nos processos de globalização, facilitaram principalmente a montagem e operação de redes e sistemas que são geridas em escala globalizada. Tal gestão aumentou consideravelmente a eficácia da circulação de bens, serviços, informações, valores e símbolos culturais.

O Brasil, inserido no mercado capitalista e globalizado pós Segunda Guerra também é influenciado por tais movimentos. Conforme relatam Albuquerque e França (1998) “o ambiente empresarial brasileiro vem se tornando intensamente competitivo em virtude das profundas mudanças que vêm ocorrendo na economia mundial, nas relações sociais e políticas, na tecnologia, na organização produtiva, nas relações de trabalho e na própria inserção do elemento humano no tecido social e produtivo”. Os autores ainda relatam que tais mudanças, devido a abertura abrupta do mercado brasileiro, tiveram maior impacto e buscaram reduzir e reorientar o papel do Estado na economia do Brasil.

Verificando tais transformações, sobretudo no âmbito empresarial, novas teorias e técnicas surgiram tanto em decorrência da globalização como muitas delas por sua vez alavancaram tais mudanças, onde muitas vezes há uma linha tênue de onde cada ideia possa ter surgido. Delimitando ainda mais, pode-se citar uma das grandes teorias, pensamentos que buscaram ampliar os meios de produção das empresas, ao ponto de ao mesmo tempo melhorar o produto e diminuir seus custos: a Administração da Qualidade e seus indicadores de desempenho.

A Administração da Qualidade não se limita a apenas empresas privadas, mas todo e qualquer tipo de organização. Ela proporciona uma busca por uma maior produtividade e também um aumento de valor agregado aos produtos e serviços. Para tanto ela se ampara em diversas técnicas para aferição e controle do desempenho das empresas.

A Teoria Matemática e sua ciência administrativa em bases lógicas e matemáticas, surgiu após a Segunda Guerra Mundial e sua utilização na Pesquisa Operacional. Seu uso na estratégia militar abriu espaço para que a teoria passasse a ser utilizada por organizações públicas e privadas após 1945.

Conforme Chiavenato (2014) explica, os autores matemáticos tiveram grande

relevância, sobretudo quando se trata da contribuição da utilização de indicadores financeiros e não financeiros a fim de medir ou avaliar o desempenho das organizações, seja total ou parcialmente. O autor ainda reitera os sinais vitais de uma organização são seus índices de desempenho pois eles permitem mostrar as ações da empresa e os respectivos resultados.

Conforme Tatikonda (1998) citado por Fischmann e Zilber (1999) ressalta que a sistematização de medidas de desempenho faz parte do controle da administração. Tal sistema acaba por refletir a cultura organizacional e demonstra a efetividade do trabalho desde que as medidas de desempenho reflitam a competitividade e suas variações.

Maria do Socorro e Helena Correa (1994) explicitam bem sobre o conceito de qualidade quando voltado para o setor público. Enquanto no âmbito privado a qualidade impacta na produtividade, na esfera pública ela está voltada para a questão da cidadania, pois partindo do ponto em que a função da administração pública é prover a sociedade com bens e serviços que necessita os cidadãos, ao pagarem impostos e taxas, esperam, em contrapartida, receber serviços públicos com qualidade correspondente a sua contribuição. Logo o aumento da cidadania tem levado as pessoas a cobrarem uma maior efetividade do setor público.

Os indicadores também se tornam vitais na medida em que podemos considerá-las como informação, que por sua vez passa a ter papel estratégico fundamental na prestação dos serviços. Humberto Lesca (1994, p.67) retrata muito bem a importância para as empresas “A informação é um vetor estratégico importantíssimo, pois pode multiplicar a sinergia dos esforços ou anular o resultado do conjunto dos esforços”.

Com o avanço das Teorias gerenciais e a implementação da Administração Pública Gerencial, os órgãos públicos (no âmbito Federal, Estadual e Municipal) passaram a buscar metodologias, modelos e técnicas que pudessem melhorar a sua eficiência a prestação de serviços à sociedade. Nesse rol de órgãos entraram tanto a Administração Direta como a Indireta, aqui se enquadrando a SANESUL, Sociedade de Economia mista que presta serviços de saneamento, tratamento e fornecimento de água potável e tratamento do esgotamento sanitário no Estado de Mato Grosso do Sul. Ela, assim como as demais estatais, buscou influência nos modelos gerenciais. Logo, Secchi (2014) conceitua tais modelos, alinhados à nova gestão pública e o governo empreendedor buscando a eficácia, orientação para resultados e necessidades dos usuários dos serviços públicos, liberdade decisória do gestor e competição intra e interorganizacional.

Logo, há de se continuar a conceituar no que tange à Nova Gestão Pública que eficácia é critério de análise de alcance de metas estabelecidas, a eficiência consiste na utilização dos recursos relacionados com os serviços prestados aos cidadãos, a efetividade, o resultado em termos de bem-estar para os cidadãos

beneficiados pela política pública e da sociedade como um todo.

Freitas (2014) descreve as funções das Metas e os indicadores de desempenho dentro do Planejamento estratégico das empresas visto que estes fornecem um valioso instrumento de mensuração da organização. Medir o desempenho envolve seleção de um conjunto de indicadores relacionados à organização em sua totalidade e suas divisões como processos, atividades, etc., que por sua vez devem refletir os resultados de cada um dos níveis observados.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método de pesquisa utilizado será Pesquisa Qualitativa e Descritiva. Gerhard e Silveira (2009) fazem uma breve conceituação sobre Pesquisa Qualitativa, sendo está a busca da fonte do problema, demonstrando o que há de ser executado sem quantificar valores e não são submetidas à prova de fatos dado que os dados analisados são não-métricos. Já a Pesquisa Descritiva pode ser exemplificada por meio de estudos de caso, análise documental, pesquisa ex-post-facto.

No caso deste trabalho foi realizado um Estudo de caso, abordando a implantação do Plano de Metas da Sanesul e os indicadores de desempenho utilizados.

Para conseguir obter resultados se fez necessário a busca na rede de computadores privada da Sanesul, também chamada de Intranet. Lá foram coletados os dados dos planos de metas de 2010 até 2018. Nesses dados foram verificadas diversas informações, analisadas os indicadores pertinentes e, também, as localidades. A conclusão a que se chegou foi que para uma efetiva análise seria interessante utilizar apenas os indicadores com continuidade:

- Índice de Arrecadação (IA);
- Índice de Qualidade da água (IQA);
- Índice de Perda por Ligação (IPL).

Enquanto os dois primeiros são computados como percentual (%) o último tem como unidade de medida a relação Litro/ligação/dia (l/lig/dia).

Quanto às localidades, das 79 localidades que fazem parte do Plano de Metas, constatou-se que apenas 73 possuem uma análise constante ao longo do período estudado. Ainda estudando as informações, o % de gratificação foi analisado e utilizado como base verificação da eficiência do indicador.

Com tais informações podem-se estudar os impactos gerados pelos indicadores nas localidades e sua relação com a gratificação anual concedida as Localidades que conseguiram atingir as metas estabelecidas no começo do ano.

4 | ANÁLISE DOS DADOS

A Sanesul desde 2008 vem utilizando os indicadores a fim de melhorar a eficiência e qualidade dos serviços prestados. Todavia ela também busca o aprimoramento de sua análise, logo os próprios indicadores foram alterados ao longo dos anos. Contudo, esse aprimoramento gerou uma quebra nos dados, o que dificulta a análise temporal um vez que muitos indicadores foram coletados por um ano apenas, sendo alterados no ano seguinte.

Conforme destacado nos procedimentos, os indicadores se dividem em três áreas: Indicadores das Localidades; Indicadores das Regionais e Indicadores da Sede. No entanto, os Indicadores das Localidades contemplam os demais indicadores das Regionais e da Sede, tendo peso tanto nas Regionais quanto na sede.

Na Figura 3 é demonstrado, para fins de esclarecimento, as fórmulas de cálculo dos indicadores das localidades e das Regionais do Plano de Metas de 2018 e a correlação entre elas:

$$I_{\text{localidade}} = \left[0,55 \left(\frac{IA_r}{IA_m} \right) + 0,30 \left(\frac{IPL_m}{IPL_r} \right) + 0,10 \left(\frac{ILNF_r}{ILNF_r} \right) + 0,05 \left(\frac{IQA_r}{IQA_m} \right) \right] \times 100$$
$$I_{\text{proprio reg}} = \left[0,40 \left(\frac{IA_r}{IA_m} \right) + 0,35 \left(\frac{IPL_m}{IPL_r} \right) + 0,20 \left(\frac{VFAT_r}{VFAT_m} \right) + 0,05 \left(\frac{IQA_r}{IQA_m} \right) \right] \times 100$$

FIGURA 3 – Correlação de Fórmulas entre Indicadores Localidade x Regional.

Fonte: Rede de computadores privada da Sanesul - Adaptada pelo autor

É visível a influência dos indicadores das localidades no indicador das Regionais. O que se percebe é apenas uma mudança no peso delas para cada fórmula, onde consta 55% o IA na Localidade enquanto o peso passa a ser de 40% na Regional para o mesmo indicador. Ainda que ele não impacte no indicador da Administração Central, quando visualizado as fórmulas para o cálculo de gratificação, tanto das Localidades, Regionais e Administração Central, entende-se a dimensão dele conforme descrito na Figura 4.

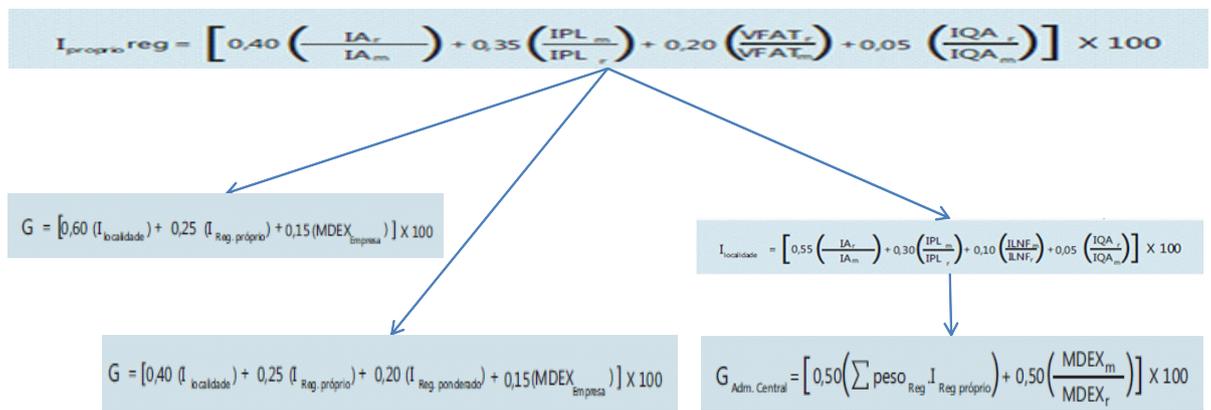


Figura 4 – Relação dos Indicadores nas fórmulas de Gratificação.

Fonte: Rede de computadores privada da Sanesul (2019) - Adaptada pelo autor

Sendo a gratificação um bônus financeiro àquelas que atingiram as metas pré-estabelecidas ao longo do período, se percebe nas fórmulas que impacta em todas as gratificações, seja direta ou indiretamente, nas Localidades e Regionais/ Administração Central respectivamente.

Serão analisados os três principais Indicadores pois estes permaneceram ao longo dos anos, permitindo um conjunto de dados válidos e suficientes a ser estudado. Apesar do Plano de Metas ter iniciado em 2008, se encontram viáveis os dados de 2010 para frente, limitando assim o período de análise entre 2010 até 2018.

Um ponto em questão está no fato de que o atingimento das metas de tais indicadores se dá efetivamente pela localidade, logo se torna mais interessante a análise do impacto deles nas localidades e nos seus respectivos funcionários.

A Sanesul faz atualmente um acompanhamento de 79 unidades. Contudo, 6 unidades foram retiradas da análise pois foram incluídas há pouco tempo, não tendo um histórico para uma análise consistente.

Sendo o intuito deste trabalho estritamente o estudo dos indicadores e sua eficiência/eficiência, e não especificamente das localidades, os nomes das mesmas serão suprimidas, substituídos por símbolos alfa numéricos, como A1, A2, A3,..., A73.

Buscando cruzar as informações em busca de correlações, a Figura 5 foi montado, colocando as médias dos 3 indicadores das localidades juntamente com a média de gratificação de cada uma delas ao longo do tempo:

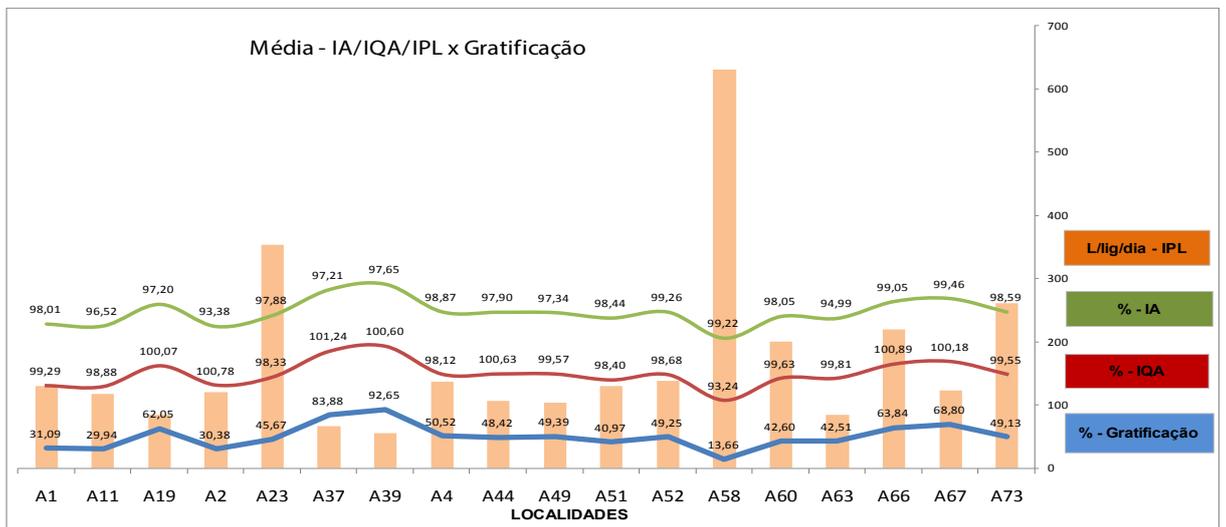


Figura 5 – Média de Indicadores/Gratificação das Localidades Peso <15%.

Fonte: Intranet Sanesul (2019) - Elaborado pelo autor.

Na Figura 5 são apresentadas as médias das localidades, sendo feito no período de 2010 a 2018. Para se embasar os indicadores de desempenho se verificou o impacto de cada um dos indicadores com a gratificação. Para facilitar a compreensão e visualização dos dados, para o gráfico acima foram filtradas apenas unidades que tem um peso no seu sistema acima de 15%, sendo então analisadas 17 localidades nesse gráfico.

Os dados evidenciam que ocorre acompanhamento dos indicadores com as gratificações, tanto o IA quanto o IQA. Sendo o IPL inversamente proporcional à Gratificação, nota-se que o seu aumento impacta na redução da gratificação. Um ponto a se destacar é o alto índice de IPL na localidade A58, com uma média de perda de 631 L/lig/dia, destoando da média de perdas das demais localidades, explicando assim, a importância desse índice visto tal localidade ter a menor média de gratificação dentre os selecionados e sendo está uma localidade relevante no Estado. Também vale ressaltar o índice de IPL alto da localidade A23, uma perda de 353 L/lig/dia. Contudo, por obter melhores números nos demais índices, tem a sua média de gratificação melhor. Tal gráfico consegue explicitar o rol de informações disponibilizadas e sua importância para a empresa principalmente em seu Planejamento estratégico.

Por ter apresentado variações relevantes serão analisadas as duas localidades (localidade A23 nas figuras de 6 a 9 e A58 nas figuras 10 a 13) comparando os índices das mesmas com a média do índice nos respectivos anos.

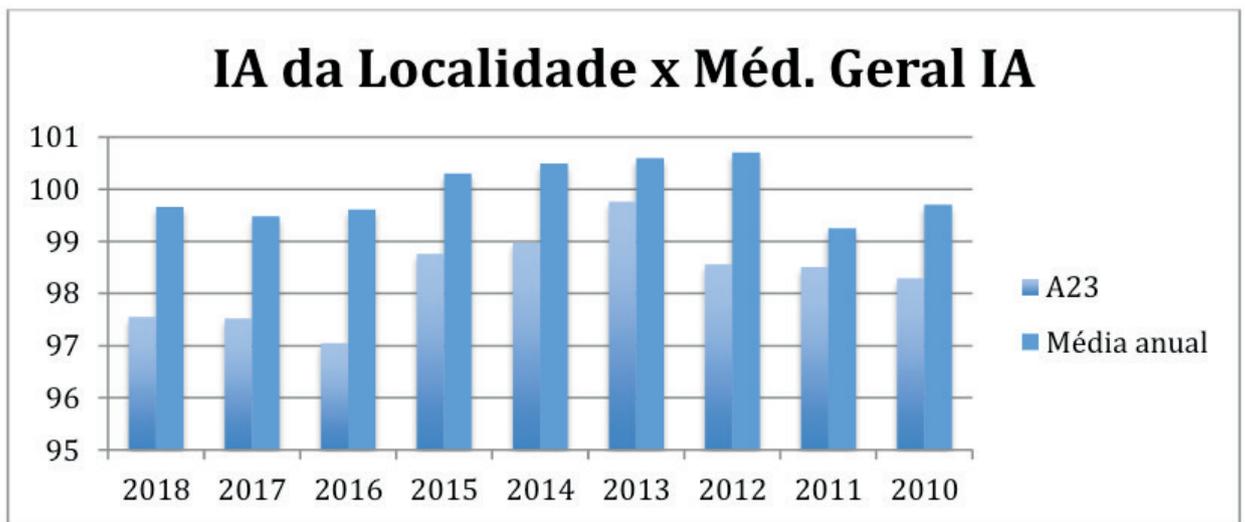


Figura 6 – Gráfico IA Localidade A23
 Fonte: Intranet Sanesul (2019) - Elaborado pelo autor.

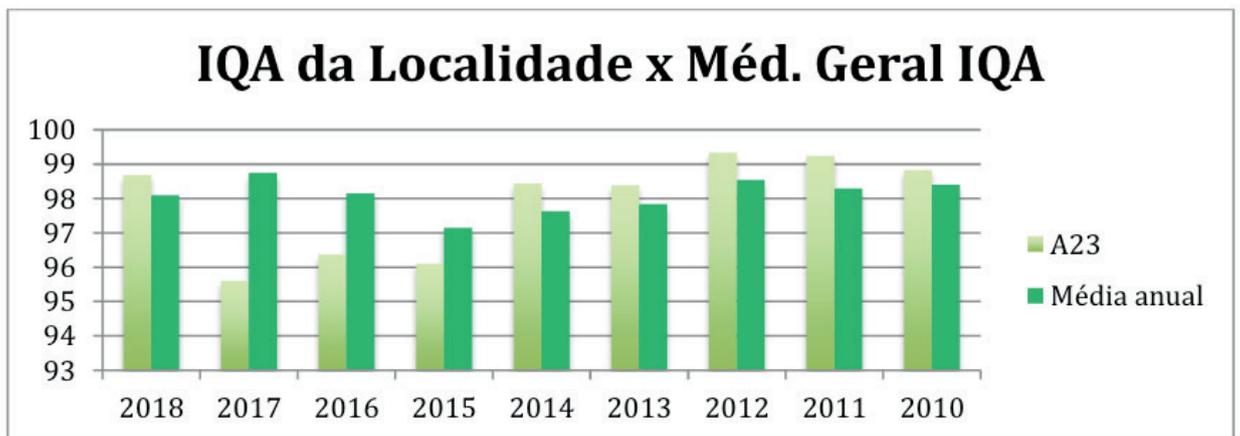


Figura 7 – Gráfico IQA Localidade A23
 Fonte: Intranet Sanesul (2019) - Elaborado pelo autor.

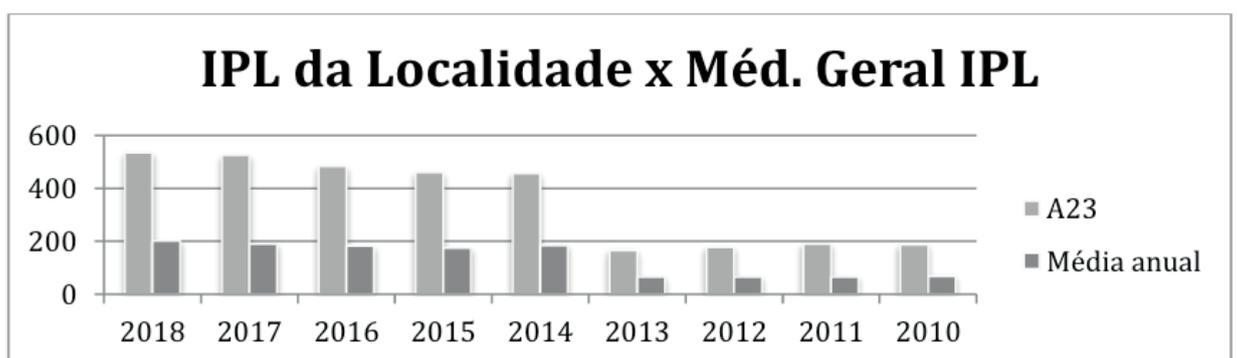


Figura 8 – Gráfico IPL Localidade A23
 Fonte: Intranet Sanesul (2019) - Elaborado pelo autor.

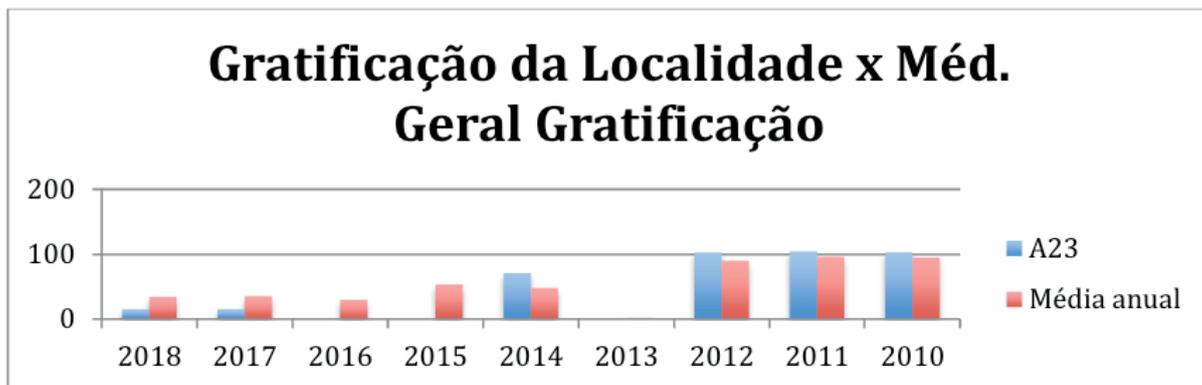


Figura 9 – Gráfico Gratificação Localidade A23

Fonte: Intranet Sanesul (2019) - Elaborado pelo autor.

A análise dos dados da Figura 6 evidencia que consta abaixo da média quanto ao índice de arrecadação, tendo ficado com uma qualidade da água acima da média das demais localidades, com uma pequena queda entre 2015 a 2017, conforme a Figura 7. Já na Figura 8 o índice de perda de água por ligação se manteve abaixo das demais, sendo que em 2014 essa diferença teve um aumento considerável, demonstrando que o indicador foi eficaz em medir a perda, contudo não foi eficiente quanto a mudança da localidade. Quanto a gratificação percebe-se que em todo o contexto ela veio diminuindo, sendo os piores resultados entre 2015 e 2017, onde também teve piora no IQA e aumento do IPL, novamente denotando uma incapacidade de melhora da Regional.

Vale ressaltar que tal localidade é uma das maiores do Estado, de alta complexidade de gestão, de grande importância sobretudo no âmbito estratégico da empresa, o que impacta em maiores desafios para o atingimento dos índices.

Agora serão analisados os mesmo gráficos para a localidade A58:

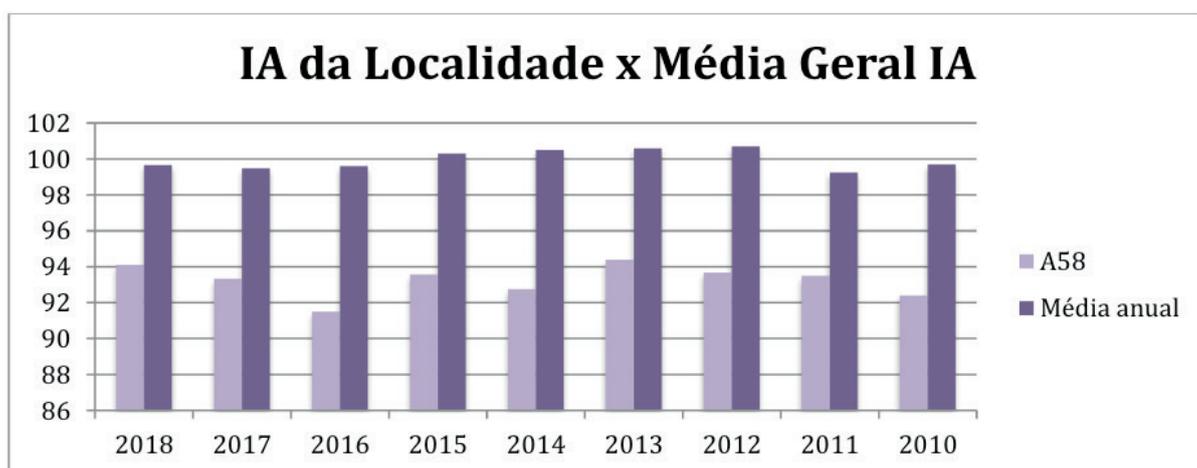


Figura 10 – Gráfico IA Localidade A58

Fonte: Intranet Sanesul (2019) - Elaborado pelo autor.

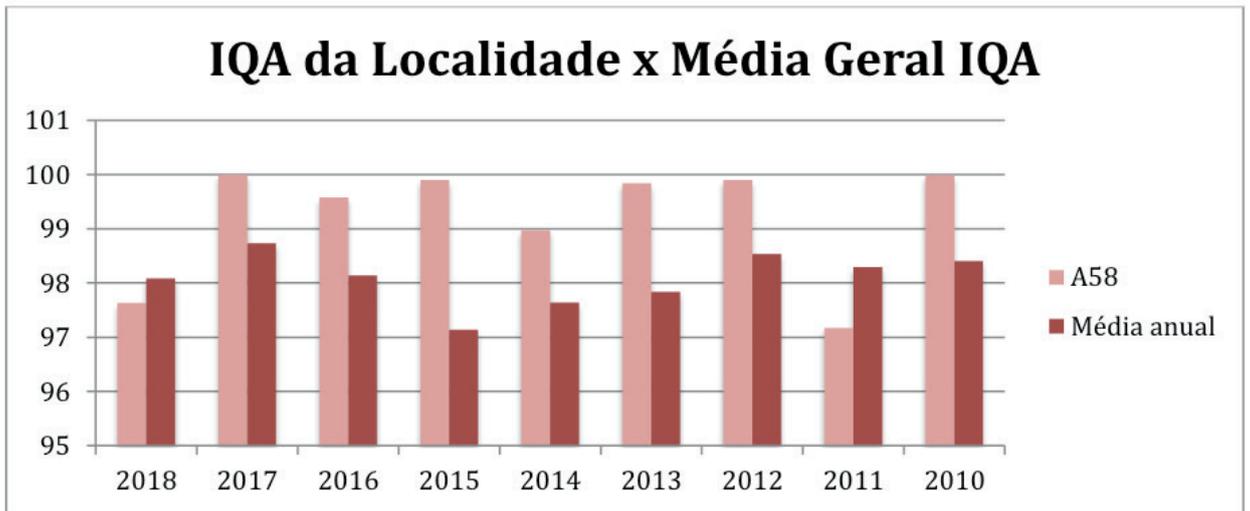


Figura 11 – Gráfico IQA Localidade A58
 Fonte: Intranet Sanesul (2019) - Elaborado pelo autor.

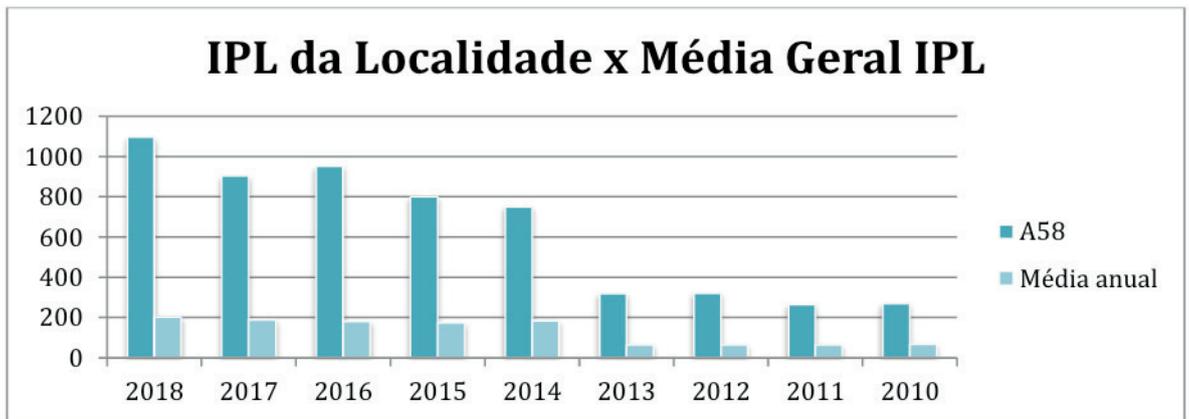


Figura 12 – Gráfico IPL Localidade A58
 Fonte: Intranet Sanesul (2019) - Elaborado pelo autor.

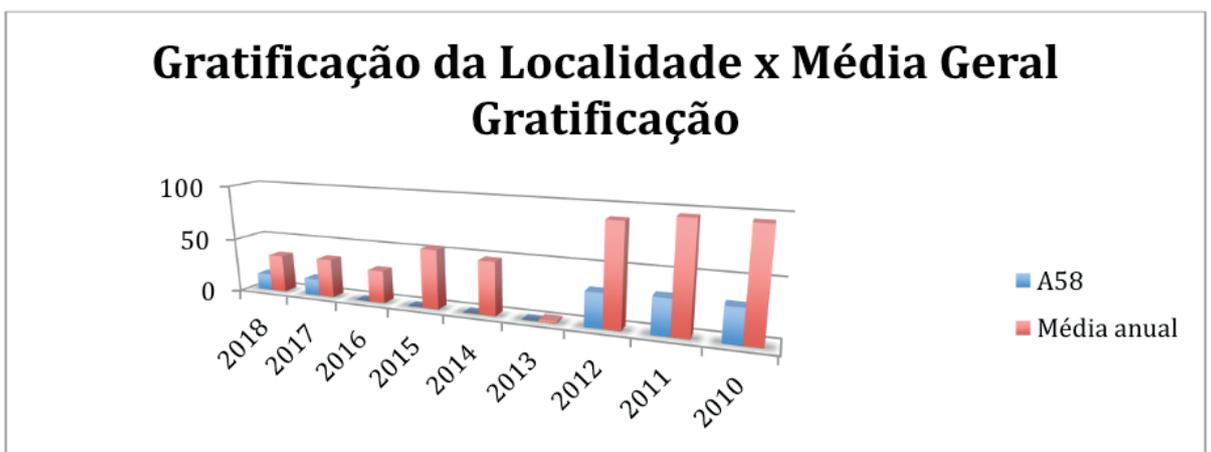


Figura 13 – Gráfico Gratificação Localidade A58
 Fonte: Intranet Sanesul (2019) - Elaborado pelo autor.

Sobre a localidade A58, os dados demonstram que sua dificuldade em atingir os índices, sobretudo o índice de perda de água, tendo os maiores valores de perda de água de todas as localidades, o que certamente impacta, nem mesmo tendo

índices de qualidade da água acima da média, bem como baixíssimas gratificações, isso quando chegou a receber. Tais valores têm impacto não só na localidade, mas também em todo o planejamento estratégico da Sanesul pois tal ineficiência é explicitado no IPL, indicador que retrata o desperdício da água distribuída e não contabilizada/arrecadada.

Visando verificar a atuação dos índices de menor relevância, foi elaborado um gráfico no intuito de verificar as localidades entre 15% a 2% de peso para as suas respectivas Regionais.

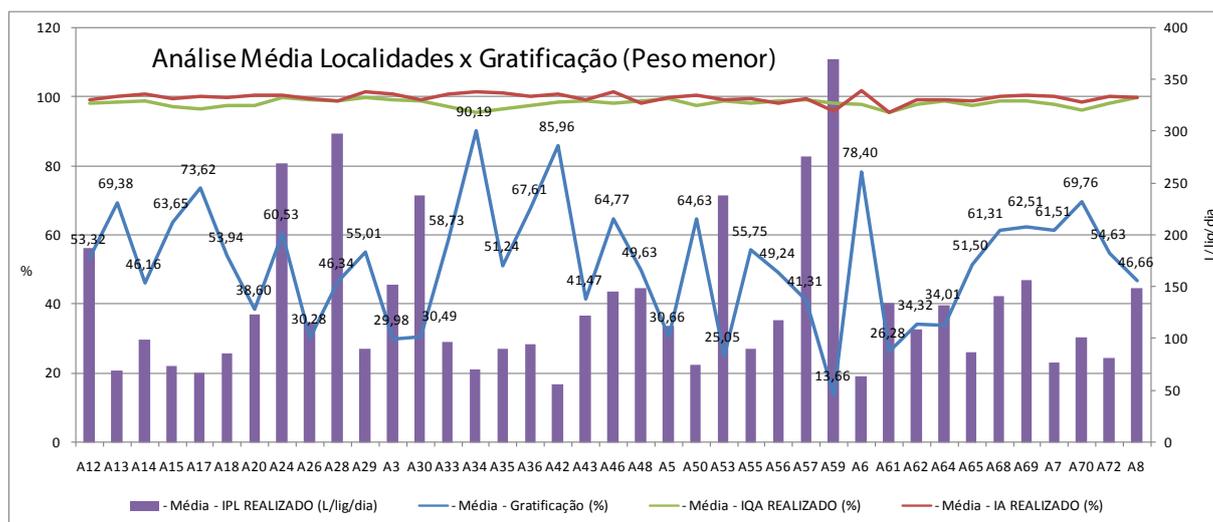


Figura 14 - Média de Indicadores/Gratificação das Localidades Peso >15%

Fonte: Intranet Sanesul (2019) - Elaborado pelo autor.

Na Figura 14 é possível visualizar o impacto do IPL nas gratificações visto que na sua grande maioria segue inversamente proporcional a tal indicador. É perceptível a sua eficiência em aferir tais valores e também sua relevância quando se analisa no gráfico que as médias do IA e do IQA se mantiveram num valor bem próximos, com pouca variação entre as Regionais, visto apenas que em algumas localidades como A34 e A6 onde o aumento do IA, juntamente com um baixo IPL, conseguiu chegar a valores mais altos de gratificação que as demais localidades. Importante perceber o alto índice de perda de A57 e A59, explicando a baixa gratificação.

Cabe analisar também a relação direta entre os indicadores e assim verificar o impacto gerado nas Gratificações.

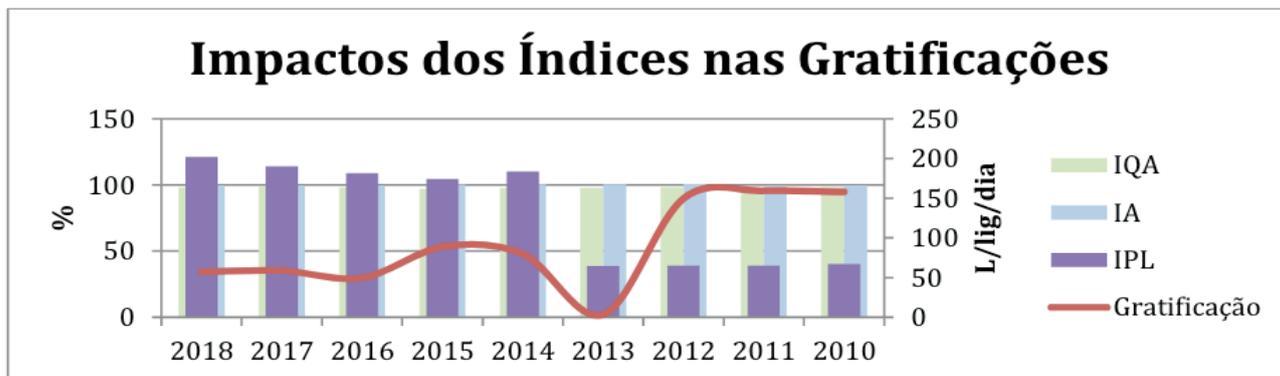


Figura 15 – Indicadores x Gratificação
 FONTE: Intranet Sanesul (elaborado pelo autor)

Ao analisarmos os dados da figura 15, constata-se que os indicadores IA e IQA não têm proporcionado um grande impacto nas gratificações geradas. Por sua vez, o IPL gera uma grande alteração na gratificação, é perceptível a inversão proporcional entre o IPL e a gratificação.

Percebe-se que até 2013, onde se conseguiu manter estável a média de IPL as gratificações eram altas. Após 2013 a situação se inverteu, ficando o IPL num valor elevado, deixando, conseqüentemente, a gratificação numa posição inferior. Logo, conclui-se que a melhor eficácia do indicador IPL em análise e disso deriva um impacto maior na gratificação. Por sua vez, percebe uma eficiência das localidades de maneira geral quanto ao atingimento das metas estabelecidas dos indicadores IA e IQA.

O que se pode verificar, conforme apresentado nas figuras, é uma discrepância muitas vezes entre o estimado e a real possibilidade da localidade alcançar tais metas, visto que algumas localidades nunca alcançaram um dos índices, como exemplo a localidade A58.

Essa discrepância, por sua vez demonstra, uma falta de realidade com o que ocorre nas localidades, até mesmo os demais indicadores que não foram estudados nesse artigo não possuem essa característica de se aproximar da realidade local.

Logo, uma meta inatingível não irá motivar os funcionários a trabalharem para cumpri-la, podendo gerar o efeito contrário ao proposto visto que ao estipular um valor fora da realidade para a localidade, demonstra uma falta de visão e comprometimento com a unidade prejudicada pelo não atingimento das metas, logo sem a gratificação.

5 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante de tal conjuntura, se faz necessário a implantação de metas plausíveis para que a localidade possa visualizar a possibilidade do real alcance dos valores

estimados pelos indicadores e assim produzir mais, prestar um melhor serviço ao cliente.

Uma revisão nos dados e valores estimados, com a inclusão de uma taxa de correção permitiria que os valores não ficassem tão distantes da realidade. Percebe-se que mesmo tendo conhecimento de uma informação de suma importância como o IPL elevado, a Sanesul não consegue diminuir tal índice, visto sua continuidade ao longo do tempo.

Quanto à proximidade com as reais necessidades da localidade, a Sanesul iniciou em 2018 o Sistema de Avaliação da Imagem e Segurança (Sais) que trata de uma visita as localidades visualizando e pontuando vários pontos de melhoria e, também, falhas de gestão dos gerentes das regionais e seus subordinados. Esse trabalho consiste em funcionários da Administração Central viajar pontuando e registrando acertos e erros gerenciais das Regionais e suas respectivas localidades.

Tal avaliação foi incrementada e utilizada na gratificação já de 2018, contudo tal programa deveria ser ampliado, sistematizado de tal forma que entrasse na fórmula do cálculo de gratificação das localidades e das Regionais.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi o estudo dos indicadores dispostos no Plano de Metas da Sanesul no período de 2010 até 2018, sua atuação, grau de efetividade e impactos dos mesmos na Gratificação anual da empresa.

A utilização e análise de indicadores fazem parte do que há de mais importante no gerenciamento estratégico de qualquer organização, seja ela uma empresa privada, um banco ou uma prestadora de serviço. A Sanesul iniciou sua utilização há um bom tempo, contudo ainda busca os melhores meios de se analisar os serviços prestados pelas localidades o que gera uma dificuldade no estudo dos indicadores visto que apenas 3 possuem registros mais antigos, os demais em algum momento foram substituídos ou parados de serem utilizados.

Por sua vez os 3 indicadores analisados permitiram deduzir que um deles, o índice de Perda por ligação (IPL) é o que tem gerado mais impacto nos serviços prestados e, também na gratificação dos funcionários das localidades. Tal indicador é de suma importância pois impacta numa perda de um bem tão importante não só para a Sanesul mas para todo o meio ambiente.

A SANESUL segue certo o caminho pois se por um lado não sacramentou os indicadores a serem utilizados, por outro, demonstra uma busca em melhorar seus procedimentos de controle e análise, seja para uma melhoria no gerenciamento quanto para se alcançar valores e metas compatíveis com a realidade das localidades.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. G.; LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Estratégias de recursos humanos e Gestão da Qualidade de Vida no Trabalho**: o stress e a expansão do conceito de qualidade total. *Revista de Administração*, v. 33, n. 2, p. 40-51, 1998. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/18160/estrategias-de-recursos-humanos-e-gestao-da-qualidade-de-vida-no-trabalho--o-stress-e-a-expansao-do-conceito-de-qualidade-total>. Acesso em: 4 jun.2019.
- CHIAVENATO I. **Introdução a Teoria Geral da Administração**, 9ª edição. p.430; p. 443. 2014.
- COUTINHO, L. (2016). **A terceira revolução industrial e tecnológica. As grandes tendências das mudanças**. *Economia E Sociedade*, 1(1), 69-87. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643306>. Acesso em: 16 mai.2019.
- FISCHMANN, A. A.; ZILBER, M. A. **Utilização de indicadores de desempenho como instrumento de suporte à gestão estratégica**. Em *anpad*, 1998. Disponível em:<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad1999-ae-11.pdf>. Acesso em: 25 jun.2019
- FREITAS, C. A. S. de. (2014). Auditoria de gestão e estratégia no setor público. **Revista Do Serviço Público**, 52(4), p. 57-70. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v52i4.314>. Acesso em: 20 jun.2019.
- GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D. T. - Métodos de pesquisa; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 13 jun.2019.
- LASTRES, H.M. M. **A Globalização e o Papel das Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico**. Brasília, 1997. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2273/1/td_0519.pdf. Acesso em: 12 jun.de 2019.
- LASTRES H.M. M; Albagli S. **Informação e Globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: http://www.redesist.ie.ufrj.br/images/redesist_images/livros/IGEC/apresentacao.pdf. Acesso em: 25 jun.2019.
- LESCA H.; ALMEIDA F.C – Administração Estratégica da Informação. **Revista de Administração**, São Paulo v.29, n. 3, p.66 – 75 julho/setembro de 1994 p. 67. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/18561/administracao-estrategica-da-informacao>. Acesso em: 17 mai.2019.
- MATO GROSSO DO SUL. Organograma Sanesul... Disponível em: <http://intranet.sanesul.ms.gov.br/Content/upload/Organograma-Geral.pdf>. Acesso em: 12 jun.2019.
- MATO GROSSO DO SUL. Histórico Sanesul... Disponível em: <http://intranet.sanesul.ms.gov.br/documentos/historia.pdf>. Acesso em: 10 jun.2019
- MATO GROSSO DO SUL. Dados Estatísticos de indicadores da empresa Sanesul... Disponível em: <http://pmnet.sanesul.ms.gov.br/Relatorios/GerenciaIndicadores>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas. Conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. 2º ed. São Paulo: Cengage Learning. 2014.
- SOCORRO M.V de C.; TONET, H. C.; **Qualidade na Administração pública**. *RAP* Rio de Janeiro 28(2): 137 – 52 ABR/JUN de 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8481/7224>

INTERSECÇÕES PARA PENSAR AGÊNCIA IDENTIDADE E A EXPRESSÃO SOCIOPOLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 01/03/2020

Saúde Coletiva

Campus de Cuiabá – MT

<http://lattes.cnpq.br/8955823274235148>

<https://orcid.org/0000-0001-7942-3847>

Késia Marisla Rodrigues da Paz

Mestre e doutoranda em Saúde Coletiva

Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* em
Saúde Coletiva

Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de
Saúde Coletiva

Campus de Cuiabá – MT

<http://lattes.cnpq.br/9598944284275446>

<https://orcid.org/0000-0003-2727-8427>

Reni Aparecida Barsaglini

Pós-doutora pelo Centro de Estudos Sociais da
Universidade de Coimbra/Portugal

Doutora em Saúde Coletiva - UNICAMP

Associada I e credenciada nos programas de pós-
graduação *Stricto sensu* em Saúde Coletiva e em
Enfermagem

Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de
Saúde Coletiva

Campus de Cuiabá – MT

<http://lattes.cnpq.br/0107366713688433>

<https://orcid.org/0000-0002-8903-2695>

Marta Gislene Pignatti

Doutora em Saúde Coletiva - UNICAMP

Integrante do corpo de docente permanentes do
programa de Pós-graduação *Stricto sensu* em
Saúde Coletiva

Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de

RESUMO: Trata-se de um ensaio teórico que busca trabalhar reflexões em torno da politização do sujeito a partir da experiência coletiva fomentada pelos movimentos sociais, articulado com os conceitos de identidade, agência e agenciamento como importantes propulsores de mudanças na sociedade. Para isso, partimos do pensamento de Gilles Deleuze, Félix Guattari e cientistas sociais contemporâneos afiliados ao pós-estruturalismo em virtude das suas contribuições teórico-críticas em torno da temática em destaque. Nesse delinear, buscamos adentrar na dimensão política da experiência e no processo de (des)construção da identidade, e nesse constructo, a politização do sujeito. As discussões foram realizadas de forma não cronológica buscando um encadeamento teórico que facilitasse as reflexões, em dois tópicos: A) A (des)construção da identidade individual e coletiva; Agenciamento e agência: mobilizando a politização do sujeito; B) Os movimentos sociais são agentes promotores tanto do agenciamento, quanto da agência

individual e coletiva, constituindo-se num importante instrumento de transformação social e política da sociedade. Considerando o cenário pós-moderno é imperativo questionar como os processos de identificações e diferenciações podem ser reconhecidos sem que haja a fragmentação do sujeito e, como identificar e problematizar as formas de organizações sociais, os instrumentos e os espaços utilizados para isso.

PALAVRAS-CHAVE: Agência; Agenciamento; Identidade; Politização do sujeito; Movimentos sociais.

INTERSECTIONS TO THINK AGENCY IDENTITY AND THE SOCIO-POLITICAL EXPRESSION OF SOCIAL MOVEMENTS

ABSTRACT: This is a theoretical essay that seeks to work reflections around the politicization of the subject from the collective experience fostered by social movements, articulated with the concepts of identity, agency and agencying as important drivers of change in society. To this end, we start from the ideas of Gilles Deleuze, Félix Guattari and contemporary social scientists affiliated to post-structuralism by virtue of their theoretical-critical contributions around the thematic in question. In this outline, we entered into the political dimension of experience and the process of (de)constructing identity, and in this constructo, the politicization of the subject. The discussions were held non-chronological way, seeking a theoretical enchainment that would facilitate the reflections, in two topics: A) The (de)construction of individual and collective identity; Agencying and agency: mobilizing the politicization of the subject; B) Social movements are agents promoting both agency and individual and collective agency, constituting an important instrument of social and political transformation of society. Considering the post-modern scenario it is imperative to question how the processes of identification and differentiation can be recognized without the fragmentation of the subject and how to identify and to problematize the forms of social organizations, the instruments and spaces used for this.

KEYWORDS: Identity; Agency; Agencying; Politicization of the subject; Social movements.

1 | INTRODUÇÃO

Como parte do arcabouço teórico da tese “Racismo e agência na experiência de agentes políticos e pessoas com Anemia Falciforme em Mato Grosso¹”, o propósito desse artigo é trazer um apanhado teórico que permita reflexões em torno da politização do sujeito a partir da experiência coletiva fomentada pelos movimentos sociais, articulando com os conceitos de identidade, agência e agenciamento como motrizes de mudança social.

1. Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso.

Para refletirmos de maneira organizada sobre movimentos sociais e sua relação com o processo de politização dos sujeitos consideraremos, a priori, o conceito de experiência e seu caráter intersubjetivo, uma vez que transcorre em contextos diferentes e nas interações sociais que se transformam ao longo do tempo e espaço. A experiência, nesse sentido, é um fenômeno singular em conteúdo e sequência (SCHUTZ, 1979).

A partir das interações efetivadas no mundo da vida cotidiana, cada indivíduo se situa em determinada circunstância biográfica, resultante da sua interação com o ambiente físico, histórico e sociocultural no qual ocupa uma posição. Há o estabelecimento tanto em termos de espaço físico, seu *status* e papel dentro do sistema social, como o alcance de determinada posição moral e ideológica (SCHUTZ, 1979).

A experiência se constrói nas relações cotidianas e requer uma interpretação daquilo que se experimentou e que se quer explicar. Sendo assim, o que se considera como experiência está sempre em disputa e, por isso, é sempre político (SCOTT, 2001). A experiência é um espaço discursivo de formação do sujeito, permeado por diferentes posições de sujeitos, de subjetividades diversas e ao mesmo tempo singulares, que são criadas, reafirmadas ou rejeitadas (BRAH, 2006).

Como afirma Scott (2001, p.72): “Esto conlleva poner la atención en los procesos de producción de identidad e insistir en la naturaleza discursiva de la “experiencia” y en la política de su construcción”. Esse caráter político impetra questionamentos em torno dos processos de criação dos sujeitos, considerando quem interpreta e a conjectura história de sua construção (SCOTT, 2001 p. 72).

Dado o seu caráter político-social, os movimentos sociais têm sido historicamente, fontes de politização do sujeito a partir de práticas geradoras de saberes, com efeitos na construção de identidades coletivas, interpretação da realidade social pelos grupos, na busca de direitos e posicionamentos frente aos contextos vividos, enfim, como promotores de mudanças na sociedade.

Do ponto de vista conceitual, os movimentos sociais são compreendidos enquanto uma ação histórica do grupo social em que há a ação coletiva. É estruturado a partir de modos de ação (ex. protestos, passeatas, lutas) em um espaço não institucionalizado, nem público, nem privado, com o qual se cria um campo político, de disputas e interesses (GOHN, 2001).

É importante ponderar que as ações coletivas efetivadas pelos movimentos sociais levam a inovações e transformações da sociedade civil e política. Nessas ações coletivas, mesmo que alguns indivíduos tenham destaque (muitas vezes são reconhecidos como a liderança do movimento social), estes são tidos como representantes do coletivo e falam pelo coletivo, cujas mensagens e ideologias representam o movimento ao qual estão inseridos (GOHN, 2011).

Há a criação de uma identidade coletiva, concebida como “processo de significação pelo qual as experiências comuns em torno de eixos específicos de diferenciação – classe, casta ou religião – são investidas de significados particulares” (BRAH, 2006 p. 271-272).

Destacamos as contribuições que a abordagem de Schutz nos traz para a compreensão das relações intersubjetivas a partir das interações face a face. Mas nessa empreitada, busca-se uma ampliação desse olhar, tanto nos aspectos subjetivos, como os objetivos que entremeiam a experiência do indivíduo e do coletivo social na sua politização.

Para isso, partiremos do pensamento de Gilles Deleuze, Félix Guattari e cientistas sociais contemporâneos afiliados ao pós-estruturalismo² em virtude das suas contribuições teórico-críticas em torno dos conceitos a serem trabalhados.

Para fins de organização das discussões, o presente artigo está segmentado em dois tópicos: A) A (des)construção da identidade individual e coletiva; B) Agenciamento e agência: mobilizando a politização do sujeito.

2 | A) A (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE INDIVIDUAL E COLETIVA

A identidade apresenta centralidade para entender agência e política e se constitui, na pós-modernidade, como um tema complexo, que necessita do aclarar tanto da sua impossibilidade (da identidade) enquanto algo estanque, e dos aspectos psíquicos e discursivos na sua constituição (HALL, 2006). Para isso, torna-se imprescindível a desconstrução desses agentes políticos, o que perpassa pelo entendimento da construção das suas identidades enquanto sujeito e enquanto coletivo.

Há que se destacar que nas novas configurações da Pós-Modernidade, os quadros de referências que permitiam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social, têm passado por uma ampla transformação com repercussão na estrutura e processos centrais da sociedade, e como uma de suas repercussões a chamada ‘crise de identidade’ (HALL, 2006, p. 7).

As velhas identidades que geravam essa estabilidade estão “dando” lugar às múltiplas identidades, algumas vezes contraditórias e inconclusivas, tornando o indivíduo pós-moderno fragmentado, em constante processo de identificação, ou seja, um processo através do qual “nos projetamos em nossas identidades culturais” (HALL, 2006, p. 12).

____ Há uma perda de um sentido de si imutável do sujeito, pois ocorre em relação
2. O pós-estruturalismo emerge no final do século XX, não como uma corrente filosófica, mas como uma forma de repensar e reanalisar as teorias estruturalistas instaurando uma desconstrução de alguns conceitos considerados como verdades absolutas e centrais. É um movimento filosófico interdisciplinar que corporifica diferentes conhecimentos e práticas críticas. Sua característica marcante é a análise das formas simbólicas, da linguagem, como constituintes da subjetividade (AGUILAR; GONÇALVES, 2017).

ao lugar que ocupa e da própria concepção de si. Essa construção da identidade é cultural, histórica e se dá em consonância com aspectos psíquicos, mudanças institucionais e estruturais que envolvem, continuamente, o(s) sujeito(s) e a sociedade, marcada pelo processo de globalização. Sendo assim, Hall (2006) trata da fragmentação da identidade associada a uma noção de identidade não fixa, mas dinâmica, anti-essencialista e sem núcleo estável. Ao propor o termo identificação, o autor reitera a ideia de algo em constante (re)construção.

A construção da identidade é permeada pela questão da diferença, sinalizada por Hall (2006) como um dos elementos que permite a percepção do “Eu” em relação ao Outro. Brahm (2006, p. 374) conceitua a diferença como a “variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos” não se limitando a um marcador de hierarquia e/ou opressão pois é relacional aos contextos em que discorre.

A autora supracitada problematiza a diferença a partir de quatro eixos de análise: diferença como experiência; diferença como relação social; diferença como subjetividade e; diferença como identidade. Há a defesa da experiência enquanto espaço de formação de sujeitos, em que o “eu” e o “nós” apresentam múltipla localidade, sucessivamente assinaladas por práticas culturais e políticas. A diferença como subjetividade é o processo que se estabelece entre o sujeito e sua relação com o mundo, o qual prova sua identidade a partir do que é contrário à sua construção.

Enquanto relação social, a diferença é assinalada, a princípio, por trajetórias históricas e atuais em torno dos contextos e práticas culturais que possibilitam a identidade coletiva. A diferença como relações sociais “sublinha a articulação historicamente variável de micro e macro regimes de poder, dentro dos quais modos de diferenciação tais como gênero, classe ou racismo são instituídos em termos de formações estruturadas” (BRAHM, 2006 p. 363).

Essas construções de identidades coletivas são produtos de uma mobilização política que ocorre em espaços de poder, com vistas a reeditar a subjetividade a partir da perspectiva de uma experiência coletiva. Para isso, os discursos em torno dessas construções são envolvidos em alguma visão compartilhada da história da coletividade (BRAHM, 2006). Como um processo fundamental da relacionalidade, a separação dos sujeitos em grupos é delimitada pelas “fronteiras identitárias” criadas, que estabelecem quem pertence ou não ao grupo com a produção subjacente de sentimentos de similaridade e filiação, e entendimento sobre responsabilidades e ações (LAMONT; MOLNÁR, 2002).

Essas “fronteiras identitárias” são inscritas na formação dos movimentos sociais, que adotam uma identidade coletiva cujas ações de um grupo são constituídas em um coletivo social, com identidade e objetivos em comum para a ação, uma vez que

experimentam uma realidade compartilhada.

A partir de uma revisão sistemática de uma diversidade de paradigmas teóricos na compreensão dos movimentos sociais, Gohn (2011) propõe uma conceituação teórica com base em aspectos estruturais e simbólicos, e os define como:

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados (GOHN, 2011 p. 251).

Nesse sentido, reiteramos a importância que as pesquisas sobre identidades considerem as consequências políticas que essa constituição múltipla de identidades gera nas relações sociais. E ainda, como os aspectos psíquicos e discursivos em meio às essas condições dadas e herdadas se refletem na construção do agente político individual e coletivo.

É importante ponderar que as ações coletivas efetivadas pelos Movimentos Sociais levam a inovações e transformações da sociedade civil e política (GOHN, 2011), e constituem um dos principais instrumentos de mobilização social (SZTOMPKA, 2005).

As reflexões acerca da construção da identidade individual e coletiva apresentam relevância em torno da compreensão da agência e agenciamentos ao considerarmos que a participação nos movimentos sociais não se estabelece por meio de uma lógica estanque, mas se constrói a partir de lógicas de ação oriundas das experiências sociais compartilhadas, cujas conexões e trocas apresentam intersecções e divergências, em um processo contínuo de formação do sujeito e na sua potência (enquanto possibilidade) de causar mudanças na sociedade.

3 | B) AGENCIAMENTO E AGÊNCIA: MOBILIZANDO A POLITIZAÇÃO DO SUJEITO

Para compreendermos os eventos que levam à mudança social, que perpassam pelo processo de politização do sujeito, é necessário adentrarmos aos conceitos de agenciamento e agência.

Sem hierarquizações, mas concebendo o seu núcleo de sentido, o agenciamento é conceituado como um emaranhado de conexões, relações, de termos, pessoas, máquinas de naturezas distintas que se encontram em simbiose (DELEUZE; PARNET, 1998). De forma literal, em seu livro Diálogos, escrito com Claire Parneț, Deleuze define agenciamento:

É uma multiplicidade que comporta muitos termos heterogêneos e que estabelece ligações, relações entre eles, através das idades, sexos, reinos de naturezas diferentes. Assim, a única unidade do agenciamento é o cofuncionamento: é a simbiose, uma simpatia (DELEUZE e PARNET, 1998 p.56-57).

Pondera-se que a simpatia, nesse sentido, não tem a ver com um sentimento que possa ser valorado ou com algo que remeta à piedade ou benevolência, mas com o encontro dos corpos. Nesse encontro há uma conexão, que produz novos corpos, que podem ser físicos, biológicos, psíquicos, sociais e ou terem outras formas. Assim, a simpatia nestes termos é concebida como “o esforço ou a penetração dos corpos, ódio ou amor, pois também o ódio é uma mistura, ele é um corpo, ele só é bom quando se mistura ao que odeia” (DELEUZE; PARNET, 1998, p.48).

É importante destacar que a pretensão de Deleuze não é fechar o conceito de agenciamento em si, mas o vislumbra enquanto uma unidade real mínima, que não se traduz na palavra, ideia ou conceito e tão pouco no significante. Os agenciamentos produzem o enunciado e colocam em jogo uma multiplicidade de possibilidades a partir dessas conexões que também são múltiplas, reverberando em mudanças na realidade social.

Ao refletirmos sobre o conceito de agenciamento é notório que a ocorrência dessas conexões se dá entre mais de um mundo, ou seja, esse encontro ocorre na pluralidade de mundos, de humanos e não humanos³. Por isso, esse plano relacional de encontros é também um plano de produção de subjetividades individuais, uma vez que “em certos contextos sociais e semiológicos a subjetividade se individualiza”. (GUATTARI, 1992, p. 19), como também a produção de subjetividades coletivas pois “em outras condições, a subjetividade se faz coletiva, o que não significa que ela se torne por isso exclusivamente social” (GUATTARI, 1992, pp.19-20).

Os autores assinalam que o conceito de agenciamento tem duas faces que se retroalimentam, uma trata-se do agenciamento coletivo de enunciação e a outra é o agenciamento maquínico do desejo.

O agenciamento coletivo de enunciação traz a perspectiva do falar com, em que o enunciado, produto do agenciamento, fala por todos, ou no lugar de alguém, fala-se por uma coletividade, nunca um sujeito. Os enunciados possuem natureza política, e nessa interface já justifica o seu caráter coletivo. Esses enunciados dão voz política aos indivíduos que se exprimem na coletividade (DELEUZE; GUATTARI, 2014). Como um exemplo de agenciamento de enunciação podemos retomar ao papel dos movimentos sociais, nos quais um discurso passa a ser de uma coletividade, que se identifica com tal enunciação e estabelece o caráter político a essa relação.

O agenciamento maquínico do desejo se alicerça na concepção de que nada

3. Na concepção de Deleuze é critério para corpos causa, produção ou funcionamento. Nesse sentido, corpos não humanos dizem respeito aos objetos/coisas que fazem parte da vida social humana.

existe sozinho e máquina e humano não são diferentes, mas se pertencem, e também se constitui enquanto agenciamento coletivo de enunciação. A existência se dá na relação com o outro que deseja, nas conexões com o que está dentro e com o que está fora. Esses corpos não humanos à medida que são usados, produzem a estabilização ou conservação das relações sociais, ou mesmo novas conexões (DELEUZE; GUATTARI, 2014).

O desejo se funda nas dimensões que inauguram o agenciamento sendo elas o estado das coisas, enunciações, territórios e desterritorialização. Assim, o desejo se expressa como algo aspirado em conjunto. Essa semântica corresponde ao construtivismo, pois desejar remete à ideia de construir. Nessa configuração desejar é construir um agenciamento (DELEUZE; GUATTARI, 2014).

Nas Ciências Sociais, a agência tem um sentido entrelaçado com o de agenciamento. Para a compreensão do termo, vamos nos nortear em compreensões contemporâneas, especialmente para colocar em debate as contribuições da “Teoria da agência” descrita por Sztompka (2005).

Na Teoria da Agência, Sztompka (2005) busca sistematizar e trazer uma releitura das teorias anteriores em torno da agência e da sociologia histórica, desvendando formas inovadoras para pensarmos agência no mundo pós-moderno. O autor explica que o conceito de agência passou por transformações profundas, indo de um caráter sobre-humano e extrassocial, para uma noção humana e socializada. A sua gênese é voltada à compreensão dos processos que levam à transformação social.

A agência pode ser manifestada de duas formas, “desde cima” e “desde baixo”. A manifestação “desde cima” diz respeito ao equilíbrio entre restrições e limitações; recursos e facilitadores. Já a forma “desde baixo” se refere às aptidões, habilidades, talentos, conhecimentos e atitudes dos membros da sociedade, ou coletivos, incluindo os movimentos sociais. Essa manifestação da agência “para baixo” é considerada um passo formidável para a sua releitura. Assim, a agência passa a ser estendida à todas as pessoas e a todos os papéis sociais (SZTOMPKA, 2005).

Os processos de mudanças sociais apresentam uma dimensão temporal e “todos esses processos só podem ocorrer no tempo” (SZTOMPKA, 2005, p. 380). Nessa perspectiva temporal, um evento é produzido por eventos anteriores e é propulsor de eventos futuros, ilustrando sua característica cíclica:

Agência é potencialidade, ou seja, um conjunto de aptidões, disposições, tendências inerentes à trama social, que propicia o seu aparecimento, resume certas propriedades da trama social: ‘É onde se encontram as estruturas (capacidade de operação) e os agentes (capacidade de ação); é um conjunto sintético, uma fusão de circunstâncias estruturais e capacidade propulsora’ (SZTOMPKA, 2005, p. 370).

Estrutura e sujeito são alguns dos elementos dinâmicos da agência e também alguns dos operadores da territorialização de uma potência (possibilidade da ação) ou a concretização da ação (encadeamento de atos). Assim, a agência não é sinônimo da ação, mas algo mais básico e anterior, é a condição de possibilidade do ato, da ação (LÓPEZ, 2004).

A conceituação de agência detalhada por LÓPEZ (2004), alicerçada no conceito de agenciamento proposto por Deleuze e Gatarri, é descrita como uma associação heterogênea que estabelece/conecta fluxos semióticos, materiais e sociais para gerar novas conexões e/ou subverter as anteriores, mostrando a fluidez das relações no mundo e desconstruindo a imposição de dicotomias rígidas.

Essa construção de agência torna possível uma melhor análise da ação política a partir de dois prismas centrais: agência enquanto a possibilidade de um ato político e agência enquanto possibilidade de construção de um lugar de responsabilidade pela ação (LÓPEZ, 2004).

Assim, ponderar sobre os processos em torno do “vir a ser” agentes politizados, cujas ações são organizadas, intencionais e revestidas do senso de responsabilidade social, requer referência ao curso da história, momentos e espaços que mudam as potencialidade e realidades. Assim, faz-se necessário a desconstrução do sujeito da política, desvelando a sua natureza não natural, não determinada e nem definitiva, mas, e, também seus princípios e condições de possibilidade, sendo o sujeito parte da própria ação política (LÓPEZ, 2004).

A compreensão da experiência politizada e a politização do sujeito como processos remete à questão da “agência”. O “eu” e o “nós” passa a ser associados às “modalidades de múltipla localidade, continuamente marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas” (BRAH, 2006 p. 361).

Essas conceituações nos levam à compreensão de que os movimentos sociais podem ser vislumbrados ao mesmo tempo como agentes sociais e produtores de agenciamento, pois, em suma, suas articulações e práticas coletivas geram (em diferentes escalas) transformações na conjuntura política, econômica e sociocultural das sociedades. Eles permitem e estimulam um *continuum* de novas conexões entre os pares e a sociedade, repercutindo na construção coletiva de saberes, na politização dos sujeitos, na constituição de lideranças e na agencia política de cada um.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratando de pensar a complexidade dos conceitos e processos de mudanças da agência individual e coletiva, como um dos resultados da crise contemporânea, não trazemos um ponto final para a análise, mas possibilidades de novos prismas

voltados à compreensão da experiência do sujeito e das coletividades e à politização do sujeito.

É inegável que diante de condições e/ou situações que integradas possam oprimir ou perpetuar hierarquias, as pessoas que compartilham dessa realidade são motivadas a agirem frente a esse cenário prejudicial. Criam-se identificações, relações, encontros e responsabilidades que, por vezes, repercutem em movimentos sociais.

Essa integração coletiva ao passo que impetra a construção de identidade coletiva, noções de responsabilidade e intensifica novas experiências, aprendizados e trocas entre o grupo, confere amplitude à voz dos sujeitos, cuja politização é mobilizada em meio a experiência coletiva em curso. Dessa forma, os movimentos sociais são promotores tanto do agenciamento, quanto da agência individual e coletiva, constituindo-se num importante instrumento de transformação social e política da sociedade.

Diante do exposto, parece recomendável que a aplicação de tais conceitos seja feita pensando nas configurações históricas do mundo contemporâneo e, principalmente, no reconhecimento da diversidade de processos de criação e de politização do sujeito.

É necessário, ainda, questionar como os processos de identificações e diferenciações podem ser reconhecidos em que haja a fragmentação do sujeito e, identificar e problematizar as formas de organizações sociais, bem como os instrumentos e os espaços utilizados para isso (tanto físicos, como digitais).

REFERÊNCIAS

AGUILAR, M. A. B.; GONÇALVES, J. P. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas. **Revista Conhecimento**, n. 9, v. 1, p. 36-44, 2017.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, 2006.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka**: por uma literatura menor. Trad. Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: editora Escuta, 1998.

GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais**: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2011.

GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAMONT, M.; MOLNÁR, V. The study of boundaries in the social sciences. **Annu. Rev. Sociol.**, n. 28, p. 167-95, 2002.

LÓPEZ, J. E. E. Del sujeto a la agencia (a través de lo político). **Athenea Digital**, n. 5, p. 1-24, 2004.

SCHUTZ, Z. A. Fenomenologia e relações sociais. In: Helmut HR (Org.). **Textos escolhidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1979.

SCOTT, J. W. “Experiência”. **La Ventana**, n. 13, p. 49-50, 2001.

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MECANISMOS DE DESORDEM DA INFORMAÇÃO: A AUTONOMIA DOS INDIVÍDUOS DIANTE DA MANIPULAÇÃO DE FATOS E DADOS EM AMBIENTES DIGITAIS

Data de aceite: 04/05/2020

Marcus Vinicius de Souza Pereira

Graduado em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero, Pós-Graduando em Gestão da informação Digital pela FESPSP.

RESUMO: Este artigo pretende abordar os impactos causados pelos mecanismos de desordem da informação – os filtros de personalização ou bolha de filtros e a proliferação de informações de natureza falsa ou nociva – refletindo acerca da autonomia dos indivíduos diante da manipulação de fatos e dados em ambientes digitais. Com leituras que vão desde a abordagem distópica de George Orwell sobre a distorção dos fatos, apresentada em 1984, até as discussões contemporâneas sobre o papel dos algoritmos na apresentação de conteúdo na internet, feita por Eli Parisier, passando pelo debate de Ignacio Ramonet sobre o papel ideológico dos grandes grupos de comunicação na difusão de notícias.

PALAVRAS-CHAVE: Desordem da informação; Desinformação; Fake News; Notícias falsas; Bolha de filtros; Filtros de personalização.

INFORMATION DISORDER MECHANISMS: THE AUTONOMY OF INDIVIDUALS BEFORE FACT AND DATA HANDLING IN DIGITAL ENVIRONMENTS

ABSTRACT: This article aims to address the impacts caused by information disorder mechanisms - personalization filters or bubble filters and the proliferation of information of a false or harmful nature - reflecting on the autonomy of individuals in the face of facts and data manipulation in environments digital. With readings ranging from George Orwell's dystopian approach to the distortion of facts, presented in 1984, to contemporary discussions on the role of algorithms in the presentation of content on the internet, made by Eli Parisier, through the debate by Ignacio Ramonet on the ideological role of large communication groups in the dissemination of news.

KEYWORDS: Information disorder; Disinformation; Fake News; False news; Bubble filters; Personalization filters.

1 | INTRODUÇÃO

Para os primeiros entusiastas da internet, a rede mundial de comunicação digital se tornaria um espaço de circulação da

informação fluído e democrático. Consequentemente, o acesso tornaria os sujeitos mais preparados para se tornarem cidadãos capazes de interferirem de forma autônoma no mundo, agentes de uma sociedade global cada vez mais progressista e libertária.

Mas, ao contrário do que eles previram, a expressão do que é a realidade talvez nunca tenha sido tão confusa quanto atualmente. Não se trata aqui de afirmar que há cidadãos alienados e inconscientes do que existe ao seu redor, mas de que todos estamos miseravelmente confinados na mesma armadilha tecnológica, submetidos em bolhas de polarização cada vez mais agressivas e violentas.

Aliás, não é de hoje que a humanidade tem criado tecnologias das quais ele não é plenamente capaz de compreender. Historicamente, grandes ferramentas acabariam tendo seu sentido original deturpado, e algumas se tornaram armas de destruição em massa.

Neste momento, causa inquietação que diversos consensos científicos estabelecidos venham sendo contestados por ideias conspiratórias como o *terrapijanismo* ou mesmo a discordância com o fato de que a temperatura de Terra está sofrendo alterações mais rápido do que nunca. Nunca tivemos tanta informação, mas nunca fomos tão vulneráveis e suscetíveis à desinformação. E esse fenômeno vem causando diversos transtornos ao redor do mundo.

A partir dessa inquietação, este artigo pretende discutir o fenômeno da desinformação a partir de duas perspectivas: abordar os conceitos sobre o fenômeno e refletir sobre as técnicas empregadas na produção da desinformação.

A reflexão é realizada a partir da leitura do clássico *1984*, de George Orwell, e os ensaios críticos de Eli Parisier e Ignácio Ramonet, respectivamente, sobre os filtros de personalização e sobre o papel ideológico dos grupos de comunicação no rebaixamento da qualidade da informação – tratada como mercadoria.

2 | O QUE É DESORDEM DA INFORMAÇÃO?

Quando lemos George Orwell em seu distópico *1984* (2009), talvez seja difícil imaginar como um estado totalitário pudesse chegar àquele ponto. Mais do que isso, como foi possível que os cidadãos daquele estado tenham permitido que as coisas chegassem a tal ponto?

O escritor britânico imaginou um país, *Oceânia*, de proporções continentais, controlando os meios de comunicação e informação e estabelecendo aquilo que era verdadeiro em seu *Ministério da Verdade*. Dentro deste aparato estatal, burocratas do partido do governo, como o protagonista *Winston Smith*, editavam jornais, revistas e livros de acordo com a necessidade que o contexto político apresentava.

Os outros dois países existentes, *Lestásia* e *Eurásia*, eram os adversários de uma guerra permanente. Ora *Oceânia* estava em guerra com *Lestásia*, ora com *Eurásia*. E era importante que o registro das publicações e os meios de comunicação afirmassem que, desde sempre, o adversário sempre fora o inimigo. Não importava só o controle do presente, como o do passado.

É essa mesma distorção dos fatos imaginada por Orwell que vivenciamos atualmente. Muitas têm sido as tentativas de definir o fenômeno. A expressão *Fake News* vêm sendo utilizada frequentemente para caracterizar as notícias compartilhadas em meios digitais ou mesmo físicos que não representam a realidade. O problema é que essa expressão, por si só, não dá conta do fenômeno a ser discutido neste trabalho, mais complexo e abrangente, por isso a escolha por *Desordem da Informação*.

O relatório *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making* (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017), produzido a pedido do Conselho Europeu, organização continental em defesa dos direitos humanos e democracia, é o documento que traz o conceito.

Elaborado pela britânica Claire Wardle, diretora-executiva do *First Draft News*, iniciativa internacional de pesquisa e combate à desinformação, e pelo iraniano Hossein Derakhshan, escritor e pesquisador, o estudo oferece definições que ajudam a compreender o fenômeno da desinformação.

De acordo com o relatório, o ecossistema da desinformação é composto por sete conteúdos com diferentes características (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 5). São eles:

- a. Falsa conexão: manchetes, ilustrações ou legendas em desacordo com o conteúdo.
- b. Falso contexto: conteúdo genuíno compartilhado com informações contextual falsa.
- c. Manipulação do contexto: informação ou imagem genuína manipulada com o objetivo de enganar.
- d. Sátira ou paródia: conteúdo sem intenção de prejudicar, mas com potencial de enganar.
- e. Conteúdo enganoso: uso de informações com a intenção de enganar.
- f. Conteúdo impostor: fontes genuínas são imitadas.
- g. Conteúdo fabricado: conteúdo falso criado com a intenção de enganar.

Esses conteúdos podem ser classificados, ainda, quanto ao seu caráter de difusão (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 20):

- Informação incorreta (Mis-information): compartilhamento de informação

falsa, sem intenção de dano. Conteúdos com falsa conexão ou conteúdo enganoso, de natureza falsa.

- Des-informação: compartilhamento de informação falsa, com intenção de dano. Conteúdos com falso contexto, impostor ou fabricado, de natureza falsa ou nociva
- Mal-informação: compartilhamento de informação genuína, com intenção de dano. Conteúdos como vazamentos, assédio e discurso de ódio, de natureza nociva.

A desordem da informação envolve, portanto, a produção, difusão, e consumo de conteúdos de natureza falsa ou nociva. A existência desse tipo de conteúdo não é uma peculiaridade contemporânea. A novidade é o alto poder de escala e alcance global desse ecossistema a partir das tecnologias empregadas atualmente para a circulação da informação (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 4), o que discutiremos a seguir.

3 | OS MECANISMOS DE DESORDEM DA INFORMAÇÃO

Ao comparar *1984* com o atual cenário, o horror é perceber o quanto Orwell antecipou muito do que passamos. Como não encontrar as ferramentas de controle de corpos em mentes de *Oceânia* com o que temos à disposição em nossos celulares, cartões de crédito e todos os meios pelo qual um chip que carrega nossos dados nos concede acesso a um determinado serviço?

Redes sociais digitais que identificam quem somos por meio de registros fotográficos, serviços de telecomunicação que monitoram onde estamos e antecipam para onde vamos, se estamos subindo ou descendo escadas ou se a pulsação do nosso coração está adequada. No cartão de crédito, os dados sobre o nosso consumo, impulsos e demandas, informações cruzadas com o banco de dados de instituições financeiras e demais agentes capitalistas para a realização de operações nada transparentes, como análise de crédito, da propensão ao endividamento e dos produtos mais adequados ao perfil do consumidor.

Este mesmo sujeito, monitorado em todos os seus passos, fica exposto a toda uma série de informações abundantes, a maior parte de nenhuma relevância, outras de natureza falsa ou nociva. O cidadão é integralmente vigiado e permanentemente confundido pela poluição da informação.

Eli Parisier, ativista digital norte-americano, membro do conselho do portal MoveOn.org e um dos fundadores do Avaaz.org, explica em seu livro *O filtro invisível: O que a internet está escondendo de você* (2012) a forma como esses mecanismos digitais controlam os dados de seus usuários. De acordo com Parisier (2012, p. 13), algoritmos são empregados por gigantes da internet, como Facebook, Google e Apple, em prol da personalização do conteúdo visualizado pelos usuários em suas

plataformas.

Existe um sentido econômico para a personalização, e é dessa lógica primária que operam os grandes portais da internet. O ativista destaca que “quanto mais personalizadas forem suas ofertas de informação, mais anúncios eles conseguirão vender e maior será a chance de que você compre os produtos oferecidos.” (PARISIER, 2012, p. 13).

Enquanto o indivíduo navega por esses sites, mais dados vão sendo colhidos e armazenados. Mas há um desequilíbrio entre os dados coletados pelas grandes corporações sobre os seus usuários e as acessíveis para os cidadãos.

A bolha de filtros, conceito de Parisier (2012, p.14), “são mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar a seguir”. Mas, a princípio, essa curadoria de conteúdo terceirizada parece não ser tão ruim diante da informação abundante. Com pouco tempo disponível, o cidadão abre mão de sua privacidade em troca do possível trabalho a ser dispensado em busca do conteúdo desejado. Dessa forma concordamos e concedemos acesso aos nossos dados, enquanto tornamos turva a nossa compreensão da realidade. São mais dados disponíveis para as corporações, menos para os cidadãos.

Também é necessário entender como os grandes grupos de comunicação contribuíram para a desordem da informação. Mesmo antes de o Facebook e os smartphones terem sido criados e quando Google apenas engatinhava, Ignacio Ramonet, jornalista e sociólogo espanhol, discutia o papel ideológico da mídia para o rebaixamento da qualidade da informação.

Em seu livro *A tirania da comunicação* (2007, p. 8), Ramonet analisa o papel dos donos dos grupos de comunicação: “cada um constata que a informação é antes de tudo considerada como uma mercadoria, e que este caráter prevalece, de longe, sobre a missão fundamental da mídia: esclarecer e enriquecer o debate democrático”.

Ramonet identifica que a partir de alguns eventos com grande força de imagem, como a Guerra do Golfo, que davam à televisão hegemonia sobre os demais meios, a mídia escrita altera o seu modo de produção e passa a tratar de documentos que “não têm caráter espetacular e não são facilmente exploráveis pela televisão” (Ramonet, 2007, p. 16). A partir desse momento, a mídia escrita passa a pautar os demais meios, num fenômeno cíclico que o espanhol chama de mimetismo midiático:

O mimetismo é aquela febre que se apodera repentinamente da mídia (confundindo todos os suportes), impelindo-a na mais absoluta urgência, a precipitar-se para cobrir um acontecimento (seja qual for) sob pretexto de que os outros meios de comunicação – e principalmente a mídia de referência – lhe atribuem uma grande importância. Esta imitação delirante, levada ao extremo, provoca um efeito bola de neve e funciona como uma espécie de auto-intoxicação: quanto mais os meios

de comunicação falam de um assunto, mais se persuadem, coletivamente, de que este assunto é indispensável, central, capital, e que é preciso dar-lhe ainda mais cobertura, consagrando-lhe mais tempo, mais recursos, mais jornalistas. Assim os diferentes meios de comunicação se auto-estimulam, superexcitam uns aos outros, multiplicam cada vez mais as ofertas e se deixam arrastar para a superinformação numa espécie de espiral vertiginosa, inebriante, até a náusea. (Ramonet, 2007, p. 21)

É a partir desse contexto, com a proliferação de escândalos de corrupção noticiados pela mídia corporativa se sobrepondo a todos os demais aspectos da vida cotidiana no noticiário, por um lado, e da necessidade dos indivíduos se sentirem bem informados, pelo outro, que nasce um novo problema. Se há informação demais, então há informação sendo suprimida. E isso também é uma forma de censura, uma “censura democrática” (Ramonet, 2007, p. 28).

4 | CONCLUSÃO

Os filtros de personalização em ambientes digitais, utilizados pelas grandes corporações da internet, e a censura democrática, instrumentalizada pelas grandes corporações de mídia, acabaram por construir muros, num mundo cada vez mais polarizado e dividido pelo ódio.

Conduzidos por técnicas de recomendação que privilegiam conteúdos parecidos com aqueles já acessados anteriormente, o cidadão torna-se um sujeito fadado a repetir sempre seus hábitos e ter a mesma compreensão da realidade, excluindo a possibilidade do contraditório e da inventividade.

Enquanto isso, os donos das grandes corporações armazenam nos servidores de suas empresas um volume de dados sobre cada um de nós que sequer somos capazes de conceber.

O desequilíbrio nessa relação tem o potencial de produzir uma sociedade inerte, imersa em bolhas e um cidadão incapaz de agir de forma autônoma ou emergir das camadas de lixo informacional a que fica submetido, colocando a democracia em colapso e abrindo as portas para o totalitarismo.

REFERÊNCIAS

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PARISIÉR, Eli. O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

RAMONET, Ignacio. A tirania da comunicação. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Strasbourg: Council ou Europe, 2017. Disponível em: <<https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>>. Acesso em 25 out. 2018.

MULHER, CORPO E MEMÓRIA: EXPERIÊNCIAS DE MOVIMENTOS DE MULHERES NEGRAS COM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 21/02/2020

Ayni Estevão de Araujo

Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP: <http://lattes.cnpq.br/8760220684526820>

Leila Rodrigues Rocha

Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: <http://lattes.cnpq.br/0325130599122732>

RESUMO: A partir da contextualização e análise de uma experiência prática baseada no compartilhamento de saberes em saúde, refletimos a respeito de formas e métodos pelos quais mulheres negras têm se mobilizado a fim de articular a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Uma vez que a saúde é uma pauta histórica do movimento de mulheres negras no Brasil, pensamos de que modo políticas públicas que resultaram da articulação entre agentes e movimentos sociais, em âmbito nacional e internacional, vêm sendo apropriadas, avaliadas e concretizadas, especialmente por meio de concepções como ancestralidade, memória e cuidado em saúde.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres negras;

ancestralidade; saúde; política

WOMEN, BODY AND MEMORY: EXPERIENCES OF BLACK WOMEN'S MOVEMENTS WITH PUBLIC HEALTH POLICIES

ABSTRACT: Through the contextualization and analysis of practical experience based on the sharing of knowledge in health, we reflect on the ways and methods by which black women have mobilized to articulate the National Policy for Integral Health of the Black Population. As health is a historical agenda of the black women's movement in Brazil, we think about how public policies resulting from the articulation between agents and social movements, at national and international levels, were appropriated, evaluated and implemented, mainly through concepts such as ancestry, memory and medical assistance.

KEYWORDS: black women; ancestry; health; politics

1 | “SABERES ANCESTRAIS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA”¹

Éramos parte de um coletivo de mulheres negras. Uma de nós, Leila (enfermeira), ministrava a oficina; a outra, Ayni (antropóloga), participava da atividade com as outras mulheres presentes. Quem nos apresentava ao grupo era Sarah Morato, que organizava aquele espaço semanalmente, com a proposta de lecionar inglês para mulheres negras a partir de culturas negras.² Entretanto, naquele dia o encontro não seria uma aula de idioma, mas uma oficina sobre cuidados em saúde para as mulheres. A sala em que nos encontrávamos era alugada pela professora em uma grande casa que se constituía como espaço colaborativo de pequenos projetos, em uma região próxima ao centro da cidade. Por ser próxima a uma estação de metrô, a localidade era estratégica, uma vez que podia ser incorporada com facilidade às rotinas das alunas, no trânsito entre trabalho e casa.

Estávamos entre 15 mulheres, cujas idades variavam entre 25 a 60 anos. A disposição circular das cadeiras desconstruía, em boa medida, a expectativa de uma formação teórica vertical, propiciava a abertura de um espaço de fala, e dava um tom de acolhimento e partilha. Feitas as apresentações, o breve alongamento em pé conduzido por Leila fez com que nos desconectássemos por um momento da tensão do dia e das preocupações corriqueiras. Seu primeiro questionamento foi se nos lembrávamos e o que lembrávamos de receitas caseiras, passadas por avós, tias, mães e vizinhas de cuidados com o corpo feminino. Aos poucos, muito fluidamente fomos todas, sem exceção, trazendo essas vivências da memória para a roda. Surgiram ali banhos de assento, chás, vaporizações, unguentos e compressas, que tinham por base a manipulação de ervas, cascas de árvores e minerais. Também prescrições de descanso, técnicas de observação e controle de ciclos, abortos, cuidados pré-natais e pós-partos, e amenização de períodos como o da menopausa.

O intuito não era simplesmente trocar saberes, mas reconhecê-los enquanto conhecimento legítimo. O ato de recuperar todas aquelas memórias, que eram saberes transmitidos através da oralidade por gerações de mulheres negras, era a base da ideia de reconhecimento da ancestralidade, já anunciada no nome do encontro. A própria concepção de saúde era trazida à reflexão e construída entre nós. Além disso, a partir do diálogo conduzido por Leila, eram apresentados alguns dados acerca das implicações do racismo nas unidades de saúde, enquanto

1. Esse era o nome da atividade descrita em seguida, a qual contextualizaremos adiante.

2. Sarah Morato é criadora de uma escola de inglês, fundada em 2018, que tem como método de ensino a abordagem de culturas negras - Aya Education. Com cerca de noventa alunas, reúne mulheres negras de idades, graus de escolaridade, classes sociais e regiões de origem diversas. Uma de suas propostas é promover encontros para além das aulas, em que as alunas tenham a oportunidade de ensinar algo com que trabalham ou sobre o qual têm expertise. Enquanto frequentadoras da escola, fomos convidadas a promover o encontro sobre saúde que aqui é descrito.

todas compartilhávamos nossas experiências com esses ambientes e nosso real acesso à saúde institucionalizada. Além dos dados, também foram trazidas à roda por meio da enfermeira, informações sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), a respeito das quais praticamente todas nós não tínhamos total conhecimento.

Num segundo momento, a partir de uma ilustração do aparelho genital feminino, a enfermeira ressaltou a importância de conhecermos e observarmos os nossos próprios corpos. O exercício proposto como “lição de casa” seria olhar a própria vagina refletida em um pequeno espelho, além de procurarmos sentir o colo do útero com os dedos, tal como ela nos ensinava naquele momento. Também foi falado sobre a relevância de se prestar atenção aos nossos ciclos menstruais, e no caso das mais velhas, notar e anotar as oscilações do corpo causadas pela menopausa.

Falamos ainda sobre prazer, orgasmo, masturbação e o incômodo que muitas vezes havia ao se conversar abertamente sobre essas questões (quase nunca abordadas com outras pessoas). Algumas de nós, lésbicas, relatamos a falta de sensibilidade e atenção da maior parte das(os) ginecologistas em relação às especificidades da mulher de acordo com sua orientação sexual - reflexo de uma lógica heterocisnormativa. Conseqüentemente, eram sempre muito escassas as informações que circulavam em relação à saúde dessas mulheres. Assim, também foram compartilhadas algumas instruções sobre métodos preventivos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), tanto em relações homoafetivas como heteroafetivas.

Vale notar que não se tratava de um grupo marcadamente em situação de vulnerabilidade, tais como em muitas das experiências vividas a partir dessas oficinas. Éramos mulheres com renda fixa, em sua maioria com um curso superior completo, em busca de um aperfeiçoamento profissional através da aquisição de um segundo idioma. Ainda assim, o acesso precário a políticas de saúde, as dificuldades para se marcar consultas e ser assistida regularmente pelo SUS (Sistema Único de Saúde), além da experiência corriqueira com o racismo reproduzido por profissionais da área eram comuns aos relatos de todas nós.

2 | INTERSECÇÕES

A experiência descrita nos serve como base para a análise de alguns aspectos que têm sido marcantes em articulações de movimentos de mulheres negras em torno da pauta da saúde. A questão que norteia essa reflexão é de que

forma atrizes sociais têm mobilizado políticas públicas tais como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), de modo a garantir com que elas se concretizem.

Essa questão se dilata ao pensarmos de que modos mulheres negras têm construído essa categoria (mulher negra) politicamente e a partir dela se organizado em diversas áreas, sendo a saúde uma delas. Isso porque, na medida em que estamos na base da pirâmide social e interseccionalmente experienciamos, no mínimo, dois eixos de subordinação marcantes e determinantes de desigualdades na sociedade brasileira, a raça e o gênero (entre tantos outros, como classe, sexualidade, religião e geração), é inevitável que componhamos parte significativa dos movimentos sociais contra-hegemônicos construídos em todo país.

Para pensar de que modos raça, gênero, classe, sexualidade e outros elementos se interseccionam nas experiências do ser/tornar-se mulher negra, dialogamos com o conceito de interseccionalidade, cunhado por Crenshaw (2002), amplamente mobilizado por intelectuais negras. Trata-se de uma conceitualização a partir da qual se pensam as implicações da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ora, não que isso signifique, como sublinha Bairros (1995), analisar acúmulos ou sobreposições de opressões, mas sim considerar as experiências de opressão de lugares específicos em uma sociedade racista, machista e heterocisnormativa.

Conceitos como esses nos levam a considerar as especificidades do sujeito. Destarte, da mesma forma como, sobretudo nas últimas décadas, intelectuais negras em África e em toda a Diáspora têm buscado desconstruir uma ideia eurocêntrica e falaciosamente universal de “mulher”; é de suma importância seguirmos na linha desse raciocínio ao desessencializar também a ideia de “mulher negra” como experiência óbvia e única.

Assim, é relevante destacar a heterogeneidade do grupo em questão na experiência descrita, ainda que tenha abrangido somente mulheres negras. Ou seja, a partir das vivências das sujeitas no universo analítico que se considera, é pertinente notar quais fatores podem ser analisados como marcantes interseccionando-se com a raça, o gênero e a classe, uma vez que se tratava de mulheres, negras e advindas de regiões periféricas da cidade. Nesse sentido, foi notável, nos relatos acerca das experiências de acesso (ou falta de) à saúde, a orientação sexual, uma vez que as mulheres lésbicas do grupo trouxeram à discussão esse fator como determinante, que ora as afasta dos aparelhos públicos de saúde, ora torna o atendimento oferecido menos satisfatório.

Entretanto, apesar da importância de destrinchar essas questões, cuja relevância é indiscutível, no presente trabalho nosso olhar se volta antes para o método utilizado na oficina, bem como os processos políticos que levaram a sua realização. Debruçamo-nos sobre os meios pelos quais mulheres organizadas, no

âmbito dos movimentos de mulheres negras em São Paulo, mobilizam seus pares e se articulam a partir da pauta da saúde. Especialmente, chamamos a atenção para os métodos que acionam categorias caras aos movimentos negros, em seus processos de reconhecimento e afirmação de identidades, tais como a ancestralidade.

3 | CAMINHOS COLETIVOS

O evento descrito anteriormente deu-se como parte de uma campanha realizada por um coletivo de mulheres negras, o qual construíamos junto a outras companheiras, o Coletivo de Oyá - Mulheres Negras da Periferia de São Paulo, cuja proposta era mobilizar mulheres nas periferias da cidade, sobretudo na zona leste paulistana, onde tinha sede, na região de São Miguel. Sua organização estava baseada em nossa articulação a partir de alguns eixos, sendo a saúde um deles. O Coletivo nasceu em 2015, no processo de articulação da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência pelo Bem Viver, que ocorreu em Brasília, no ano de 2015. Essa Marcha se configurou como um importante marco na contemporaneidade dos movimentos de mulheres negras no Brasil e em São Paulo, uma vez que foi impulsionada por e impulsionou diversas coletividades em seu entorno, tanto para sua realização quanto como seu resultado.

Em coletivo, tanto internamente como com outras organizações de mulheres negras e movimentos de saúde³, e em diálogo com a literatura acerca do tema, detectávamos a demanda por formação e articulação de agentes políticos que mobilizassem a Política Pública de Saúde da População Negra, de modo a atingir de maneira mais eficaz a população dos bairros onde nos concentrávamos.

Além disso, outro desafio detectado para a implementação dessa Política era a má formação dos profissionais na área da saúde em relação às especificidades da população negra, que por sua vez é maioria no Brasil. Como nos aponta Oliveira (2003), as escolas de saúde, em seus cursos de graduação, ainda são relapsas em relação à formação de profissionais sensíveis ao temática, até mesmo no que diz respeito ao clássico tema da doença falciforme. Ora, a formação daqueles que intervêm diretamente na saúde física e mental dos pacientes acerca dessas políticas e programas específicos é fundamental, uma vez que são quem encaminham, levantam dados e têm os primeiros contatos com essa população (FONSECA, 2009).

Diante dessas demandas, surgiu a Campanha Pró-Saúde da População Negra do Coletivo de Oyá, realizada entre 2015 e 2018, que buscava discutir o caráter

3. Em 2018, o Coletivo de Oyá participou de um fórum, na cidade de São Paulo, que visava à construção de um Observatório da Saúde da População Negra, constituído por diversos grupos que discutiam a saúde da população negra, notadamente, em sua maioria, composto ou liderado por mulheres negras.

transversal da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra⁴, buscando estratégias para promover um diálogo entre atores dos movimentos sociais, acadêmicos, profissionais, usuários e gestores do Sistema Único de Saúde.

Tal diálogo era feito a partir de intervenções e oficinas direcionadas a públicos diversificados, prioritariamente realizadas em regiões periféricas - fosse em localidades distantes do centro, ou em lugares centrais, em que as pessoas envolvidas se encontravam imersas em contextos de alta vulnerabilidade social e com pouco ou nenhum acesso a políticas de saúde. Além disso, o projeto buscava fornecer subsídios para o debate sobre estratégias de implementação dessas políticas, bem como informar e formar profissionais e usuários sobre especificidades da saúde da população negra e sobre as implicações do racismo no campo da saúde. Desse modo, foram realizadas oficinas, com focos diferentes e em lugares diversos: unidades de saúde, com profissionais; espaço de acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica; terreiros de candomblé e de umbanda; grupo de mulheres em situação de prostituição; escolas; entre outros.

4 | MULHERES NEGRAS E AS POLÍTICAS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO NEGRA

O estudo de Leal, Gama e Cunha (2005) mostra a situação desfavorável das mulheres negras se comparadas às mulheres brancas nos serviços básicos. No pré-natal, por exemplo, as mulheres pretas e pardas têm menor acesso à atenção adequada, de acordo com os padrões preconizados pelo Ministério da Saúde. As autoras concluíram que essas mulheres são vítimas de discriminação pessoal e institucional: uma pautada na escolaridade e outra no pertencimento racial. Assim, pensar formas para operacionalizar uma atenção integral à saúde das mulheres negras significa um largo passo para atender de forma integral toda a população brasileira, já que essas compõem a base da estrutura social vigente no Brasil. Todavia, conforme Werneck (2016), uma revisão dos periódicos dedicados às Ciências da Saúde aponta uma enorme lacuna o que diz respeito à saúde da população negra, e em especial da mulher negra, indicando uma não consolidação desses campos temáticos e de pesquisa. Para a autora, isso se deve à baixa penetração dos debates sobre o racismo e seus impactos na saúde nas instituições de pesquisa.

Ora, abordar a demanda e a elaboração de políticas e programas de promoção da saúde da população negra abrange necessariamente o entendimento do racismo em sua dimensão institucional, ou sistêmica. Dimensão essa que, conforme Werneck (2016), é provavelmente a mais negligenciada e corresponde

4. Esse reconhecimento do caráter transversal das questões étnico-raciais na saúde, bem como a necessidade da articulação entre diferentes atores, movimentos, profissionais, usuários e gestores do sistema de saúde, é discutido por Trad e Brasil (2012).

a formas organizativas, políticas, práticas e normas que têm por implicações tanto tratamentos quanto resultados que refletem a desigualdade.

A organização de mulheres negras em torno da pauta da saúde não é recente. Historicamente, ela tem grande importância nas lutas pelo reconhecimento das implicações do racismo na saúde por parte do Estado, bem como na elaboração de políticas públicas específicas. Segundo Araújo (2015), no que se refere ao campo da saúde no Brasil, o período compreendido entre a segunda metade dos anos 1970 e início dos anos 1980 favoreceu, além da emergência do movimento pela Reforma Sanitária Brasileira, a constituição de um terreno fértil para que movimentos de mulheres, indigenistas e LGBTs emergissem no cenário da saúde com suas pautas específicas diante do Estado. Um dos resultados dessas articulações foi a formulação do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher), em 1983, que representou uma mudança na concepção da saúde materno-infantil, baseada na compreensão da mulher enquanto sujeito ativo no cuidado à saúde.

Nessa esteira, como aponta o autor, as movimentações de mulheres negras, no estado de São Paulo, na década de 1980, ao questionarem a forma como as propostas de controle de natalidade nas políticas de saúde fortemente sustentavam-se sobre o racismo e o sexismo, impulsionaram políticas de saúde específicas, configurando-se como embrião do que se constituiria como o campo da Saúde da População Negra nos anos 1990, do qual se originou a formulação de uma Política Nacional de Saúde voltada a essa população, oficializada em meados da década seguinte (ARAÚJO, 2015, p.13)

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - aprovada em 2006, pelo Conselho Nacional de Saúde, como instrumento para o combate à discriminação étnico-racial nos serviços e atendimentos oferecidos no SUS, bem como para a promoção da equidade em saúde da população - é resultado do reconhecimento do racismo como determinante social das condições de saúde da população negra. Afinal, como sublinham Ayres et al (2003), o racismo produz vulnerabilidades, sendo um produto da interação de três distintos planos: individual, social e programático. No entanto, para além desse reconhecimento das desigualdades raciais na esfera da saúde, é importante destacar que a PNSIPN também tem por subsídio a compreensão de que há especificidades inerentes a esse e outros grupos que demandam políticas e programas específicos, como defendem Batista e Monteiro (2010).

Werneck (2016) também destaca que se as formulações conceituais e estratégias de atuação em saúde da população negra foram resultado da organização de movimentos negros, as mulheres negras se destacaram não somente pela experiência histórica nas ações de cuidado, mas também por formarem um contingente expressivo das trabalhadoras na área da saúde. Ora, como sublinha

Oliveira e Sant'Anna (apud Araújo, 2015), na medida em que movimentos de mulheres negras vêm se evidenciando entre os movimentos negros, sobretudo a partir dos anos 1990, constituem-se também, na atualidade, como principais interlocutores do Estado no que diz respeito às políticas públicas que contemplam um conjunto de ações específicas, não só na área da saúde, mas também de educação e direitos humanos, de forma mais abrangente.

No percurso da luta que culminou na elaboração dessas políticas, Oliveira (2003) destaca como exemplos a iniciativa pioneira do Instituto da Mulher Negra (Geledés, SP), que criou o Programa de Saúde de Geledés, em 1991; da Casa de Cultura da Mulher Negra, em Santos (SP), que desde 1995 elenca ações e pesquisas acerca da violência de gênero e saúde com o recorte étnico-racial; e da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos/ Rede Saúde, articulação política de ONGs e feministas na área de saúde da mulher, fundada em 1991, que criou uma Assessoria para Assuntos da Mulher Negra (em 1996-1998); entre inúmeras iniciativas em todo o país.

Foi marcante ainda a articulação para a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em Durban, 2001, cujas atividades de preparação foram marcadas pela presença das mulheres negras organizadas. Como aponta Carneiro (2002), elas compuseram a maioria da delegação brasileira na Conferência Regional das Américas, no ano anterior, tendo participação decisiva para a aprovação dos parágrafos relativos aos “afrodescendentes”. Um dos marcos dessa articulação, segundo a autora, foi o papel de Fátima Oliveira na formulação de questões que destacaram a necessidade de ações, por parte da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que visassem ao reconhecimento do recorte racial/étnico e de gênero no campo da saúde, bem como a presença de Edna Roland, da Organização Fala Preta!, como relatora da III Conferência (MAIO; MONTEIRO, 2005).

É importante destacar que a Conferência de Durban foi marcante para o reconhecimento, em nível global, da urgência da implantação de políticas públicas para a superação das desigualdades raciais, ao pressionar os Estados e organismos internacionais a elaborarem programas voltados à população negra, como reparação histórica, destinando recursos adicionais aos sistemas que garantem direitos básicos, entre eles a saúde. Enfim, como ressalta Carneiro (2002), em âmbito nacional essa movimentação implicou no redelineamento de políticas, que visam à equalização da expectativa e qualidade de vida de brancos e negros.

5 | ANCESTRALIDADE, CUIDADO E POLÍTICA

Na medida em que partem do reconhecimento da importância histórica, política e cultural da valorização de saberes tradicionais, práticas integrativas, tecnologias leves como parte estratégica para a implementação de políticas de saúde para a população negra; as oficinas que compunham a Campanha Pró-Saúde da População Negra, como a descrita anteriormente, articulavam a PNSIPN e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC).

Para compreender essa articulação entre as duas políticas e a forma como foram mobilizadas a partir da oficina referida, é necessário entender a concepção de cuidado em saúde a qual é acionada. De acordo com Pinheiro (2008, p.112):

(...) não apenas um nível de atenção do sistema de saúde ou um procedimento técnico simplificado, mas uma ação integral que tem significados e sentidos voltados para compreensão de saúde como o 'direito de ser'. Pensar o direito de ser na saúde é ter 'cuidado' com as diferenças dos sujeitos – respeitando as relações de etnia, gênero e raça – que são portadores não somente de deficiências ou patologias, mas de necessidades específicas. Pensar o direito de ser é garantir acesso as outras práticas terapêuticas, permitindo ao usuário participar ativamente da decisão acerca da melhor tecnologia médica a ser por ele utilizada.

Desse modo, valorizar os saberes de comunidades tradicionais, como as quilombolas e religiosas de matriz africana, numa interface com os saberes técnico-científicos dos profissionais de saúde significa estabelecer novas redes de apoio e cuidado à saúde, de modo a possibilitar o aperfeiçoamento de recursos humanos e o fortalecimento de equipamentos públicos.

Nessa perspectiva, as relações intersubjetivas e as práticas rituais produzidas nesses territórios favorecem o acolhimento, a construção de saberes e a promoção da saúde, além da renovação das tradições, como o uso terapêutico de plantas (ALVES; SEMINOTTI, 2009). Para além disso, como destaca Oliveira (2003), esse processo de valorização dos saberes tradicionais, que implica a sua desestigmatização, inclui um olhar para os terreiros enquanto espaços que física e/ou simbolicamente podem ser potencializados enquanto polos de difusão de conhecimento e educação popular em saúde da população negra.

Na cosmovisão das religiões de matriz africana no Brasil, o corpo deve ser cuidado e preservado, uma vez que também é morada dos deuses, dos Orixás; e essa valorização do corpo e do autocuidado é fortemente presente nos mitos e ritos. As ideias de cuidado, saúde e doença são construídas numa dimensão do sujeito em sua integralidade, cuja harmonia se dá quando há consonância entre o meio, o sagrado e o humano (que ocupam por vezes o mesmo corpo); o mental e o físico. Nesse contexto mítico-religioso, bem como no da nossa oficina descrita, a oralidade é fundamental, uma vez que a partir dela, além dos ensinamentos, é “reconstruída

uma rede histórica ancestral, permitindo e possibilitando a compreensão e inserção das pessoas a essa mesma rede significacional e sensorial, propiciando às pessoas o sentido de pertença” (COSTA, 2009, p.338).

A categoria ancestralidade faz referência inevitavelmente à cosmovisão das religiões de matrizes africanas no Brasil, mas também aos modos vida nas comunidades formadas em torno dessas práticas religiosas. Note-se que embora em nenhum momento alguma religião tenha sido mencionada na experiência descrita anteriormente, o modo de transmissão e compartilhamento de saberes através da oralidade, bem como a apropriação de elementos naturais como fundamentais ao cuidado e a concepção de um ser cujo corpo e mente estão inevitavelmente integrados constituem-se como elementos que reforçam um modo de vida não ocidental que nos chega como herança sobretudo por meio dessas religiões.

Como nos diz Sueli Carneiro (2008a), as práticas religiosas na Diáspora foram uma das formas de resistência da população negra à negação de sua humanidade. É necessário, assim, tomá-las para além do campo da religião, uma vez que o terreiro inseriu e ainda insere os indivíduos em relações alternativas àquelas impostas pela sociedade de classes, configurando-se como uma forma particular de organização social e política. Enfim, uma resistência à ideologia dominante, prática alternativa ao poder vigente. Trata-se assim da persistência de uma forma cultural, embora com elementos que foram reconstituídos, reconstruídos e transformados ao longo da história. (THEODORO, 2008).

A ideia de ancestralidade, tal como foi utilizada na experiência descrita refere-se à memória e identidade da população negra através da diáspora. Trata-se de uma categoria política amplamente mobilizada nos movimentos negros e especialmente de mulheres negras. Entre nós, referir-nos à ancestralidade implica concepções de feminilidade, subversas a de um discurso racista, que nos animaliza e constrói a ideia de um corpo forte e indolor, fonte de auto-ódio, auto-rejeição e não digno ao cuidado. Sobretudo, aciona-se por meio dessa categoria a noção de um corpo portador de memória e história.

Como aponta Fonseca (2009), corpos negros são marcados historicamente, associados ao perigo e ao mal fundamentado na cosmovisão religiosa judaico-cristã e na perspectiva prometeica greco-romana. A partir daí, o sujeito negro é negado pelos traços fenotípicos que carrega, sendo o conjunto “cor-corpo-negro” constituído sob referenciais sociais, políticos, econômicos, teológicos e ideológicos. A reação a ele, sistematicamente é pois, o tratamento violento daqueles que o controlam, quando deveriam, em tese, cuidar e proteger, como é o caso do racismo refletido nas ações dos profissionais da saúde e da força policial.

É a memória o princípio ativo que norteia a experiência vivida na oficina. Podemos dizer memória a partir do corpo e sobre o corpo; a partir do cuidado e

sobre esse cuidado. São corpos que, a partir de suas individualidades, permitem-nos o acesso a uma memória que também é coletiva, e por isso compartilhada. Ora, em grande medida, assumir que esses corpos precisam ser olhados humanamente, cuidados, pensados em suas peculiaridades já é em si ato de resistência e de subversão a um estigma historicamente construído em decorrência do racismo. É pois, processo de construção de consciência política, na medida em que se reflete, coletiva e individualmente, sobre as relações de poder, não apenas sobre aquelas nas quais esses corpos estão inseridos, mas também aquelas as quais neles mesmos se inscrevem.

O acesso à memória, ativado quando é perguntado às mulheres de quais cuidados se recordam, constitui-se ao mesmo tempo enquanto conteúdo e método, através de uma tradição oral, fundamental nas culturas africanas. É processo tanto de (re)sistência, como de (re)conhecimento de uma forma de existência, ao basear-se em outras formas de enxergar, lidar e cuidar do próprio corpo. Relação essa que é germinada desde o primeiro momento da oficina, em que se propõe alongar-se, olhar-se, observar-se.

Enfim, na medida em que, como nos diz Stuart Hall (2003) em relação às culturas negras, o corpo se faz tela de representação, nossos corpos, como sublinha Amador de Deus (2011), fazem-se textos nos discursos que enunciam, corpos que falam. Corpos-textos, corpos-territórios, corpos-memórias, que se reconhecem enquanto corpos políticos, e a partir dos quais se reflete sobre a condição de ser negra em uma lógica vigente que nos desumaniza.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante notar o fazer político, tal como foi mostrado, em duas dimensões complementares. A primeira, institucional, na qual movimentos negros se organizam a fim de fazer com que o Estado reconheça os efeitos do racismo no acesso à saúde da população negra e a necessidade de políticas públicas específicas. Complementarmente, em uma segunda dimensão, a política é exercida nas bases, ou seja, no esforço para tornar esse debate de fato público e garantir que essas políticas extrapolem o papel e realmente se efetivem.

Ora, esse é um desafio que não se encerra na pauta da saúde e suas respectivas conquistas. O mesmo acontece em outras áreas, como na Educação, na qual também alcançamos, através das lutas organizadas, políticas afirmativas importantíssimas para iniciarmos um processo de reparação. A dificuldade comum às duas áreas é o fato de que, para além da existência das leis, o contexto de uma sociedade racista cujo senso comum ainda é construído sob a égide da democracia racial impedir que, na maioria das vezes, o debate chegue à maior parte da

população.

É ainda importante lembrar que se considerarmos a organização política de mulheres negras como fundante na sociedade brasileira, isto é, estamos organizadas e temos um papel fundamental e estrutural na resistência da população negra no Brasil; essa luta pelas bases, dada no diálogo direto com a população, na formação de lideranças e intelectuais orgânicas é muito anterior à conquista de políticas públicas. Também foi devido à mobilização dessas mulheres, desde os movimentos de bairro, pastorais, terreiros e quilombos até lugares estratégicos de articulação, seja entre si, seja com outros agentes e setores da sociedade civil, que chegamos à elaboração de políticas institucionais. É pois, por meio da continuidade desse diálogo e nesse fazer político em dimensões complementares que prosseguimos com a luta pela equidade, reparação e justiça racial.

Dada essa pluralidade inerente a tais articulações, pensar movimentos de mulheres negras ou ainda mais amplamente, mulheres negras em movimento, em torno dos mais plurais temas, fornece-nos subsídios à reflexão que vai além das pautas em si. Permitem-nos pensar as próprias concepções de cultura, política e movimento que são acionadas, mobilizadas e construídas coletivamente no decorrer desses processos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam C; SEMINOTTI, Nédio. **Atenção à saúde em uma comunidade tradicional de terreiro**. Rev. Saúde Pública 2009;43(Supl. 1):85-91.

AMADOR DE DEUS, Zélia. **O corpo negro como marca identitária na diáspora africana**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des)Igualdades. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011.

ARAÚJO, Marcos V. R. **O Movimento negro e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: Heterogeneidades e Convergências**. Tese (doutorado). Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, 2015.

BAIRROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados**. Revista Estudos Feministas. 1995. (3:2), Florianópolis-SC, pp.458-463

BATISTA, Luis E.; MONTEIRO, Rosana B. **Política de Saúde da População Negra no Estado de São Paulo: focalizando para promover a universalização do direito à saúde?** BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.) v.12 n.2 São Paulo ago. 2010

CARNEIRO, Sueli. **A Batalha de Durban**. Revista de Estudos Feministas. 2002, vol.10, n.1, pp.209-214

COSTA, Adailton Moreira. **Candomblé e Saúde**. In: **Leituras afro-brasileiras: territórios, religiosidades e saúdes**. EDUFBA, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas. 2002.(10:1), pp. 172-188.

- FONSECA, Dagoberto José. **O corpo do afro-brasileiro, a saúde e a violência na maca e em coma: uma abordagem necessária**. In: Leituras afro-brasileiras: territórios, religiosidades e saúdes. EDUFBA, 2009.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- LEAL, Maria do Carmo; GAMA, Silvana G. N. da; CUNHA, Cyntia Braga da. **Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto, 1999-2001**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 100-107, 2005.
- MAIO, Marcos Chor; e MONTEIRO, Simone. **Tempos de racialização: o caso da 'saúde da população negra' no Brasil**. História, Ciências, Saúde, v. 12, n. 2, p. 419-446, maio-ago. 2005.
- OLIVEIRA, Fátima. **Saúde da População Negra: Brasil Ano 2001**. Brasília: Organização Pan Americana da Saúde, 2003.
- PINHEIRO, Roseni. **Cuidado em Saúde**. In: Pereira IB, Lima JCF (org.). Dicionário da Educação Profissional em Saúde [Internet]. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; 2008 [Acesso em 06 set. 2018]. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/cuisau.html>.
- THEODORO, Helena. 2008. **Religiões afro-brasileiras**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin(org).2008. Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente. São Paulo: Selo Negro.
- TRAD, Leny A.B.; BRASIL, Sandra Assis. **O movimento negro na construção da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e sua relação com o estado brasileiro**. In: BATISTA, Luís. Eduardo. et al. Saúde da População Negra. Brasília: ABPN, 2012. p.70–97.
- WERNECK, Jurema. **De Ialodês e Feministas: Reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe**, 2008. Disponível em: <http://mulheresrebeldes.blogspot.com/2008/10/de-ialods-e-feministas>. Acesso em 26/05/2018
- _____. **Racismo Institucional e Saúde da População Negra**. Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.

NEGOCIAÇÕES COM UM AGRUPAMENTO MILITAR ESTATAL: O INÍCIO DE UMA ETNOGRAFIA COM O CORPO DE BOMBEIRO

Data de aceite: 04/05/2020

Talita Cristina Costa

Uma versão inicial deste trabalho foi apresentada na XVII Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

RESUMO: Este paper tem a proposta de refletir acerca da atual pesquisa de mestrado que desenvolvo a respeito das noções de corpos entre os bombeiros. Esse estudo está em fase de conclusão e será sobre o processo de negociação de aceite dessa pesquisa com o Corpo de Bombeiros. No Brasil, essa instituição é militarizada e de responsabilidade de cada estado brasileiro, na constituição está previsto que os bombeiros militares podem vir a desempenhar função de policial. No estado de São Paulo o Corpo de Bombeiro Militar do Estado de São Paulo integra também a Polícia Militar paulista, juntamente com as demais polícias especializadas. O intuito desse artigo é analisar a negociação inicial com o Corpo de Bombeiro Militar de São Carlos – SP. Essa análise será realizada a partir de uma pesquisa qualitativa que considerou a hierarquia militar, principalmente das relações de poder assimétricas e situacionais, capazes de estabelecer um superior em relação ao

outro. Para isso, analisarei as hierarquias em três contextos: O primeiro entre os próprios bombeiros militares a partir do caminho que percorri na minha primeira ida ao Corpo de Bombeiros de São Carlos; em segundo apontar a hierarquia entre as instituições militarizadas brasileiras e pôr fim a hierarquia estabelecida entre os bombeiros militares e eu enquanto pesquisadora.

PALAVRAS-CHAVE: Bombeiro Militar. Metodologia. Antropologia do estado

INTRODUÇÃO

O Corpo de Bombeiro no Brasil surge formalmente no século XIX após uma série de incêndios no Rio de Janeiro, como o da Rua do Rosário em 1850 no centro da cidade onde hoje é a Rua XV de Novembro, esses incêndios geraram apenas um projeto de lei visando a prevenção. E foi apenas em 1856 que Dom Pedro II assinou um decreto criando o Corpo de Bombeiros da Corte, cabe ressaltar que essa corporação surge formalmente sem menção a militarização ao mesmo tempo em que integra trabalhadores militares, (CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, 2017) Já que essa lei definia também os primeiros bombeiros

que eram operários de arsenal e da Marinha, esses compõem as Forças Armadas que são militarizadas, por fim previa também a formação de novos bombeiros previamente treinados e formados. (BRASIL, 1856)

Na Constituição Federal de 1988, aparecem como funções do Corpo de Bombeiro Militar “a execução de atividades de defesa civil” e também a disposição enquanto força auxiliar e de reserva do Exército. Sendo assim, os bombeiros militares podem vir a desempenhar “a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” e “manutenção da ordem pública”, sendo que estas funções dizem respeito ao Exército e à Polícia Militar respectivamente, mas podem estender-se aos bombeiros. Dito de outra forma, “bombeiro militar também é policial”, como me disse um cabo durante trabalho de campo prévio que realizei em São Carlos, além de poder vir a ser convocado em caso de ameaças externas.

Em São Paulo, foi em 1880 após o incêndio na biblioteca da Faculdade de Direito e o arquivo do Convento de São Francisco em São Paulo, é criada a companhia de urbanos vinculando juntamente com o corpo policial. (CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, 2017). Os bombeiros paulistas passam a ser de responsabilidade da então chamada província de São Paulo, o que é hoje o estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1880). No mesmo período os bombeiros de todo o país passam a ser formalmente militares, mais especificamente passam a ser formados por uma graduação militarizada (BRASIL, 1880).

Sendo assim, a ideia de Corpo de Bombeiro no Brasil surge a princípio de forma não militarizada, ao menos não oficialmente. Entretanto os primeiros bombeiros foram alguns dos militares das Forças Armadas, no estado de São Paulo em específico a vinculação do Corpo de Bombeiros à Polícia Militar inicia desde a sua formação oficial.

Além do princípio militar e a vinculação à Polícia, conforme demonstrei anteriormente, que são elementos importantes para compor esse texto, esse paper tem como objetivo principal enunciar as questões suscitadas no início da etnografia com o Corpo de Bombeiro Militar, especificamente quanto ao processo de negociação para o aceite da pesquisa. Pretendo destacar aqui os tipos de negociações, a formalidade e informalidade dessas relações, as especificidades encontradas nessa corporação e também o caminho percorrido para o aceite final tendo em vista a relação com a Polícia. Compreendendo esse processo de aceite como parte integrante da própria pesquisa, ou seja, esse processo enquanto possibilitador de análise dos próprios arranjos e organização desse agrupamento. Para dar continuidade à discussão apresento brevemente o Corpo de Bombeiros.

No Brasil existem dois agrupamentos de bombeiros: Os militares e os civis. Os últimos são formados profissionalmente a partir de cursos técnicos privados com

funções delimitadas territorialmente em grandes eventos e organizações particulares. Já os bombeiros militares paulistas são admitidos a partir de concursos públicos, profissionalmente vinculados à Secretaria de Segurança Pública e prestam serviços a toda sociedade tanto em espaços públicos quanto privados, compondo um dos agrupamentos militares¹, responsáveis pela prestação dos primeiros socorros em acidentes (principalmente os automobilísticos), resgates de animais e incêndios. Segundo o último censo realizado em 2019 no Corpo de Bombeiro militar paulista há um efetivo de 8,2 mil bombeiros militares, eles estão espalhados em cento e setenta e três cidades do estado de São Paulo². (CORPO DE BOMBEIROS, 2019)

O Corpo de Bombeiro Militar do Estado de São Paulo está dividido em grupamentos e subgrupamentos ao longo das cidades de São Paulo. No todo são vinte grupamentos, essa divisão determina a região de atuação desses profissionais, no caso dessa pesquisa será dada continuidade no desenvolvimento da etnografia na unidade de São Carlos, pertence ao Décimo Sexto Grupamento de Bombeiro (região de Piracicaba) e do Terceiro Subgrupamento de Bombeiro (região de São Carlos).

A organização dos Corpos de Bombeiro Militar, assim como os demais órgãos militarizados brasileiros, apresenta o elemento da hierarquia. Esse adjetivo está presente em todas as instituições militares e é estruturada a partir de patentes, elas vão da mais baixa (soldado) até a mais alta (coronel). Esse princípio funciona enquanto uma fila indiana, ou seja, um militar sempre está em uma relação de superior ou de inferior em relação ao outro colega de trabalho que é estabelecido principalmente pela patente. Ainda que dois ou mais militares tenham a mesma patente, outras características como tempo de serviço e um bom cumpridor das regras determinará quem é o superior. Essas relações estruturam diferentes aspectos da vida como as amizades, de quem cumpre ou estabelece as ordens. (LEIRNER, 1997)

Voltando a proposta desse paper, por se tratar de um agrupamento estatal é preciso uma autorização, muitas vezes formal e timbrada em papel, atestando o aceite para a realização de estudos com esses próprios trabalhadores estatais, ocorrendo tanto no nível formal com assinaturas e carimbos por exemplo, quanto no informal nos pequenos acordos verbais. Para esse processo é preciso definir logo no primeiro contato todo um percurso de pesquisa, informações muito semelhantes ao que é exigido no processo seletivo de pós graduação sobretudo no projeto de pesquisa.

Para essa discussão, estruturei o texto em quatro momentos. Partirei da descrição e análise da minha primeira ida ao Corpo de Bombeiro Militar de São

1. As outras instituições militares são a Polícia Militar, Exército, Marinha e Aeronáutica, esses três últimos formam as Forças Armadas.

Carlos para discorrer sobre as especificidades de analisar uma corporação estatal militar, e a hierarquia entre esses trabalhadores presente nos níveis de negociação. Em seguida apresentarei os meios com que a relação do Corpo de Bombeiro Militar e a Polícia Militar e Exército foram sendo apontadas e refletidas a partir da própria negociação. No terceiro momento analisarei a relação hierarquizada entre os bombeiros militares e pesquisador, ressaltando as diferenças com os demais estudos sobre Polícia e Exército. Em seguida finalizo amarrando as principais conclusões e relacionando com a agenda de pesquisas sobre militares.

NEGOCIAÇÕES COM OS MILITARES: HIERARQUIA MILITAR

Eu cheguei em frente ao Corpo de Bombeiro Militar, [...] decidi entrar pelo portão de grade e seguir até a guarita para informar o meu interesse em realizar a pesquisa, indicando que eu sou estudante de Ciências Sociais da UFSCar². O soldado bombeiro não demonstrou muita reação e interfonou pedindo para falar com o cabo bombeiro e em seguida pergunta se ele podia “liberar a minha entrada”, em sequência ele apontou a direção que eu deveria percorrer, no meio do caminho confirmei o percurso em uma outra guarita. Chegando na entrada do prédio fui recebida pelo cabo bombeiro com um olhar curioso, ele se mostrou empolgado com a pesquisa, indicando uma abertura para pesquisa que eu nunca li ou ouvi em outras pesquisas com militares. (Nota do diário de campo)

O parágrafo acima foi uma das primeiras anotações no diário de campo, e que revisitando posteriormente apresenta importantes elementos acerca dos bombeiros militares. Aqui nessa parte em específico do paper analisarei o modo com que a hierarquia militar reflete nas negociações necessárias para o aceite da pesquisa, dito de outro modo, como que essa hierarquia delimita e especifica o trajeto percorrido nesse processo.

Costumeiramente em pesquisas com instituições militares, o primeiro contato para a negociação de aceite da pesquisa inicia na própria tentativa de entrada no espaço físico do agrupamento que se reflete na guarita presente nos diferentes agrupamentos militares, logo na entrada intermediando a entrada.³ Nesse momento o pesquisador se apresenta no nível pessoal, indicando o seu nome e o interesse, o militar da guarita avalia se tem informação suficiente a respeito do pesquisador, pode vir a fazer perguntas mais específicas como quanto ao vínculo com a faculdade. Tendo as informações que ele considera suficiente, direciona o pesquisador para dentro do espaço físico da corporação para conversar com um militar superior.

No momento da guarita é preciso você se apresentar e indicar o seu objetivo, importante também indicar que os militares responsáveis pela guarita são das patentes mais baixas dos *praças*, responsáveis por basicamente executar a ordem

2. A negociação para a realização da pesquisa ocorreu a partir de 2016.

3. Interessante apontar, ainda que não seja o tema do paper, como que a ideia de guarita está presente fisicamente em diferentes contextos como nos condomínios fechados e outras instituições como escolas.

de seus superiores. Ou seja, a primeira negociação na guarita é realizada com um militar da patente de soldado e se dá verbalmente, em seguida é direcionado a um militar de patente superior a esse primeiro.

Nesse momento, como ocorre uma negociação mais formal e detalhada com o superior que geralmente é das patentes mais altas dos *praças*, inclui-se uma apresentação do próprio pesquisador mais longa, traçando relações da sua vida com o interesse de pesquisa. Esse superior é da chamada “comunicação social”, responsável pela comunicação com a sociedade não militar – civil, geralmente essa última negociação é realizada formalmente a partir de uma carta com assinatura do pesquisador, orientador e as vezes também por um chefe de departamento, mas não foi o caso dessa pesquisa. (CASTRO e LEIRNER, 2009)

Outra importante característica dessa etapa de negociação são as especificações da pesquisa que precisam ser enunciadas, inclusive também para serem aprovadas. Refiro-me as informações como objeto de estudo, objetivo e metodologia, essas questões fundamentais são assim estabelecidas antes do início do desenvolvimento da pesquisa, interessante também comparar como essas informações também são cobradas no processo seletivo de pós graduação. Essas informações típicas de um projeto de pesquisa, em se tratando de pesquisa com instituições em específico as militares, são analisadas e aprovadas (ou não) antes mesmo do início da pesquisa – tanto por parte dos informantes quanto da faculdade.

Diferente do que eu esperava e havia lido até então, o acordo com o responsável bombeiro militar da comunicação social foi realizado verbalmente, não necessitando de assinaturas e carimbos dos meus superiores na faculdade. Nesse mesmo dia eu pude realizar as minhas primeiras entrevistas com esses bombeiros, o que foi particularmente desesperador já que eu não tinha estruturado totalmente as perguntas, pois não havia previsto que nesse mesmo primeiro dia poderia realizar entrevistas.

Importante também indicar a relação entre as patentes e os tipos de negociações envolvidas. Por exemplo, a negociação com o bombeiro militar da guarita foi superficial e rápida, já com o bombeiro militar cabo responsável pela comunicação social ainda que tenha sido também verbalmente, ocorreu de forma mais detalhada e demorada, e ainda que ele ocupe uma patente não tão alta, ele é o que possui a patente mais alta entre os bombeiros daquele agrupamento em São Carlos.

O processo de negociação segue em conformidade com a hierarquia interna – a hierarquia militar e a disciplina. As negociações adquirem especificidades conforme o nível de entrada que você está. Quanto mais longe do prédio físico da corporação, mais a negociação se dá de modo informal e com os profissionais de menor patente. A negociação formal, no sentido da necessidade de assinaturas e/

ou de informações mais específicas e detalhadas se dá com os praças de patentes mais altas do agrupamento, é igualmente interessante apontar como que uma leva a outra.

Não pretendo com essa reflexão gerar um dualismo de um lado entre praças e negociações informais e do outro os oficiais e as negociações formais, mas sim apontar como que esses dois estão presentes na própria negociação e, mais do que opostos, são complementares já que um direciona ao outro, pois mesmo após o aceite final da pesquisa ainda é necessário empreender acordos com, por exemplo, os bombeiros entrevistados como o que “é melhor ou não escrever”. E também como que esse percurso de negociação está diretamente relacionado a divisão hierárquica desses trabalhadores.

A HIERARQUIA ENTRE AS INSTITUIÇÕES MILITARES

Enquanto ainda estava negociando com o cabo bombeiro militar questioneei a respeito da relação do Corpo de Bombeiro Militar com à Polícia Militar, pois os bombeiros militares são subordinados à Polícia Militar, assim perguntei se não era necessário pedir autorização formalmente a algum setor específico da Polícia Militar do Estado de São Paulo, ele respondeu que não e informou que essa subordinação do Corpo de Bombeiro Militar “possui uma certa liberdade”.

Essa relação entre polícias e bombeiros não é a mesma em todos os lugares, nos países como Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha, os bombeiros têm a sua estrutura de comando influenciada pela estrutura hierárquica de patentes, mas não são subordinados a uma polícia militarizada, como é o dos bombeiros militares no Brasil, dessa forma o Brasil possui essa especificidade.

A dupla subordinação do Corpo de Bombeiro Militar com à Polícia Militar e Exército traz efeitos de nível cotidiano, principalmente quanto a questão orçamentária, refletindo na contratação de novos bombeiros por exemplo. Reflete também nas próprias funções que os bombeiros militares podem vir a desempenhar, no caso das funções de Polícia e do Exército que possuem objetivos bem diferentes das do bombeiro militar conforme explicitiei anteriormente. Entretanto, esse vínculo *não influenciou* até o momento na negociação para a realização da pesquisa, não foi necessária autorização escrita ou verbal da Polícia Militar paulista ou Exército.

Vale destacar que no Brasil os estudos sobre o Corpo de Bombeiro privilegiam principalmente uma abordagem acerca das questões de saúde, ou melhor a falta dela, em torno dessa profissão a partir de pesquisas de curta duração. Diferente da Polícia Militar que possui experiência em receber propostas de pesquisa, o Corpo de Bombeiros não possui a mesma experiência, por exemplo não tem assim um

trajeto de pesquisa previsível.

A HIERARQUIA ENTRE MILITARES E PESQUISADOR

As pesquisas com organizações estatais trazem a especificidade de tratar pessoas e instituições, cuja relação com o pesquisador é de superioridade. O estudo não se dá em um contexto em que o pesquisador está em igualdade de relações de poder, nem tão pouco de superioridade esse último característico da grande maioria dos estudos antropológicos, trata-se de pesquisas sobre e a partir de informantes que possuem agência e eficácia no mesmo contexto em que nós pesquisadores estamos inseridos, são interlocutores que exercem ações diretas de diferentes modos com questões que afetam a todos nós como criminalidade, combate as drogas e incêndios, por exemplo.

Desse modo trata-se de estudo com interlocutores que estão inseridos no mesmo contexto em que nós pesquisadores, capazes de constantemente interferirem decisivamente nesse mundo compartilhado entre nós. Há uma importante bibliografia que discute a respeito dessas questões e nomeiam esses tipos de estudos como “estudos de elite” (CASTILHO et all, 2014)

Esses “estudos de elite” possuem o objetivo de refletir sobre os impasses metodológicos para a realização desses estudos com objetos de estudo hegemônicos. Uma das propostas defendidas é a ideia de estudar através dessa relação assimétrica, ou seja, destacando os constantes atravessamentos que esses objetos de estudo geram nas nossas vidas, interferências de níveis práticos e cotidianos, essa é a proposta que sigo aqui nesse paper.

Quando se fala especificamente de agrupamentos militares, é complexa essa relação assimétrica, já que estes detém o domínio bélico legal, além da ideia de um inimigo a ser combatido e exterminado, característicos dos relatos das etnografias sobre Policiais e Exército⁴. Entretanto, e quanto ao Corpo de Bombeiro Militar? Nesse início de pesquisa me foi apresenta a ideia de tratamento igual a todos da sociedade civil, por enquanto foi apresentado as ameaças a vida enquanto inimigo que deve ser combatido. A respeito do porte de arma, os bombeiros militares não trabalham armados.

Ainda comparando a minha pesquisa com essa bibliografia sobre os militares, outra diferença é quanto a rápida aceitação da proposta de pesquisa, ao menos por enquanto. Não houve as visões estereotipadas de cientista social inúmeras vezes citadas nesses estudos, não precisei responder questões acerca da minha preferência política ou se usava drogas ilícitas. A pesquisa foi bem aceita e os bombeiros cooperam para isso.

4. Para citar alguns Celso Castro e Piero Leirner (2009) e Cristiano Faria (2014).

As perguntas que me foram feitas giraram em torno em torno de questões gerais sobre a minha pessoa, referente ao local que moro, quanto tempo era estudante de Ciências Sociais. Foi perguntado, e essa parte em profundidade, acerca dos meus objetivos e métodos de pesquisa, essa parte fui induzida a responder algumas vezes de diferentes modos, bem como justificar as minhas escolhas. Assim, a ideia de prever o desenvolvimento da pesquisa é uma característica que parece se repetir no Corpo de Bombeiro Militar assim como nas outras instituições militares.

Ainda sobre essa parte, foi necessário negociar principalmente a metodologia do projeto, não foi permitido por exemplo eu acompanhar um resgate, por mais simples que fosse, junto com eles no carro de bombeiros. Portanto foi permitido logo na primeira conversa, entrevistar os bombeiros militares, que por uma característica importante não foi acompanhada por um superior, como costuma acontecer nas pesquisas com as Forças Armadas e Policiais.

Essas primeiras entrevistas ocorreram com bombeiros que foram indicados pelo cabo bombeiro militar, ainda me lembro do que ele disse “como você quer pesquisar sobre nós, vou indicar os bombeiros que tem mais tempo de casa”, eu concordei com a sugestão e assim iniciei as entrevistas que basicamente giraram em torno da escolha profissional e da relação com a Polícia Militar.

A sala em que fui direcionada para realizar essas entrevistas tinha o formato típico de sala de aula (lousa, mesa do professor e carteira dos estudantes). A única diferença é que as carteiras estavam dispostas em um semi círculo. Quando eu entrei na sala por um momento fiquei em dúvida em como arranjar as carteiras, mas o bombeiro que entrevistei primeiro já foi arrumando as carteiras de modo que ficassem de frente uma pra outra.

Percebi que ao longo das minhas anotações havia uma grande curiosidade em ver o que era escrito, o que devido a nossa posição de carteiras era possível de ser conferido, não houve negociação do que eu deveria ou não escrever, os bombeiros entrevistados foram didáticos e pacientes em responder as minhas perguntas referente a instituição e das motivações para escolher e permanecer no Corpo de Bombeiro Militar.

Retomando a argumentação sobre a relação dos bombeiros militares comigo, percebi características importantes que a diferencia das pesquisas que li a respeito da Polícia e Exército, não me deparei com os estereótipos sobre cientista social e não houve grandes empecilhos colocados para o desenvolvimento da pesquisa, pelo contrário, houve uma facilidade. Outro importante apontamento é que as negociações até então se deram no nível verbal, não houve nenhum e-mail trocado ou carta assinada.

PRIMEIRAS CONCLUSÕES

Nessa primeira parte conclui-se que a hierarquia militar atravessa e constrói a trajetória da pesquisa, em específico a hierarquia entre os bombeiros militares, entre as corporações militares e a relação de superioridade comigo enquanto pesquisadora. O Corpo de Bombeiros também possui semelhanças ao comparar com as etnografias da Polícia Militar e Forças Armadas, como o pedido de aceite da pesquisa escrito e carimbado, identifiquei também as semelhanças como as negociações com diferentes patentes efetuadas ora mais formal outra informal, e como que todo esse processo segue em conformidade com a hierarquia militar já que perpassa da patente mais baixa para as mais altas.

Esse processo cria, portanto, uma trajetória de processo de negociação que informa também sobre o próprio agrupamento para além da hierarquia. Como os limites da entrada nessa corporação, por exemplo, eu não poderia acompanhar um resgate realizado por esses bombeiros, mas poderei acompanhar alguns dias de trabalho desses profissionais. Aponto também a dificuldade de se estudar um agrupamento que mobiliza noções tão comuns ao pesquisador, sendo difícil colocar em análise esses termos como segurança e trabalho em equipe para citar alguns.

Por fim, destaca-se que a agenda de pesquisas sobre militares está diretamente relacionada ao contexto político do período, por exemplo, a partir da criação das Unidades de Polícia Pacificadora aumentou a bibliografia nacional sobre a Polícia Militar. Entretanto, esse mesmo contexto político que incita novas produções e propostas de pesquisas também limita a diversidade de temas e objetos de estudos, como é o caso do Corpo de Bombeiro Militar.

REFERÊNCIA

BRASIL. Decreto nº 1.775, de 2 de Julho de 1856. Da Regulamento para o serviço de Extinção dos incêndios. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1775-2-julho-1856-571280-publicacaooriginal-94371-pe.html>>. Acesso em 01 jun. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.766, de 19 de julho de 1880. Concede graduações militares aos Oficiais do corpo de bombeiros. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7766-19-julho-1880-546991-publicacaooriginal-61631-pe.html>.

CASTILHO, Sérgio; LIMA, Antônio e TEIXEIRA, Carlos. Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Editora Contra capa, 2014. 256p.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (ORG.). ANTROPOLOGIA DOS MILITARES: REFLEXÕES SOBRE PESQUISAS DE CAMPO. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 242 p.

CORPO DE BOMBEIROS. O corpo de Bombeiros. Disponível em <http://www.corpodebombeiros>.

sp.gov.br/. Acesso em 01 de set. 2018.

COSTA, Talita. Bombeiro Militar: análise dos pressupostos teóricos nos estudos sobre a corporação. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. 35p. Trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, São Carlos 2017.

DESMOND, M. On the fireline: living and dying with wildland firefighters. University of Chicago. 2007
DESMOND, M. Becoming a firefighter. *Ethnography*, Vol 7(4): 387–421. 2012

DURÃO, Susana. Patrulha e proximidade: uma etnografia da polícia de Lisboa. 2006. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, ISCTE, Lisboa. 2006

DURÃO, Susana e OLIVEIRA, Joana. Comunidades de saber: Percurso de um cadete entre Moçambique e Portugal. *Cadernos de Pesquisa*. v.44, n.144, out-dez, 2014.

DURÃO, Susana e FERREIRA, Vitória. Das máscaras do Estado: mulheres e pesquisadoras na Polícia Militar. *O público e o privado*. V. 1, n. 28, jul-dez, 2016.

FARIA, Cristiano. “Vocês agora estão começando a parecer gente” a transformação do indivíduo em quase Estado: um estudo etnográfico no curso de formação dos soldados da polícia militar de Pernambuco. 2014. 200f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPE, Pernambuco, 2014.

LEIRNER, P. Meia Volta Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV/FAPESP, 1997.

LEIRNER, P. Notas sobre a Apropriação de uma Etnografia. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 279-286, 2006.

SÃO PAULO. Lei nº6, 10 de março de 1880. Autoriza o governo a organizar desde já, uma seção de bombeiros, e a fazer aquisição dos maquinismos próprios para extinção de incêndios na capital. Disponível em < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1880/lei-6-10.03.1880.html>> Acessado em 01 de jun. De 2018.

NATIVIDADE, Michelle. Vidas em risco : A identidade profissional dos bombeiros militares. *Psicologia & Sociedade*; 21 (3): 411-420, 2009.

NATIVIDADE, Michelle e BRASIL, Vanderlei. A Escolha Profissional entre os Bombeiros Militares. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 2006, 7 (1), pp. 37 - 43

VEIGA, E. Homenageia o trabalho de bombeiros no metrô. *Veja São Paulo*, 2007. Disponível em www.seguranca.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=8356

MCWILLIAMS, John. “MEN OF COLOUR”: Race, Riots, and Black Firefighters’ Struggle for Equality from the AFA to the Valiants. *J Soc Hist*, 41 (1): 105-125 2007.

O PENSAMENTO EXISTENCIALISTA SARTRIANO E AS CONTRIBUIÇÕES AO DIREITO DO TRABALHO: INTERSECCIONALIDADES EM DEBATE NA LUTA POLÍTICA DOS/AS TRABALHADORES/AS

Data de aceite: 04/05/2020

Guilherme Baggio Costa

Programa de Iniciação Científica – Sartre: Existencialismo e Liberdade, Departamento do Curso de Direito, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão – Paraná, Brasil
contato: guilhermebaggiocosta@hotmail.com

RESUMO: O presente ensaio teórico busca realizar diálogo entre o pensamento existencialista de Jean-Paul Sartre e o Direito do Trabalho, observando as interseccionalidades de raça, gênero e classe no mundo do trabalho e os efeitos, conseqüentemente, de uma sociedade racista, machista e capitalista aos/as trabalhadores/as. A exploração e dominação de classes provocam tensões no tecido social, em contrapartida, as lutas coletivas dos movimentos sociais possibilitaram ao Direito do Trabalho surgir como um mecanismo jurídico de combate às injustiças sociais e econômicas. Ademais, sem o ordenamento jurídico trabalhista viveríamos em um darwinismo social. Com a expansão de políticas neoliberais, flexibilizações e informalização da mão de obra, a existência do/a trabalhador/a é objetificada, intensamente, como um produto a ser comercializado. Não obstante, o existencialismo

sartriano pode auxiliar o Direito do Trabalho no edifício filosófico dos seus conceitos, como, por exemplo, os de escassez, sociabilidade, prático-inerte, entre outros. Ou seja, pode contribuir com o pensar sobre o/a homem/mulher em situação: o que esse/a faz ao enfrentar os determinismos sócio-históricos, principalmente nas questões do trabalho. As marginalizações e as opressões são construções humanas; entre essas, a exploração do/a trabalhador/a. Cabe ao Direito, portanto, adotar uma postura crítica e social no entendimento do engajamento dos/as trabalhadores/as em lutas coletivas, pelas quais protejam os seus direitos conquistados historicamente. Faz-se necessário o entendimento de que, dialeticamente, os/as homens/mulheres fazem as circunstâncias, e essas os/as fazem. Destarte, as desigualdades sociais, acentuadas pelo sistema capitalista, torna urgente pensar a categoria trabalho pelo viés das interseccionalidades de raça, gênero e classe, pois a população mais afetada no enfraquecimento das normas trabalhistas, na mercantilização da mão de obra e na não tutela de direitos trabalhistas, é a população negra, sobretudo as mulheres trabalhadoras que tem o seu trabalho sendo desvalorizado e não reconhecido pela sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Direito. Sartre. Trabalho.

1 | INTRODUÇÃO

O Direito do Trabalho nasceu em uma atmosfera social marcada pelas marginalidades e desigualdades na Inglaterra, no período histórico da Revolução Industrial. A partir desse contexto cultural e político, os estudos justrabalistas se fortaleceram, e tal ciência jurídica consolidou uma das suas mais fundamentais funções: melhorar as condições de pactuação da força de trabalho entre patrão/oa e empregado/a. No sistema capitalista que estamos inseridos, a abordagem do Direito do Trabalho protege o empregado das amarras do complexo financeiro de exploração e opressão que os/as trabalhadores/as enfrentam. O professor Mauricio Godinho Delgado (2017) em seus estudos, por exemplo, na sua obra *Curso de Direito do Trabalho*, afirma que na hipótese de o ordenamento jurídico trabalhista não existir, haveria a predominância de um darwinismo social¹.

Ao se discutir as motivações das condutas humanas, entre elas o trabalho², pensemos no estímulo originário dessas ações, que é a necessidade. E entender a relação homem/mulher-mundo, é enxergar o trabalho como práxis de um processo dialético, em que o homem terá a falta/carência, e através da sua atividade (trabalho) no ambiente social inserido, ele, negando sua falta, buscará o ser que a suprirá. O capitalismo, como modo de produção, ao mesmo tempo em que produz bens, igualmente produz escassezes, por conseguinte, ele faz da escassez uma das fontes das desigualdades sociais e econômicas, haja vista que, por não existir a abundância, a história da humanidade se estruturou pelo viés do mercado, na objetivação e alienação do/a homem/mulher. Portanto, nos debruçaremos neste texto, em uma relação de antagonismos entre liberdade/práxis, em uma dimensão material, não ontológica, da atividade humana no corpo social contemporâneo, visualizando a sociabilidade como a dialética entre liberdade e determinismos/história, e o prático-inerte como uma consequência drástica do capitalismo (PERDIGÃO, 1995).

No entanto, de acordo com a perspectiva que este trabalho propõe, perceberemos que na história da relação mulher negra-trabalho, o trabalho destas não foi e não é reconhecido como o é de outras mulheres e de homens brancos, principalmente, que nascem no seio de famílias com poder aquisitivo. Ademais, em diversos casos, a relação trabalhista direcionada às mulheres negras, nem sequer

1. O darwinismo social é caracterizado por naturalizar as desigualdades na sociedade, além de dividir a humanidade entre os “aptos” e “inaptos” a sobreviver. Aos “aptos” caberia os poderes econômicos, políticos e sociais, e aos mais “fracos” o destino seria a exclusão ou extinção. Essa concepção, infelizmente, justificava aos olhos das instituições, a consolidação dos sistemas de opressão. E neste ensaio teórico combateremos, epistemologicamente, toda e qualquer universalização, essencialismos e justificação de um suposto darwinismo social (BOLSANELLO, 1996).

2. O ensaio teórico aqui construído, entenderá o trabalho como uma aplicação de uma atividade humana coordenada necessária ao cumprimento de uma tarefa, à alguma finalidade (PERDIGÃO, 1995).

é formalizada, negando a elas que seus direitos trabalhistas sejam garantidos. Com o apontamento teórico, os estudos das interseccionalidades emergiram da luta do feminismo negro, portanto, consolidaram-se batalhas de mulheres negras nas esferas políticas, culturais e sociais. Segue-se, por caminhos epistemológicos, uma afirmação: as mulheres negras da periferia têm seus corpos atravessados por diversas discriminações de sistemas diferentes de opressão, como neste caso, o patriarcado, o racismo, e o capitalismo.

Devemos estudar essa importante ferramenta metodológica com a finalidade de compreender as variadas diferenças e os campos de articulação, na sociedade, que (re)produzem desigualdades. As práticas relacionais constroem, social e culturalmente, os sujeitos, de maneira que as estruturas de opressão atravessam diferenciadamente os corpos (CRENSHAW, 2002). Porém, as discussões jurídicas tradicionais e as esferas institucionais não reconhecem as interseccionalidades, e a realidade da classe trabalhadora, e em especial, a das mulheres negras.

Resgatar o pensamento crítico de Sartre, pelos estudos do professor de Direito, Silvio Luiz de Almeida (2016), sobre as questões socio-históricas, contribui, sobremaneira, para problematizarmos a lógica jurídica burguesa. Além de utilizarmos a conferência *Em Defesa dos Intelectuais* (1994), proferida por Sartre no extremo oriente, para questionarmos a atividade dos/as operadores do direito, que se tornam, no exercício da sua função, porta-vozes da ideologia capitalista, sintetizada pelo humanismo burguês.

2 | SARTRE, A ESCASSEZ, O DIREITO TRABALHISTA E AS MULHERES NEGRAS

Situados em uma conjuntura capitalista de entendimento do trabalho pela ordem do capital e da exploração dos/as trabalhadores/as, as obras de Sartre engendram a liberdade enquanto constitutiva do ser. Para Sartre, a racionalidade é um projeto e não uma característica inata, e a historicidade é consolidada a partir da dialética entre a liberdade subjetiva e as condições objetivas. A relação sujeito-história é fundamental para estudarmos as condições objetivas, pois a realidade histórica se circunscreve em dois aspectos: a atividade e passividade³ (ALMEIDA, 2016). Na obra *Sartre: Direito e Política*, Silvio Luiz de Almeida (2016) nos mostra que o Estado em um caráter impositivo, coloca as normas jurídicas como neutras e impessoais, utilizando da justificativa da preservação da ordem e da pacificação dos conflitos. A postura jurídica, adotada pelos/as operadores/as do direito, reforça a lógica do capital⁴ e da opressão na sociedade.

3. O sujeito é construído pela história, e ao mesmo tempo ele a constrói, conseqüentemente, atribui-se um sentido de liberdade e responsabilidade ao agente histórico (ALMEIDA, 2016).

4. Silvio Luiz de Almeida (2016) entende o capital como um produto coletivo, uma força social de imposição externa aos indivíduos, que conecta, em um campo material, a necessidade e o trabalho.

O Direito, sustentado pela racionalidade burguesa, protege os direitos naturais, logo, a liberdade, a igualdade e a propriedade privada são direitos inerentes aos homens; percebe-se, então, a propriedade privada como bandeira tutelada pelo Direito desde o período histórico da Revolução Francesa, no século XX. A manutenção dos modos de produção se fundamenta no termo “sujeito de direitos”, e essa filosofia jurídica determina um rol de direitos e deveres, descritos pela ordem econômica capitalista, para garantir a estabilidade de uma atmosfera social marcada pelas desigualdades e violências (ALMEIDA, 2016).

Paulo Perdigão (1995), na obra *Existência e Liberdade: uma introdução à filosofia de Sartre*, sustenta que o Ser orgânico surge circunscrito pela matéria inorgânica, pois ele depende do mundo material que está fora do indivíduo. Assim, a necessidade é uma das primeiras relações homem/mulher-mundo, e a falta de algo é cessada pelo trabalho, e/ou pela apropriação dos objetos da natureza. O trabalho possui dois aspectos: a carência e a negação da carência. Portanto, o homem implica à condição do corpo para atuar, no mundo material, usa todo o seu corpo para moldar o meio inorgânico. Esse processo constitui uma interiorização do exterior, que significa quando temos a consciência da realidade externa e sentimos a necessidade material de algo, e posteriormente, nós temos a exteriorização do interior, quando nos lançamos à realização de um projeto, na transformação da matéria inerte, passando a ser matéria trabalhada. Com o trabalho, há uma modificação da natureza, da matéria. A partir de nosso pensamento e desejo, projetando-nos na realidade objetiva, isso Perdigão escreve como a objetivação do homem (PERDIGÃO, 1995). O processo descrito anteriormente, acomete em um “futuro inerte”, uma mecanização do ser vivo.

O antagonismo ocorre na prática do tecido social, pois o contrato de trabalho é visto, pela sociedade capitalista como uma manifestação de liberdade, pois não foi imposto alguma pressão sobre o proletariado, pelo olhar do capital. O empregado torna-se sinônimo de homem livre, a realidade do/a trabalhador/a é escondida nas entranhas do capitalismo, não percebendo que os trabalhadores/as se vendem como um objeto material, devido às suas necessidades. Posteriormente, o/a trabalhador/a vê a sua liberdade em um regime de disciplina, desumanização e controle (PERDIGÃO, 1995).

As engrenagens do capitalismo produzem sistemas de opressão, que respingam, historicamente, nas questões de raça e gênero. Quando observamos a realidade dos/as trabalhadores/as, vimos que a classe burguesa impõe e se mantém pela legitimação jurídica das suas forças econômico-financeiras. No entanto, devemos ter um posicionamento radical, no sentido de compreender que essas opressões se constroem, socialmente, de maneira diferente entre os corpos. A interseccionalidade surge, nesse contexto, pela luta do feminismo negro,

justamente para mostrar que as desigualdades sociais que afetam as mulheres negras são interativas, e o capitalismo se entrelaça com o racismo e o machismo, pois são indissociáveis.

Djamila Ribeiro (2015) em sua dissertação de mestrado *Simone de Beauvoir e Judith Butler: Aproximações e Distanciamentos e os critérios da Ação Política*, cita diversas autoras para demonstrar que a resistência das mulheres negras se baseia em uma luta epistemológica e popular, diária, para enfrentar a realidade que as cometem. Entre as autoras citadas, está Grada Kilomba (2010, apud RIBEIRO, 2015), ela sustenta que a mulher negra é o Outro do Outro, tornando impossível a reciprocidade por não serem homens brancos, nem mulheres brancas e homens negros. O corpo atravessado pelo capitalismo, machismo e patriarcado colocam as mulheres negras em uma localidade de subalternidade muito mais difícil de ser superada ou transcendida. Observa-se que a luta de classes e as relações de conflito entre os homens/mulheres surgem da escassez, e que o trabalho enquanto relação laborativa entre empregador/a e empregado/a na sociedade contemporânea, exige uma proteção no ordenamento jurídico.

Quando pensamos sobre a categoria trabalho, o capitalismo por meio de práticas culturais de opressão e exploração, determinou, em um plano histórico, o local das mulheres negras em uma posição de sensualizadas⁵. Lélia Gonzalez (1983 apud RIBEIRO, 2015) percebe que há outras questões que afetam as mulheres negras, como o trabalho doméstico, ocorrendo o fortalecimento dessa concepção pelo imaginário cultural da “mucama”, ou seja, da escravizada que realiza o trabalho doméstico. É necessário que, quando as políticas públicas possuem uma finalidade de promover emprego, garantam a igualdade entre homens e mulheres e problematizem sua aplicabilidade – para qual mulher está sendo garantida essa igualdade, e se as políticas do Estado chegam as mulheres negras trabalhadoras (RIBEIRO, 2015).

Marcadas por um histórico de estigmas e erotização, os corpos das mulheres negras sofrem as consequências de uma sociedade capitalista, racista e patriarcal, os professores Flávio Gomes e Marcelo Paixão, no seu texto *Histórias das Diferenças e das Desigualdades revisitadas: notas sobre Gênero, escravidão, raça e pós-emancipação* (2012), apresentam dados de como as desigualdades ainda são presentes na sociedade brasileira. As conclusões que os professores chegaram foram: a condição de assalariada com carteira assinada era menos comum entre as mulheres negras, o emprego doméstico é mais ocupado por mulheres negras. A condição de empregador ser de mulheres negras são extremamente baixos, além de que a ocupação não remunerada era mais comum, exponencialmente, por mulheres

5. Vistas como “mulatas”, essa ideia está ligada, segundo Lélia Gonzalez (1983 apud RIBEIRO, 2015) ao imaginário colonial escravista brasileiro, principalmente nos anos de 1980, fomentadas pelas forças econômicas, culturais e políticas.

negras. Pode-se concluir, por conseguinte, que a igualdade formal defendida pelos neoliberais expressa o aumento de concentração de renda, discriminação no mercado de trabalho, além da marginalização social, econômica e política das mulheres negras, pois as ideias liberais não enfrentam com profundidade as desigualdades.

Com as marginalidades acentuadas, adotamos, segundo Delgado (2017), a definição mista de Direito do Trabalho. O Direito do Trabalho é o conjunto de normas, princípios e instituições que visam melhorar as condições sociais do/a trabalhador/a por meio de medidas protetoras e modificadoras das estruturas sociais, levando em consideração os diferentes sistemas de opressão. É evidente que as questões teleológicas envolvidas às normatizações trabalhistas não se restringem a mera formalização jurídica, mas também em compreender os processos de desmercantilização da força de trabalho na ordem capitalista na administração da oferta do labor humano, seja ela de atenuar ou eliminar os efeitos dessas opressões nas relações sociais, culturais, econômicas e políticas. Assim, há uma necessidade doutrinária de adotar pensamentos históricos e críticos, bem como a defesa da liberdade concreta dos/as trabalhadores/as em uma dimensão para além do capital.

2.1 A sociabilidade, o prático-inerte e as subalternidades de gênero e raça

Vimos, anteriormente, que a escassez é uma contingência original que faz as relações humanas serem conflituosas. Esses conflitos, gerados pela escassez, constituem a humanidade, e a história dos homens e mulheres, todavia, a sociabilidade, se estrutura na dialética entre liberdade e determinação. O professor Silvio Luiz de Almeida (2016), em seu capítulo *A descrição formal dos modos de sociabilidade*, defende que Sartre considera a formação dialética da sociabilidade como a relação do homem/mulher com o Outro, dentro do contexto material inserido. A escassez, por sua vez, afeta a maneira como se reconhece o Outro, tanto no plano ontológico quanto da ação prática, e esse reconhecimento é denominado por Sartre como reciprocidade (ALMEIDA, 2016). Para Perdigão (1995), a reciprocidade é definida como o mútuo reconhecimento do Outro como sujeito. A sociabilidade deve ser captada como práxis, ou seja, o homem/mulher suprindo a sua carência através da atividade humana sobre a natureza exterior. E devido a não abundância, as relações de trabalho tornam-se desumanas, impede-se, portanto, a reciprocidade positiva entre os sujeitos – esta que reconhece o outro como projeto, como liberdade –, estabelecendo-se, por conseguinte, uma guerra de homens contra homens.

A luta de classes originada da escassez, produz entre alguns efeitos, o prático-inerte, isto é o campo da materialidade, dos produtos das ações humanas (categoria universal). Prático, pois o campo material e objetivo é produzido pela ação prática dos/as homens/mulheres, e é inerte porque são expressas as práxis dos que

criaram os projetos já postos socialmente. Portanto, Perdigão afirma que o prático-inerte é totalidade, algo que foi constituído, um resultado final de uma totalização. Os homens/mulheres (categoria particular) revolucionários/as superam o prático-inerte, ultrapassam a passividade da práxis (PERDIGÃO, 1995). O/a trabalhador/a não consegue sair do modo de produção capitalista, pois para conseguir eliminar a escassez, ele/a se insere, constantemente, nesse prático-inerte, adaptando-se passivamente a tal sistema econômico e social. O capitalismo faz do/a homem/mulher um Ser objetivado, a característica descrita anteriormente se deve ao/a proprietário/a das máquinas, por exemplo, impor os fins que o/a trabalhador/a (indivíduo que vende a força natural de trabalho) deve executar, por consequência, ele/a trabalha a matéria, e obtém lucros em cima da mão de obra do/a operário/a.

Ao nos tornamos consumidores/as, clientes, usuários/as, objetos que vendem a sua força de trabalho ao capital, as nossas existências foram reduzidas a exploração e ao lucro de poucos. No prático-inerte, Sartre mostra que somos moléculas, partículas do corpo social, parte de um tecido cultural e político que retira as nossas qualidades e individualidades, chama-se isso de “estrutura molecular” ou “atomismo”, que produz a redução do indivíduo à um átomo de uma coletividade de átomos (PERDIGÃO, 1995). Sartre escreve também, segundo Silvio (2016), sobre o vampirismo⁶. O prático-inerte, para Sartre, faz do futuro do sujeito algo já predeterminado, por práxis anteriores, na história de homens e mulheres, isto é, um futuro-fatalidade. Diferentemente da práxis livre, que é a superação da realidade, com um futuro ausente de determinação, livremente projetado. A liberdade no prático-inerte é uma liberdade de escolha⁷, e não de obtenção (ALMEIDA, 2016).

Ao nos depararmos com o prático-inerte, a subalternidade se torna um empecilho gigante para as mulheres negras superarem as condições materiais de opressão, veja-se que até mesmo no movimento social feminista⁸, pelo olhar de Angela Davis (2016) na obra *Mulheres, Raça e Classe*, aponta-se que as pautas das mulheres negras trabalhadoras foram minimizadas pelas mulheres brancas da classe média norte americanas, que estavam voltadas ao sufrágio. Davis (2016) denuncia que no movimento operário, a influência da supremacia masculina era extremamente forte, fazendo com que apenas as categorias dos produtores de cigarros contratassem

6. O homem não sai da inércia material se nutrindo pela práxis individual, as ações humanas são reduzidas a passividade do coletivo, do domínio das condições materiais, a partir da problemática social, o homem prende as suas escolhas a reafirmação de leis que contribuem para a manutenção do capitalismo, racismo e patriarcado (ALMEIDA, 2016).

7. A liberdade de escolha é fundamental para a partir dela superar a condição material por meio da ação libertadora, em detrimento das estruturas de opressão do sistema (ALMEIDA, 2016). Aqui, entendemos, escolha não no sentido formal, mas no aspecto existencial de possibilidade de transcender.

8. Observemos que a própria filósofa existencialista Simone de Beauvoir descrevera as relações e hierarquias de poderes na sociedade. Quando ela afirma que as mulheres burguesas são solidárias aos homens burgueses ao invés das mulheres proletárias, e as mulheres brancas se solidarizam mais com os homens brancos do que com as mulheres negras, notamos o silenciamento que as mulheres negras sofrem/sofreram até nos movimentos sociais e como as questões de classe, gênero e raça estão interconectadas (BEAUVOIR, 2016).

mulheres nos EUA. Mesmo que as mulheres negras tivessem poderosos argumentos pelo direito ao voto, o movimento sufragista não as considerava. Um fato histórico exemplificador da realidade política das mulheres negras foi o incêndio na empresa norte americana, *Triangle Shirtwaist*, onde matou 146 mulheres que trabalhavam em condições insalubres, a maioria negra, assim, o feminismo negro lutou/a para eliminar a exploração e violência que eram/são legitimados pelo Estado, vendo o voto como uma das saídas emergenciais de luta política (DAVIS, 2016). Patricia Hill Collins (1968, apud RIBEIRO, 2015) utiliza o termo “forasteira de dentro” para descrever a posição social que as mulheres ocupam nos movimentos feministas, e que esses lugares são construídos conforme as posições desiguais de poder, estruturadas pelo capitalismo, racismo e patriarcado.

O direito é um dos fatores que aprofundam as condições formais para a mulher negra estar situada à margem na materialidade circundante, assim, Sartre define o modo de existência social produzido pelo prático-inerte como serialidade. Através da serialidade, o homem/mulher entra em uma profunda alienação, formando o Ser-de-Classe⁹. A justiça deve ser a negação do destino decidido por Outros, ela é projeto de superação da facticidade opressora do prático-inerte (PERDIGÃO, 1995). No entanto, a realidade social é fragmentada, há determinadas populações, como as mulheres negras, que sofrem opressão e discriminação diferenciadas, e as ciências jurídicas ignoram as desigualdades sociais e históricas que afetam as mulheres negras. Em contrapartida, o feminismo negro resiste e luta para a promoção dos direitos e garantias das mulheres negras, bem como, para alterar a facticidade em que elas estão inseridas. Portanto, discutir a categoria trabalho, é ouvir/ler as mulheres negras, as suas vivências, escritos, realidades e angústias, que as mulheres brancas não sofrem, muito menos os homens brancos com poder aquisitivo.

3 | O/A OPERADOR/A DO DIREITO, COMO ESPECIALISTA DO SABER PRÁTICO, NO ENFRENTAMENTO À LÓGICA JURÍDICA BURGUESA

As Ciências Jurídicas enquanto campo do saber e do conhecimento possui suas próprias formas de lidar com os problemas sociais que a invocam. Entre as fontes do direito, temos a doutrina¹⁰ como uma importante fundamentação teórica de refletir a relação homem/mulher-mundo, e a regulamentação das práticas humanas.

9. O Ser-de-Classe se deve a reciprocidade negativa dos indivíduos, desconectando os sujeitos uns dos outros, e se constroem enquanto trabalhadores/as por um estado de impotência coletiva, interiorizando a passividade, colocando o pertencimento à classe oprimida como um destino imutável (PERDIGÃO, 1995).

10. Para o professor João Maurício Adeodato (2014), o Direito por muito tempo negou uma das suas principais fontes que estão ao lado da lei e da jurisprudência: a doutrina. Ao fugir de toda forma de pensamento superficial e genérico, o Direito do Trabalho deve ser guiado por um forte debate doutrinário, de forma iconoclasta, no sentido de confrontar as visões dominantes (ADEODATO, 2014).

O Direito do Trabalho, por sua vez, busca uma finalidade extremamente forte de justiça social, e proteção do/a trabalhador/a frente ao sistema de opressão capitalista. Contudo, são os/as operadores/as do direito (advogados/as, professores/as do direito, juízes/as etc.) que constroem, cotidianamente, os entendimentos jurídicos sobre as temáticas sociais, econômicas e culturais da contemporaneidade. O que devemos problematizar aqui, são as posições e maneiras como exercem o *jurisdicto* (dizer o direito): esses são posicionamentos que fortalecem ou enfraquecem as lutas por justiça social? Mantêm ou eliminam as desigualdades construídas social e historicamente?

As conferências de Sartre, apresentadas no Japão em 1965, são cruciais para discutirmos as práticas dos/as operadores/as do direito. Para Sartre, o especialista do saber prático deve possuir uma proximidade ética com a criticidade em um aspecto revolucionário, para ele o intelectual moderno é um/a homem/mulher com suas contradições, próprias do capitalismo, à medida em se divide entre ser um pesquisador e um servidor da hegemonia. O/a intelectual é um/a universalista da técnica; um/a particularista na submissão, no entanto, é apenas quando ele se rebela que se torna intelectual. Aqueles/as que defendem a dominação e exploração com justificativas “científicas” não passam de falsos intelectuais a serviço da ideologia burguesa (SARTRE, 1994).

O/a intelectual sai da competência destinada socialmente a ele, e se encaminha a problematizar a conjuntura que está inserido/a. A práxis, nas palavras sartrianas, engloba o saber prático que revela, ultrapassa, conserva e modifica a realidade. Em uma análise da sociedade capitalista, pode-se notar que está estruturada por uma classe dominante, que determina os fins que deve ser realizada pela classe trabalhadora, e existe a classe trabalhadora que realiza os fins de forma passiva, e há também os técnicos¹¹. Aos técnicos está reservado os estudos dos meios, são os chamados setor terciário, estando aí localizados/as os/as advogados/as e juristas (SARTRE, 1994).

Os especialistas do saber prático surgem pela ascensão da ideologia burguesa, e de modo conseqüente, os trabalhos especializados criam concepções teórico racionais do Universo, justificando ações e reivindicações da classe burguesa, através do cientificismo mecanicista e analítico. A construção de garantir a manutenção dos privilégios da burguesia promove o atomismo social, como já citado anteriormente, constituindo fortemente a sociedade de classes, reproduzindo culturas machistas e racistas. Pela burguesia, o/a especialista do saber prático nasceu e cresceu, produzindo efeitos sob os costumes e pensamentos burgueses, a classe dominante define o número de técnicos, conforme o seu lucro, caracterizado pela seletividade

11. A atividade intelectual está presente nesse conjunto dos técnicos do saber prático, ou seja, todo técnico do saber prático é potencialmente um intelectual (SARTRE, 1994).

e praticidade de um humanismo burguês¹² (SARTRE, 1994). As relações de classe, gênero e raça regulam a seleção de técnicos do saber prático. A ideologia burguesa representa, para Sartre, um igualitarismo mentiroso, que condiciona os indivíduos ao imperialismo, racismo, colonialismo. A ideia de universalidade formal (“todos votam”, por exemplo) é vendida, empacotada a uma falsa concepção de liberdade.

O intelectual é um produto histórico, e é definido pela contradição entre a sua técnica universalista e a ideologia dominante. Sartre ao questionar sobre o intelectual, afirma:

Assim, o intelectual é o homem que toma consciência da oposição, nele e na sociedade, entre a pesquisa da verdade prática (com todas as normas que ela implica) e a ideologia dominante (com seu sistema de valores tradicionais). Essa tomada de consciência – ainda que, para ser real, deva se fazer, no intelectual, desde o início, no próprio nível de suas atividades profissionais e de sua função – nada mais é que o desvelamento das contradições fundamentais da sociedade, quer dizer, dos conflitos de classe e, no seio a própria classe dominante, de um conflito orgânico entre a verdade que ela reivindica para seu empreendimento e os mitos, valores e tradições que ela mantém e que quer transmitir às outras classes para garantir sua hegemonia (SARTRE, 1994, p. 31).

Ao tentar compreender a sociedade, é importante para o/a intelectual observar o ponto de vista dos mais desfavorecidos, pois Sartre falara na Conferência, que o intelectual não pode se libertar sem libertar todos os outros. Como o capitalismo é o sistema que mantém a ideologia burguesa, Sartre chamou de capital técnico todo esse processo de perpetuação do humanismo burguês, assim o/a intelectual deve fazer uma autocrítica perpétua, de se libertar, constantemente, das amarras da burguesia. É a tomada constante de consciência que permitirá ao homem/mulher controlar novamente a sociedade que faz dele escravo/a ou objeto (SARTRE, 1994). Almeida (2016) nos mostra que a consciência da situação concreta é adquirida na ação. A serialização e atomização são um dos empecilhos criados pelo capitalismo, para impedir os/as trabalhadores/as de se unirem em volta de uma ação concreta, instituindo a divisão como uma prática diária. Embora seja essencial os/as operadores/as do direito estarem conscientes das lutas, Sartre defende que apenas o povo, aquele que está em situações de exploração, é capaz de desenvolver o pensamento revolucionário, através da ação.

O direito deve ter a noção da justiça como justiça popular, em detrimento da moral burguesa. A moralidade burguesa se consolida com a legitimação da exploração do humano pelo humano, e o sentido de justiça deve ser ao contrário, uma reação contra a exploração ser vista como legítima. O liberalismo burguês tem fortes influências no Direito, como por exemplo, a igualdade formal, desconsiderando as desigualdades materiais que afetam os indivíduos, e por estarmos a *mercê* de uma

12. O humanismo burguês faz dos especialistas do saber prático meros porta-vozes da burguesia, um exemplo esclarecedor, cita Sartre, é quando os psiquiatras diziam que os povos africanos eram inferiores, devido a fisiologia dos seus cérebros e anatomia, assim, afirmavam que todos os homens eram iguais, exceto os escravizados. E essas relações são construídas a partir da escassez e do lucro (SARTRE, 1994).

justiça burguesa, há uma imparcialidade de classe. Na imparcialidade burguesa, as partes são tratadas como objetos, e os juízes como os porta-vozes da verdade, da moral e da legitimidade de uma reafirmação simbólica do poder estatal (ALMEIDA, 2016).

4 | A CATEGORIA TRABALHO PELAS MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS: A URGÊNCIA DA LUTA INTERSECCIONAL

Pensar nas esferas filosóficas, culturais, sociais, econômicas e jurídicas da categoria trabalho, é afetar diretamente as minorias políticas do nosso país. Discutir os aspectos objetivos e subjetivos do ordenamento justralhista, a maneira como são construídas as relações de trabalho e os direitos trabalhistas que são garantidos constitucionalmente, é falar principalmente das mulheres negras trabalhadoras. Com base historicamente na luta das mulheres negras, a interseccionalidade se constrói como uma conceituação teórica que busca observar as consequências estruturais e dinâmicas de sistemas de opressão que atravessam diferentes corpos, conforme os marcadores sociais da diferença, sendo a raça, classe e gênero alguns deles. A categoria trabalho, objeto aqui de estudo, é visualizada pela sociedade conforme a conjuntura política e social de determinada sociedade, originando assim trabalhos visíveis, e por sua vez, invisíveis. Essas percepções não englobam o trabalho como uma realidade social, ignorando e invisibilizando diversos trabalhos, que não são reconhecidos como trabalhos, a exemplo do trabalho doméstico¹³.

Em uma visão superficial e pragmática de ignorar parte dos trabalhos na contemporaneidade é prender-nos em uma concepção de trabalho *stricto sensu*, como uma prestação remunerada em uma sociedade mercantil e de direito, limitando as conceituações doutrinárias em trabalhos encarados como produtivos, apoiada na mercantilização dos corpos (SCHWARTZ, 2011). Em uma análise apurada, vemos que a mercantilização dos corpos e o não reconhecimento do trabalho fazem da informalidade uma constante. A assistente social Carla Akotirene em sua obra *Interseccionalidades* (2019) denuncia as discriminações, exclusões e subordinação que as mulheres negras são afetadas. Um dado importante se refere ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2013) que mostrou que os maiores números de trabalhadoras domésticas são de mulheres negras, paralelamente, percebemos justamente que a categoria

13. As questões históricas envoltas a essa problemática, segundo a professora e antropóloga Suely Kofes (2001), mostram que o trabalho doméstico tem uma relação muito grande com a tradição escravocrata, principalmente em um plano cultural, pois mesmo após a abolição da escravatura as trabalhadoras domésticas ainda eram vistas como escravizadas pela sociedade. As discriminações, e desvalorizações sociais derivam justamente das condições de escravizadas que são submetidas as trabalhadoras domésticas, o assalariamento conquistado a duras penas, a baixa formalidade, os salários baixos e a alta carga de trabalho alimentam um sistema estrutural de opressão que enferrujam a história da sociedade humana.

de trabalhadoras domésticas são uma das mais afetadas pelo neoliberalismo. Demonstra-se, portanto, a subordinação interseccional estrutural que as mulheres negras estão submetidas, de forma que os atravessamentos de gênero, raça e classe sobre os corpos das mulheres negras se integram (AKOTIRENE, 2019). Akotirene expõe intensamente o poder das instituições de discriminar e silenciar grupos:

[...] é o padrão colonial moderno o responsável pela promoção dos racismos e sexismos institucionais contra identidades produzidas durante a interação das estruturas, que seguem atravessando os expedientes do Direito Moderno, discriminadas à dignidade humana e às leis antidiscriminação (AKOTIRENE, 2019, p.59).

Paralelamente à Akotirene, vale ressaltar que o termo interseccionalidade foi cunhado pela professora e advogada Kimberlé Crenshaw (2002), quando relata que as políticas de Direitos Humanos não têm observado as questões de gênero e raça que configuram as opressões sociais. Há articulações, do ponto de vista de vista estrutural, de forças econômicas, sociais e culturais que constroem sistemas de silenciamentos, subordinação, preconceitos e discriminações. No *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*, Crenshaw (2002) evidencia a importância de interseccionalizar as lutas antirracistas ao feminismo em múltiplas esferas, e podemos dizer em várias atmosferas do trabalho na contemporaneidade. Os mecanismos de opressão de raça, gênero e classe social envolvidos na realidade material das mulheres negras foram mantidos nos processos de emancipação econômica e educacional de algumas mulheres de classe média. Observar esse processo, é compreender estruturalmente a exploração do trabalho doméstico de mulheres pobres e negras (RIBEIRO, 2015).

Angela Davis (2018), no livro *A liberdade é uma luta constante* potencializa a luta interseccional e os estudos sobre o racismo, patriarcado, violência, marginalização e repressão. A filósofa Davis defende que as lutas progressistas devem considerar os contextos sociais que vivemos, semear o ativismo de base popular e o entrelaçamento das categorias, incluindo a questão de classe. O desemprego, informalização e precarização do trabalho são alguns dos exemplos da conseqüente reverberação do capitalismo, assim, o mundo do trabalho se estrutura nos sistemas de opressão de tal maneira a discriminar e criar mecanismos de exclusão, silenciamento e discriminação da população negra, sobretudo as mulheres. Os escritos citados acima são fundamentais para fundarmos a luta por um mundo justo, livre, igualitário que observe as interseccionalidades, a materialidade circundante e a latência das lutas coletivas em todas as esferas, inclusive a do trabalho.

5 | CONCLUSÃO

O ensaio teórico buscou problematizar a categoria trabalho e a atividade exercida pelos/as operadores/as do direito, levantando discussões teóricas sociais e jurídicas sobre processos de exclusão, flexibilização nas relações empregatícias, considerando as interseccionalidades de raça, gênero e classe. A problemática construída se fundamentou nos pensamentos do filósofo existencialista francês Jean-Paul Sartre, adotando conceitos essenciais para a compreensão da materialidade inerte, advinda do capitalismo. No entanto, devemos ter a seriedade científica de pensar e problematizar os privilégios sociais que afetam a maneira como descrevemos a realidade em que estamos inseridos. Embora os escritos e estudos de Sartre sejam importantíssimos para nossas pesquisas, nós precisamos reconhecer que Sartre enquanto homem, branco e europeu não pode ser o protagonista dos estudos sobre o contexto social e histórico que vivemos. Faz-se mais que fundamental estudarmos/lermos/ouvirmos as mulheres negras nas mais diversas pesquisas, como a da categoria trabalho, pois são elas as primeiras a serem afetadas com o neoliberalismo crescente, ademais, como existencialistas, rompermos o privilégio epistêmico¹⁴ e nos aproximarmos, urgentemente, das leituras interseccionais.

Com esse tom problematizador, para além de Sartre, buscamos mostrar que através da interseccionalidade, as dimensões concretas de explorações e dominações afetam os/as trabalhadores/as e que as estruturas racistas, misóginas e capitalistas são mantidas e fortalecidas pelo direito burguês. Ao partir dos pontos expostos, demonstramos a relevância do pensamento crítico, político, e libertário de Jean-Paul Sartre de entender o homem/mulher como um agente histórico revolucionário, capaz de superar as situações de opressão por meio da liberdade e questionar a atividade dos/as operadores/as do direito.

Como dito anteriormente, o edifício jurídico trabalhista, suas fontes e princípios aparecem em meio ao modo de produção capitalista, culturalmente racista e patriarcal. Alterar tal conjunto jurídico é promover a igualdade material, a justiça social e o Estado Democrático de Direito. Contudo, com o advento da política econômica neoliberal e o conservadorismo, torna-se cada vez mais fundamental fortalecermos os estudos interseccionais e existencialistas no sentido de discutirmos os privilégios sociais, e o exercício dos/as operadores/as do direito na manutenção das injustiças.

14. O privilégio epistêmico constrói discursos branco centrados, a partir de representações emergidas de um local de privilégio, por ser branco, masculino e classista, constituindo visões tradicionais e totalizações universalistas. Ao lermos estudos interseccionais, vemos o protagonismo das mulheres negras em descrever suas realidades e discutindo o discurso hegemônico da sociedade, plantando possibilidades de engajamento, liberdade, ação política e combate às discriminações (RIBEIRO, 2015).

REFERÊNCIAS

- ADEODATO, João Maurício. Uma teoria crítica iconoclasta sobre o direito do trabalho. In: ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **O Direito do Trabalho na Filosofia e na Teoria Social Crítica**. São Paulo: Ltr, p. 11-13, 2014.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Sartre: Direito e Política: Ontologia, liberdade e revolução**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. v.1, 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”:: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. **Educar**, Curitiba, v. 12, p.153-165, 1996.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002.
- DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: Ltr, 2017.
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2013, agosto). O emprego doméstico no Brasil. Estudos e Pesquisas, 68. São Paulo: **DIEESE**. Recuperado a partir de <https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>.
- KOFES, Suely. **Mulheres, mulheres- identidade, diferença e desigualdades na relação entre patroas e empregadas domésticas**. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.
- PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das Diferenças e das Desigualdades revisitadas: notas sobre Gênero, escravidão, Raça e Pós-Emancipação. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio. **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Selo Negro, p. 297-313, 2012.
- PERDIGÃO, Paulo. **Existência e Liberdade: uma introdução à filosofia de Sartre**. Porto Alegre: L&pm, 1995.
- RIBEIRO, Djamila. **Simone de Beauvoir e Judith Butler: Aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política**. 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015.
- SARTRE, Jean-paul. **Em Defesa dos Intelectuais**. São Paulo: Ática S.A, 1994.
- SCHWARTZ, Yves. Conceituando o Trabalho, o visível e o invisível. **Trab. Edu. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, p.19-45, 2011.

PAPEL DA COMISSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO NA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 05/02/2020

Cristiane Cardozo Padilha

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Pelotas – RS

<http://lattes.cnpq.br/2735790241792774>

ROLE OF THE PROBATORY STAGE COMMITTEE IN THE EVALUATION OF MUNICIPAL SERVER

ABSTRACT: After joining the Public Administration, by means of a public exam for exams or tests and titles, the civil servant must be evaluated in view of his aptitude and capacity for the performance of the position, the proposed study has as main objective to analyze the role of the Municipal Evaluation Commission of Performance of the Probationary Stage (CMADEP), as well as its attributions. Through data analysis, it was possible to analyze the role of CMADEP before the public administration, a collegiate body, with a deliberative, supervisory and evaluative function, as it has the competence to ratify or challenge the probationary assessments.

KEYWORDS: Probationary Stage; Performance evaluation; Public server; Public administration.

RESUMO: Após ingresso na Administração Pública, por meio de concurso público de provas ou provas e títulos, o servidor deve ser avaliado diante sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo, o estudo proposto tem como principal objetivo analisar o papel da Comissão Municipal de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório (CMADEP), bem como suas atribuições. Por meio da análise de dados foi possível analisar o papel da CMADEP perante a administração pública, um órgão colegiado, com função deliberativa, fiscalizadora e avaliadora, pois possui a competência para ratificar ou impugnar as avaliações de estágio probatório.

PALAVRA-CHAVE: Estágio Probatório; Avaliação de Desempenho; Servidor Público; Administração Pública.

1 | INTRODUÇÃO

Na Administração Pública, é relevante o acompanhamento dos servidores visando sua capacitação. Para isso é que torna-se importante que o servidor público, passe por uma avaliação, a avaliação de estágio

probatório, a qual é acompanhada por uma comissão.

Para Meirelles (2000, p. 78): “Administração Pública é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do Direito e da Moral, visando ao bem comum”.

Já a aprovação no estágio é condição obrigatória para o alcance da estabilidade no serviço público, ou seja, é um momento de suma importância, tanto para administração pública, que permanecerá com o servidor ocupante do cargo, o qual somente será exonerado mediante processo administrativo disciplinar, quanto para o servidor que será estável. Bem como, é obrigatória a avaliação especial de desempenho passar por uma comissão instituída, conforme previsto no art. 41 da Constituição Federal, (BRASIL, 1988).

De acordo com Modesto (2002), o estágio probatório apresenta-se como o período de experiência junto ao cargo, supervisionado pela chefia, objetivando avaliar a adequação do servidor na primeira fase da relação funcional com o serviço público.

O estágio probatório é o momento que o servidor será avaliado, diante sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo pelo período de trinta e seis meses, pela sua chefia imediata, através de seis avaliações ou mais (em caso de prorrogação, em virtude de concessão de licenças), observando cinco fatores: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade, bem como os critérios de eficiência e eficácia administrativa, determinadas no sistema de controle interno, de acordo com a Lei nº 4.449 (1999).

Para Barbosa (1996, p. 61), “durante um longo período e ainda hoje em alguns lugares, desempenho ficou associado só à produtividade”. Na visão de Vieira (2011, p. 202): “o estágio probatório orienta-se pelo princípio do merecimento no desempenho dos cargos públicos e sua finalidade está vinculada à ideia de merecimento por aptidão e capacidade”.

No âmbito deste estudo, na administração pública municipal, a comissão que acompanha as avaliações do servidor é designada, através de ato oficial do Prefeito(a) Municipal, instituída junto à Secretaria Municipal de Administração e Recurso Humanos (SARH), intitulada Comissão Municipal de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório (CMADEP). Considerando essa importância o estudo proposto tem como principal objetivo analisar o papel da CMADEP, bem como suas atribuições.

2 | METODOLOGIA

O presente estudo é um recorte de um capítulo do desenvolvimento da elaboração do projeto de dissertação de mestrado da autora. O tema insere-se

no campo de conhecimento da Administração, mais especificamente na área de Gestão de Pessoas e Gestão Pública.

O estudo se caracteriza por ser uma pesquisa qualitativa, de acordo com Yin (2016, p. 5): “O fascínio da pesquisa qualitativa é que ela permite a realização de estudos aprofundados sobre uma ampla variedade de tópicos, incluindo seus favoritos, em termos simples e cotidianos”.

Em vista disto, a pesquisa foi realizada a partir de uma revisão teórica de autores, legislação federal e municipal vigente, bem como demais artigos expostos sobre o tema, devido a relevância do tema, visto que há legislação exigindo a formação e atuação da comissão de estágio probatório. O trabalho ainda se encontra em uma fase inicial e está sendo aprofundado por meio de pesquisa bibliográfica.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da análise de dados foi possível analisar o papel da CMADEP perante a administração pública, visto que é um órgão colegiado, com função deliberativa, fiscalizadora e avaliadora, possui a competência para ratificar ou impugnar as avaliações de estágio probatório, bem como receber recursos do avaliado para defesa da não concordância da avaliação, segundo previsto no Decreto nº 4.550 (2003).

A composição é realizada por meio de sete integrantes estáveis com o mesmo número correspondente de suplentes: três titulares, livremente designados pelo Secretário da SARH, que, dentre estes, escolherá um que presidirá; um titular, indicado pelo Sindicato dos Servidores Municipais; um titular, indicado pela Procuradoria Geral do Município; e dois titulares, indicados pelas secretarias com o maior número de servidores em estágio probatório, no caso a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Saúde com mandato de dois anos a contar da posse, permitida apenas uma recondução.

A CMADEP possui as seguintes obrigações: coordenar o processo de avaliação; elaborar formulários necessários às avaliações; orientar sobre os critérios de avaliação; elaborar e controlar a execução do cronograma do estágio; garantir a ampla defesa ao avaliado; orientar os coordenadores, as comissões de avaliação e as chefias imediatas, quanto ao funcionamento, controle e avaliação do estágio probatório; analisar os dados levantados durante o período de avaliação e as realizadas; emitir parecer, quanto a continuidade do estágio, a confirmação do servidor no serviço público municipal ou sua exoneração.

As informações acerca do desempenho do servidor no exercício das suas atribuições serão de competência da chefia imediata, que emitirá relatórios

semestrais, fazendo as observações necessárias, que servirão de base para avaliação (Decreto nº 4.550/2003). O servidor poderá apresentar defesa por escrito à CMADEP dos resultados obtidos nas avaliações, bem como do resultado final.

Já as decisões da comissão caberão recurso ao Prefeito (a) Municipal, no prazo cinco dias, a contar da notificação, caso seja necessário retornará a comissão.

4 | CONCLUSÕES

Para uma organização pública, como a pesquisada no presente estudo, uma comissão de estágio probatório estruturada, seguindo suas obrigações e atribuições, exercendo seu papel no acompanhamento das avaliações de estágio probatório, poderá ser uma ferramenta essencial e eficaz para permanência do servidor, ou seja, sua aprovação no estágio, objetivando oferecer serviços com qualidade aos cidadãos.

Visto que uma avaliação de estágio probatório adequada proporciona um importante retorno, pois os servidores que permanecerão na organização, atenderão aos requisitos e fatores exigidos pela Administração Pública no seu instrumento de avaliação.

Pesquisar sobre o papel da comissão de acompanhamento do estágio probatório, possibilita compreender as expectativas e possíveis falhas, satisfazendo os gestores, servidores e a população, através do servidor no desempenho de suas tarefas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. **Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil?**. *Revista do Serviço Público*, v. 47, n. 3, p. 58-102, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. *Portal do Planalto*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 13 de set. de 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MODESTO, Paulo. Estágio Probatório: questões controversas. *Revista Eletrônica de Direito do Estado*, Salvador, n. 12, mar. 2002.

PELOTAS (1999). **Lei Municipal nº 4.449 de 13 de dezembro de 1999**. Disponível em: <http://server.pelotas.com.br/interesse_legislacao/leis/1999/Lei_n_4.449.pdf> Acesso em: 13 de set. de 2018.

_____. (2003). **Decreto Municipal nº 4.550**, de 14 de agosto de 2003. Disponível em: <http://server.pelotas.com.br/interesse_legislacao/decretos/2003/decreto_4550.pdf> Acesso em: 12 de mar. de 2019.

VIEIRA, C. B. et al. **Motivação na Administração Pública: considerações teóricas sobre a aplicabilidade**

dos pressupostos das teorias motivacionais na esfera pública. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, v. 4, n. 1, 2011.

Yin, R. K. (2016). **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso.

PARA ALÉM DA CRIATIVIDADE: OS PROCESSOS DE INOVAÇÃO EM SETORES CRIATIVOS E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES ÀS ÁREAS TRADICIONAIS DA ECONOMIA

Data de aceite: 04/05/2020

Diego Santos Vieira de Jesus

Doutor em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Gestão da Economia Criativa (MPGEC) e coordenador do Laboratório de Cidades Criativas (LCC) da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (ESPM-Rio). E-mail: dvieira@espm.br

RESUMO: O objetivo é compreender o funcionamento dos processos de inovação em setores criativos e a influência de contribuições desses setores aos processos de inovação em áreas tradicionais da economia. Sustenta-se que processos de inovação em setores criativos incorporam aspectos como geração de ideias; desenvolvimento da conversão de ideias em inovações; difusão e presença de fatores externos físicos e interacionais. Quanto às contribuições dos setores criativos aos processos de inovação em áreas tradicionais da economia, empreendimentos criativos que usam redes de contato dentro dos setores criativos mais provavelmente apoiarão a inovação industrial, sendo tal efeito forte pelo uso de inputs criativos quanto a ideias, design

e marketing.

PALAVRAS-CHAVE: Inovação; Processo de inovação; Setores criativos; Setores tradicionais da economia; Economia criativa

BEYOND CREATIVITY: INNOVATION PROCESSES IN CREATIVE SECTORS AND THEIR CONTRIBUTIONS TO TRADITIONAL AREAS OF THE ECONOMY

ABSTRACT: The aim is to understand the innovation processes in creative sectors and the influence of contributions of these sectors to innovation processes in traditional areas of the economy. It is argued that innovation processes in creative sectors incorporate aspects such as ideas generation; conversion of ideas into innovations; diffusion and presence of external physical and interactional factors. As for the contributions of the creative sectors to innovation processes in traditional areas of the economy, creative enterprises that use contact networks within the creative sectors are more likely to support industrial innovation. Their effect is strong because of the use of creative inputs for ideas, design and marketing.

KEYWORDS: Innovation; Innovation process; Creative sectors; Traditional economic sectors; Creative economy

INTRODUÇÃO

Segundo autores como Schumpeter (1997), o desenvolvimento do capitalismo passa pelo incentivo à inovação, uma vez que engloba mudanças técnicas em benefício da criação de vantagens competitivas para as empresas. Tais vantagens – que, para o autor, podem estar presentes no produto, no serviço ou processo da cadeia produtiva – trariam dinamismo à economia e promoveriam ciclos econômicos movidos a partir de uma “destruição criadora”. A capacidade e a iniciativa dos empresários, apoiadas pelas descobertas de cientistas e inventores, criariam oportunidades para investimentos, crescimento e emprego. A inovação envolveria, segundo Schumpeter (1997), situações como a introdução de novos produtos, com novidades para os consumidores e características superiores aos bens existentes; a criação e a implementação de novos métodos de produção, ainda não testados pelo mercado; a abertura de um mercado não-explorado por empresas do mesmo ramo; a descoberta de uma nova fonte de insumos ou a reformulação de uma estrutura organizacional, com a criação ou a eliminação de um monopólio.

A ciência e tecnologia institucionalizaram-se como formas de contribuição para o crescimento econômico após a II Guerra Mundial, como ficou claro no “modelo linear de inovação” de Bush (1945), que compreende a mudança técnica como uma sequência de estágios nos quais os desenvolvimentos da pesquisa científica conduziram a processos de invenção, seguidos de pesquisa aplicada e crescimento tecnológico. Seriam introduzidos, assim, produtos e processos comercializáveis a partir de investimentos altos em pesquisa por políticas científicas e tecnológicas (CONDE; ARAÚJO-JORGE, 2003). Entretanto, essa perspectiva foi gradualmente questionada, na medida em que o simples aporte de capital em pesquisa e desenvolvimento não conduziria necessariamente ao desenvolvimento econômico ou tecnológico.

Mais contemporaneamente, a inovação veio a ser compreendida de forma mais abrangente não somente como a simples criação de algo novo, mas uma tarefa de dotação de novos recursos humanos e materiais para se gerar riqueza (DRUCKER, 1985). Ela não necessariamente se limita à criação total e pode também englobar a ressignificação de processos e produtos, indo desde descobertas científicas originais até novos usos para tecnologias existentes, novos modelos de negócios ou a disponibilização de produtos ou serviços para novos locais e clientes (RIES, 2012). De maneira mais ampla, a inovação remete à busca, à descoberta, à experimentação, ao desenvolvimento e à adoção de novos produtos, processos e técnicas organizacionais (DOSI, 1988).

Os setores criativos são considerados como alguns dos mais promissores da atividade econômica, tendo um grande potencial não somente para a geração de

riqueza e empregos, como também de inovação. Suas atividades estão baseadas nas habilidades e no talento individuais, e seus principais resultados estão ligados à geração de propriedade intelectual e são formulados de acordo com as preferências e as demandas de usuários específicos. Dentre os setores criativos, cabe destacar aqueles ligados diretamente às atividades culturais específicas – como o editorial, o audiovisual, o artesanato e a gastronomia, por exemplo –, às relacionadas ao lazer e ao entretenimento – como as artes performáticas e o setor de games – e às funcionais, como a moda, a arquitetura, a publicidade e o design. Abarcando múltiplas atividades que servem a um grande número de outros setores, organizações públicas e privadas e consumidores, os setores criativos lucram a partir de uma combinação diversa de consumidores e podem estimular o crescimento em uma série de outros setores da economia ao oferecerem contribuições criativas. Além de trazerem crescimento e emprego, eles podem contribuir para a performance de inovações em uma economia. Eles podem desenvolver e introduzir inovações como parte das suas próprias atividades e diretamente contribuir para resultados, como novos produtos e serviços oferecidos a seus consumidores e novos procedimentos, tecnologias e rotinas em seus próprios modelos de negócio, ampliando a eficiência ou a qualidade dos resultados. Ademais, eles também podem apoiar a inovação em setores mais tradicionais da economia por meio de inputs criativos, os quais não precisam necessariamente coincidir com as inovações nos produtos desses setores, mas se relacionar a atividades-padrão de empreendimentos criativos, que servem de base ou inspiração para os setores tradicionais. Em ambas as situações, os setores criativos contribuem para processos de inovação numa economia, tanto pelas suas próprias atividades como pelo apoio à inovação em outros setores, uma vez que possam produzir ideias que contribuam direta ou indiretamente para a geração de novos produtos e serviços, ofereçam serviços que tragam contribuições para atividades de outros empreendimentos e organizações dentro e fora dos próprios setores criativos e exijam adaptações e novos desenvolvimentos tecnológicos, oferecendo estímulos aos produtores de novas tecnologias (MÜLLER; RAMMER; TRÜBY, 2009).

Os estudos sobre inovação em setores criativos focaram a ideia de criatividade, mas não tanto o processo de inovação, que é subteorizado e raramente mencionado. A dificuldade tipicamente reside na identificação de um resultado concreto do processo. Além disso, a maior parte dos estudos teóricos e empíricos sobre processos de inovação lidou com os setores tecnológicos e manufatureiros, concebendo tais processos como atividades sequenciais associadas à gestão tradicional. Nesse sentido, torna-se necessário observar mais especificamente os diferentes momentos do processo de inovação em setores criativos, nos quais o uso da criatividade e da estética na geração de estilos personalizados e vantagens

competitivas e o valor simbólico estão presentes e a combinação entre componentes culturais e técnicos pode ocorrer. Esse processo resulta de esforços individuais e coletivos, é influenciado por fatores internos e externos à unidade de produção e engloba fases que perpassam a geração de ideias, o desenvolvimento dessas ideias em produtos e serviços inovadores, a difusão da inovação e o impacto no ambiente (GRANADOS et al., 2017).

A influência dos setores criativos nos processos de inovação em setores tradicionais também permanece subteorizada. Sabe-se que a inovação bem-sucedida geralmente requer a combinação dos recursos próprios de uma empresa voltados para a inovação com contribuições externas, as quais vão desde conhecimento externo – como a tecnologia desenvolvida por outras organizações – ou serviços especializados de pesquisa e desenvolvimento até ideias para inovações geradas por fornecedores, competidores ou consumidores, incluindo a cooperação com parceiros para o desenvolvimento de inovações. Como produtores de propriedade intelectual, os setores criativos podem ser uma fonte atraente de conhecimento externo para a inovação das empresas, ao oferecerem um conjunto diverso de produtos e serviços criativos que podem ser integrados aos processos de inovação de outros empreendimentos em atividades que vão desde ideias para inovações até o apoio em pesquisa e desenvolvimento, design do produto e desenvolvimento de softwares específicos que atendam às necessidades de novos produtos ou processos. Porém, as formas específicas como essa influência de setores criativos se dá em processos de inovação em outros setores não são organizadas de forma sistemática, e sua contribuição muitas vezes é concebida como localizada ou intermitente, quando, na verdade, pode ser permanente e durável. Além disso, cada setor criativo pode contribuir de forma distinta para setores tradicionais em termos de inovação, mas essas múltiplas formas nem sempre são sistematizadas e explicadas pela literatura como partes do processo de inovação naqueles setores (MÜLLER; RAMMER; TRÜBY, 2009).

O objetivo desse artigo é desenvolver um embasamento teórico-conceitual para a compreensão do funcionamento dos processos de inovação em setores criativos e da influência de contribuições desses setores aos processos de inovação em áreas mais tradicionais da economia. Tendo como referências especialmente as obras de Granados et al. (2017) e de Müller, Rammer e Trüby (2009), o argumento central aponta inicialmente que, embora os processos de inovação possam variar de setor para setor criativo, eles incorporam aspectos básicos, como geração de ideias a partir da criatividade individual, da interação com usuários, do mercado e / ou da ciência; o desenvolvimento da conversão de ideias em inovações em uma fase criativa e ambígua e outra linear e administrativa; a difusão da inovação pelos meios tradicionais de comunicação em massa, com apoio de atores públicos ou de

atores da sociedade civil, networking e divulgação online; e a presença de fatores externos físicos e interacionais que estimulam a inovação. Para a compreensão das contribuições dos setores criativos aos processos de inovação em áreas mais tradicionais da economia, sustenta-se que é preciso levar em conta as atividades e os agentes de inovação próprios das empresas que atuam no processo, as redes de colaboração com outros empreendimentos criativos e a cooperação com universidades em termos de pesquisa e desenvolvimento e novidades de mercado. Os empreendimentos criativos que usam redes de contato dentro dos setores criativos mais provavelmente apoiarão a inovação industrial, sendo tal efeito particularmente forte por conta do uso de inputs criativos no que diz respeito às ideias, ao design e ao marketing. Já aqueles setores criativos baseados em habilidades de caráter mais técnico são especialmente relevantes para o apoio a pesquisa e desenvolvimento e o teste de inovações em setores tradicionais, mas não tanto para a geração de ideias ou o design de produtos.

INOVAÇÃO: CONCEITOS E PROCESSOS

De forma genérica, as inovações costumam ser classificadas como incrementais ou radicais / disruptivas. As primeiras são mudanças menores, realizadas de maneiras sucessivas e capazes de gerar transformações na economia e na sociedade; já as radicais / disruptivas ocorrem com menor frequência que as incrementais, mas têm o poder de provocar transformações de mercados (IGLIORI, 2002). Tais inovações não precisam ser necessariamente técnicas, mas trazem mudanças – as quais podem ser de naturezas tecnológica, organizacional, administrativa ou social, por exemplo – que ocorrem por meio de processos complexos e interativos, englobam múltiplos agentes econômicos e sociais e incorporam diferentes tipos de informação e conhecimentos (FEITOSA, 2011).

Inovações tecnológicas trazem mudanças em bens e serviços oferecidos à sociedade ou na forma em que são criados e disponibilizados. Elas podem ser comprometidas caso os benefícios de investimentos financeiros e emocionais não se materializem em um prazo razoável – o que pode ser resultado de trocas de dirigentes setoriais – nem forem devidamente percebidos por conta da exacerbação de competitividade ao invés de se valorizarem os trabalhos cooperativos e haja possíveis desvios de conduta no processo (PLONSKI, 2005). Já as inovações organizacionais podem ocorrer quando há transformações na cultura de uma instituição, em particular nos seus valores básicos. É essa cultura a responsável por constituir as estruturas e as estratégias organizacionais, inicialmente estabelecidas pelas lideranças das organizações (ISMAIL; ABDMAJID, 2007). As inovações

sociais caracterizam-se como respostas novas e reconhecidas para a promoção de mudanças sociais, o que reúne três atributos: a satisfação de necessidades humanas que não são satisfeitas pelo mercado; a promoção da inclusão social e a capacitação de agentes para fazerem frente a processos de exclusão e de marginalização, o que pode desencadear uma transformação das relações de poder (ANDRÉ; ABREU, 2006). A fim de se criar um ambiente propício às inovações, as instituições precisam desenvolver infraestruturas físicas, organizacionais, tecnológicas e socioculturais que criem subsídios para a geração e a difusão de inovações, bem como políticas públicas que possam estimular o processo de inovação (FEITOSA, 2011).

A inovação pode ser vista como permanente nos setores criativos e tipicamente envolve novas ideias com uma aplicação e retornos financeiros para as organizações. Embora tipicamente a inovação possa ser tipicamente classificada como incremental ou radical e estar voltada para produtos, serviços e processos, essa identificação nem sempre cabe para setores criativos por estar mais relacionada à inovação tecnológica e à mensuração de patentes. A identificação de um resultado é mais complexa, de forma que alguns setores criativos utilizam a propriedade intelectual – como os códigos de segurança em vídeo games – como proteção, ao passo que determinados setores utilizam poucos ou nenhum mecanismo desse tipo, como a gastronomia. Ademais, a inovação em setores criativos é baseada em novos conteúdos e experiências, de forma que seria impreciso tentar mensurá-la a partir de uma perspectiva utilitária, como o número de patentes (GRANADOS et al., 2017). A chamada “inovação branda” está relacionada a processos de pesquisa e desenvolvimento em contextos distintos de laboratórios convencionais, como as cozinhas no caso da gastronomia, e traz uma combinação de tecnologia e conteúdo com novos propósitos, como os games educativos. Além disso, tal inovação é tipicamente baseada em mudanças estéticas em vez de utilitárias (MILES; GREEN, 2008).

Já o processo de inovação é tipicamente definido em setores mais tradicionais da economia como uma sequência de estágios individuais da atividade inovativa e se divide em criação – que envolve a espontaneidade e a falta de estrutura – e difusão da inovação, que implica sua implementação e repetição e envolve padronização e controle. Entretanto, grande parte dessas definições era voltada para os setores tecnológicos e manufatureiros e propunha modelos que concebiam o processo de inovação de forma simples e linear, seguindo a trajetória das ideias ao lançamento do mercado, além de estar centrada em processos formais e padronizados, os quais não se enquadram aos setores criativos que se desenvolvem de forma não-articulada (UTTERBACK, 1971; WHEELWRIGHT; CLARK, 1992). Em face das limitações na literatura, torna-se necessário desenvolver como se gera e se administra um processo de inovação em setores criativos.

Outra limitação encontra-se na teorização sobre a influência dos setores criativos nos processos de inovação em outros setores da economia. É possível inicialmente distinguir entre dois efeitos que podem influenciar as atividades de inovação dos setores criativos nos tradicionais. Primeiramente, os produtos dos setores criativos podem ser contribuições diretas para processos de inovação. Além disso, as fortes ligações entre as cadeias de suprimentos podem facilitar a difusão de conhecimento e ideias entre os setores criativos e negócios em outros setores (BAKHSHI; MCVITTIE; SIMMIE, 2008). Entretanto, uma desvantagem é o fato de que nem a informação nem os mecanismos de transferência de conhecimento para a inovação em outros setores nem os detalhes sobre o tipo de atividade de apoio podem ser obtidos a partir dessa distinção. Além disso, contribuições não-mercadológicas às inovações em outros setores também não são consideradas (MÜLLER; RAMMER; TRÜBY, 2009).

OS PROCESSOS DE INOVAÇÃO NOS SETORES CRIATIVOS

A criatividade das atividades econômicas de um empreendimento em um setor classificado neste artigo como “criativo” pode ser observada nos indivíduos, nos produtos e/ou nos processos. A criatividade dos indivíduos refere-se à habilidade de gerarem novidades e responderem a desafios ao encontrarem novas soluções para problemas. Tal forma de criatividade aparece amplamente relacionada ao talento artístico e estético no processo criativo, mas deve ser separada das habilidades em termos de qualificação e experiência adquiridos por meio do conhecimento sistemático e da prática de negócios. Já a criatividade dos produtos está ligada ao nível de unicidade de um produto ou serviço comparativamente a outros no mercado, de forma que tal produto criativo deve ter algum tipo de originalidade que o diferencie de outros. Se por um lado a originalidade ou a unicidade podem oferecer a um produto vantagens, ele pode sofrer de falta de confiabilidade, de forma que os consumidores podem questionar a qualidade diante da ausência de produtos que o antecederam nem podem se informar sobre experiências passadas de uso de tal produto. A criatividade dos processos diz respeito às formas como um empreendimento entrega produtos e serviços aos consumidores. O design dos produtos e o processo de entrega de forma a atender às demandas específicas de cada consumidor dá ao produto uma outra dimensão de criatividade, ajustando-o às exigências dos consumidores. No que diz respeito à inovação nos setores criativos, uma inovação de produto refere-se a um produto ou serviço que não foi ofertado antes ao mercado por um empreendimento. Já uma inovação de processo é um processo de negócios destinado a produzir ou entregar produtos e serviços que ainda não foram utilizados pela organização (MÜLLER; RAMMER; TRÜBY, 2009).

Ainda que os processos de inovação possam variar de setor para setor criativo, tal processo incorpora alguns aspectos básicos, como ideias, desenvolvimento, difusão e fatores externos. No que diz respeito à geração de ideias, os setores criativos convertem uma ideia em um produto, serviço ou conteúdo experimental a partir de quatro fontes distintas. A primeira é a criatividade individual, o que aponta que uma pessoa possa ser o líder do processo criativo e as ideias emergem por meio da recombinação de elementos a partir da iniciativa ou da inspiração individual, da influência de outras pessoas, do background de cada uma e da disponibilidade de recursos internos – como tecnologia – ou externos, como os elementos culturais. O setor de moda, por exemplo, pode criar coleções baseado na criatividade de seus designers. Na gastronomia, os chefs ocupam papel primordial no processo criativo por meio de suas emoções e inspirações em recursos locais e tradições para desenvolver novos pratos (GRANADOS et al., 2017). Entretanto, a criatividade individual pode levar à falta de interação com as demandas do mercado e a uma maior incerteza ao longo do processo (BRENTANI; REID, 2012). As ideias também podem ser geradas a partir do trabalho coletivo ou da interação com usuários, o que é muito comum em setores como games e moda. Seu uso é sugerido a fim de captar ideias em sessões de brainstorm ou por meio de testes-piloto. No setor de games, a interação é usada para testar e receber o feedback de usuários experientes, de forma a ampliar as fronteiras das empresas. Na moda, os usuários desempenham papel importante ao indicarem novos materiais, ideias e testes, inclusive em seus ambientes de atuação profissional, como no caso da moda esportiva. O mercado atua como uma terceira fonte de geração de ideias, uma vez que é baseado em tendências, algo que é utilizado, por exemplo, por designers como fonte para o desenvolvimento de novas propostas. Produtores podem levar em consideração as particularidades do mercado local a fim de adaptarem seus produtos, o que tipicamente acontece em setores que envolvem tecnologia. O processo de inovação é baseado numa relação entre produtor e cliente, em que a prioridade é a busca do equilíbrio entre a liberdade criativa e a satisfação do consumidor (SUNLEY et al., 2008). A ciência pode ser uma quarta fonte geradora de ideias, tendo em vista que processos de pesquisa e desenvolvimento podem levar a novos ingredientes, materiais e dispositivos, fontes importantes de criação em setores como gastronomia, moda e games (GRANADOS et al., 2017).

Entretanto, as ideias isoladamente não são suficientes para a inovação, uma vez que são necessários organizações e recursos para que sejam convertidas em produtos, serviços ou conteúdo que promova benefícios em termos de negócios (AMABILE, 2018). Tal conversão é um processo complexo em vez de sequencial ou simplista e apoiado por atores externos que promovem inovação, como guias de restaurante para a gastronomia ou editores de publicações especializadas em

games para esse setor. O desenvolvimento da conversão de ideias em inovação tem uma fase criativa e ambígua – constituída por atividades não-ordenadas, incertas e flexíveis, em que o trabalho de grupo é autogovernável e há a liberdade para se buscarem novos caminhos e ferramentas para a realização de tarefas por unidades temporárias e baseadas em projetos, algo tipicamente visto no setor audiovisual – e uma fase linear e administrativa, composta por atividades como acesso a recursos e mercado e o estabelecimento de processos de controle. Nessa fase, ocorrem muitas vezes dilemas entre a satisfação artística e a comercial, tendo em vista que alguns criadores consideram a comercialização uma degradação de seu trabalho. Para solucionar tais dilemas, em geral se sugere uma separação do processo criativo em relação às tarefas de gestão (WILSON; STOKES, 2005), mas a fase administrativa também pode ser conduzida de forma mais intuitiva, o que se torna um grande desafio para setores criativos por conta do risco de se limitar o crescimento ou a própria criatividade (ANDRIOPOULOS; LEWIS, 2010; GRANADOS et al., 2017; HOTHO; CHAMPION, 2011).

Já a difusão da inovação refere-se à forma como as organizações criativas promovem ou comercializam seus produtos. Tipicamente elas o fazem por meio de cinco práticas ou estratégias distintas: divulgação pelos meios tradicionais de comunicação em massa, difusão com o apoio de atores públicos, difusão com o apoio de atores da sociedade civil, colaboração por meio de networking e divulgação online (GRANADOS et al., 2017). No que diz respeito aos fatores externos, o espaço físico em que os setores criativos estão localizados pode estimular a inovação. Grande parte dos setores criativos tende a se localizar em centros urbanos, de forma que a necessidade de relações face a face e de apoio à base de consumidores locais torna o espaço geográfico fundamental ao desenvolvimento da atividade criativa. É possível constatar que os setores criativos podem integrar sistemas nacionais ou regionais de inovação, porque podem cooperar no seu entorno com parques tecnológicos, governos, universidades ou mesmo setores tradicionais da economia, o que gera intercâmbio de conhecimento e aprendizado, essenciais para a criação e o estímulo a mais inovação. Normas socioculturais como garantias político-legais de respeito à diferença podem estimular a inovação, além de espaços físicos para encontros, recreação, inspiração e comunicação face a face (FLORIDA, 2002).

A INFLUÊNCIA DOS SETORES CRIATIVOS NOS PROCESSOS DE INOVAÇÃO EM SETORES TRADICIONAIS

Os setores criativos apoiam pesadamente empresas de alta tecnologia, como as ligadas à indústria química, maquinaria, setor elétrico e veículos, ao

desenvolverem inputs criativos para a inovação industrial em áreas que investem uma grande parcela de seus recursos em pesquisa e desenvolvimento. Entretanto, os empreendimentos criativos também contribuem para a inovação em setores de menos tecnologia e serviços fora das vertentes intensivas em conhecimento, como comércio, transporte e turismo. De forma semelhante aos padrões intrasetoriais de uso intermediário de inputs criativos pelos próprios setores criativos, o uso de inputs desses setores em etapas intermediárias de processos de inovação em áreas mais tradicionais da economia reforça a importância do desenvolvimento de economias de aglomeração para os setores criativos, nas quais fornecedores e multiplicadores associados a esses setores possam contribuir para o contexto mais amplo de sistemas de inovação regionais e nacionais (CUNNINGHAM et al., 2004).

Os setores criativos demonstram padrões distintos com respeito às vertentes de clientes que recebem a inovação em outras áreas da economia. Empresas criativas focadas na produção de conteúdo servem primordialmente a outros setores criativos, enquanto empreendimentos do setor de design demonstram uma amplitude maior de atuação, com foco em serviços. O apoio à inovação advindo da arquitetura é forte no setor de construção civil, mas também no desenvolvimento de ambientes de trabalho mais eficientes e inovadores. A publicidade serve literalmente a todos os setores econômicos, de forma que a inovação neste setor específico pode se espalhar por todas as vertentes sem um foco específico, bem como nos setores editorial e de softwares (MÜLLER; RAMMER; TRÜBY, 2009).

No que diz respeito ao apoio às atividades de inovação em setores tradicionais, cumpre considerar as atividades e os agentes de inovação próprios das empresas que atuam nele, as redes de colaboração com outros empreendimentos criativos e a cooperação com universidades em termos de pesquisa e desenvolvimento e novidades de mercado. A demanda do cliente de outros setores por inputs criativos a seus próprios esforços de inovação pode iniciar as atividades de inovação por um empreendimento criativo, uma vez que essa demanda remeta a tipos de serviços criativos ainda não oferecidos no mercado. Uma relação semelhante pode existir entre a aquisição de uma nova tecnologia e o início de atividades de inovação. Ao longo do processo de inovação, pode haver uma ligação significativa entre atividades de pesquisa e desenvolvimento e clientes inovadores nos primeiros estágios, em especial no que diz respeito ao teste das inovações por setores criativos, mas não necessariamente no estágio de design. O apoio à implementação de inovações em marketing é mais provável quando um empreendimento criativo introduziu novidades de mercado, e os inovadores mostram uma propensão maior a auxiliar os clientes na geração de ideias para inovações. As novidades de mercado podem distinguir as empresas criativas de suas competidoras e as tornar mais parceiras mais atrativas para setores industriais, por exemplo, com os quais podem

cooperar em inovação. Os desempenhos positivos de pesquisa e desenvolvimento e de novidade de mercado nos primeiros estágios da inovação podem resultar na entrada de um empreendimento criativo no projeto de pesquisa e desenvolvimento conjuntamente com seu cliente e no desenvolvimento de novos produtos criativos incorporados à inovação de seus clientes, como uma nova perspectiva de marketing para o lançamento de um produto do cliente (MÜLLER; RAMMER; TRÜBY, 2009; LEIPONEN, 2005).

Os empreendimentos criativos que usam redes de contato dentro dos setores criativos mais provavelmente apoiarão a inovação industrial, sendo tal efeito particularmente forte por conta do uso de inputs criativos no que diz respeito às ideias, ao design e ao marketing. O trabalho em equipe tem efeitos mais amplos, já que os empreendimentos criativos engajados em redes com outros no mesmo perfil mostram uma maior propensão a apoiar as inovações de seus clientes, em especial se tais redes forem estáveis e flexíveis. A cooperação com universidades mostra um impacto similar, uma vez que permite gerar um tipo de conhecimento e competências do lado dos empreendimentos criativos que podem ser usados por outras empresas para a geração de ideias, a condução de novos esforços de pesquisa e desenvolvimento ou o teste de inovações. Porém, é importante destacar que as habilidades acadêmicas de caráter mais técnico são especialmente relevantes para o apoio a pesquisa e desenvolvimento e o teste de inovações, mas não são tão relevantes para a geração de ideias ou o design de produtos. As empresas criativas que contam com funcionários graduados em Economia, Administração ou Direito mais provavelmente apoiarão a fase final das atividades de inovação de seus clientes em setores tradicionais. As agências de publicidade focam no apoio à inovação na forma de geração de ideias, design de produto e marketing e lançamento de produto (MÜLLER; RAMMER; TRÜBY, 2009).

Além disso, pode-se dizer que os setores criativos podem apoiar a inovação na economia sem interação direta com os setores mais tradicionais. Um mecanismo para que isso ocorra é a mobilidade da força de trabalho, em especial quando pessoas encontram novos empregos fora dos setores criativos e levam suas ideias, conhecimento e potencial criativos e os usam em outros setores. Pessoas que detenham tais habilidades configuram-se como elementos-chave para o potencial de uma empresa de absorver conhecimento externo (COHEN; LEVINTHAL, 1990; LEIPONEN, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as principais contribuições deste artigo sejam teórico-conceituais, ele traz implicações práticas para gestores, na medida em que as ideias propostas

ajudam a traçar um panorama de processos de inovação e facilitar a formulação da decisão e a definição de estratégias. Além disso, tal conhecimento permite reduzir a incerteza que os setores criativos podem ter ao adquirirem conhecimento de todas as partes do processo de inovação e dos fatores que as condicionam. A partir do panorama aqui traçado, pesquisas futuras podem debruçar-se sobre o teste empírico dos modelos de processo de inovação, de forma a verificar se os processos de inovação dos setores criativos realmente correspondem às linhas aqui definidas. Os resultados encontrados podem auxiliar o aprimoramento do modelo e a sua aplicação a setores criativos específicos, bem como a diferentes localidades e culturas. A proposição de soluções para problemas encontrados em cada parte do processo de inovação pode fortalecer o próprio processo, levando-se em conta as atividades diárias e cotidianas, como rotinas e ações conduzidas por pessoas, artefatos ou tecnologias, bem como formas de criação a partir da combinação de recursos disponíveis. Ademais, a aplicação de tal perspectiva permite desenvolver metodologias para o entendimento e a mensuração de valor agregado dos setores criativos, em especial do valor simbólico que viabiliza novos produtos e serviços, e o aprendizado a partir de organizações criativas que foram bem-sucedidas ao desenvolverem tal processo de inovação (GRANADOS et al., 2017).

Para além dos setores criativos, é possível delinear estratégias que permitam a melhoria do processo de inovação não apenas para esses setores, mas que ampliem as condições para que eles apoiem os processos de inovação em setores mais tradicionais da economia. Um dos pontos fundamentais seria o desenvolvimento de uma agenda de ação que estabelecesse uma estrutura para o alinhamento dos regimes de políticas existentes relacionadas aos setores criativos. O foco primordial poderia estar no alinhamento de políticas culturais com as de desenvolvimento industrial e pesquisa e desenvolvimento. Os institutos de pesquisa destinados a promover as conexões entre a universidade e o mercado poderiam englobar interfaces entre instituições culturais, instituições de ensino superior e setores criativos, gerando-se incentivos para a participação de instituições culturais em colaborações de pesquisa e legitimando seu papel nesse processo. Faz-se primordial também um conjunto de reformas nas políticas de pesquisa e de educação superior para acomodar os setores criativos, bem como iniciativas voltadas para os ensinos fundamental e médio que estimulem a criatividade, o empreendedorismo e o pensamento crítico e questionador que conduza a inovações organizacionais e sociais (CUNNINGHAM et al., 2004).

REFERÊNCIAS

AMABILE, Teresa M. **Creativity in Context: update to social psychology of creativity**. Nova York:

Routledge, 2018.

ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, v. 41, n. 81, p. 121-141, 2006.

ANDRIOPOULOS, Constantine; LEWIS, Marianne. Managing Innovation Paradoxes: Ambidexterity Lessons from Leading Product Design Companies. **Long Range Planning**, v. 43, n. 1, p. 104-122, 2010.

BAKHSI, Hasan; MCVITTIE, Eric; SIMMIE, James. Creating Innovation. Do the creative industries support innovation in the wider economy? **NESTA Research Report**, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242371081_Creating_Innovation_Do_the_creative_industries_support_innovation_in_the_wider_economy Acesso em: 24 set. 2019.

BRENTANI, Ulrike; REID, Susan E. The Fuzzy Front-End of Discontinuous Innovation: Insights for Research and Management. **Journal of Product Innovation Management**, v. 29, n. 1, p. 70-87, 2012.

BUSH, Vannevar. As we may think. **Atlantic Monthly**, v. 176, n. 1, p. 101-108, 1945.

CONDE, Mariza Velloso Fernandez; ARAUJO-JORGE, Tania Cremonini de. Modelos e concepções de inovação: a transição de paradigmas, a reforma da C&T brasileira e as concepções de gestores de uma instituição pública de pesquisa em saúde. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 3, p. 727-741, 2003.

COHEN, Wesley M.; LEVINTHAL, Daniel A. Absorptive capacity: a new perspective on learning and innovation. **Administrative Science Quarterly**, n. 35, p. 128-152, 1990.

CUNNINGHAM, Stuart; CUTLER, Terry; HEARN, Greg; RYAN, Mark; KEANE, Michael. An Innovation Agenda for the Creative Industries: Where is the R&D? **Media International Australia: Incorporating Culture & Policy**, n. 112, p. 174-185, 2004.

DOSI, Giovanni. Sources, Procedures, and Microeconomic Effects of Innovation. **Journal of Economic Literature**, v. 26, n. 3, p. 1120-1171, 1988.

DRUCKER, Peter F. **Innovation and Entrepreneurship: Practices and Principles**. Nova York: Harper & Row, 1985.

FEITOSA, Cid Olival. A importância da inovação para o desenvolvimento econômico local. **Revista Econômica Política do Desenvolvimento**, v. 4, n. 12, p. 29-50, 2011.

FLORIDA, Richard. **The rise of the creative class** – and how it's transforming work, leisure, community and everyday life. Nova York: Basic Books, 2002.

GRANADOS, Cristian; BERNARDO, Merce; PAREJA, Montserrat. How do creative industries innovate? A model proposal. **Creative Industries Journal**, v. 10, n. 3, p. 211-225, 2017.

HOTH, Sabine; CHAMPION, Katherine. Small Businesses in the New Creative Industries: Innovation as a People Management Challenge. **Management Decision**, v. 49, n. 1, p. 29-54, 2011.

IGLIORI, Danilo Camargo. **Economia dos Clusters industriais e Desenvolvimento**. São Paulo: FAPESP, 2002.

ISMAIL, Wan Khairuzzaman Wan; ABDMAJID, R. Framework of the culture of innovation: a revisit. **Journal Kemanusiaan**, v. 9, p. 38-49, 2007.

LEIPONEN, Aija. Skills and innovation. **International Journal of Industrial Organization**, v. 23, n. 5-6, p. 303-323, 2005.

MILES, Ian; GREEN, Lawrence. **Hidden Innovation in the Creative Industries**. Londres: Nesta, 2008.

MÜLLER, Kathrin; RAMMER, Christian; TRÜBY, Johannes. The role of creative industries in industrial innovation. **Innovation**, v. 11, n. 2, p. 148-168, 2009.

PLONSKI, Guilherme Ary. Bases para um movimento pela inovação tecnológica no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 25-33, 2005.

RIES, Eric. **A Startup Enxuta**: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas. São Paulo: Lua de Papel, 2012.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SUNLEY, Peter; PINCH, Steven; REIMER, Suzanne; MACMILLEN, James. Innovation in a Creative Production System: The Case of Design. **Journal of Economic Geography**, v. 8, n. 5, p. 675-698, 2008.

UTTERBACK, James. The Process of Technological Innovation within the Firm. **The Academy of Management Journal**, v. 14, n. 1, p. 75-88, 1971.

WHEELWRIGHT, Steven C.; CLARK, Kim B. **Revolutionizing Product Development**: Quantum Leaps in Speed, Efficiency and Quality. Nova York: Free Press, 1992.

WILSON, Nicholas C.; STOKES, David. Managing Creativity and Innovation. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v. 12, n. 3, p. 366-378, 2005.

PERSPECTIVA CRÍTICA DA SITUAÇÃO SOCIAL DE VIDA, TRABALHO E SAÚDE DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 26/03/2020

Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Departamento de Áreas Acadêmicas – IFG/ Câmpus Águas Lindas e Doutorando na Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias em Saúde – PPGCTS – UnB/ Faculdade de Ceilândia – FCe, Distrito Federal.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9404426667726025>.

Bruna Carvalho Barros Rosa Nobre

Sanitarista. Pós-graduanda em Saúde Coletiva da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/ Brasília, Distrito Federal.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6460469267144245>.

Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti

Professora da Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB, Distrito Federal.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6400809887186849>.

Sílvia Maria Ferreira Guimarães

Professora da Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia – DAN/UnB, Distrito Federal.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0099860141022736>.

RESUMO: Este estudo pretende fazer uma reflexão crítica a respeito da realidade social de vida, trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis, pertencendo a correlação teórica de uma abordagem crítica das políticas sociais na sociabilidade capitalista. Com isso pretende-se mostrar ao longo do texto as contradições envolvidas na complexidade da ocupação desses trabalhadores e as suas relações com as políticas públicas, principalmente à saúde pública e ao meio ambiente no que tange a gestão dos resíduos sólidos urbanos. Esse tipo de atividade laboral fruto principalmente do aumento do desemprego apresenta-se na atualidade como uma forma de subsistência para muitos que se encontram em uma situação de pobreza, ou seja, a maioria corpos negros e mulheres, tanto no Brasil como na América Latina. A exploração dos corpos dos catadores marca a disponibilidade deles para execução das atividades laborais para o capital em condições desumanas. Assim, as principais características da natureza do trabalho da catação são a informalidade, as condições precárias de trabalho e a situação de riscos eminentes a saúde dessa população. Além disso, a dura realidade enfrentada cotidianamente pelos estigmas e preconceitos arreigados a ocupação. Embora são crescentes

os números de trabalhadores vinculados as associações ou cooperativas de catadores, eles ainda se encontram em uma situação de grande vulnerabilidade, o que envolve as dimensões sociais e do trabalho em si, além das precárias condições de saúde são somadas ao contexto desses sujeitos a desassistência por parte do Estado de uma saúde pública de qualidade e eficiente.

PALAVRAS-CHAVE: gestão de resíduos sólidos, catadores de materiais recicláveis, condição social, saúde do trabalhador.

CRITICAL PERSPECTIVE OF THE SOCIAL SITUATION OF LIFE, WORK AND HEALTH OF THE WASTE PICKERS

ABSTRACT: This study intends to make a critical reflection about the social reality of life, work and health of waste pickers, belonging to the theoretical correlation of a critical approach to social policies in capitalist sociability. This is intended to show throughout the text the contradictions involved in the complexity of the occupation of these workers and their relationship with public policies, especially public health and the environment with regard to the management of urban solid waste. This type of work activity, mainly due to the increase in unemployment, presents itself today as a form of subsistence for many who are in a situation of poverty, that is, the majority of black bodies and women, both in Brazil and in Latin America. The exploration of the bodies of waste pickers marks their availability to carry out labor activities for the capital in inhuman conditions. Thus, the main characteristics of the nature of the picking work are informality, precarious working conditions and the situation of imminent risks to the health of this population. In addition, the harsh reality faced daily by stigmas and prejudices rooted in occupation. Although the number of workers linked to waste pickers' associations or cooperatives is increasing, they are still in a situation of great vulnerability, which involves the social dimensions and the work itself, in addition to the precarious health conditions are added to the context of these subjects the lack of assistance by the State of quality and efficient public health.

KEYWORDS: solid waste management, waste pickers, social condition, health works.

CONTEXTUALIZANDO OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Os catadores de materiais recicláveis são indivíduos cuja sobrevivência se dá por meio do recolhimento e da venda de materiais descartados pela sociedade, com valor de mercado para a reciclagem. Diferenciam-se, portanto, dos chamados garis ou lixeiros, apesar de serem confundidos com os mesmos ou ainda reconhecidos como catadores de lixo pelas demais classes sociais (BARBOSA & BARCO, 2009 p.7).

As atividades da ocupação de catadores de materiais recicláveis configuram-

se como indispensáveis para a gestão dos resíduos sólidos urbanos. No meio do caminho entre o que é descartado pela população consumidora e o que as indústrias redirecionam para os processos produtivos, estão inseridos os catadores (Dagnino e Dagnino, 2010). Esses trabalhadores desempenham toda dinâmica de manipulação do lixo descartado para reciclagem, na separação do material ou triagem, no transporte, principalmente aqueles que desenvolvem a atividade de forma autônoma em veículos de tração humana, no enfardamento do material nas associações/cooperativas e na venda dos produtos.

Segundo Vasconcelos, Guimarães e Zaneti (2018) a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO de 2014, divide os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável em três tipos de atividades ocupacionais: o catador de material reciclável, o selecionador de material reciclável e o operador de prensa de material reciclável. Para as autoras Zaneti, Sá e Almeida (2009) embora incluam a atividade de catação num rol maior de estratégias de sobrevivência, os catadores entram no sistema hegemônico em uma relação de ultraexploração e quase marginal, ficando com a menor remuneração da cadeia de transformação do resíduo em matéria-prima.

Assim pela variedade de realidade que cercam esse grupo social, este texto contempla o contexto dos catadores organizados coletivamente em associações ou cooperativas, pois suas atividades têm forte dependência do Estado. Esses trabalhadores têm estreito diálogo com o poder público no cumprimento da organização de alternativas de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos e ao mesmo tempo vivem, se submetem e resistem a condições desumanas.

Diante da necessidade de compreensão da vida desses trabalhadores informais, constata-se que as produções científicas abordadas pelas diversas áreas do conhecimento revelam o contexto desse grupo social de diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Elas são capazes de revelar os fenômenos sociais imbricados na realidade contemporânea dos catadores de materiais recicláveis e as contraditórias relações entre Estado e sociedade, colocando no centro do debate as suas condições sociais de trabalho e saúde na posição de classe social menos favorecida.

Cabe salientar que os estudos desta natureza ainda são pouco explorados pela área das ciências da saúde, incluindo também a Saúde Coletiva. Geralmente, abordam os aspectos relacionados a qualidade de vida e as relações entre condições de trabalho e o impacto na saúde dos trabalhadores (Hoefel, 2013; Gutberlet et al., 2013; Ballesteros, Arango e Urrego, 2012; Almeida, et al., 2009; Jesus, et al., 2012; Santos, et al., 2012). No entanto na área das ciências sociais as pesquisas ajudam na compreensão do real contexto de exploração desses trabalhadores, os quais possuem em suas vidas a marca da exclusão social e ao mesmo tempo da inclusão

perversa (Bosi, 2008; Alves e Oliveira, 2013; Carneiro, Araújo e Silva, 2015; Zaneti, Sá e Almeida, 2009; Medeiros e Macêdo, 2006).

Estanque disso, na área das ciências da saúde, estão a ausência de análises que contemplem a complexidade do modelo de sociedade capitalista na vida dos catadores de materiais recicláveis e a relação com as políticas públicas. Ressalta-se que os fenômenos sociais presentes na realidade dos catadores não podem ser analisados somente na perspectiva das doenças e dos riscos da ocupação, como bem explorado na maioria das produções científicas sobre o tema. Além disso, a realidade dos catadores deve ser abordada também em uma perspectiva contextualizada com as contradições históricas da sociedade.

Salienta-se que a base da reciclagem se configura também, de maneira marcante e contraditória, pela exploração dos corpos de homens negros e principalmente mulheres negras, que desenvolvem suas atividades laborais em situações precárias, sem nenhum direito trabalhista garantido pela lei e políticas sociais ineficientes que não atendem suas necessidades, como o próprio direito à saúde pública. A expropriação da classe trabalhadora marca a disponibilidade da atividade humana em prol do capital onde essa passa a ser convertida em mera força de trabalho (Fontes, 2010).

Reconhece-se que mesmo o fato deles estarem em estreito contato com o poder público para gestão dos resíduos a sua realidade de vida, trabalho e saúde mostram-se complexas, pois eles continuam submetidos a condições precárias e insalubres. Ademais os catadores contribuem para obtenção de lucro por parte dos atravessadores e das indústrias de reciclagem. Historicamente, o contexto desses trabalhadores mostra a desvalorização da dimensão da vida humana. Ressalta-se que a maioria das associações ou cooperativas funcionam em espaços cedidos pelo poder público. Nessa perspectiva tem-se o entendimento de Mandel (1982), o Estado serve para manter a classe operária inerte contra o sistema capitalista, assim permanece a alienação do trabalhador que identifica as causas da sua ocupação como naturais e flexíveis.

Por isso, a problemática apresentada deixa marcada a ausência da ação do Estado para efetiva proteção social desses trabalhadores. O entendimento do papel do Estado, não como meramente um mecanismo de proteção para os que necessitam de sua assistência, mas também como espaço de arena que envolve complexas relações de disputas sociais e econômicas, sendo um espaço político que atua garantindo o equilíbrio do sistema capitalista, através da defesa do interesse do capital e mediação dos conflitos. Assim confirmando a premissa do pensamento marxista referente ao Estado moderno, quando o categoriza como um comitê para gerir os negócios da burguesia (Marx; Engels, 1968).

A EXPROPRIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E A SUBMISSÃO À SOCIEDADE CAPITALISTA

A ocupação de catadores de materiais recicláveis é exercida por trabalhadores que se organizam de forma autônoma ou em associações/cooperativas (Vasconcelos, Guimarães e Zaneti, 2018). Eles abastecem a indústria da reciclagem, ou seja, esses trabalhadores são elos indispensáveis para a consolidação da sustentabilidade por meio da gestão dos resíduos sólidos nos centros urbanos, ao mesmo tempo fazem parte da cadeia produtiva da reciclagem gerando matéria-prima reciclada de alto valor econômico para o mercado.

A característica marcante da atividade de catação é a informalidade. Para BOSI (2008, p. 113) as ocupações tidas como “informais” vêm ganhando relevância no mundo do trabalho exatamente porque têm sido acionadas como forma de produção preferencial do capital e não como escolha exclusiva dos trabalhadores.

Na ausência dos catadores o processo de produção não se tornaria viável, haja vista que as máquinas sozinhas ainda não conseguem realizar todo o trabalho de transformação do lixo em mercadoria. Os catadores, embora desempenhem um papel fundamental na cadeia produtiva, representam o elo mais frágil de todo o sistema. (ZANETI, SÁ, ALMEIDA, 2009)

Contraditoriamente, o poder público aposta incondicionalmente no discurso da inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, gerando emprego e renda, por meio do apoio de cooperativas e associações (Freitas e Fonseca, 2012). A reciclagem é uma alternativa importante para o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, pelo processo elevado de consumo e produção de produtos cada vez mais descartáveis.

Destaca-se que quando o descarte é realizado de forma incorreta ou indevida pela sociedade essa alternativa se torna mais importante ainda, pois tem a capacidade de reduzir ou minimizar os riscos ambientais como a poluição ambiental dos rios e a diminuição das enchentes nas cidades ocasionadas pelos lixos nos bueiros. Além disso diminuir a proliferação de doenças ocasionadas por insetos e animais peçonhentos.

Segundo Alves e Oliveira (2013) a catação de lixo está inserida nas dimensões da precarização do trabalho disfarçada de estratégia de sobrevivência, já que a lógica de produção capitalista gera a massa de trabalhadores que são obrigados a se sujeitarem a condições cada vez mais precárias e péssimas condições de trabalho.

Embora o lixo não representa apenas um problema ambiental, mas também evidencia um problema de dimensão social, pois dentro de uma sociedade capitalista excludente, ele se transforma em uma oportunidade e muitos daqueles que não tem

emprego e nem condições de prover sua família (ALVES e OLIVEIRA, 2013, p. 5)

Esse quadro localizado historicamente e socialmente, acompanhado do aumento do desemprego e a situações de pobreza, ocasionados pelo sistema capitalista, favoreceram para o aumento da quantidade de pessoas que vivem da atividade de catação do recicláveis como forma de sobrevivência e resistência.

Para os autores Carneiro, Araújo e Silva (2015) o número de associações ou cooperativas voltadas à catação dos resíduos sólidos tende a ser uma ocupação em crescimento devido à precarização, ao desemprego e às informalidades trazidas com as mudanças no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva.

Conforme aponta BOSI (2008):

A estruturação do setor de reciclagem no Brasil a partir do aproveitamento de uma numerosa população trabalhadora excedente – que num aparente paradoxo teve suas qualidades recusadas pelo “mercado” – é um traço constitutivo das atuais relações de trabalho e uma evidência importante desse processo (p. 113)

A reciclagem tem sua relevância em decorrência do elevado consumo e geração de resíduos, principalmente nos centros urbanos. Embora também aja a necessidade do aumento da demanda industrial por materiais mais baratos, com preços reduzidos, visando maior lucratividade das empresas. Segundo avaliação publicada no documento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (Freitas e Fonseca, 2012), 75% dos ganhos totais proporcionados pela reciclagem são apropriados pela indústria.

As contradições presentes nas relações complexas entre o Estado e as políticas públicas voltadas para a questão do desenvolvimento sustentável e o trabalho dos catadores, que são atores sociais importantes para a reciclagem. Para Silva (2002, p.72 apud Alves e Oliveira, 2013) a proposta do desenvolvimento sustentável surge imbuída de um transformismo, onde as classes dominantes se apropriam das reivindicações historicamente ligadas às classes trabalhadoras, e lhes conferem uma direção social, com base em seus interesses.

Dessa forma, as cooperativas e as associações formadas, por sua vez, são as que menos lucram na cadeia produtiva da coleta seletiva. A produção passa por vários estágios: começa com a coleta de lixo, geralmente realizada por empresas privadas; na sequência, encontra-se o trabalho dos catadores e das catadoras, que separam o material por tipo (plásticos, papelão, papel, vidro, alumínio); o passo seguinte consiste na venda dos materiais separados para atravessadores e sucateiros, que são intermediários entre as cooperativas, ou catadores individuais, e as indústrias de reciclagem, empresas que determinam os preços dos materiais recicláveis (Wirth, 2010, apud CHERFEM, 2015, p. 89).

O cenário problemático aponta para a necessidade de reflexão sobre as contradições do incentivo a reciclagem da maneira que está vem sendo desenvolvida/

operacionalizada na realidade dos catadores no Brasil, pois vasta produção científica coloca esses trabalhadores em situação de trabalho e saúde que fere a dignidade humana. Ao mesmo tempo que se apresenta como uma saída para o desenvolvimento sustentável, principalmente no enfrentamento dos problemas ocasionados pela poluição ambiental.

Contraditoriamente, no processo produtivo está imbricado também o estímulo não a preservação ambiental, mas a obtenção do lucro por parte das indústrias de reciclagem, sendo esse o mais preponderante para a atenção do setor público nessa agenda ambiental. Assim existe a valorização do capital do setor em detrimento das vidas humanas dos trabalhadores, pois esses são elos essenciais da cadeia de reciclagem. Na verdade, são marcadores sociais a exploração e expropriação de uma força de trabalho que tem como única maneira de sobrevivência a atividade de catação sob condições precárias.

De acordo com Fontes (2010), a expropriação primária, original, de grandes massas camponesas ou agrárias, envolvidas em um processo de êxodo rural, onde são atraídas para as cidades, por razões de diversas ordens, o qual essa dinâmica acarreta na incapacidade dessas pessoas manterem sua subsistência sem a reprodução do capital. No caso dos catadores diversas famílias migram da zona rural para os grandes centros urbanos pela busca de melhores condições de vida e emprego.

Em seguida esse grupo social também se enquadra nas expropriações secundárias definida por Fontes (2010) que são impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo, atingindo especialmente trabalhadores urbanos disponíveis ao mercado. Esse processo contemporâneo mostra a conversão para uma nova forma, a disponibilidade dos trabalhadores para o mercado. No caso dos catadores apresenta-se a exploração da força de trabalho desprovida de vínculos geradores de direitos, o alto índice de desemprego e o não acesso a assistência à saúde.

A perspectiva do mercado envolve principalmente a redução do custo pela compra dos materiais recicláveis através do ciclo da reciclagem que prevê o retorno dos resíduos descartados ao consumo da sociedade. Essa abordagem mostra a realidade de expropriação colocada no caso da classe trabalhadora de catadores total desassistência por parte do Estado, ficando evidente à exploração dos seus corpos em favorecimento dos lucros, mesmo por meio das associações/cooperativas defendidas pelo poder público.

As expropriações segundo Fontes (2010) estão relacionadas a necessidade de crescimento da exploração dos trabalhadores em todas as atividades da vida humana. A expropriação é a condição fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma subordinada ao capital é a expropriação dos

trabalhadores e sua separação das condições sociais de produção (FONTES, 2010, p. 42)

Segundo CHERFEM (2015, p. 90) o aumento da quantidade de catadoras e de catadores organizados, por sua vez, alimentou o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR capaz de inserir publicamente as reivindicações desta categoria, como o reconhecimento da profissão, a demanda pela contratação desses trabalhadores para a realização da coleta seletiva nas cidades, além de uma série de ações que desencadearam na Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, elaborada no ano de 2010.

A PNRS foi um marco regulatório para questão dos resíduos sólidos do país, estabelecendo a obrigatoriedade de implantação de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em todos os municípios brasileiros e no Distrito Federal, com programas de coleta seletiva e inclusão dos catadores, prevendo a extinção dos lixões até o ano de 2014, embora esse prazo tenha sido prorrogado algumas vezes.

Ao mesmo tempo que ela instituiu em um dos seus aspectos a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens pós-consumo e pós-consumo. Embora como apontado pelos autores Carneiro, Araújo e Silva (2015) tal Política, que tramitou por mais de 20 anos no Congresso Nacional até ser aprovada, é considerada uma vitória obtida pela organização dos catadores, mas não tira da informalidade os trabalhos dos mesmos.

Atualmente, existe uma crescente especialização e divisão do processo de trabalho entre grupos de catadores e suas associações/cooperativas nas usinas e galpões industriais com foco no aumento da produtividade e melhoria das condições de trabalho. Essa transformação do trabalho da cata, provocado pela transição do catador que trabalhava nas ruas e em lixões para catadores que agora passaram a desenvolver suas atividades em espaços públicos de triagem de materiais, tem significado marcante para a constituição dessa ocupação.

Contraditoriamente, após essa mudança as condições de trabalho deveriam ser mais dignas, mas o que se presencia no cotidiano dessas associações/cooperativas são situações ainda precárias nos locais de trabalho que ferem a dignidade da pessoa humana, com jornadas exaustivas, nenhuma infraestrutura para atendimento das necessidades básicas fisiológicas e de alimentação, nenhum direito trabalhista, ausência de equipamentos para proteção individual, ou seja, total desamparado do poder público e das empresas. Em contrapartida existe a manutenção da exploração, pois esses produzem em maior quantidade para atendimento das necessidades do capital e não as necessidades dos trabalhadores.

Embora na contemporaneidade a responsabilidade dos governos estaduais,

municipais e federal para a construção dos planos de gestão dos resíduos pelas leis promulgadas. A autora Zaneti (2006) destaca na sua tese de doutorado, reflexões interessantes em uma matriz que coloca em discussão o processo de trabalho e a constituição das unidades de triagem em Porto Alegre. Embora em diferentes realidades regionais brasileiras os planos de gerenciamento possuem foco primordial apenas no apoio as cooperativas/associações nas unidades de triagem de materiais, na alteração do local de trabalho e manutenção da acumulação.

Enquanto isso, a vida dos catadores continua sendo prejudicada pela natureza da realização dessa atividade laboral e as suas interferências negativas na saúde são naturalizadas pelos trabalhadores e pelos próprios agentes do Estado que não tem olhado para situação deles. Assim continuam em situações precárias de vida e trabalho, ou seja, a transição por si só espacial do trabalho não trouxe ganhos maiores efetivos as condições de trabalho relacionadas à saúde dessa classe de trabalhadores.

Em entrevista realizada por Zaneti (2006) com Marcel Bursztyn, existe a problematização do conceito de exclusão social. Esse conceito é muito colocado quando analisado o contexto dos catadores de materiais recicláveis, haja vista a vulnerabilidade histórica desse grupo e seu processo de constituição na sociedade. Em suma o entrevistado problematiza a questão dos catadores serem mal incluídos, não deixando de serem incluídos, como destacado no trecho abaixo:

A primeira imagem que eu tive, quando fui estudar os catadores de lixo é que eles eram excluídos pela condição de vida deles. Falando mais em particular este catador de materiais mais de luxo, o catador que circula, que pega latinhas, papel, papelão. Depois, quando eu fui estudar um pouco melhor a cadeia produtiva do lixo, percebi que não dá para incluir o catador nesta categoria de excluído, porque ele pertence. O que define a exclusão é o não pertencimento e ele pertence. Só que ele pertence numa ponta extremamente precária da cadeia. Se ele pertence ele não é excluído, mas também não dá para colocá-lo como um trabalhador industrial moderno. (...) Concluí que ele é incluído, mas é mal incluído. Ele é incluído porque está no circuito industrial, ele é peça importante na cadeia produtiva, por exemplo, o catador de latinhas, faz parte da primeira etapa que termina numa empresa multinacional de alumínio que, portanto se vale disto. Mas ele é mal incluído, porque trabalha na mais precária situação, porque o processo de catar e coletar este material é insalubre; irregular sob o ponto de vista da legislação trabalhista e injusto sob o ponto de vista das condições de vida. Deixei de usar o conceito de exclusão social para qualificar estes atores. Todos os casos têm ligações com a cadeia econômica incluída, bem ou mal incluída, mas o modo de vida deles é excluído. Ele é socialmente excluído, enquanto trabalhador, ele tem um elo de pertencimento, portanto, de inclusão. Por isso chamamos de mal incluído (p. 230).

A condição de mal incluídos desses sujeitos perpassa pela situação de desigualdades sociais provocadas pelo sistema capitalista, que fazem esses indivíduos realizarem esse tipo de atividade para sua subsistência. É notório que as condições sociais de vida, trabalho e saúde mostram esse grupo social vivendo à margem da sociedade. A atividade laboral cotidiana dos catadores organizados

em associações apresenta riscos à saúde e padrões de adoecimento peculiares (Vasconcelos, Guimarães e Zaneti, 2018)

O TRABALHO E AS RELAÇÕES COMPLEXAS COM À SAÚDE

Para além das questões da doença e dos riscos biológicos, físicos e químicos inerentes à especificidade desse tipo de atividade laboral (Gutberlet et al., 2013; Ballesteros, Arango e Urrego, 2012). Essas são as questões mais analisadas nas pesquisas na área da saúde. É essencial que se compreenda a realidade dos catadores também como pessoas que encontram nessa atividade a única alternativa possível para sobreviverem por meio do trabalho, ou pelo menos aquela mais viável no contexto das necessidades imediatas, dadas as restrições que lhes são infringidas pelo mercado de trabalho (SILVA, GOES e ALVAREZ, 2013, p. 5).

E a produção científica na área das ciências da saúde e as políticas de saúde não podem enxergá-los somente do ponto de vista das doenças ocasionadas pelo trabalho e impacto na qualidade de vida, mas compreender a totalidade da vida desses sujeitos. Destaca-se que as ações de saúde e políticas públicas voltadas para esse grupo social isoladas da transformação da sociedade não produzirão efeitos consistentes para a valorização da dignidade humana e condição de cidadania dos catadores de materiais recicláveis.

Embora, na visão de cidadania refletida por Barbalet (1989), ela por si só não muda a estrutura de classes da sociedade, embora ela reduza algumas desigualdades, mas amplia outras. Ainda de acordo com esse autor a educação e saúde, vistos como direitos sociais, não são mercadorias, mas podem servir ao capital. É o que se encontra no cotidiano dessas políticas públicas, pois os que necessitam continuam sendo explorados e desassistidos pelas ações públicas.

Essa realidade se torna complexa não só quando relacionada às condições de trabalho em si, mas por esses sujeitos também estarem inseridos em contextos das desigualdades de raça e gênero, dos estereótipos e preconceitos da ocupação, do desemprego, ou seja, a condição de pobreza que vivem retiram a possibilidade de uma vida com qualidade de vida e dignidade.

Assim colocando-os em uma condição de vulnerabilidade não só pelas condições de trabalho, mas também pelas dimensões da vida e saúde. O contexto desses trabalhadores reflete as desigualdades sociais no campo da saúde, já que faltam incentivo social, financeiro e psicológico vindos de todos os segmentos sociais, além do real reconhecimento da importância desta ocupação e efetiva inclusão social destes trabalhadores (Castilhos et al. 2013).

A ocupação de catadores de materiais recicláveis possui um marco de

preconceito na sociedade brasileira como um todo, tal profissão ainda sofre inúmeras formas de carências, o que resulta na marginalização, preconceito e exclusão dos indivíduos que vivem dela (Castilhos et al. 2013; Santos e Silva, 2011). Além desse contexto, o trabalho gera um precário sustento e desencadeia processos de adoecimento que agravam sua condição de vida (Hoefel, 2013).

Historicamente, a precariedade de vida da classe trabalhadora é marca da sociedade capitalista, Engels (1845) na sua obra referente a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, constatou que a submissão da vida humana da classe operária aos interesses de mercado da burguesia. Eles viviam a margem da sociedade, tinham uma situação de vida e trabalho que comprometiam sua saúde. O reflexo da opressão foi marcado pelos indicadores de mortes prematuras, antinatural, doenças pulmonares, tuberculose, doenças respiratórias, entre outras.

Ainda assim, a realidade apresentada por Engels em 1845 na Inglaterra não difere da contemporaneidade quando analisada as condições dos catadores de materiais recicláveis, na realidade o tempo de vida é dedicado ao trabalho e ao sofrimento com as mazelas sociais. Com a ausência do Estado na vida dessas pessoas, as políticas públicas não conseguem atender as necessidades desses sujeitos, tendo o acesso à saúde pública por exemplo prejudicado pela sua posição na sociedade.

O Sistema Único de Saúde (SUS) existe enquanto direito garantido na Constituição Federal (BRASIL, 1988), no seu artigo 196 “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. E seria um sistema para resolver ou minimizar as mazelas que prejudicam a saúde desse grupo social. Entretanto o que esses sujeitos trazem de significativo nas suas trajetórias de vidas cotidianas relacionadas ao SUS, são a desassistência em saúde pela dificuldade de acesso e a violência institucional, quando com muita paciência e luta conseguem atendimento (Vasconcelos, 2016).

Assim compartilha-se a ideia de que só pode haver a existência de vida digna aos catadores, com condições de trabalho adequadas sem que comprometam a saúde física e mental dos trabalhadores. A partir da negação dos fundamentos da lógica do capital, que de fato a gestão pública assumisse todas as dimensões do processo de reciclagem e também da política pública de saúde, assim os interesses do mercado não deveriam ultrapassar a responsabilidade com a vida humana.

As definições de políticas públicas colocadas aqui seguem a relação dialeticamente contraditória entre Estado e sociedade, corroborando não só como do Estado, visto que, para a sua existência a sociedade também exerce papel ativo e decisivo, e o termo público é muito mais abrangente do que o termo estatal (Pereira,

2008). Diante disso percebe-se que o SUS atende mais a lógica da política pública para servir ao capital, pois o Estado faz a mediação do campo econômico, enquanto a população que necessita se encontra desassistida. Assim as vidas dos sujeitos não são levadas em consideração e todo o sistema vai na direção de favorecimento do mercado.

O tipo de abordagem apresentada aponta para a atuação no campo da intervenção e da política para as reais melhorias nos contextos sociais da sociedade como um todo, enfrentando assim qualquer forma de desigualdade socioeconômica seja ela de gênero, raça e classe social. Perpassa por um anseio de uma sociedade mais justa e igualitária de fato para todos, ou seja, para isso deve ser adotado a perspectiva de emancipação política e humana, lutando contra as imposições do modelo de sociabilidade capitalista que visa sobretudo a exploração da classe trabalhadora em detrimento da reprodução e acumulação do capital.

Nesse sentido, as ações em saúde e políticas públicas voltadas a atender as necessidades e singularidades dos trabalhadores, por meio da educação em saúde e promoção a saúde se tornam paliativas e intervenções passageiras no processo, quando analisadas as reais condições sociais de vida, trabalho e saúde dos catadores de materiais recicláveis em âmbito nacional e da América Latina.

Não só a realidade dos catadores brasileiros mostra a complexidade da relação Estado e sociedade. O próprio Estado produz esses contextos, quando permite atender os interesses do campo econômico em detrimento do social. A pesquisa dos autores Gómez-Correa; Agudelo-Suárez; Ronda-Pérez (2008) realizada em Medellín, aponta para a necessidade de um sistema sanitário na Colômbia, observando os problemas de acesso aos serviços de saúde e as barreiras sociais e econômicas existentes para esse grupo social, mas percebe-se que no caso desses trabalhadores o sistema por si só não consegue atender todas as necessidades humanas.

A promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis, a recuperação da saúde e a prevenção de doenças, mesmo que atendam esses trabalhadores exclusivamente nas suas singularidades, não conseguirão mudar a lógica de exploração e desigualdades que são marcas estruturais da sociedade capitalista, ou seja, o grupo social de catadores sempre estarão em condições de vida e trabalho precárias, em situações que comprometam a qualidade de vida, sendo que em algumas realidades cotidianas as situações chegam a comprometer a dignidade da pessoa humana, caso a ordem da sociedade não se transforme pela luta de classes.

Com a transformação efetiva da sociedade os interesses da vida humana se sobressairiam sobre os interesses do mercado, revertendo assim a lógica do capital, sobretudo no sistema de gestão pública que deve priorizar os interesses coletivos. Corroborando assim com o pensamento das autoras ZANETI, SÁ E ALMEIDA (2009,

p. 188) referente ao papel do Estado na gestão dos resíduos sólidos apontam que seria o de fortalecer o caráter social e ambiental do processo. Isso não se refere apenas a questões técnicas e operacionais, mas também a questões sociopolíticas ligadas a mudanças nos paradigmas de produção e consumo assumidos na sociedade.

Por fim, ressalta-se que no estudo de Engels (1845) os operários não tinham acesso à serviços de saúde, as condições sociais e vida do proletariado fazia com que eles morressem de causas evitáveis. Embora hoje os catadores tenham o direito garantido na lei, na prática a política pública não funciona para atender as necessidades dos trabalhadores, servindo mais para o atendimento das necessidades do mercado. Essa situação permanente na sociedade capitalista, o que coloca como o principal causador das mortes da classe trabalhadora.

APONTAMENTOS FINAIS

A realidade social de vida, trabalho e saúde dos catadores de materiais recicláveis apresenta dificuldades complexas na resolução dos problemas de saúde relacionados as condições de trabalho, pois estão em situações precárias de subsistência e se encontra marginalizados na sociedade. Eles estão inseridos no contexto de exploração e expropriação características da sociedade capitalista. Contraditoriamente, mesmo sendo uma ocupação de grande importância para a agenda ambiental do Estado esses são totalmente desamparados pelas políticas públicas ambientais e de saúde.

Assim se faz necessário ressaltar, o contexto da superestrutura da sociedade capitalista, produtora de desigualdades, que afeta diretamente a vida dos catadores de materiais recicláveis, que por sua vez evidenciam o cenário de exploração a que os sujeitos estão submetidos, pois dentro do sistema capitalista esses trabalhadores são obrigados a submeter-se as condições precárias de trabalho para o seu próprio sustento ou de suas famílias.

É notória a necessidade de intervenções em saúde que os contemplem em ações de curto prazo para amenizar os danos causados por esse modelo de sociedade, mas não se pode deixar perdido no horizonte que uma mudança efetiva da situação de trabalho e saúde perpassa também por uma transformação radical da sociedade para um modelo mais justo e igualitário para todas as pessoas independente de classe social. Assim as ações interventivas de educação em saúde, promoção da saúde e prevenção de doenças no contexto dessa ocupação se tornam paliativas na vida dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. R.; ELIAS, E. T.; MAGALHÃES, M. A. VIEIRA, A. J. D. **Efeito da idade sobre a qualidade de vida e saúde dos catadores de materiais recicláveis de uma associação em Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(6):2169-2180, 2009.
- ALVES, A. K. S.; OLIVEIRA, A. M. **Estado, capitalismo e questão ambiental: interfaces no trabalho dos catadores de materiais recicláveis.** In: II Semana de Economia Política – Luta de classes e opressões: uma homenagem a Rosa Luxemburgo UFC-UECE, 2013, Fortaleza. II Semana de Economia Política UFC-UECE-ANAIS, 2013.
- BALLESTEROS, V. L.; ARANGO, Y. L. L.; URREGO, Y. M. C. **Condiciones de salud y de trabajo informal em recuperadores ambientales del área rural de Medellín, Colômbia, 2008.** *Rev. Saúde Pública*, vol. 46, n. 5, p. 866-74, 2012.
- BARBALET, J. M. **A Cidadania.** Lisboa: Estampa, 1989. 181p.
- BARBOSA, Y. M.; BARCO, J. A. P. C. **Trabalhos dos catadores de materiais recicláveis na região leste de goiânia-goiás em áreas urbanas como alternativa para sustentabilidade.** *Gestão & Tecnologia*, Edição II, 2009.
- BOSI, A. P. **A organização capitalista do trabalho “informal” o caso dos catadores de recicláveis*.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais* v. 23, nº 67, 2008.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.
- BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.** *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*. 03 ago. 2010; Seção 1, 3-7.
- CARNEIRO, E. M.; ARAÚJO, L. B. C.; SILVA, P. R. C. **Capitalismo, trabalho e Estado: a condição dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no contexto de estado neoliberal.** VII Jornada Internacional Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. 2015.
- CASTILHOS, A. B.; RAMOS, N. F.; ALVES, C. M.; FORCELLINE, F. A.; GRACIOLLI, O. D. **Catadores de materiais recicláveis: análise das condições de trabalho e infraestrutura operacional no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil.** *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 18, n. 11, p. 3115-3124, 2013.
- CHERFEM, C. O. **A coleta seletiva e as contradições para a inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis: construção de indicadores sociais.** Mercado de trabalho. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, nº 59, 2015.
- DAGNINO, R. S.; DAGNINO, R. P. **Políticas para inclusão social de catadores de materiais recicláveis.** *Revista Pegada – especial o trabalho no lixo*, 2010.
- ENGELS F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra** (1ª edição). São Paulo: Boitempo, 2008.
- FONTES, V. **O Brasil e o Capital Imperialismo – teoria e história.** Rio de Janeiro, FIOCRUZ-EPSJV e UFRJ, 2010. Capítulo 1. P.21-98.
- FREITAS, L. F. S.; FONSECA, I. F. **Diagnóstico sobre catadores de resíduos sólidos.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Brasília, 2012.
- GÓMEZ-CORREA, J. A.; AGUDELO-SUÁREZ, A. A.; RONDA-PÉREZ, E. R. **Condiciones Sociales y de Salud de los Recicladores de Medellín.** *Rev. salud pública*. 10 (5):706-715, 2008.

GUTBERLET, J.; BAEDER, A. M.; PONTUSCHKA, N. N.; FELIPONE, S. M. N.; SANTOS, T. L. F. **Participatory research revealing the work and Occupational health hazards of cooperative recyclers in Brazil.** Int. J. Environ. Res. Public Health, vol. 10, p. 4607-27, 2013.

HOEFEL, M. G.; CARNEIRO, F. F.; SANTOS L. M. P.; GUBERT, M. B.; AMATE, E. M.; SANTOS, W. **Accidents at work and living conditions among solid waste segregators in the open dump of Distrito Federal.** Rev Bras Epidemiol, v. 16, n. 3, p. 764-85, 2013.

JESUS, M. C. P; et al. **Avaliação da qualidade de vida de catadores de materiais recicláveis.** Re. Eletr. Enf. [internet], v. 14, n.2, p. 277-285, 2012.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio.** SP, Abril Cultural, 1982. Introdução (p. 3-6) e Cap. 15 O Estado na fase do capitalismo tardio p.333-350

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** 3ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2014. Introdução de Osvaldo Coggiola; texto principal e os prefácios de Marx e Engels de diversas edições. P.9-83.

MEDEIROS, L. F. R; MACÊDO, K. B. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?** Psicologia & Sociedade; 18 (2): 62-71, 2006

PEREIRA, P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania.** In: BOSCHETTI et al. (org.) Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas. São Paulo, Ed. Cortez, 2008. p. 87-108.

SANTOS, G. O.; SILVA, L. F. F. **Os significados do lixo para garis e catadores de Fortaleza (CE, Brasil).** Ciência & Saúde Coletiva, vol. 16, n. 8, p. 3413-3419, 2011.

SANTOS, S. M. R; JESUS, M. C. P; MATTOS, L. R; ALVES, M. J. M; VICENTE, E. J. D; JESUS, P. B. R; **Espiritualidade na avaliação da qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis: estudo transversal.** Online Brazilian Journal of Nursing, Vol 11, N° 1. 2012.

VASCONCELOS, J. P. R. **A saúde de catadores/catadoras de materiais recicláveis: do contexto de vida ao enfrentamento do cotidiano.** Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias em Saúde). Universidade de Brasília, 2016 (Monografia).

VASCONCELOS, J. P. R; GUIMARÃES, S. M. F; ZANETI, I. C. B. B. **Condições de vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis: revisão integrativa da literatura.** Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 9, n.1, 2018. p. 187-197.

ZANETI, I. C. B. B. **As sobras da modernidade: o sistema de gestão de resíduos em Porto Alegre, RS.** Ed. CORAG Porto Alegre, RS. 2006.

ZANETI, I. C. B. B; SÁ, L. M; ALMEIDA, V. G. **Insustentabilidade e produção de resíduos: a face oculta do sistema do capital.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 1, p. 173-192, 2009.

PLANEJAMENTO DA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL: INDICADORES E ESTRATÉGIAS PARA CAMPUS UNIVERSITÁRIOS

Data de aceite: 04/05/2020

Lucas Pinto de Carvalho

Universidade Nove de Julho – UNINOVE
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/1672923612278644>
lucaspc.engcivil@gmail.com

Jose Ricardo Marar

Universidade de Brasília – UnB
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/2089341893296080>
jrmrar@yahoo.com

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo elaborar um índice para a mobilidade sustentável em campus universitário por meio de um levantamento bibliográfico, abordando as principais estratégias e indicadores utilizados na literatura. As estratégias mais citadas na literatura nacional e internacional quanto a mobilidade sustentável foram: conscientização e educação; racionalização de veículos; segurança pública; mobilidade ativa. O índice servirá como balizador para o planejamento das estratégias que serão utilizadas em campi universitários visando a mobilidade sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento urbano. Mobilidade Sustentável. Campi Universitários.

Índice.

ABSTRACT: This research aims to develop an index for sustainable mobility on the university campus through a bibliographic survey, addressing as the main strategies and indicators used in the literature. The most cited strategies in national and international literature regarding sustainable mobility were: awareness and education; vehicle rationalization; public security; active mobility. The index serves as a marker for planning strategies that can be used on university campuses that use sustainable mobility.

KEYWORDS: Urban planning. Sustainable Mobility. University campi. Index.

1 | INTRODUÇÃO

O crescimento das cidades incentivou o surgimento de grandes empreendimentos, que estimularam comércios e serviços para toda a população. Em contrapartida, todo esse avanço influenciou que os cidadãos buscassem formas de se deslocarem mais cômodas e rápidas, o que polarizou a utilização dos veículos motorizados, tornando o congestionamento como um grande problema no espaço urbano (LIRA, 2017).

Esses empreendimentos que estimulam o uso do automóvel são denominados como Polos Geradores de Viagens (PGV), que são os supermercados, *shoppings*, hospitais, restaurantes etc. Devido ao seu impacto urbano na geração de viagens, causando transtornos como ruídos e emissão de poluentes, as Instituições de Ensino Superior (IES) também podem ser consideradas como PGV (PARRA, 2006).

Para a solução destes problemas se faz necessário a utilização dos preceitos da mobilidade sustentável, que é definida por MOTA e SILVA (2012) como o planejamento adequado dos transportes, para que sejam capazes de se manterem “ao longo do tempo sem que suas atividades prejudiquem a saúde humana, o meio ambiente e o bem estar social, promovendo o desenvolvimento econômico, a eficiência da aplicação dos recursos no setor de transporte e os meios de transporte não motorizados”.

Além da necessidade de embarque e desembarque (PARRA, 2006), as universidades estimulam estacionamentos ao redor dos campi, gerando transtornos para os moradores que residem na região. Portanto, a utilização de um índice como uma ferramenta científica para obter o nível de sustentabilidade se mostra apropriado, pois desta forma será possível a construção de estratégias para incentivar a mobilidade sustentável em IES (DELL’OLIO, BORDAGARAY, BARREDA, & ANGEL IBEAS, 2014).

2 | POLOS GERADORES DE VIAGENS E SEUS IMPACTOS

Segundo a Lei Federal n 1.890 (de 13/02/1998) do Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal (SING-DF), Polos Geradores de Viagens (PGV) são locais que geram atividades internas e externas, ofertando bens e serviços que impactam na região devido a elevada rotatividade de veículos. Deste modo, as IES podem ser consideradas como PGV, pois influenciam significativamente no fluxo de indivíduos na região em que são instaladas.

Os transtornos gerados pelos PGV são diversos, principalmente os causados pelos veículos motorizados. Existem dois tipos de impactos derivados de sua implantação: os diretos, que são visivelmente perturbadores diariamente e afetam tanto no tempo das viagens quanto na qualidade do percurso; e os derivados, que apesar de muitas vezes serem importantes para os residentes das cidades, podem prejudicar consideravelmente o espaço e o solo do ambiente urbano (GONÇALVES; LEMOS; KNEIBE E PORTUGAL; 2013). As categorias e a descrição dos impactos podem ser observadas na tabela 1.

Impactos	Categorias	descrição
Impactos diretos	Sistema viário e circulação	Aumento do fluxo de veículos; aumento de tempo de viagem; congestionamento; conflito no tráfego; estacionamento; número de acidentes.
Impactos derivados	Ambiente urbano	Alterações: no valor do solo; no uso (atividades); na ocupação do solo; na densidade; na formação de novas centralidades.
	Sociais	Coesão comunitária; mobilidade; acessibilidade; realocação de pessoas.
	Econômicos	Aumento do número de emprego e da renda; fiscais; planejamento regional; recursos; custo de viagens; energia.
	Meio ambiente	Ambiente construído; estética; valores históricos; ecossistemas; qualidade do ar; nível de ruídos; vibrações.

Tabela 1: Impactos diretos e impactos derivados da implantação de PGV.

Fonte: GONÇALVES ET AL. (2012)

Além dos transtornos gerados devido a implantação dos PGV, temos os problemas circundantes, que são causados na vizinhança devido o deslocamento no espaço urbano. Porém, é importante salientar que apesar de todas as formas de se locomover provocar efeitos consideráveis nas cidades, os problemas causados por veículos automotores extrapolam significativamente as consequências provindas de meios como mobilidade ativa e transporte coletivo, como visto na tabela 2.

Modo	Impactos
Motorização individual	Congestionamentos; dificuldade de acesso ao polo; conflito entre o tráfego de passagem e o que se destina ao polo; acessibilidade ao empreendimento; número de acidentes e estacionamento.
Transporte coletivo	Sobre a demanda (adicional); sobre as linhas que atendem ao polo; sobre os pontos de embarque e desembarque de passageiros.
A pé	Nos acessos ao polo; conflito entre pedestres e o tráfego de passagem; sobre as calçadas que atendem ao polo; pontos de travessia de pedestres.
Bicicleta	Nos acessos ao polo; conflitos entre ciclistas, pedestres e o tráfego de passagem; sobre as vias clicáveis que atendem ao polo; pontos de travessia de ciclistas; locais para parada e guarda de bicicletas.

Tabela 2: Impactos de PGV a serem considerados nos modos de transporte.

Fonte: GONÇALVES ET AL., (2012).

As ações no meio urbano podem ser imediatas (um ano), ações a curto prazo (até três anos) e ações de longo prazo (mais de três anos). Mas existem problemas que são causados instantaneamente, como exemplo os efeitos nocivos dos poluentes automotores locais, que diariamente contribuirão para precipitar os problemas na saúde dos cidadãos, principalmente os que residem próximo as emissões, como visto na tabela 3 (AZZALI; SABOUR 2018).

Poluentes	Impactos
CO	Atua no sangue reduzindo sua oxigenação, podendo causar morte após determinado período de exposição
NOx	Formação de dióxido de nitrogênio e na formação do smog fotoquímico e chuva ácida. É um precursor do ozônio
HC	Combustíveis não queimados ou parcialmente queimados, formam o smog e compostos cancerígenos. É um precursor do ozônio
MP	Pode penetrar nas defesas do organismo, atingir os alvéolos pulmonares e causar irritações, asma, bronquite e câncer de pulmão. Sujeira e degradação de imóveis próximos aos corredores de transporte
SOx	Precursor do ozônio, formando a chuva ácida e degradando vegetação e imóveis, além de provocar uma série de problemas de saúde

Tabela 3: Efeitos nocivos dos principais poluentes veiculares locais.

Fonte: CARVALHO (2011)

Em meio tantos impactos nocivos na implantação, utilização e na saúde dos cidadãos, planejamento e estratégias devem ser aplicadas desde o início do projeto até anos posteriores da utilização do PGV. LIRA (2017) informa que os instrumentos que regulam a implantação, monitoramento e avaliação dos PGV são importantes para o ordenamento do espaço urbano, proporcionando melhorias na qualidade de vida e segurança no sistema viário.

Já é sabido que ampliar o espaço para o estacionamento ou aumentar as vias não resolve o problema (PETZHOLD, 2016). Deste modo, o gerenciamento da mobilidade surge para atenuar ou resolver esses problemas que ocorrem principalmente no meio urbano.

3 | GERENCIAMENTO DE PGV PARA A MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Para o gerenciamento eficaz de PGV, é necessário que órgãos públicos, empresas privadas e cidadãos sigam os preceitos da mobilidade sustentável, que segundo o Ministério das Cidades é definida como:

“o resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que visam proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, através da priorização dos modos não-motorizados e coletivos de transporte, de forma efetiva, que não gere segregações espaciais, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável. Ou seja: baseado nas pessoas e não nos veículos”. (BRASIL, 2004 p. 14)

OLIVEIRA (2015) associou o conceito de sustentabilidade à mobilidade como a capacidade das pessoas e cargas realizarem deslocamento de forma eficaz, evitando impactos ao meio ambiente, promovendo melhoria no bem-estar da população e reduzindo gastos por meio da eficiência nos processos.

Segundo a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), devemos priorizar meios de deslocamento menos agressivos ao espaço urbano e mais saudáveis aos

cidadãos, privilegiando a mobilidade ativa em detrimento de veículos motorizados (BRASIL, 2012). A hierarquia adequada para a escolha de modos de transportes sustentáveis pode ser observada na figura 1.

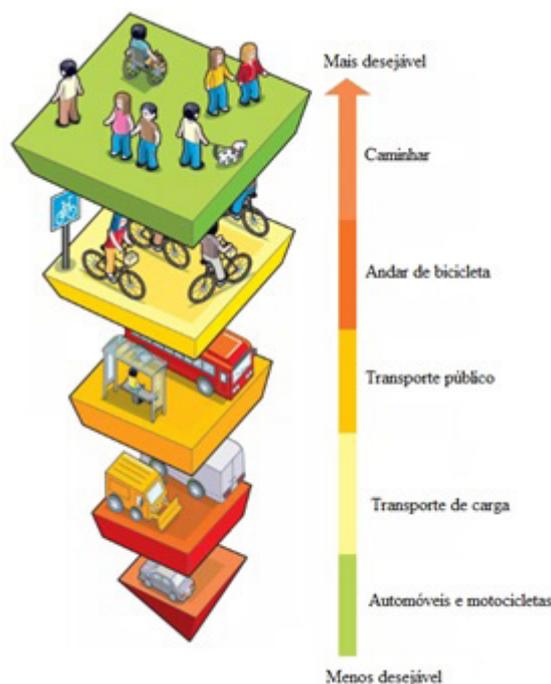


Figura 1: Hierarquia dos modos de transporte.

Fonte: *El Instituto de Políticas para el Transporte y el Desarrollo - ITDP, 2019.*

Diversas organizações, projetos e pesquisas foram criadas em busca da multimodalidade e com intuito de solucionar impactos no trânsito, incentivar e conscientizar os modos alternativos aos veículos motorizados, a saber:

- nos anos 70 surgiu o *Institute of Transportation Engineers* (ITE) nos Estados Unidos (EUA) com intuito de solucionar os impactos causados pelos PGV no espaço urbano de diversos países, inclusive América Latina (PORTUGAL E GOLDNER, 2003);
- o projeto MOST (*Mobility Management Strategies for the next Decades*) é visto como o projeto mais importante elaborado na Europa em relação ao gerenciamento da mobilidade. Concluído em 2003, o programa foi baseado no gerenciamento da mobilidade como condição prioritária para promover a mobilidade sustentável, se dividindo em instituições de ensino, de turismo, de saúde, de desenvolvimento local, de lugares temporários e eventos e centros de mobilidade (STEIN, 2013);
- a Rede Ibero-Americana de Estudo em Polos Geradores de Viagens (RedPGV) busca a sustentabilidade em projetos para projetos em PGV. Teve início em 2004 com 9 universidades e atualmente conta com 32 instituições e com mais de 200 pesquisadores espalhados em diversos países da Europa e América Latina. Entre os principais objetivos da RedPGV estão o desenvolvimento científico, elaboração de material acadêmico e incentivar que o usuário escolha um modo de deslocamento sustentável (RedPGV, 2019).

Esses projetos contribuíram para que hoje possamos conseguir compreender um pouco mais sobre os impactos ocorridos no solo, espaço e indivíduos do meio urbano, possibilitando a elaboração de índices mais eficazes. Contudo, para elaborar um índice que contribua significativamente para o gerenciamento de um PGV, primeiramente deve-se saber quais os principais indicadores utilizados para a mobilidade sustentável em campus universitário.

4 | INDICADORES PARA O GERENCIAMENTO DA MOBILIDADE

Como as universidades são consideradas como microcidades (MEIRELES, 2014), instituições foram criadas exclusivamente para solucionar problemas específicos nesses PGV, como exemplo o projeto Rede Europeia para a Mobilidade Sustentável na Universidade (U-MOB). A U-MOB (2017) foi criada com intuito de compartilhar as melhores práticas da mobilidade sustentável em IES por meio de indicadores.

Segundo PARRA (2006), os indicadores servem como parâmetro para a escolha na tomada de decisão e acompanhamento dos projetos em andamento e já executados nas IES. Na bibliografia consultado foi analisado diversos casos de indicadores desenvolvidos para serem aplicados em universidades, como visto na tabela a seguir.

Autores	Principais indicadores abordados na pesquisa dos autores
PARRA (2006)	oferta de linhas de ônibus; velocidade de automóveis e ônibus; comportamento de pedestres e motoristas; facilidades de deslocamentos a pé; pontos de ônibus; qualidade no serviço de ônibus; gestão de estacionamentos; oferta e qualidade dos ônibus internos; serviço de integração; segurança pública.
U-MOB (2017)	colaboração entre universidade e stakeholders; gestão e Governança Universitária; mobilidade para pedestres; mobilidade para o ciclismo; transporte público; uso mais eficiente do carro; mobilidade intermodal; sistema curricular; tempo de trabalho; coleta de dados; conscientização e participação; networking entre universidades.
STEIN (2013)	Uso do estacionamento; qualidade do transporte público; acesso ao campus; abertura de novas portarias; infraestrutura para quem vai a pé ou de bicicleta; alternativas para reduzir a quantidade de carros nos campi.
OLIVEIRA (2015)	medidas de gestão das áreas de estacionamento; segurança pública; ação de conscientização do uso de modos alternativos; infraestrutura cicloviária; incentivo a bicicletas; instalações de apoio a modos alternativos; transporte público urbano.
CRUZ (2014)	Transporte público; gestão de estacionamento; racionalização no uso de automóveis; rede pedonal; sistema de ciclovias; sistemas multimodais;
FERREIRA (2011)	Compartilhamento de bicicletas; implementar carona solidária; desenvolvimento de atividades de educação e sensibilização;

Tabela 4: Indicadores de mobilidade sustentável em campi universitários.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por meio desses indicadores, vários autores desenvolveram estratégias eficazes para o planejamento da mobilidade sustentável em campi universitários, como será visto nos tópicos a seguir.

5 | ESTRATÉGIAS PARA A RACIONALIZAÇÃO DO VEÍCULO INDIVIDUAL

No trabalho de STEIN (2013) foi solicitado que os respondentes avaliassem estratégias que poderiam incentivá-los a mudar ou continuar a se deslocar por modos alternativos ao carro. Foi observado que a avaliação positiva ou negativa de determinada estratégia depende do modo de transporte utilizado pelo frequentador, ou seja, se o estudante utilizar a bicicleta, ele possivelmente irá fornecer maior nota a estratégias como estacionamento para bicicletas e aumento de ciclovias no campus.

A autora constatou que as medidas que limitam o acesso de veículos motorizados não foram bem avaliadas por todos os frequentadores do campus, principalmente pelos usuários de automóveis, que forneceram as menores notas para as medidas restritivas. No entanto, as medidas para a o incentivo a mobilidade ativa foram as mais bem avaliadas.

A importância de se criar estratégias para viabilizar o uso de veículos motorizados é devido este modo utilizar amplo espaço para estacionamento, no tráfego viário e potencial de poluição. Na tabela 5 podem ser observadas as principais estratégias utilizadas pelos autores para racionalizar a utilização de automóveis em IES.

Autores	Estratégias para reduzir ou viabilizar o uso de automóveis
AZZALI; SABOUR (2018)	Para quem oferecer carona, disponibilizar vagas exclusivas no estacionamento e fornecer uma faixa livre para o acessar o campus; flexibilizar o horário de entrada e saída dos alunos; Introduzir uma taxa de estacionamento para os alunos que chegarem no horário de pico; incentivar o teletrabalho; limitar o uso de carros a longo prazo no campus;
KUWAHARA <i>et al.</i> (2008)	Viabilização de carona solidária por meio da construção de estrutura reservada para interação dos frequentadores do campus; reserva de vaga no estacionamento para quem fornece carona;
PARRA (2006)	Organizar <i>carpool</i> interno; sinalização e colocação de endereços internos para evitar congestionamentos; controle interno de velocidade
STEIN (2013)	Pagar taxa de estacionamento; benefícios para carro com dois ou mais ocupantes; abertura de novas portarias - para não vir de carro; acesso a um banco de dados de carona;
REIS (2011)	Estimular o <i>carpool</i> ; criar uma base de dados de carona; incentivar que as IES vizinhas apliquem esta estratégia para que novos alunos utilizem ou disponibilizem carona; reservar vagas no estacionamento para quem fornece carona; deixar entrar no estacionamento somente quem estiver com duas ou mais pessoas dentro do carro; taxar o estacionamento e usar o dinheiro para outros modos; sinalização interna.

FERREIRA (2011)	transferência modal do automóvel para o transporte público; racionalizar a utilização do automóvel privado, incentivando à prática de carona solidária; dia do <i>carpool</i> ; reserva de vaga para quem fornece carona.
-----------------	---

Tabela 5: Estratégias para o indicador de transporte individual.

Fonte: Elaborado pelo autor.

As estratégias para limitar a utilização de automóveis nos estabelecimentos de ensino pode gerar impactos circundantes, pois os usuários que não utilizarem o espaço interno irão estacionar seus veículos no entorno do campus, agravando o problema de acesso e mobilidade em vias externas da IES. Estes problemas podem ser mitigados com as campanhas de conscientização, que contribuem para a mudança de mentalidades (FERREIRA, 2011).

6 | ESTRATÉGIAS PARA A CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO

Com base na literatura, pode-se dizer que a conscientização e educação são os principais indicadores para a mobilidade sustentável, pois além de abranger todas as estratégias, motivam os frequentadores do campus a utilizarem modos de transporte menos agressivos ao meio ambiente, além de engajar toda a comunidade a compartilhar o conhecimento sobre o tema.

CAIPA (2006, citado por PIRES, 2013) esclareceu que a conscientização contribui para a mudança de mentalidades, oferecendo possibilidades e benefícios acerca das diferentes possibilidades de transporte. As principais estratégias encontradas na literatura a serem utilizadas quanto a estes indicadores estão detalhadas na tabela a seguir.

Autores	Conscientização e Educação
AZZALI; SABOUR (2018)	Organizar eventos e pesquisas sobre mobilidade sustentável; encorajar os professores a incorporar a sustentabilidade em seus discursos; estabelecer responsáveis segmentados para a mobilidade sustentável; engajar os gestores do campus;
STEIN (2013)	Diminuição da velocidade dos veículos dentro do campus;
KUWAHARA ET AL. (2008)	Criação de projetos para avaliar a possibilidade de instalação de modos de transportes sustentáveis;
PARRA (2006)	campanhas educativas para mudança cultural; campanhas de marketing para analisar a percepção e obter as sugestões dos usuários para a melhoria da mobilidade; um canal “fale conosco”
BALSAS (2003)	Marketing de transportes alternativos por meio de mapas, folhetos, notícias nos meios de comunicação locais e regionais.
REIS (2011)	Campanhas para incentivar e mostrar os benefícios no uso de <i>carpool</i> ; disponibilizar informações sobre transporte público em locais visíveis do campus; educação sobre o transporte; criar eventos sobre saúde para incentivar a mobilidade ativa.

FERREIRA (2011)	Sensibilizar a população acadêmica por meio de campanhas de educação, informação e conscientização; campanhas de informação com conferência de imprensa, outdoors, folhetos, adesivos para veículos.
-----------------	--

Tabela 6: Estratégias para os indicadores conscientização e educação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No trabalho de OLIVEIRA (2015) e de PARRA (2006) a ação de conscientização e educação de modos alternativos estão entre os mais relevantes na avaliação dos frequentadores do campus. Ou seja, caso um empreendimento necessite de estratégias com baixo custo e efetivo para o estímulo aos modos mais sustentáveis, como exemplo a mobilidade ativa, este provavelmente será o indicador mais acessível.

7 | ESTRATÉGIAS PARA INCENTIVO A MOBILIDADE ATIVA

A mobilidade ativa (caminhada e ciclismo) é vista na literatura como o modo mais sustentável para o deslocamento, pois é movido somente pela propulsão humana. Apesar destes modos não exigir amplos espaço nas vias, assim como os veículos motorizados, BALSAS (2002) propôs para 8 campi a separação modal para evitar colisões, conflitos e acidentes entre pedestres e ciclistas.

Na tabela a seguir são mostradas as principais estratégias apresentadas pelos autores para gerenciar e incentivar a mobilidade ativa.

Autores	Mobilidade Ativa	
	Bicicleta	Caminhada
AZZALI; SABOUR (2018)	Adicionar mais bicicletas para serem compartilhadas.	Aumentar as vias para pedestres; melhorar a paisagem interna; definir trilhas exclusivas para a caminhada.
STEIN (2013)	Ciclovias interligadas ao campus; estacionamentos seguros para bicicleta; instalação de vestiário; bicicleta compartilhada; abertura de novas portarias para os ciclistas.	Instalação de vestiários; abertura de novas portarias para pedestres.
KUWAHARA <i>ET AL.</i> (2008)	Construção de ciclovias no campus; instalação de cabines para abrigar as bicicletas; compartilhamento de bicicletas.	Instalação de estruturas verdes e aprazíveis para os pedestres.
PARRA (2006)	Compartilhamento de bicicletas.	Caminhos seguros para pedestres circularem no campus.

BALSAS (2003)	Instalação de estrutura e pistas exclusivas; armários para quem vai de bicicleta; adaptar os ônibus para os usuários de bicicleta; chuveiro e vestiários; desconto para estudantes em lojas de bicicletas da cidade; loja de bicicleta dentro do campus; local para encher pneus; eventos para celebrar o dia da bicicleta; aula de segurança para ciclistas; compartilhamento de bicicletas.	Pistas exclusivas para pedestres.
REIS (2011)	Oferecer equipamentos para ciclistas (capacetes, luvas, buzinas, luzes etc.). disponibilizar bicicletário seguro, vedado e coberto; fácil acessibilidade; oferecer locais para tomar banho e trocar de roupa; serviço interno de reparação de bicicletas.	locais apropriados para caminhar.
FERREIRA (2011)	Foi implementado um sistema de bicicletas públicas de acesso gratuito com 50 bicicletas; foi disponibilizado 12 bicicletas para os membros do campus; exposto bicicletas na semana da saúde; curso de condução de bicicleta.	Campanhas de informação (dia mundial da saúde, maio, mês do coração).

Tabela 7: Estratégias para o indicador mobilidade ativa

Fonte: Elaborada pelo autor.

8 | ESTRATÉGIAS PARA O INCENTIVO AO TRANSPORTE PÚBLICO

Inventado em 1962 por Blaise Pascal, o sistema de transporte coletivo foi criado para que várias pessoas pudessem ocupar um mesmo veículo¹. Espera-se que esse modo de transporte possa servir adequadamente as necessidades de todos os cidadãos, em consonância com a segurança, rapidez, conforto e baixo custo (Comissão Europeia, 2007 citado por CRUZ, 2014). Segundo o urbanista e ex-prefeito de Bogotá Enrique Peñalosa, “A cidade desenvolvida não é aquela em que os pobres andam de carro, mas aquela em que os ricos usam transporte público”².

Na tabela a seguir são mostradas as principais estratégias encontradas na literatura para o indicador de transporte público.

1. <https://www.mobilize.org.br/noticias/11230/pascal-o-inventor-do-transporte-coletivo.html>

2. https://www.jcnet.com.br/opiniaotribuna_do_leitor/2014/04/285008-viaduto-que-nunca-acaba.html

Autores	Estratégias para incentivar o uso do transporte público
AZZALI; SABOUR (2018)	aumentar o número de itinerários; melhorar os horários disponibilizados; otimizar a rota do transporte; disponibilizar ônibus expresso para o campus.
PARRA (2006)	Parcerias entre as empresas de ônibus e a Universidade para possibilitar geração de novos itinerários, horários e rotas; redução no preço das passagens; aumento da frota interna e externa de linhas.
STEIN (2013)	Linhas de ônibus especiais para o campus; ônibus fretado; cartão de ônibus municipal integrado para o campus; abertura de novas portarias para ônibus.
REIS (2011)	Possibilitar a compra de vale transporte dentro da universidade; disponibilizar informações sobre horário, percurso, custo e possibilidade de integração dos ônibus; criar uma linha que passa nos locais com mais alunos na cidade; parcerias com empresas de transporte para desconto para estudantes.
FERREIRA (2011)	Serviço Mobilis, que faz transporte entre as periferias e o centro da cidade; ônibus utilização gratuita de um ônibus exclusivo para o campus.

Tabela 8: Estratégias para o indicador de transporte público.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura a seguir mostra o espaço ocupado por 69 pessoas em diferentes modais de transporte (ônibus, bicicleta e automóveis, respectivamente), fato comprobatório da necessidade de adotarmos modos alternativos, como os ônibus e bicicleta, em detrimento dos veículos particulares.



Figura 2: Espaço ocupado pelo transporte público, bicicletas e automóveis.

Fonte: *Cy Clyng Promotion Fund* (2019).

9 | METODOLOGIA

Segundo CRUA (2014), “as orientações estratégicas ao nível da mobilidade sustentável baseiam-se numa recolha alargada e detalhada de bibliografia nacional e estrangeira”. Deste modo, para a elaboração do índice, foi feito um levantamento

bibliográfico nacional e internacional acerca dos principais indicadores e estratégias utilizadas para promover a mobilidade sustentável em campi universitários.

Este meio de pesquisa trata-se de uma estratégia de busca necessária para a condução de qualquer pesquisa científica, e é desenvolvida com base em material acessível ao público em geral, publicado em livros, revistas, jornais, dissertações entre outros (VERGARA, 2010; MARTINS & TEÓPHILO, 2009).

É importante salientar que esta pesquisa é parte de uma dissertação que está sendo elaborada em um centro universitário, em que está se buscando incentivar a mobilidade sustentável por meio da participação de todos os frequentadores do campus: funcionários administrativos, estudantes e professores.

10 | RESULTADOS

Como visto na literatura, os principais indicadores para incentivar a mobilidade sustentável são: conscientização; mobilidade ativa; segurança pública; uso de transporte coletivo; viabilizar o uso de automóveis. Deste modo, foi possível criar um índice para a mobilidade sustentável com base nesses indicadores.

Segundo OLIVEIRA (2015) o índice é composto por um conjunto de indicadores e é uma ferramenta importante para diagnosticar, verificar melhorias e investigar as medidas para o planejamento adequado de PGV. Na tabela a seguir é apresentado o índice, que é resultado dos indicadores e estratégias mais relevantes encontrados na literatura. Com este índice é possível balizar o planejamento para a mobilidade sustentável e se fundamentar na tomada de decisões.

Índice para o gerenciamento da mobilidade sustentável em campi universitários	
Principais Indicadores	Estratégias
Conscientização	Organização de eventos científicos; elaboração de projetos; campanhas educativas.
Incentivo a caminhada	Pistas exclusivas para pedestres; instalação de estruturas verdes e agradáveis para os pedestres; instalação de vestiários.
Melhorias para o ciclismo	Adicionar mais bicicletas para serem compartilhadas; Ciclovias interligadas ao campus; estacionamentos seguros para bicicleta; instalação de vestiário com armários e chuveiros; cabines cobertas para abrigar as bicicletas.
Qualidade no transporte coletivo	aumentar o número de itinerários internos e externos; otimizar a rota; baixo custo; ônibus expresso para o campus.
Racionalização no uso de automóveis	taxa de estacionamento; limitar o uso de carro a longo prazo; carola solidária (<i>carpool</i>); privilégios no campus para quem fornece carona; banco de dados de carona.

Tabela 9: Índice para o gerenciamento da mobilidade sustentável

Fonte: Elaborado pelo autor.

O indicador de segurança pública não foi adicionado na tabela devido abranger intrinsecamente todas as outras estratégias. Tanto no trabalho de PARRA (2006) como na pesquisa de OLIVEIRA (2015), foram bem avaliadas e consideradas como uma das mais relevantes para os frequentadores do campus. Pois a segurança deve ser considerada em todos os aspectos, partindo desde a conscientização até a racionalização de automóveis.

Alguns autores estabeleceram que cada IES possui características intrínsecas, como horários irregulares, culturas próprias e diferentes formas de acesso e deslocamento diários realizados por frequentadores (BALSAS, 2002; PARRA, 2008; STEIN, 2013; OLIVEIRA, 2015; RAMÍSIO, PINTO, GOUVEIA COSTA, & AREZES, 2017). No entanto, apesar das particularidades de cada campus, este índice servirá como parâmetro para a tomada de decisão e na escolha dos indicadores e estratégias indispensáveis para o incentivo da mobilidade sustentável.

11 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura mostrou que as principais alternativas que contribuem para o incentivo a mobilidade são: conscientizar e educar os frequentadores; incentivo para a mobilidade ativa; melhoria no transporte coletivo; segurança pública; restringir o uso de veículos. Desta forma, os problemas causados pelos PGV podem ser mitigados com alternativas relativamente simples e elementares, e parte delas poderiam custar bem menos que a implantação de amplos estacionamentos e sua recorrente manutenção.

Como exemplo a conscientização e educação, que abrangem todas as outras estratégias e, em vista de todo o investimento para a construir e manter a estrutura de uma IES, esse custo para o engajamento e transferência de conhecimento pode ser irrisório, uma vez que pode ser feito por meio de cartazes, panfletos e redes sociais.

Na bibliografia não se menciona nada ou pouco sobre estratégias para reduzir o uso de motocicletas. Quanto aos patinetes, é crescente a abordagem desse assunto em pesquisas, entretanto, quanto ao foco geral deste artigo, não foram encontradas pesquisas significativas para serem abordadas.

A insegurança nas ruas, as condições climáticas e distância da viagem desfavorecem a escolha por modos como a caminhada, bicicleta ou transporte público como meio de deslocamento (STEIN, 2013). Contudo, apesar das intempéries, é primordial criar estratégias que possibilitem a utilização destes modos por meio do gerenciamento da mobilidade em IES, privilegiando os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

REFERÊNCIAS

- AZZALI, S., & SABOUR, E. A. *A framework for improving sustainable mobility in higher education campuses: The case study of Qatar University*. *Case Studies on Transport Policy*, 6(4), 603-612, 2018.
- BALSAS, C. J. *Sustainable transportation planning on college campuses*. *Transport Policy*, 10(1), 35-49, 2003.
- BRASIL. *Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável, 2004*. Disponível em <http://www.ta.org.br/site2/Banco/7manuais/6PoliticaNacionalMobilidadeUrbanaSustentavel.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- BRASIL. *Política Nacional de Mobilidade Urbana*. Lei nº 12.587 Presidência da República, Brasília/DF, 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.
- BRASIL. *Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana, 2012*. Ministério das Cidades – PlanMob. Disponível em <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSE/planmob.pdf>.
- CARVALHO, C. H. R. Emissões relativas de poluentes do transporte urbano. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, IPEA, p. 123-139, 2011.
- We ride Australia! Canberra Transport Photo, 2019. Disponível em <https://www.cyclingpromotion.org/>
- CRUZ, F. D. B. *A mobilidade no polo II da Universidade de Coimbra*. Dissertação Mestrado, 2014. Disponível em <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/38450/1/A%20mobilidade%20no%20Polo%20II%20da%20Universidade%20de%20Coimbra.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- DELL'OLIO, L.; BORDAGARAY, M.; BARREDA, R.; & IBEAS, A. *A methodology to promote sustainable mobility in college campuses*. *Transportation Research Procedia*, 3, 838-847, 2014.
- El Instituto de Políticas para el Transporte y el Desarrollo – ITDP*. 2019. Pirâmide de jerarquia de la movilidad urbana. Disponível em <http://mexico.itdp.org/multimedia/infografias/jerarquia-de-la-movilidad-urbana-piramide/>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- FERREIRA, D. *A Cultura da Mobilidade Sustentável no Instituto Politécnico de Leiria*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro, 2011. Disponível em <https://ria.ua.pt/handle/10773/3636>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- KUWAHARA, N., BALASSIANO, R., & SANTOS, M. D. S. Alternativas de gerenciamento da mobilidade no campus da UFAM, 2008. In *XXII Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes*.
- LIRA, M. M. D. F. D. *Monitoramento de impacto de Polos Geradores de Viagens: estudo de caso de uma instituição de ensino superior em Manaus*. Dissertação Mestrado, 2017. Disponível em https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6222/5/Dissertação_Maria%20M.F.%20Lira.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.
- MARTINS, G. A., & THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2019.
- MEIRELES, T. F. A. *Mobilidade sustentável no acesso a Campi Universitários: estudo de caso: Universidade do Minho, 2014*. Dissertação. Disponível em https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/36423/1/Dissertação_Tânia%20Meireles_2014.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.
- MOTTA, R. A., & DA SILVA, P. C. M. Desafios da mobilidade sustentável no Brasil. *Revista dos Transportes Públicos – ANTP-Ano, 34, 2º*, 2012.

OLIVEIRA, A. M. D. Um índice para o planejamento de mobilidade com foco em grandes Polos Geradores de Viagens: desenvolvimento e aplicação em um campus universitário, 2015. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18144/tde-23022016-143827/en.php>. Acesso em: 15 ago. 2019.

PARRA, M. C. Gerenciamento da Mobilidade em Campi Universitários: Problemas, Dificuldades e Possíveis Soluções no Caso da Ilha do Fundão–UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Disponível em http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_m/MarselaCaipaParra.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.

PETZOLD, G. S. A. Mobilidade corporativa: como engajar organizações brasileiras em prol da melhoria do transporte urbano. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/148744/001003123.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 ago. 2019.

PIRES, L. S. Mobilidade Sustentável Em Campi Universitários: um estudo de caso na universidade federal rural do rio de janeiro – campus Seropédica. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio Janeiro, 2016.

GONÇALVES, F. S., LEMOS, D. S. C. P. S., KNEIB, E.C. E PORTUGAL, L. S. Caracterização dos Polos Geradores de Viagens. In: Licínio da Silva Portugal. (Org.). Polos geradores de viagens orientados a qualidade de vida e ambiental: modelos e taxas de geração de viagens. Interciência, 2012.

PORTUGAL, L. S.; GOLDNER, L. G. Estudo de polos geradores de tráfego e de seus impactos nos sistemas viários e de transportes. X Ed., Rio de Janeiro: Edgard Blucher, 2003.

RAMÍSIO, P. J., PINTO, L. M. C., GOUVEIA, N., COSTA, H., & AREZES, D. Sustainability Strategy in Higher Education Institutions: Lessons learned from a nine-year case study. *Journal of Cleaner Production*, 2019.

Rede Europeia para a Mobilidade Sustentável na Universidade, U-MOB (2017). Disponível em <https://u-mob.eu>.

Rede Ibero-Americana de Estudo em Polos Geradores de Viagens – RedPGV (2019). Disponível em <http://redpgv.coppe.ufrj.br/index.php/pt-BR/quem-somos/objetivos>

REIS, M. F. M. Gestão da mobilidade - plano de mobilidade FEUP. Dissertação Mestrado. Universidade do Porto, Porto, 2011.

Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal – Sinj-DF (1998). Disponível em http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Norma/49849/Lei_1890_13_02_1998.html. Acesso em: 15 ago. 2019.

STEIN, P. P. Barreiras, motivações e estratégias para mobilidade sustentável no campus São Carlos da USP. Dissertação. Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18144/tde-27062013-163702/pt-br.php>. Acesso em: 15 ago. 2019.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2010.

PROCESSO DE INDEXAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DE USUÁRIOS: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 04/03/2020

Bianca Borges da Silva

Universidade Federal do Cariri

Juazeiro do Norte – Ceará

<http://lattes.cnpq.br/0646897634871511>

Janiely Martins Florêncio Mota

Universidade Federal do Cariri

Juazeiro do Norte – Ceará

<http://lattes.cnpq.br/6552908359623164>

José Demétrio Bantim de Souza

Universidade Federal do Cariri

Juazeiro do Norte – Ceará

<http://lattes.cnpq.br/6487883372677783>

RESUMO: Analisa o processo de indexação aliado ao estudo de usuários dentro da biblioteca universitária, se aprofundado na variedade que o público dessa unidade de informação apresenta entre seus integrantes, considerando discentes, docentes, pesquisadores, técnicos administrativos, funcionários e comunidade em geral. Ressalta a natureza da universidade e da biblioteca, bem como a sua relação com os eixos da instituição superior, de ensino, pesquisa, extensão e cultura. Evidencia o usuário principiante e a atenção que ele deve

receber durante a indexação de assuntos do acervo, considerando sua pouca proximidade com a nova área de estudos, o que influencia diretamente no seu momento de recuperação da informação. Objetiva o levantamento de hipóteses acerca do aperfeiçoamento da indexação em conjunto com o estudo de usuários. Pretende-se também abrir caminhos para futuras pesquisas quantitativas com a problemática tratada. É uma pesquisa de natureza básica, bibliográfica, fazendo uso dos métodos qualitativo e dedutivo, visando contextualização e melhor entendimento do tema. Trabalha individualmente todas as partes envolvidas, como a instituição e os serviços prestados. Utiliza a teoria do *sense-making*, de Brenda Dervin, que põe em primeiro lugar as pessoas envolvidas, como base para a condução da indexação atrelada ao estudo de usuários. Aponta como resultado que a comunicação entre indexador e usuário deve ser cotidiana, para obtenção de confiança do usuário, como também de seu interesse pela unidade de informação. Conclui que a associação dos métodos apresentados pode melhorar a qualidade da indexação, a relação do usuário com a biblioteca e conseqüentemente, a recuperação da informação.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca universitária.

PROCESS OF INDEXING IN UNIVERSITY LIBRARIES IN THE PERSPECTIVE OF THE USER STUDIES: REFLECTIONS NECESSARY

ABSTRACT: It analyzes the process of indexing, combined with the study of users within the university library, and examines the variety that the public of this information unit presents among its members, considering students, teachers, researchers, administrative technicians, employees and the community in general. It highlights the nature of the university and the library, as well as its relationship with the axes of the higher institution, teaching, research, extension and culture. It evidences the beginner user and the attention he should receive during the indexing of subjects of the collection, considering his close proximity to the new area of studies, which directly influences his moment of information retrieval. It aims to collect hypotheses about the improvement of indexation in conjunction with the study of users. It is also intended to pave the way for future quantitative researches with the issues addressed. It is a research of basic nature, bibliographical making use of the qualitative and deductive methods, aiming contextualization and better understanding of the theme. It works individually for all parties involved, such as the institution and the services provided. It uses Brenda Dervin's theory of sense-making, which puts the people involved first, as the basis for conducting indexing tied to the study of users. It points out as a result that the communication between indexer and user must be daily, to obtain the confidence of the user, as well as his interest in the information unit. It concludes that the association of the presented methods can improve the quality of the indexation, the relation of the user with the library and consequently, the information retrieval.

KEYWORDS: University library. Study of users. Indexing. Sense-making. University.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo pretende levantar hipóteses acerca do aprimoramento da indexação no âmbito da biblioteca universitária, por meio do estudo de usuários, partindo da premissa que, enquanto principiante, ele ainda não é conhecedor dos termos técnicos da sua área de estudo.

Na maioria dos casos, ao iniciarem seus estudos em uma nova área, os usuários não dominam um vocabulário característico de campo de estudo, ficando prejudicada a recuperação da informação. Além dos profissionais da informação – bibliotecários – possuírem limitações no sentido de tempo necessário para desempenhar com qualidade todas as suas atribuições, há também limitações no número de profissionais disponíveis na biblioteca.

Como aponta Fujita, “[...] existem pontos de vista coincidentes sobre a

inexistência de procedimentos para análise e representação de assuntos de livros, a incompatibilidade da linguagem documentária e problemas de recuperação por assunto [...]” (FUJITA, 2009, p. 137). Relacionando esse trecho com o nosso tema central, a incompatibilidade da linguagem entre usuários principiantes utilizando os Sistemas de Recuperação da Informação (SRI) e a recuperação por assunto é algo a ser discutido, somando-se ainda a fácil troca por parte dos usuários da biblioteca por outras fontes informacionais, como a internet – onde nem sempre a busca é realizada em bases de dados seguras.

Esta pesquisa também tem como finalidade a realização de futuras pesquisas com o tema, de modo a estudar casos mais específicos, assim como aplicar o conhecimento gerado em instituições superiores para a obtenção de resultados práticos.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza básica, onde se busca produzir conhecimento sobre o tema anteriormente apresentado. Classifica-se como pesquisa bibliográfica devido às fontes buscadas para sua elaboração; segundo Gil, “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44), colocando o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema.

Apresenta método qualitativo, pois se trata de um processo “subjetivo” de interpretação, e dedutivo por partir do geral para o específico, que visa explicar as partes gerais do tema para depois se especificar no problema exposto, proporcionando uma melhor contextualização.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

Para se compreender as várias facetas que o tema engloba, é necessário discorrer sobre cada uma, evidenciando características, assim como seus impasses, que em conjunto contribuem para a situação retratada.

3.1 A Universidade e a Biblioteca Universitária

A universidade é o grande cenário do problema tratado, oferecendo assim condições para esse tipo de situação, como público especializado com necessidades individuais, porém, com o objetivo comum da geração de conhecimento. Conforme conceitua Wanderley:

[...] a universidade é um lugar – mas não só ela – privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências, para criar e divulgar o saber, mas deve

buscar uma identidade própria e uma adequação à realidade nacional. Suas finalidades básicas são o ensino, a pesquisa e a extensão. Ela é a instituição social que forma, de maneira sistemática e organizada, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior de que as sociedades necessitam. [...] (WANDERLEY, 2017, p. 7).

Com isso, temos que essa instituição tem a importante tarefa de gerar e divulgar o conhecimento, seja ele cultural e/ou científico, e tem como objetivo a formação de profissionais, professores e intelectuais, que colaborem para ajudar a comunidade na qual estão inseridos. Esse ambiente deve buscar a própria identidade ao mesmo tempo que deve adequar-se à realidade do país.

Embora a teoria também leve em consideração que a universidade, num contexto geral, esteja longe de ser uma organização “perfeita”, ela ainda não é capaz de retratar com fidelidade todos os percalços enfrentados, como a pouca importância que recebe dos órgãos competentes, condição essa que não provém dos dias atuais, da mesma forma da necessidade que a universidade sempre teve de se reinventar, como proferido por Gomes, quando diz que

a cada momento histórico, a instituição universitária precisou adaptar-se e graças a essa capacidade de adaptação, ela sobreviveu e atravessou incólume oito séculos de história. A dinâmica dessa adaptação parece ter sido aquela em que, frente ao desafio da realidade, a instituição se modifica e se exterioriza numa nova estruturação. Esta nova identidade, mais tarde, ao sofrer novos questionamentos decorrentes de uma realidade emergente, entra novamente em crise e, em resposta, precisará se reestruturar. E assim sucessivamente (GOMES, 2011, p. 35-36).

Essas reestruturações podem acontecer de formas variadas, e neste caso específico, na forma em como a biblioteca, que será discutida a seguir, recebe os novos integrantes da comunidade acadêmica, de modo a fazê-los sentirem-se estimulados a buscá-la, e até mesmo, representados.

A biblioteca, tida por muitos – se não por todos – como o coração da universidade, é a grande facilitadora de todo o processo de geração de conhecimento, ou pelo menos, deveria ser. Sousa reforça que “a biblioteca universitária, inserida no contexto da academia, é vista como um elemento de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão” (SOUSA, 2012, p. 1781).

Por atuar em todas as finalidades da universidade, seu público não se restringe somente aos discentes, como ressalta o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), quando diz que a biblioteca universitária

tem por objetivo apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de seu acervo e dos seus serviços. Atende alunos, professores, pesquisadores e comunidade acadêmica em geral. É vinculada a uma unidade de ensino superior, podendo ser uma instituição pública ou privada. [...] (SNBP, 200-?, p. 2).

Abrange um público variado, embora com características particulares dentre seus integrantes, como a comunidade acadêmica, esta que não se compõe apenas

por integrantes de nível superior, mas também por técnicos administrativos, funcionários em geral, e dependendo da instituição, também é composto por estudantes de nível médio-técnico, o que geralmente ocorre, no caso do Brasil, nos Institutos Federais (IFs), enfim, toda a comunidade.

Mediante a diversidade de níveis educacionais, se exige da biblioteca uma adaptação direcionada a cada caso, no que tange à representação temática de seus documentos, tarefa que deve considerar as condições de cada usuário enquanto parte integrante da população universitária geral.

Sendo parte tão essencial do todo que é a universidade, a biblioteca tem a possibilidade de se fazer presente ao lado de seus usuários. Essa viabilidade pode ser uma ferramenta tão importante, e por vezes necessária, que se permite acontecer de várias formas, desde o preenchimento de um formulário online até uma conversa mais descontraída com o profissional de referência, contanto que ocorra uma melhor comunicação entre a biblioteca e a comunidade atendida.

Desse modo, passa-se ao público uma relação de confiança, onde este verá as visitas à biblioteca como algo que seja além do obrigatório, mas como uma livre opção de fonte informacional.

Pode-se inferir que, a biblioteca universitária deve ir além da porcentagem que ela significa para o Ministério da Educação (MEC), buscando proporcionar mais qualidade nos serviços prestados aos seus usuários para que estes possam fazer dessa biblioteca um ambiente de aprendizado. Para que isso ocorra, é do interesse de ambas as partes a participação nesse processo de comunicação e interação, proporcionando um nível de aprendizagem capaz de suprir as suas necessidades.

3.2 Indexação

A indexação é um dos processos intelectuais de representação documentária, selecionando conceitos que transmitam a real necessidade de satisfazer os usuários que desejam recuperar uma informação. Para Vieira et al.,

[...] é necessário que o profissional esteja inserido no mundo do seu usuário em potencial e tenha em mente seu perfil e suas necessidades de informação. A atribuição de termos deve ser feita de acordo com critérios preestabelecidos, considerando a unidade de informação, o acervo e, especialmente, o público atendido (VIEIRA et al. 2017, p.29).

Conforme foi dito, o bibliotecário deve estar presente na “vida” dos usuários para que possa compreender suas necessidades informacionais e entender como eles pretendem/planejaram saciar essas necessidades. Entretanto, o processo de indexação deve ser feito de acordo com os critérios já estabelecidos pela biblioteca e pela especificidade do acervo.

Muitas são as variáveis que influenciam no momento da indexação, logo,

atribuir a falta de sucesso no momento de recuperação pelo usuário à “má vontade” por parte do indexador seria algo ilógico, até porque esse profissional é responsável por inúmeras outras funções, como a catalogação descritiva e a seleção de novos materiais para compor o acervo. Entretanto, o foco deste trabalho é como esse profissional pode contribuir para facilitar o processo de recuperação por meio da indexação.

Para fins de contextualização, citaremos Rubi e Fujita, que afirmam que

a indexação é reconhecidamente um processo imbuído de subjetividade, uma vez que é realizado por profissionais que usam seu conhecimento prévio da linguagem do sistema, da estrutura textual, do assunto e até de mundo, acionam estratégias durante a leitura do documento a fim de que seu objetivo seja atingido: identificação e seleção de conceitos de um documento (RUBI; FUJITA, 2010, p. 131-132).

O processo de indexação é bastante complexo, tanto que não se compõe apenas de regras e normas, mas também é dependente da pessoa que o conduz, uma vez que até mesmo o estado emocional do profissional pode influenciar no resultado do trabalho.

Lancaster divide a indexação em duas partes básicas:

A **análise conceitual**, em primeiro lugar, implica decidir do que trata um documento – isto é, qual o seu assunto. [...] **Tradução**, a segunda etapa da indexação de assuntos, envolve a conversão da análise conceitual de um documento num determinado conjunto de termos de indexação. [...] (LANCASTER, 2004, p. 9; 18). (grifo nosso).

Ao converter a análise feita em linguagem própria da indexação, o bibliotecário, além de seguir os critérios da unidade de informação, deve também já ter em mente todas as características de seus usuários. Nesse contexto, o bibliotecário necessita estar atento às sugestões dos próprios usuários, adequando esses termos de forma a melhorar a função deles e proporcionar uma recuperação pertinente de informações.

Podemos ainda, contar com a indexação colaborativa, fortalecendo o desenvolvimento de metadados através da representação das informações pelos tesouros, as ontologias e as taxonomias, facilitando a retroalimentação em um ambiente digital. Trabalhando com a folksonomia por meio do uso de *tags* (palavras-chaves), cabendo ao usuário selecionar de maneira livre os descritores que melhor descrevam o recurso que irá depositar no sistema, objetivando a representação, recuperação e compartilhamento de informações.

3.3 Estudo de usuários

Durante décadas, o estudo de usuários vem traçando metas e objetivos de formas imutáveis, quaisquer que sejam: a coleta de dados para se criar e/ou avaliar produtos e serviços informacionais, assim como ser uma forma de entender melhor

a transferência de informação.

Para Almeida, “os estudos de usuários são essenciais para a avaliação dos serviços desenvolvidos pela biblioteca e, como tal, fazem ‘parte do processo de planejamento e da tomada de decisões’” (ALMEIDA, 2000, apud SEPÚLVEDA; ARAÚJO, 2012, p. 270). Ainda sobre essa afirmação, Sepúlveda e Araújo falam que

a partir dos dados coletados sobre serviços ou atividades, podem-se estabelecer critérios de mensuração do desempenho desses, determinando tanto a qualidade do serviço ou atividade, quanto o grau de satisfação de metas e objetivos; avaliar as necessidades de informação dos usuários, bem como o índice de satisfação dos mesmos com os serviços e produtos que lhes são oferecidos; desenvolver estudos relativos ao não público dessas unidades de informação, investigando as razões de não utilizar serviços dos quais, teoricamente, seria considerado público-alvo (SEPÚLVEDA; ARAÚJO, 2012 p. 270).

O estudo de usuários vem a ser o segundo dos dois processos intelectuais, citados anteriormente, que podem transformar a experiência do usuário no seu momento de recuperação da informação para suprir suas necessidades. Esse processo teve, ao longo do tempo, algumas teorias formuladas, cada uma com seus métodos próprios, que visavam entender melhor os usuários das unidades de informação, para então os profissionais conseguirem otimizar os serviços e o atendimento de suas respectivas unidades.

Algumas dessas teorias são a de Taylor, de 1982, a de Kuhlthau, de 1999, o *sense-making* de Brenda Dervin, de 1983, e a usabilidade. Nesta pesquisa, nos aprofundaremos no *sense-making* de Brenda Dervin, com base na revisão de estudos nacionais sobre o tema realizada por Gonçalves (GONÇALVES, 2012).

O *sense-making*, de Dervin, teve grande aceitação no campo da Ciência da Informação, servindo como referência para diversos autores da área. Esse modelo contribuiu, no âmbito da Biblioteconomia, nos estudos de usuários da informação com a intenção de repassar orientações de uma forma geral para assim se obter uma comunicação mais abrangente, onde ambas as partes desenvolvam um diálogo que facilite a interação, sendo uma metodologia de cunho comunicacional.

Dentre todas as metodologias de estudos de usuários, essa em específico vem se destacando como sendo umas das mais completas, com um grande número de adeptos em todo o mundo.

Segundo Gonçalves,

em uma sociedade que está cada vez mais interconectada, os sistemas de informação e as mídias digitais passam a incluir o usuário nas suas criações. Usado em entrevistas qualitativas e quantitativas, o *Sense-Making* permite que instituições possam usar esta metodologia para aprender o que não sabiam e poder mudar suas expectativas. As pessoas, neste caso, ficam em primeiro plano. Ouvi-las, portanto, contribui para a formação de sistemas de informação interativos mais eficazes (GONÇALVES, 2012, p. 9-10).

As tecnologias digitais, cada vez mais presentes na realidade social,

proporcionam inúmeras formas de construção de informações, e neste processo todos podem participar. Nesse contexto, o *sense-making* é usado nas pesquisas para saber a qualidade dessas informações e como os usuários lidam com elas e com as suas plataformas de acesso. Diante do que foi exposto, é notório que o estudo de usuário tem grande relevância a nível internacional, principalmente nas áreas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Portanto, desassociá-lo dos outros serviços do centro de informação se faz inviável, uma vez que todo o trabalho desempenhado nesses locais gira em torno do seu público, de suas necessidades e vontades.

4 | RESULTADOS

Articulando os dados levantados entre si, vimos que a essência da universidade e de sua biblioteca é a de produzir e universalizar o conhecimento, oferecendo vias que levam os seus usuários aos seus objetivos informacionais, independentemente do nível de sua familiaridade com a área de estudo a que se propôs. Em teoria, isso deveria acontecer com todos os integrantes da comunidade acadêmica, de modo equivalente e justo, conforme previsto no artigo 5º, inciso XIV da Constituição Federal, no qual consta que:

todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] **XIV** – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional (BRASIL, Constituição, 1988).

Mesmo assegurado pela Constituição Federal de 1988, o acesso à informação ainda conta com suas deficiências, uma vez que uma parcela considerável dessa comunidade sequer conhece seu direito de acesso, somado ao fato de que as autoridades competentes não se empenham em repassar tais informações.

Nesse contexto, essa deficiência pode ser justificada também pelo fato do usuário não conseguir achar a informação de que necessita por conta do déficit sofrido no ato da indexação, esta que já vem sendo desenvolvida sem vínculo com o estudo de usuário. Logo, pode se tornar difícil ao indexador conhecer seu público e o modo como ele lida com suas necessidades informacionais, desde sua formulação até o preenchimento de suas lacunas intelectuais.

Quanto aos discentes principiantes, essa falta de comunicação com a biblioteca, e conseqüentemente com as instâncias da universidade como um todo, já é naturalmente difícil por ser algo em construção, porém, se a instituição não se fizer recíproca, o discente corre o risco de não se empenhar tanto quanto esperado no começo de sua jornada acadêmica, podendo até resultar em sua evasão do curso.

Para que haja uma comunicação eficiente entre o indexador e seu público no estudo de usuários, faz-se necessário que exista uma “intimidade” entre eles, esta que deve ser buscada de modo cotidiano. Com esse trabalho contínuo, buscando estabelecer proximidade, o bibliotecário conquistará a confiança dos seus usuários para que eles possam sentir-se à vontade em compartilhar suas dúvidas e em contribuir com as pesquisas da biblioteca. Dessa forma, coopera-se para que os serviços prestados sejam voltados para as necessidades específicas da comunidade, levando-se em consideração as particularidades dos usuários, através do estudo de usuários e da indexação colaborativa.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração deste artigo, pretendeu-se mostrar a importância do estudo de usuários relacionado à indexação, a fim de se conseguir aprimorar, nas bibliotecas universitárias, a recuperação da informação, melhorando o desempenho do seu cliente de conteúdo, uma vez que é em torno dele que todos os serviços da unidade de informação devem girar.

Servindo-se do *sense-making* de Brenda Dervin, deve-se tratar de maneira própria as individualidades presentes em meio à comunidade acadêmica, dando vez também aos novos membros, estimulando suas visitas à biblioteca.

Esse modelo de estudo contribui, no contexto da Biblioteconomia, diretamente no estudo de usuários, provando sua importância enquanto tendência metodológica para se obter uma forma de diálogo mais inclusivo, assim gerando oportunidades para que a comunicação seja desenvolvida, facilitando a conversação, desenvolvendo, por parte do usuário, confiança tanto no bibliotecário quanto na unidade de informação, sentindo-se mais seguro para satisfazer sua necessidade informacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2000. 270p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira). Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/fc6218b1b94b8701032568f50066f926/54a5143aa246be25032565610056c224?OpenDocument>>. Acesso em: 04 out. 2018.

FUJITA, Mariangela Spotti Lopes. **A indexação na catalogação de livros em bibliotecas universitárias**: aplicação, educação e futuro. In: FUJITA, Mariangela Spotti Lopes. **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. São Paulo: Unesp, 2009. p. 137-146. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=http://books.scielo.org/id/wcvbc/pdf/bocato-978857983015009.pdf&sa=U&ved=0ahUKEwi4zcamrardAhUKE5AKHRG_Bc4QFggYMAQ&usq=AOvVaw3AcWI_TRujN-9u75zjtfF>. Acesso em: 08 set. 2018.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Pedro Gilberto. A UNIVERSIDADE COMO LUGAR DE FORMAÇÃO OU COMO REINVENTAR A UNIVERSIDADE?. In: ISAIA, Sílvia Maria de Aguiar. **QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A UNIVERSIDADE COMO LUGAR DE FORMAÇÃO**. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2011. cap. 2, p. 35-44. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/qualidadedaeducacaosuperior2.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

GONÇALVES, Marcio. **Abordagem sense-making na ciência da informação**: uma breve contextualização. revista digital de biblioteconomia e ciência da informação, Campinas, p. 1-11, jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1906/pdf_14>. Acesso em: 03 out. 2018.

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumo**: teoria e prática. Brasília: Brinquet de Lemos, 2004. 452 p.

RUBI, Milena Polsineli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, p. 118-150, 2010.

SEPÚLVEDA, Maria Inês Moreira; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE USUÁRIOS NA PRÁTICA PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIA: ESTUDO DE CAMPO NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFMG**. revista ACB, Santa Catarina, p. 269-287, dez. 2012. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/842/pdf&sa=U&ved=2ahUKEwik_ZHp--_dAhVKiJAKHYn0CJYQFjAAegQIBRAB&usg=AOvVaw2ZI-VmpxK6t9OA41OstMTP>. Acesso em: 28 set. 2018.

SISTEMA Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). **Tipos de bibliotecas**. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/tipos-de-bibliotecas/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

SOUSA, Margarida Maria de. **A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AMBIENTE DE APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR**: desafios perspectivas. ENANCIB, São Paulo, p. 1780-1798, jan. 2009. Disponível em: https://www.google.com/url?q=http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/view/3278/2404&sa=U&ved=2ahUKEwif_56HgvDdAhVCgJAKHb8UB9AQFjAAegQIARAB&usg=AOvVaw1TW57HWkxbo8FwhkCVQPM9>. Acesso em: 07 set. 2018.

VIEIRA, Ana Paula da Fonseca; OLIVEIRA, Lais Pereira de; CUNHA, Tatielle Marques. Incursões sobre o tratamento temático da informação: estudo da política de indexação em bibliotecas universitárias goianas. **Informação em pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 28-49, jun. 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24429/1/2017_art_apfvieiralpoliveira.pdf>. Acesso em: 24 set. 2018.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 2017. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=JGkvDwAAQBAJ&lpg=PP1&dq=o%20que%20%C3%A9%20universidade&hl=pt-BR&pg=PT10#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 26 set. 2018.

PROCESSO DECISÓRIO E NEGOCIAÇÕES: A INSERÇÃO DA RÚSSIA NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)

Data de aceite: 04/05/2020

Data da submissão: 06/03/2020

Hiaman Rodrigues Silva Santos

Graduando em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP).

<http://lattes.cnpq.br/4517872927771447>.

Contato: hiaman.santos@usp.br

Janina Onuki

Professora Titular e Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP e pesquisadora do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni).

<http://lattes.cnpq.br/3708102324198107>.

Contato: janonuki@usp.br

RESUMO: Este capítulo busca analisar o processo de adesão da Federação Russa à Organização Mundial do Comércio, que se desenrolou com extensas negociações. Para tal, foram aplicados mapeamento de processo, através do levantamento de documentos da OMC, e análise de discurso como métodos de pesquisa. A partir da bibliografia levantada e da base de dados estruturada, conclui-se que tanto questões técnicas de comércio quanto conflitos geopolíticos se apresentaram como pontos conflitivos para as quase duas décadas do

processo de adesão da Rússia à OMC. Ademais, as lideranças russas pretendiam salvaguardar os interesses nacionais com o ingresso à Organização. Por fim, a revisão apresentada lança luz sobre a colocação da OMC, a primeira organização internacional pós-Guerra Fria, no sistema institucional internacional.

PALAVRAS-CHAVE: OMC. Rússia. Comércio. Negociação.

DECISION-MAKING PROCESS AND NEGOTIATIONS: THE ACCESSION OF THE RUSSIAN FEDERATION TO THE WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO)

ABSTRACT: This chapter aims to analyze the accession process of the Russian Federation to the World Trade Organization. For that purpose, the research methods used were process tracing, by collecting official documents from the WTO, and speech analysis. Based on the gathered literature on the topic and on the built database, it is to conclude that both technical trade issues and geopolitical conflicts justify the almost two decades of negotiations for the accession of the Russian Federation to the WTO. Besides, the Russian decision-makers aimed at safeguarding the interests of the country by acceding to the organization. Finally,

the article sheds light on the position of the WTO, the first Post-Cold War international organization, in the international institutional system.

KEYWORDS: WTO. Russia. Trade. Negotiation.

1 | INTRODUÇÃO

Diferentes teorias de Relações Internacionais afirmam ser vantajosa a cooperação institucional no âmbito internacional. A Organização Mundial do Comércio (OMC) opera um sistema de acordos e regras de comércio em nível global, celebrando tratados comerciais multilaterais e, nesse sentido, serve como foro de negociação multilateral, promovendo ainda a resolução de disputas comerciais, através do seu sistema de solução de controvérsias. O objetivo fundamental da OMC é estreitar os vínculos comerciais entre seus Estados-membros, que hoje somam 164¹.

Por sua vez, a Federação Russa tem importância econômica, política e militar na atualidade, o que acentua seu papel como ator global de relevância. A Rússia aderiu oficialmente à OMC em 22 de agosto de 2012, depois de dezoito anos de negociações – notadamente, o processo mais longo de adesão de um país à Organização Mundial do Comércio. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é entender o processo de negociação para o ingresso do referido país na Organização, o que contribui também para o entendimento da consolidação de uma nova ordem internacional pós-Guerra Fria. Sabendo que a OMC dispõe de um conjunto de princípios, regras e normas que devem ser seguidas por seus membros, foca-se brevemente nas políticas comerciais russas que tiveram de ser alteradas para a entrada do país na Organização.

A análise de discurso, aplicada na área de Relações Internacionais de forma cada vez mais recorrente, foi utilizada como ferramenta para entender esse processo. Existem três efeitos construtivos do discurso, que se relacionam com as funções identitária, relacional e ideacional da linguagem (Leite, 2012). O que significa dizer, em outras palavras, que a produção do discurso é influenciada por aquele que produz o discurso (identidade), as relações sociais e suas interações (relação) e para a construção de sistemas e crenças (ideal). Portanto, a ênfase da análise de discurso se dá no sujeito e, logo, na sua posição social no sistema institucionalizado. Logo, a representação da realidade a que se propõe o ator ao proferir um discurso é também institucionalizada (Onuki, 1996). O discurso é usado como representação social, em que o sujeito constrói sua identidade e age na formação do mundo e dos outros indivíduos. Nesse sentido, a utilização de discursos também traz consigo a prática política (Leite, 2012). O primeiro passo para a análise de discurso, de

1.. OMC (2018), disponível em: <<https://www.wto.org/>>

maneira geral, é definir atores de interesse (quem está falando). Nesta pesquisa, os atores de interesse escolhidos foram, notadamente, os presidentes russos durante o período de adesão à OMC, além de outras lideranças internacionais.

Definidos os atores, empreendeu-se análise de percepções políticas presentes nos discursos proferidos, por meio da identificação de frases, termos e palavras-chave para tal entendimento. O objetivo foi compreender, dentro de seus discursos, em que linha se concebiam as percepções de tais atores no tocante ao ingresso da Rússia na OMC e ao processo de adesão em si. Foram selecionados do site oficial do governo russo² o maior número possível de discursos que fizessem referência à OMC e que cobrissem o período de adesão à Organização. Dessa maneira, foram levantados discursos para o período de 2000 (primeira disponibilidade na fonte consultada) até 2012, ano da adesão oficial.

O método de mapeamento de processo é uma ferramenta analítica com o objetivo de fornecer com profundidade um nexos causal a determinado fenômeno em seu contexto, a partir de hipóteses e pressupostos teóricos, além da inferência descritiva do processo (Lima, 2017). A adesão da Federação Russa na OMC foi duradoura e a literatura sugere, por exemplo, que o processo de negociação encontrou óbice em fatores tais como conflitos geopolíticos fora do escopo comercial e também em questões técnicas como barreiras não tarifárias. Partiu-se de tais pressupostos teóricos para a execução da análise empírica. A estrutura do capítulo é organizada da seguinte maneira. Inicia-se com um breve histórico da Organização Mundial do Comércio, o processo de negociação e a estrutura de tomada de decisão, o que se mostra necessário para a compreensão dos fatos acerca do ingresso russo. A seguir, disserta-se sobre o histórico de adesão da Rússia, óbices durante o processo de negociação e a percepção política da autoridade do executivo russo sobre o ingresso do país na OMC.

2 | COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E A OMC

Um argumento central para o fomento a uma organização internacional sobre matéria de comércio é que negociações bilaterais não tiram máxima vantagem da coordenação internacional. Como pontuam Krugman e Obstfeld (2009), “os benefícios advindos da negociação bilateral podem ‘transbordar’ para partes que não fizeram quaisquer concessões”. Ademais, a cooperação internacional pautada no multilateralismo gera, segundo Keohane (1986, pp. 1-27, apud Ruggie, 1992, pp. 12), “reciprocidade difusa”, que significa dizer que, no longo prazo, a prática do multilateralismo cria expectativas de equivalência de benefícios para todos.

Seguindo essa linha, a corrente construtivista das Relações Internacionais
2. Transcrições de discursos extraídas de: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts>>.

pressupõe que a institucionalização do sistema internacional é um mecanismo eficiente para negociar e decidir. Um elemento essencial dessa cooperação é a formação de identidades, que têm no seu âmago o caráter relacional e, nesse sentido, não existem sozinhas (Costa, 2011c). No âmbito da OMC, por exemplo, podem ser suscitadas as identidades dos países em desenvolvimento, em contraposição aos países desenvolvidos; os países agroexportadores e os exportadores de produtos industrializados de maior valor agregado, etc. O que se espera é que, a partir de uma atuação racional e da identificação de identidades semelhantes, os países coordenem-se e entrem em coalizão para fazer valer seus interesses. Portanto, a cooperação no âmbito internacional e os dispositivos institucionais que residem no bojo de atuação da Organização Mundial do Comércio têm desempenhado papel fundamental para um bom funcionamento do comércio internacional.

A perspectiva neoliberal considera que as instituições atuam como instrumentos para a mitigação de riscos e custos, conferindo maior previsibilidade e confiança ao sistema. Costa (2011b) afirma que, para os neoliberais, gera-se interdependência e estabilidade no sistema a partir dos cálculos de ordem econômica, que influenciam a atuação dos Estados. Em vista de seus interesses econômico-comerciais, é crível esperar que os Estados cooperem para que haja ganhos mútuos. A partir das correntes teóricas tratadas acima, é possível concluir que existem incentivos para a cooperação institucional no âmbito internacional. Portanto, é de se esperar que, através de tomadas de decisões e cálculos racionais, os Estados cooperem entre si. Especificamente no âmbito da Organização Mundial do Comércio, haja vista seu escopo de atuação, espera-se a mitigação de custos e riscos e previsibilidade na tomada de decisão e ganhos mútuos para os atores envolvidos.

Pode-se afirmar que a Organização Mundial do Comércio é a principal instância internacional, em se tratando de comércio internacional. A OMC surgiu em 1995 do que ficou conhecida como Rodada Uruguai, no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). A formatação do GATT o caracterizava como um fórum de discussão entre as partes contratantes. Apesar do caráter provisório, o GATT, que começou a operar a partir de 1948, vigorou por mais de quarenta anos. Mudanças na formatação do sistema internacional ao longo dos anos, bem como negociações cada vez mais complexas dentro do mecanismo, fizeram surgir a percepção de que a estrutura provisória, que se mostrara suficiente durante muitas rodadas de negociação, já não era viável (COSTA, 2011b). Segundo Cozendey (2013), o GATT funcionou como uma organização internacional *de facto*. Países negociavam bilateralmente tarifas mutuamente vantajosas para seus produtos e o que se acordava deveria valer para todos os membros do GATT, sob o princípio da nação mais favorecida.

Através do GATT, gradualmente foram reduzidas barreiras tarifárias sobre

produtos e o comércio internacional progressivamente se intensificou (Frieden, 2008). A OMC incorporou as regras do GATT, expandindo o seu escopo de atuação sobre comércio de serviços, além do tradicional comércio de bens. O Acordo Constitutivo da OMC³ lança luz sobre o funcionamento e estruturação da Organização. Especificamente para este trabalho, interessa o Artigo XII do Acordo Constitutivo da OMC, que justamente versa sobre a adesão ao organismo:

“1. Poderá aceder a este Acordo nos termos que convencionar com a OMC qualquer Estado ou território aduaneiro separado que tenha completa autonomia na condução de suas relações comerciais externas e de outros assuntos contemplados neste Acordo e nos Acordos Comerciais Multilaterais. Essa acessão aplica-se a este Acordo e aos Acordos Comerciais Multilaterais a este anexados.”

“2. A Conferência Ministerial tomará as decisões relativas à acessão. A aprovação pela Conferência Ministerial do acordo sobre os termos da acessão far-se-á por maioria de dois terços dos Membros da OMC.”

“3. A acessão a um Acordo Comercial Plurilateral reger-se-á pelas disposições daquele referido acordo”. (OMC, 1994).

Depreende-se do artigo supracitado que são necessárias negociações prévias com os membros da OMC, para se chegar a acordos sobre termos de acesso a mercados de bens e serviços, e a posterior aprovação por maioria qualificada de dois terços dos termos convencionados. Todavia, a OMC tem decidido especificamente sobre matéria de acessão de novos membros buscando atingir consenso (unanimidade) entre seus membros (Cooper, 2008; Tarr, 2007). Por esse motivo, é utilizado o termo em inglês *member-driven*, em tradução livre, “dirigida pelos seus membros”, para se referir ao processo decisório dentro da OMC. Nesse sentido, diferentemente de outras Organizações Internacionais, “poder não é delegado a um grupo de diretores ou ao chefe da organização” (OMC, 2018). Todos os atuais 164 membros da OMC têm poder de veto sobre qualquer acordo, o que se traduz, segundo Jones (2004), em um processo por vezes “lento, doloroso, marcado por impasses periódicos”.

O poder de barganha de um Estado dentro da Organização é determinado pela reunião de fatores como população, riqueza e, claramente, seu volume de comércio. Putin já criticou o processo de tomada de decisão da OMC, argumentando que os “velhos métodos” de tomada de decisão em organizações que foram moldadas por um pequeno número de atores podem parecer “arcaicas” e “anti-democráticas”:

*“Organizations originally designed with only a small number of active players in mind sometimes look **archaic, undemocratic and unwieldy** in today’s conditions. They are far from taking into consideration the balance of force that has emerged in the world today. **This means that the old decision-making methods do not always work.** The World Trade Organisation and the Doha round of trade negotiations, which are proceeding with great difficulty, to put it mildly, provide a clear example*

3. OMC. Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio. 1994.

*in this respect.*⁴ (Putin, 2007) - grifos nossos.

A acessão à OMC pode ser usada para fomentar o crescimento econômico de um país por conferir acesso a novos mercados e fomentar a atração de investimentos, por exemplo. Ademais, aderir à OMC confere certa proteção contra discriminação comercial e contra medidas anti-*dumping*, bem como acesso ao órgão de solução de controvérsias da Organização (Dyker, 2009). O processo de adesão em si abarca uma série de mudanças em diversas áreas com o objetivo de liberalização da economia (Tarr, 2007).

3 | O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO DA ADESÃO RUSSA À OMC

Cooper (2008) lança luz sobre como funciona o processo de adesão de um membro à Organização Mundial do Comércio. O processo inicia-se com uma carta do candidato à Organização solicitando sua filiação. O Conselho Geral da OMC, o segundo na hierarquia após a Conferência Ministerial, convoca um Grupo de Trabalho para a apreciação da questão. O requerente submete um memorando em que descreve a situação da economia e de comércio do país. A partir de então, seguem-se as negociações para determinar o que deve ser alterado, e em que termos, para a efetivação do ingresso na Organização.

4 | O INÍCIO DO PROCESSO DE ADESÃO RUSSA

A Federação Russa demonstrou interesse em participar do GATT em 1993. Documento identificado por L/7240, de 4 de junho daquele ano, por solicitação do governo russo, foi circulado entre as partes contratantes do Acordo, e objetivava a apreciação da questão de adesão da Rússia ao GATT pelo Conselho de Representantes que se reuniria alguns dias mais tarde. Comunicado (L/7243) do presidente Boris Ieltsin foi circulado em 14 de junho de 1993, reafirmando a solicitação russa de ingresso ao Acordo e o estabelecimento de um Grupo de Trabalhos para acompanhar a adesão. A solicitação russa seria incorporada ao escopo da OMC a partir de 1995. Em maio daquele ano foi oficializada a abertura para a composição do Grupo de Trabalhos⁵.

O Memorando sobre o Regime de Comércio Exterior enviado pelo governo russo, quando da primeira solicitação de ingresso ainda no GATT, identificado por L/7410, de 1 de março de 1994, lança luz sobre as agudas transformações por que passava o país e que, ainda de acordo com tal documento, começaram em 1991,

4. **Speech at the XI St Petersburg International Economic Forum.** 10/06/2007. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24337>>.

5. World Trade Organization. **Working Party on the Accession of the Russian Federation.** WT/ACC/RUS/1. 18 de maio de 1995.

ano da dissolução da União Soviética. Dentre essas transformações destacam-se a mudança de uma economia planificada para uma economia de mercado e o objetivo de plena integração do país no sistema de comércio internacional:

*“The Russian Government is **strongly committed to the fullest possible participation of the Russian Federation in the international trading system through accession to the General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) and related agreements.**” (WTO, 1995)⁶ - grifo nosso.*

A visão expressa por parte das autoridades russas em tal Memorando é de que, a fim de as mudanças econômicas serem bem sucedidas, necessariamente teriam que ser incluídas a reorganização do padrão de comércio do país e também, correlacionada, sua integração no sistema internacional. Para tal, haviam sido implantadas medidas como a desmonopolização estatal da economia e comércio exterior, a privatização de empresas estatais, liberalização de preços, livre flutuação do rublo russo, implementação de um novo sistema tributário, bem como um continuado processo de contenção da inflação e redução do déficit estatal (GATT, L/7410, 1994). Os questionamentos⁷ referentes ao Memorando submetidos pelos Estados membros da OMC mostram quais foram os pontos que suscitaram mais preocupações e, nesse sentido, quais seriam as mudanças que a Rússia deveria pôr em prática. Foram levantadas questões referentes a temas como reforma e liberalização econômica, serviços financeiros e câmbio, barreiras tarifárias e não-tarifárias, empresas estatais e privatização, propriedade intelectual, subsídios e quotas de importação, tributos, entre outros temas.

Uma severa crise econômico-social acompanharia esse processo de mudança. Em cinco anos, de 1990 a 1995, o PIB russo caiu cerca de 40% ⁸. A educação e o sistema de saúde pública do país deterioraram, a expectativa de vida caiu e a taxa de mortalidade disparou, e o investimento em infraestrutura despencou (Cruvineal, 2013). A perda de poder econômico fragilizou a posição russa no cenário internacional. Ainda assim, era uma força a se considerar, visto que, em 1993, a Rússia representava cerca de 3% do PIB mundial (GATT, L/7410, 1994). Em 1995, o país solicitou a obtenção do status de membro observador da OMC e seus órgãos associados para se adequar melhor às negociações ⁹.

O fim da Guerra Fria representou uma mudança sistêmica, o que significa dizer que houve uma série de alterações na conjuntura internacional e, por sua vez, o poderio econômico de uma nação passou a ser cada vez mais relevante

6. General Agreement on Tariffs and Trade (GATT). **Memorandum on the Foreign Trade Regime.** L/7410. 1 de março de 1994;

7. World Trade Organization. **Questions and Replies to the Memorandum on the Foreign Trade Regime.** WT/ACC/RUS/2. 2 de junho de 1995;

8. Dado extraído de WorldBank – Development Indicators, disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators>>;

9. World Trade Organization (WTO). **Request by the Russian Federation for Observer Status in WTO Bodies.** WT/L/17. 20/01/1995;

nas Relações Internacionais. Não mais se tratava de duas potências disputando entre si, mas sim de novos centros de poder no cenário internacional, fato que favoreceu a prática do multilateralismo (Sato, 2001). A relevância geopolítica da Rússia foi drasticamente reduzida, e a proposta soviética de organização do Estado se mostrou contraproducente. A alternativa escolhida pelo governo russo, ante ao colapso da experiência da URSS, foi a sua integração na nova ordem mundial, tratada como “uma das prioridades” do governo russo:

“WTO accession is indeed a very pressing issue, this is true. I should admit it is very much on my mind too. [...] We have nothing to lose here. On the contrary, as I said before, I think that integration in the post-Soviet area is one of our top priorities.” (Putin, 2012)¹⁰ - grifo nosso.

As palavras de representante russo no encontro do Conselho de Representantes, presentes no documento identificado por C/M/246 (1993), a decisão do governo russo de ingressar no GATT foi uma “parte lógica da política de reforma econômica do país”, assim como “um passo essencial em direção a sua integração no sistema mundial de comércio”¹¹. Na ocasião, diversos representantes de Estados se pronunciaram positivamente à solicitação russa de ingresso ao Acordo. Os representantes estadunidenses e brasileiros classificaram como um “grande evento histórico”¹². Os Estados Unidos, em particular, afirmaram que acompanhariam de perto as negociações e que a efetivação do ingresso russo daria robustez ao sistema GATT de comércio internacional¹³.

5 | ÓBICES NO PROCESSO DE ADESÃO DA RÚSSIA À OMC

Se a certeza de que uma concepção alternativa de organização da economia global viria dezoito anos mais tarde com a ratificação do ingresso em 21 de julho de 2012 pelo parlamento russo e posterior oficialização na OMC em 22 de agosto de 2012, e, pese aí o caráter simbólico desta adesão, como pontua Farias (2012), aquele foi certamente um dos primeiros passos nessa direção em 1993. A Rússia saiu da União Soviética buscando consolidar-se na nova ordem geopolítica. A interpretação que Cruvineal (2013) dá a essa demora em ingressar na OMC é de que houve uma escolha racional de evitar testar o limite de sua soberania, face ao turbilhão de acontecimentos políticos e econômicos que se sucederam, a partir do fim da União Soviética em 1991.

As negociações para a entrada da Rússia na OMC foram finalizadas na 8ª Conferência Ministerial, em 2011, depois de dezoito anos desde a solicitação

10. **State Duma Plenary Session**. 08/05/2012. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/15266>>;

11. General Agreement on Tariffs and Trade. **Minutes of Meeting 16-17 June**. C/M/246. 17/06/1993;

12. Ibid;

13. Ibid.

de ingresso em 1993. O artigo XII do Acordo Constitutivo da OMC, supracitado, referente à adesão de novos membros à Organização não estabelece limites de duração para o processo de adesão. Todavia, é importante ressaltar que o ingresso na organização é um processo político e também jurídico. Portanto, o quanto de tempo que levará para um determinado país ingressar no corpo da Organização dependerá não só do quão disposto o país está a ceder nas negociações com outros membros, mas também em muito das mudanças de legislação que deverão ser feitas e o clima político interno para a recepção dessas alterações (Cooper, 2008). Houve a necessidade de adaptações na Rússia do quadro econômico herdado da experiência socialista para viabilizar o ingresso na OMC.

As negociações para o ingresso da Rússia foram mais longas com os Estados Unidos e Geórgia. As divergências com o primeiro giravam em torno de atritos nos setores de bens agrícolas e propriedade intelectual, bem como a imposição de barreiras sanitárias por parte da Rússia às importações de carne bovina e suína oriunda dos EUA. Os acordos bilaterais com os EUA foram finalizados em 2006 (Naidin et al., 2012). Já as negociações com a Geórgia encontraram óbice nas tensões diplomáticas entre ambos os países: em 2008, entraram em guerra; em 2009, intensificaram-se os conflitos separatistas envolvendo a Abkházia e a Ossétia do Sul. Chegou-se a um acordo na OMC em 2011, intermediado pela Suíça, segundo o qual “entidades privadas seriam contratadas, por uma terceira parte neutra, como fiscalizadoras do comércio” (Naidin et al., 2012).

6 | A OMC COMO INSTRUMENTO PARA OS INTERESSES RUSSOS

A citação apresentada a seguir foi extraída de discurso proferido pelo presidente russo Vladimir Putin perante o parlamento nacional em 2002. A referência que o presidente faz à Organização Mundial do Comércio é de um “instrumento” para salvaguardar os interesses da Rússia no âmbito internacional. A percepção do presidente é de que manter-se “excluído” da principal instância do sistema mundial de comércio seria ir de encontro à consecução dos objetivos político-comerciais do país no exterior:

*“The WTO - I want to draw attention to this - is not an absolute evil and not an absolute good. And it is not an award for good behavior. **The WTO is a tool.** [...] **Our country is ‘excluded’** from the process of forming the rules in world trade. **This causes the Russian economy to stand still, and its competitiveness to drop.** Membership in the WTO should become a tool to protect Russia’s national interests on world market. [...]” (Putin, 2002)¹⁴ - grifos nossos.*

A grande questão que se coloca é a participação ativa da Rússia nas determinações dos rumos da economia mundial, e, assim, fazer imperar os seus

14. **Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation.** 18/04/2002. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/21567>>;

interesses. O que se percebe, ademais, é o valor estratégico atribuído pelo presidente ao ingresso do país na Organização. Manter-se alijado da OMC, na visão de Putin, faria com que a economia do país “perdesse competitividade” e permanecesse “prostrada” relativamente a outros países. Na verdade, Putin já havia feito o ingresso na OMC uma de suas prioridades de política externa desde seu primeiro mandato:

*“Joining the WTO remains a priority for Russia. We need to reach basic agreements with the WTO member states by the end of this year. The parliament’s task is to bring Russian **legislation** into line with the World Trade Organization’s norms and provisions.”*¹⁵ (Putin, 2001) - grifo nosso.

*“Accession to the WTO is one of our priorities. We are deliberately synchronizing this process with **internal reforms**. [...] Already we are preparing a **package of laws** that will fill the “blank spots” in terms of international standards and WTO rules. [...]”*¹⁶ (Putin, 2001) - grifos nossos.

Outra questão a ser frisada nos discursos reproduzidos é a necessidade de reformas internas legislativas. Fazendo coro à afirmação de Putin de que a OMC seria um instrumento para os interesses russos, nos discursos levantados, comumente apareciam associadas expressões como “em termos ou condições” “aceitáveis”, “favoráveis”, “justas”, “não-humilhantes”, “benéficas” para o país, em referência às negociações de adesão à Organização. Foram contabilizadas ao menos doze ocasiões, entre entrevistas e encontros com outros líderes, dentre os discursos levantados, em que tanto Putin quanto Medvedev (presidente russo entre 2008 e 2012) enunciaram tais expressões e se posicionaram no sentido de defender o interesse nacional:

*“As a whole we intend to join the World Trade Organization. As I have already said, **we are going to do this only under conditions that are favourable to us** and based on agreements within the usual process by which countries accede to this international economic trade organization. If they are going to make additional claims in addition to those usually made to a country that is joining, then of course we shall object.”*¹⁷ (Putin, 2006) - grifo nosso.

*“I would like to say once again that we want to join the WTO and we think this is the right decision, **though we want to do so on conditions we find acceptable**, of course. **The WTO is not a ‘gold star’ but is a set of rather complex obligations**, and if we take on these obligations we want to do this **in civilised fashion** and not be pressured into thinking we have to take on some kind of additional obligations as well. In conclusion, I want to say that we will of course remain open and ready for equal cooperation. **We do not want any confrontation or isolation.**”*¹⁸ (Medvedev, 2008) - grifos nossos.

15. **Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation.** 03/04/2001. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/21216>>;

16. **Speech and Answers to Questions at Rice University.** 14/11/2001. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/21400>>.

17. **Transcript of the Press Conference for the Russian and Foreign Media.** 31/01/2006. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/23412>>.

18. **Opening Remarks at Meeting with Business Community Leaders.** 15/09/2008. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/1401>>.

Putin e Medvedev, durante seus respectivos mandatos presidenciais, mantiveram-se firmes na posição de que a Rússia não se prejudicaria para ascender ao aparato institucional da OMC. De fato, em entrevista a canal televisivo europeu, em 2008, Medvedev, por exemplo, enfatizou que a Rússia não entraria na organização “a qualquer custo”; nesse sentido, portanto, frisou objetivo de que se estabelecessem condições vantajosas ao país:

*“[...] We do indeed would like to join the WTO, but **not at any cost**. We have been engaged in negotiations for **a long time now**. Unfortunately, they have not been successful in all areas. Our position is straightforward. If we do not manage to reach agreement soon, we will be obliged to withdraw from a number of agreements that imposed additional commitments on us within the WTO framework. We will probably take such a decision if progress towards the WTO remains out of sight. It is not only we who want to join the WTO; **other economies need to have us there too**. As for how events will develop, time will tell”* (Medvedev, 2008)¹⁹ - grifos nossos.

De fato, além do elemento “custo” presente no trecho acima, entendido como até que ponto a Rússia estaria disposta a ceder para aderir ao quadro institucional da OMC, é possível explorar outros elementos que chamam atenção no trecho citado. O primeiro deles é a percepção do presidente de que o ingresso russo na OMC não beneficiaria tão somente o país em questão, mas também outros integrantes da Organização. Desde um ponto de vista teórico construtivista, Medvedev parece enxergar na institucionalização do sistema internacional, um mecanismo eficaz para gerar benefícios mútuos, a partir de expectativas comportamentais, sem ignorar também a redução de custos de negociação e de transação. O elemento “duração das negociações”, que também pode ser extraído do discurso acima, será melhor abordado mais adiante em tópico próprio.

A abertura comercial e econômica que era pretendida pela liderança russa com o ingresso na Organização Mundial do Comércio não visava, pois, a ser negativo para o país. Depreende-se dos discursos levantados que o ingresso na Organização fazia parte de uma política de longo prazo que objetivava a modernização da economia do país e, nesse sentido, a visão da liderança russa sobre o ingresso à OMC era, de maneira geral, positiva:

*“What joining the WTO will do is **to make our economy more modern and developed**, so that it measures up to all of the principles underpinning the growth of any sound economy in our world today.”*²⁰ (Medvedev, 2011).

A abertura da economia era pretendida, em vistas de “reciprocidade de seus parceiros”:

*“In opening up the Russian economy we expect **reciprocity from our partners**, including at the international financial institutions. [...] I think that if the principles*

19. **Interview with Television Channel Euronews**. 02/09/2008. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/48303>>

20. **News conference with Russian media following APEC Leaders’ Meeting**. 14/11/2011. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/13514>>;

*and rules of that organisation are applied in Russia, everyone will gain from it, including our foreign partners. **Integration of Russian business in the world economy addresses the needs not only of our own country. It is in the common interests of many countries** which in the context of globalization are jointly seeking new ways of interaction and trying to create a favourable international climate for cooperation. This is the aim of Russian foreign policy.”* (Putin, 2000)²¹ - grifos nossos.

Ao afirmar que criar um ambiente de cooperação internacional é objetivo da política externa do governo russo, Putin confere grande peso à prática do multilateralismo e à diplomacia como instrumento para a negociação internacional e resolução de controvérsias. No entanto, essa cooperação serviria aos interesses russos:

*“Russian diplomacy should help tackle national tasks more energetically than ever before. These tasks include raising economic competitiveness, a radical increase of GDP, and the integration of Russia in the world economy. [...] **The priority tasks are to protect national economic interests, raise the investment attractiveness of Russia, and resist discrimination on foreign markets.** It is obvious that possible WTO accession will also call for changing the attitudes of our missions abroad to the development of foreign economic ties and priorities. I want to stress that the integration of Russia in the world economy should not be limited to becoming a member of as many international structures as possible. [...] **On the whole, our foreign policy activities must serve the cause of overall development and modernisation of the country;** diplomacy must be brought closer to the everyday requirements and interests of Russian citizens.”²² (Putin, 2004) - grifos nossos.*

Portanto, o que se depreende dos discursos trazidos nesta sessão é que a aplicação para ingresso na OMC se deu em um momento em que a Rússia buscava se firmar no cenário internacional, protegendo seus interesses. Faz parte, portanto, de uma política de modernização, reorganização e abertura da economia do país. A visão da liderança russa, nesse sentido, é de que a OMC seria um instrumento para a consecução dos objetivos da Rússia no cenário internacional e que a adesão à Organização geraria benefícios mútuos.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo deu conta de apresentar, do ponto de vista substantivo, o processo de ingresso da Rússia na Organização Mundial do Comércio (OMC), no que se refere à adesão às regras institucionais e ao histórico da negociação realizada durante longo período - pelo menos dezoito anos de extensas negociações, às quais se relacionaram tanto com questões técnicas de comércio, quanto encontraram óbice em conflitos geopolíticos. Ao longo da pesquisa, foram identificados pelo menos três pontos conflitivos que justificariam as quase duas décadas do imbricado processo

21. **Extracts from a Speech to Leading Canadian Businessmen, Politicians and Public Figures.** 19/12/2000. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/21146>>.

22. **Speech at a Plenary Session of the Russian Federation Ambassadors and Permanent Representatives Meeting.** 12/07/2004. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/22545>>.

de adesão da Rússia na OMC: 1) as negociações bilaterais com Estados Unidos e União Europeia por questões técnicas; 2) as negociações com a Geórgia, que extrapolaram para um cunho político, alheio ao escopo de atuação da organização; e 3) o objetivo de ingresso na OMC em termos que convergiam com os interesses da Rússia, e dos quais o país e seus líderes não se mostraram dispostos a abrir mão.

A revisão aqui apresentada cobre, de forma coerente, parte do processo histórico de adesão da Rússia à OMC. Esta fase foi importante para compreender este período recente da Organização conhecida como “primeira organização internacional do pós-Guerra Fria”. As novas regras e a adesão de países que também ingressavam em um novo modelo econômico, fazem parte de um período recente da economia internacional que merecem ser estudados com mais atenção. Conhecer melhor este período, e analisar o ingresso da Rússia na OMC, e, sobretudo, entender o porquê de tantos anos de negociação, bem como os cálculos de custo e benefícios feitos, a partir de pesquisa empírica, norteou esta pesquisa. Este trabalho permitiu compreender, não apenas o ingresso de um país considerado emergente no sistema multilateral de comércio, mas também todo o cenário internacional do pós-Guerra Fria, em que o comércio era entendido como uma variável central para a estabilidade política das Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS

COOPER, W. H. **Russia's Accession to the WTO**. Congressional Research Service. 2008.

COSTA, J. A. F. **Do GATT à OMC: a perspectiva neoliberal institucionalista**. Revista de Direito Internacional do UNICEUB, v. 9, No. 2, pp. 25-53. 2011b.

COSTA, J. A. F. **Do GATT à OMC: uma análise construtivista**. Sequência: Revista do Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC, No. 62, pp. 161-192. 2011c.

COZENDEY, C. M. B. **Instituições de Bretton Woods: desenvolvimento e implicações para o Brasil**. Brasília, FUNAG, 2013.

CRUVINEAL, M. **Rússia rumo à OMC e à economia de mercado**. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2013.

DYKER, D. A. **Will Russia ever join the WTO?** The Hague Journal of Diplomacy, 4, 83-101. 2009.

FARIAS, R. de S. **A entrada da Federação Russa na Organização Mundial do Comércio**. Boletim Meridiano 47, vol. 13, n. 130. 2012.

FRIEDEN, J. A. **Capitalismo Global. História econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JONES, K. **Green room politics and the WTO's crisis of representation**. Centre for the Study of International Institutions. 2004.

KEOHANE, R. O. **Neorealism and its Critics**. Columbia University Press. Nova Iorque. 1986.
KRUGMAN, P. e OBSTFELD, M. **Economia Internacional: Teoria e Política**. 8ª Edição. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2009.

LEITE, L. A. B. **O Discurso Como Objeto de Estudo e Instrumento Metodológico nas Relações Internacionais**. Revista Monções: Vol. 1, n.1 - UFGD. 2012

LIMA, I. A. de. **Técnicas Qualitativas em Análises de Causalidade: Aplicações do Process Tracing**. Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 8, n.1. 2017.

LINETSKY, A. F. **Russia's accession to the WTO as an important factor of the country's integration into the world economy**. Baltic Region, 4, pp. 56-63. 2011.

NAIDIN, L. C., BRANDÃO, F., VIANA, M. T. **O processo de adesão da China e da Rússia à OMC e as implicações para a agenda dos BRICS**. Policy brief. Núcleo de Desenvolvimento, Comércio, Finanças e Investimentos. 2012.

OMC. **Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio**. 1994.

ONUJI, J. **O Governo e o Empresariado Argentino: A Percepção Política do Mercosul**. 1996.

RUGGIE, J. G. **Multilateralism: the anatomy of an institution**. International Organization, vol. 46, nº 3, 1992.

SATO, E. **Mudanças estruturais no sistema internacional: a evolução do regime de comércio da OIC à OMC**. 2001.

TARR, D. **Russian WTO Accession: What Has Been Accomplished, What Can Be Expected?** Policy Research Working Paper 4428, Washington, DC: The World Bank, pp. 5-8. 2007.

WTO. **Report of the Working Party on the accession of the Russian Federation**. Working Party on the Accession of the Russian federation. 2011a.

WTO. **Working Party seals the deal on Russia's membership negotiations**. 2011b.

QUEM DISSE QUE BULLYING É COISA DE CRIANÇA? UMA REVISÃO SOBRE A INTIMIDAÇÃO SISTEMÁTICA NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Data de aceite: 04/05/2020

Mychelle Maria Santos de Oliveira

Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do
Maranhão-UniFacema

Elizabete Ribeiro Luz

Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do
Maranhão-UniFacema

Dalila Sipaúba Rodrigues Moura

Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do
Maranhão-UniFacema

Ana Maria da Cruz Souza Oliveira

Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do
Maranhão-UniFacema

Sara Raquel Araújo Costa

Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do
Maranhão-UniFacema

Maria Camila da Silva

Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do
Maranhão-UniFacema

Adriana Ramos Queiroz

Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do
Maranhão-UniFacema

Raimunda Nonata Melo Costa Simão

Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do
Maranhão-UniFacema

Francisco Gabriel Santos de Oliveira

Faculdade do Vale do Itapecuru-FAI

Raimundo Nonato Santos de Sousa

Universidade Estadual do Maranhão-UEMA

Jorge Henrique da Costa Abreu

Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA

Francisca Tatiana Dourado Gonçalves

Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do
Maranhão-UniFacema

RESUMO: O bullying é um fenômeno universal que ocorre em diversos contextos sociais, gerando diversas consequências nos personagens envolvidos nessa conjuntura. Nesse contexto, o objetivo desse estudo é apresentar a configuração do bullying no ensino superior, para isso, foi desenvolvida uma revisão sistemática da literatura por meio de 14 artigos encontrados nas bases Scielo, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Periódico da CAPES. Como critérios de seleção, foram analisados artigos publicados no recorte temporal de 2015 a 2019, nos idiomas português, inglês e espanhol. Os resultados indicaram os fatores relacionados a manifestação dessa violência, as principais tipologias, personagens, consequências e programas de prevenção dentro das universidades, ainda mais, foi pontuado que esse fenômeno é negligenciado, visto como algo natural e engraçado.

PALAVRAS-CHAVE: Bullying. Violência. Educação Superior. Universidade.

WHO SAID BULLYING IS A CHILD'S THING? A REVIEW OF SYSTEMATIC BULLYING IN THE UNIVERSITY CONTEXTO

ABSTRACT: Bullying is a universal phenomenon that occurs in different social contexts, generating several consequences for the characters involved in this situation. In this context, the objective of this study is to present the configuration of bullying in higher education, for this, a systematic review of the literature was developed through 14 articles found in the Scielo, Virtual Health Library (VHL) and CAPES Periodical databases. As selection criteria, articles published in the time frame from 2015 to 2019, in Portuguese, English and Spanish, were analyzed. The results indicated the factors related to the manifestation of this violence, the main types, characters, consequences and prevention programs within the universities, moreover, it was pointed out that this phenomenon is neglected, seen as something natural and funny.

KEYWORDS: Bullying. Violence. College education. University.

1 | INTRODUÇÃO

O bullying é descrito como um problema de saúde pública e sua definição enquadra características sistemáticas, deliberadas, recorrentes e ausência de argumento que fundamenta tal conduta hostil (ZOEAGA; ROSSIM, 2009). É consenso na literatura que esse fenômeno universal e social está relacionado com a manifestação de comportamentos ofensivos e adversos, estruturado em uma relação de poder vertical entre os personagens, e cujo propósito consiste em humilhar alguém (VOLK et al., 2016).

O bullying é resultado da interação de fatores socioculturais, políticos, econômicos e educacionais, não está relacionado com uma etapa específica do desenvolvimento, podendo incidir em qualquer faixa etária, classe socioeconômica e contexto, assim como, não é exclusivo do ambiente educacional, uma vez que pode ocorrer em qualquer lugar em que se estruture as relações sociais (VOLK et al., 2016).

Segundo Lopes Neto (2011), essa violência envolve a presença de três personagens: agressores, vítimas e testemunhas. A saber, cada personagem desenvolve estratégias diferentes para lidar com essa situação e dependendo da estratégia selecionada, o quadro pode vir a ser reduzido ou intensificado (FARIA BRINO; LIMA, 2015). Quanto a tipologia, o bullying pode ser físico, verbal, gestual, material, psicológico, sexual, moral, social e virtual, e seus efeitos influenciam na formação das concepções que direcionam os comportamentos dos indivíduos (LOPES NETO, 2011).

A manifestação do bullying é influenciada pelo nível de escolaridade, quanto maior o grau, menor é a tendência da recorrência dessa violência (RAMOS-JÍMENEZ

et al., 2017). Entretanto, no campo pragmático sabe-se que essa afirmação é contestável, pois Miranda et al. (2012) sublinha que há uma visão errônea e cristalizada de que os universitários dispõem de uma ampla capacidade cognitiva e de repertórios hábeis de defesa, pois o arcabouço teórico-metodológico adquirido no curso da faculdade não propicia necessariamente comportamentos interpessoais saudáveis.

O ingresso na educação universitária é permeado por uma ambivalência de sentimentos e percepções, exigindo para isso adaptação; esse processo de transição comumente coloca o indivíduo frente ao novo e ao desconhecido, sendo palco para a expressão de rupturas que podem afetar a saúde psicossocial do sujeito (SILVA; FARHANGMEHR; JALALI, 2018). O bullying é negligenciado nas instituições de nível superior por serem vistos apenas como uma brincadeira, o que vem a contribuir com a naturalização dessa violência, bem como com a consolidação de um repertório comportamental individualista entre os estudantes universitários (FONSECA et al., 2017).

Diante disso, esse trabalho tem como objetivo apresentar as principais informações e discussões presentes na literatura, no período de 2015 a 2019, acerca do bullying no contexto do ensino superior. Trata-se de uma revisão sistemática, cuja escolha do tema foi instigada devido a omissão do debate e naturalização dessa violência perversa no âmbito universitário.

2 | DELINEAMENTO METODOLÓGICO

O presente trabalho trata-se de uma revisão sistemática da literatura, realizada por meio das bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), BVS (indexadas MEDLINE, LILACS, Index Psicologia e BDNF-Enfermagem) e o Periódico da CAPES. A revisão sistemática da literatura é caracterizada por um delineamento metódico que faz uso de critérios para a seleção dos documentos, o que vem a contribuir com uma melhor tomada de decisão pautada em evidências (PEREIRA; BACHION, 2006). A escolha da temática se deu por ser um assunto relevante, porém pouco estudado. Diante disso, a organização e confecção desse artigo foi norteada pelo seguinte problema: “Como o bullying é caracterizado entre os estudantes universitários?”.

A seleção e análise dos documentos ocorreu no período de agosto a outubro de 2019 e utilizou-se como critérios de seleção: artigos publicados nos últimos cinco anos (2015 – 2019), nos idiomas português, inglês e espanhol. A partir da leitura prévia do título dos artigos e dos resumos, foram incluídos para análise textos resultantes de pesquisa de campo que estavam compatíveis com o problema

a ser pesquisado. Foram excluídos aqueles que não estavam em consonância com a temática, artigos repetidos, sem resumos disponíveis, revisões de literatura, ensaios, livros, teses e dissertações.

Os descritores foram retirados dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), sendo eles “bullying”, “ensino superior” e “universidade”. As palavras foram associadas por meio do operador *and*, sendo feitas as seguintes combinações “bullying” *and* “ensino superior” e “bullying” *and* “universidade”. Seguindo esse percurso metodológico, foram encontrados 528 documentos, destes apenas 14 estavam compatíveis com os critérios de inclusão supracitados, e foram selecionados para análise. Posteriormente foi realizada uma síntese interpretativa dos dados apresentados nas pesquisas.

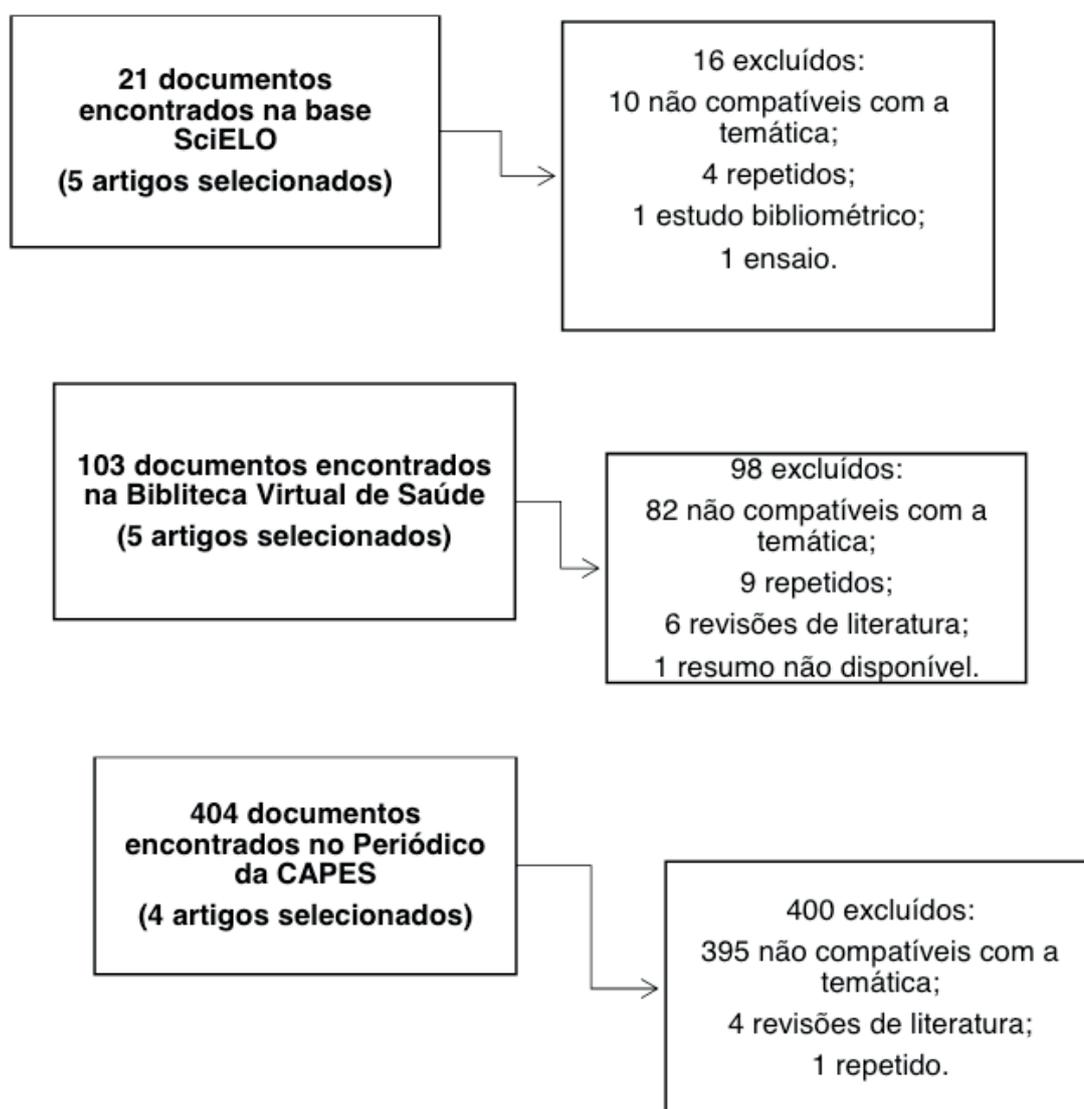


Figura 1: Procedimento de seleção.

3 | RESULTADOS

A partir da aplicação do procedimento metodológico, foram identificados 528

documentos nas três bases de dados: SciELO (21), Biblioteca Virtual de Saúde (103) e Periódico da CAPES (404). Contudo, só foram selecionados para análise e síntese interpretativa 14 estudos. Destes, 5 foram selecionados da base SciELO, 5 da Biblioteca Virtual de Saúde e 4 do Periódico da CAPES. As informações consideradas relevantes com base no objetivo da pesquisa foram sintetizadas na tabela abaixo.

Autor	Objetivo	Amostra	Base de dados	Idioma	Principais resultados
Ruiz-Ramírez et al. (2017)	Analisar a ocorrência do bullying na Universidade Autônoma de Chapingo.	112 estudantes.	SciELO	Espanhol	Manifestação do bullying psicológico, verbal, físico, virtual e social.
Trujillo e Romero-Acosta (2016)	Analisar as variáveis sociais e identificar comportamentos de risco e vitimização com o propósito de evitar o bullying.	64 estudantes de Psicologia.	SciELO	Espanhol	Grupos com altos níveis pró-social apresentavam baixos níveis de agressão e vitimização. Grande parcela das vítimas eram agressivas.
Fonseca et al. (2017)	Analisar a manifestação do bullying nos cursos de Ciências Contábeis e Administração.	773 alunos de duas universidades públicas mineiras.	SciELO	Português	Maior incidência nos alunos do sexo masculino; os agressores consideram o bullying uma brincadeira.
Ramos-Jiménez et al. (2017)	Compreender a prevalência do bullying quanto ao gênero e ao grau de escolaridade.	2 347 alunos matriculados da 5ª série à universidade.	SciELO	Inglês	Quanto maior o grau de escolaridade, menor é a frequência do bullying. Contudo, há um aumento do fenômeno nos últimos semestres da faculdade.
Vergel Ortega, Martínez Lozano e Zafra Tristancho (2016)	Analisar os fatores que influenciam o bullying no contexto universitário.	571 alunos das universidades do departamento do Norte de Santander.	SciELO	Espanhol	Os principais fatores são: gênero, atributos físicos, psicológicos; orientação sexual, causa e tipo de assédio; percepção sobre o fenômeno. Maior frequência entre mulheres, alunos jovens e homossexuais.

Godinho et al. (2018)	Avaliar a percepção dos acadêmicos sobre a violência e os fatores relacionados a ela.	512 estudantes dos cursos do Centro de Ciências da Saúde, de uma instituição privada.	Portal de Periódicos da CAPES	Português	A violência é praticada pelos acadêmicos, principalmente na forma psicológica e com maior frequência no último ano da graduação.
Silva, Farhangmehr e Jalali (2018)	Verificar o bullying nas instituições de nível superior.	12 participantes, dentre estes, alunos, ex-alunos e futuros estudantes da instituição em estudo.	Portal de Periódicos da CAPES	Inglês	A manifestação dessa violência está relacionada com os trotes.
Melo Costa et al. (2017)	Identificar os maus-tratos entre universitários da área da saúde.	202 estudantes dos cursos de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Educação Física e Biologia de uma instituição mineira.	Portal de Periódicos da CAPES	Português	O perfil das vítimas: mulheres, estudantes sem amigos e jovens. Quanto aos agressores: público masculino e de maior idade.
Oliveros Donohue et al. (2016)	Analisar o bullying em acadêmicos de Medicina.	93 estudantes do sexto ano que cursaram pediatria.	Portal de Periódicos da CAPES	Espanhol	A violência é acentuada e docentes e discentes estão envolvidos.
Arafa e Senosy (2017)	Investigar o cyberbullying entre estudantes egípcios.	6 740 alunos da Universidade Beni-Suef.	BVS	Inglês	48,2% pontuou ser alvo de bullying virtual. O perfil mais vulnerável é o sexo feminino e estar exposto à internet.
Chen e Huang (2015)	Descrever o bullying entre estudantes universitários de Taiwan.	1 452 alunos.	BVS	Inglês	O bullying está relacionado com a qualidade de vida.
Moran, Chen e Tryon (2018)	Investigar o bullying, sintomas depressivos e fonte de apoio em estudantes universitárias lésbicas, estudantes gays, bissexuais e transgêneros.	347 estudantes.	BVS	Inglês	Existência de bullying verbal, relacional, virtual e físico. Se relaciona com sintomas depressivos e o apoio dos colegas contribui para reduzir a hostilidade dessa situação.

Sánchez et al. (2017)	Analisar a associação entre bullying e o consumo de substâncias psicoativas.	543 estudantes universitários.	BVS	Espanhol	O consumo de substâncias está relacionado com o bullying.
Selkie et al. (2015)	Analisar a relação entre o bullying virtual, depressão e uso de álcool.	265 estudantes universitárias.	BVS	Inglês	Vítimas e agressores apresentaram maiores chances de depressão. Os agressores tiveram maiores chances com o uso do álcool.

Tabela 1: Descrição das pesquisas quanto autor, objetivo, amostra, base de dados, idioma e principais resultados.

4 | DISCUSSÃO

Fatores relacionados ao bullying no ambiente universitário

O bullying resulta de elementos históricos, socioculturais, familiares, pessoais (TRUJILLO; ROMERO-ACOSTA, 2016). Segundo Fonseca et al. (2017) essa violência pode estar relacionada com o grupo étnico no qual a vítima faz parte, sendo que os estudantes negros configuram o maior público que vivencia tal fenômeno.

Há casos em que o indivíduo pode ser vítima em um ambiente e agressor em outro, diante disso, Fante (2005) ressalta que tal comportamento assume papel de defesa para o sujeito, pois a transferência de conteúdos nocivos, adversos e limitantes dessa experiência hostil para outro alvo, proporciona alívio para esse indivíduo. Paralelo a isso, a pesquisa desenvolvida por Ruiz-Ramírez et al. (2017) sublinha que os estudantes indígenas apresentam uma maior inclinação para atuarem como agressores do bullying, uma vez que por serem grupos negligenciados pela sociedade, tal comportamento assume papel de amparo entre esses estudantes.

Os fatores de proteção são definidos como a integração entre as características individuais e ambientais do sujeito, cuja finalidade consiste em atuar como suporte diante de uma situação negativa, logo, viabilizam o desenvolvimento, limitam as violências e contribuem para a resolução de problemas (PESCE et al., 2004). Como exemplos de elementos protetivos, destacam-se o comportamento pró-social, habilidades interpessoais, como empatia e assertividade, estratégias de enfrentamento, bom relacionamento entre pares, apoio social dos colegas, professores, familiares (TRUJILLO; ROMERO-ACOSTA, 2016; ARAFA; SENOSY, 2017; GODINHO et al., 2018; MORAN; CHEN; TRYON, 2018).

É consenso na literatura que a família desempenha papel de suporte e apoio socioemocional para o indivíduo, o que pode vir a contribuir com a ruptura de

violências e com a formação de estratégias de coping (ALMEIDA; CAVALCANTE; SILVA, 2008). Contudo, o estudo de Vergel Ortega, Martínez Lozano e Zafra Tristancho (2016) apontou que o núcleo familiar do estudante alvo do bullying considerou essa violência como típica do contexto educacional; sugeriram que as vítimas estabelecessem comunicação com os diretores das instituições, bem como pontuaram a necessidade de revidar ou ignorar tal conduta hostil, assim como comunicaram que as vítimas estavam expressando inverdades sobre esse acontecimento.

No que se refere aos fatores de risco, estes ampliam a vulnerabilidade do sujeito a problemas físicos, psicossociais e emocionais e dependem do grau de intensidade, recorrência e da forma que tal situação é entendida (POLETTI; KOLLER, 2008). Os estudos analisados sinalizam como principais fatores de risco das vítimas: perfil do alvo (fenótipo, gênero, orientação sexual, personalidade, cor, religião, região geográfica de origem), causa e tipo da violência, omissão da família e a percepção da vítima sobre o bullying (SELKIE et al., 2015; VERGEL ORTEGA; MARTÍNEZ LOZANO; ZAFRA TRISTANCHO, 2016; ARAFA; SENOSY, 2017; MELO COSTA et al., 2017).

Desse modo, Godinho et al. (2018) enfatiza que o principal perfil da vítima abrange as pessoas obesas, homossexuais ou que apresentam deficiência física. Além disso, Arafa e Senosy (2017) acrescentam que o público mais atingido pelo bullying virtual é o feminino, com residências na zona urbana e que apresentam longos períodos de exposição na internet. Ainda mais, os autores supracitados destacam que o bullying virtual tem uma maior relação com os cursos da área de humanas, social e comportamental, visto que alunos desses cursos tendem a utilizar a internet mais como ferramenta para socializar, o que os tornam mais vulneráveis a esse tipo de violência. Em relação aos autores/agressores, os fatores que podem vir a subsidiar tal comportamento agressivo são: influência e histórico do agressor, apoio dos outros estudantes, consumo de bebidas e substâncias psicoativas, ausência de punição (VERGEL ORTEGA; MARTÍNEZ LOZANO; ZAFRA TRISTANCHO, 2016).

Personagens

Os personagens envolvidos no bullying são: agressores, vítimas e testemunhas. O bullying pode ser motivado por os agressores acreditarem serem influentes, poderosos e disporem de status social; por brincadeira, respostas a provocações, imaturidade e vontade de humilhar (MELO COSTA et al., 2017). Desse modo, Vergel Ortega, Martínez Lozano e Zafra Tristancho (2016) articulam que o desconhecimento sobre prevenção do bullying, pode levar a vítima a se tornar autor de tal conduta violenta.

O perfil dos personagens não está ligado ao gênero e classe socioeconômica,

assim os agressores podem expressar tendências comportamentais antissociais, impulsivas, de busca por poder e status social, não apresentam muita empatia e podem ser líderes (FANTE, 2005). Aliado a isso, Melo Costa et al. (2017) enfatiza que o público que mais assume o papel dos agressores é o masculino, com uma idade mais avançada. No entanto, podem assumir o papel de autor os estudantes, docentes, funcionários e indivíduos de fora da universidade (GODINHO et al., 2018). Fonseca et al. (2017) explana que o bullying no ensino superior é visto pelos estudantes e pelos professores como uma forma de brincadeira, algo engraçado.

As vítimas são aquelas que não apresentam características físicas e status social considerados desejados, estes alunos geralmente são retraídos, inseguros e não tem habilidades sociais desenvolvidas para suspender essas condutas negativas (LOPES NETO; SAAVEDRA, 2004). Em seu estudo, Ruiz-Ramírez et al. (2017) destaca que as vítimas acreditam que sua opinião é inválida e insignificante, por isso escolhem atuar com passividade e omissão. A maior prevalência do sexo envolvido como vítima no bullying é o feminino, com o perfil jovem, sem amigos e com orientação homossexual (VERGEL ORTEGA; MARTÍNEZ LOZANO; ZAFRA TRISTANCHO, 2016; MELO COSTA et al., 2017; RAMOS-JÍMENEZ et al., 2017).

Quanto as testemunhas, estas representam a maior parcela dos estudantes, uma vez que são compostas pelos que presenciam essa conjuntura hostil e geralmente optam por ficar em silêncio (PALMER; ABBOTT, 2018). Em sua pesquisa Melo Costa et al. (2017) afirmou que as testemunhas ignoravam e mostravam-se inertes diante de tal situação, pois temem serem alvos da violência.

Tipos de bullying

A classificação do bullying dá-se em razão pela maneira que a vítima foi agredida e pelo tipo de agressão vivenciada, podendo ocorrer de forma direta e indireta. A primeira ocorre quando há contato entre o agressor e a vítima e a segunda, quando não há contato entre esses personagens (MARTINS, 2005). Fonseca et al. (2017) sublinha que majoritariamente, os casos de bullying acontecem nas salas de aulas e no intervalo, geralmente começa sem motivo e depois passa a fazer parte do cotidiano, sendo que geralmente está associado ao último ano do curso (VERGEL ORTEGA; MARTÍNEZ LOZANO; ZAFRA TRISTANCHO, 2016; GODINHO et al., 2018).

Os dados dos estudos analisados apontaram como principais tipos de bullying no contexto universitário a violência psicológica, com condutas de negligência, difamação, gestos maldosos, exclusão das atividades em turma; verbais, por meio de comentários maliciosos, apelidos, ofensas, humilhações; física, com empurrões, roubos, lançar materiais nos outros; sociais e virtuais (OLIVEROS DONOHUE et al., 2016; VERGEL ORTEGA; MARTÍNEZ LOZANO; ZAFRA TRISTANCHO, 2016;

TRUJILLO; ROMERO-ACOSTA, 2016; ARAFA; SENOSY, 2017; RUIZ-RAMÍREZ et al., 2017; SILVA; FARHANGMEHR; JALALI, 2017; GODINHO et al., 2018; MORAN; CHEN; TRYON, 2018).

Outro dado relevante sugere que o assédio ocorre comumente nos rituais de iniciação das universidades (SILVA; FARHANGMEHR; JALALI, 2018). Sobre isso, Villaça e Palácios (2010) destacam que o significado do trote universitário depende da interpretação e do simbolismo dado pelo sujeito; esse rito é geralmente visto como uma forma de violência típica que afirma a hierarquia social entre alunos nas universidades, sendo manifestada principalmente na forma física, verbal, por meio de intimidação e como consequências impacta significativamente a vida do estudante.

Ainda mais, a manifestação do bullying pode ocorrer devido ao desempenho acadêmico do estudante e a dificuldade na compreensão dos assuntos (FONSECA et al., 2017). É necessário destacar que o assédio foi classificado como a forma mais prevalente no cyberbullying, e apesar do público masculino estar mais exposto a essa situação, a maior recorrência incidia sobre o público feminino (ARAFA; SENOSY, 2017; SÁNCHEZ et al., 2017).

Em contraste com o exposto, Selkie et al. (2015) afirma que as mulheres estão mais expostas ao bullying virtual, sendo que os comportamentos mais comuns era invadir a conta alheia, assédio nas mensagens, comentários degradantes, excluir de grupos online (FONSECA et al., 2017; RUIZ-RAMÍREZ et al., 2017). Conforme Cowie et al. (2013), o bullying virtual pode ser entendido como uma extensão dos comportamentos vividos e experimentados no ensino médio, e as pessoas que sofrem esse tipo de violência no contexto universitário, apresentam uma propensão a terem sido vítimas antes do ingresso nesse ambiente.

Consequências

Conforme aponta Leite et al. (2019), o bullying gera repercussões nas mais diversas esferas da vida do sujeito, gerando sentimentos negativos nos estudantes. Os dados literários sinalizam que a vivência e interpretação desse fenômeno está correlacionado com as características particulares de cada indivíduo, como as experiências de vida, a personalidade, caracteres genéticos, suporte de ajuda disponível (POSTIGO et al., 2019).

No quesito acadêmico, essa conduta hostil pode influenciar na aprendizagem, baixo índice no desempenho acadêmico, reprovação, evasão universitária (FONSECA et al., 2017). Entretanto, Vergel Ortega, Martínez Lozano e Zafra Trisancho (2016) explanam que o indivíduo que vivencia o bullying pode ter um desempenho acadêmico favorável. Fonseca et al. (2017) corrobora com o exposto ao relatar que em sua pesquisa os personagens do bullying afirmaram que tal

fenômeno não impacta no desempenho estudantil, para os mesmos autores esse dado pode ser justificado pelo fato dos participantes considerarem o bullying como uma brincadeira típica do contexto acadêmico.

Além disso, os reflexos do bullying virtual podem enquadrar sentimentos desagradáveis, impotência, raiva, ódio e tristeza (ARAFA; SENOSY, 2017; MELO COSTA et al., 2017). Ainda mais, pode vir a reduzir a Qualidade de Vida Relacionada a Saúde, afetando a autoestima, aumentando a sensibilidade, levando a déficits socioemocionais, isolamento, uso de substâncias psicoativas, como álcool e cannabis; manifestação de doenças psicossomáticas; ansiedade, depressão, pensamento suicida (CHEN; HUANG, 2015; SELKIE et al., 2015; SÁNCHEZ et al., 2017).

Programas de prevenção e combate ao bullying

Os programas de prevenção do bullying constituem uma estratégia para minimizar a prevalência dos casos e os fatores de riscos que podem vir a favorecer a manifestação dessa violência. Apesar de atuar sob a perspectiva de tornar o ambiente mais horizontal e dialógico, essa ferramenta ainda apresenta limitações e impasses (SILVA; ASSIS, 2018). Diante disso, quanto ao caráter de segurança das universidades em relação a esse tipo de violência, Godinho et al. (2018) aponta que um quantitativo significativo dos participantes destacou a segurança das universidades em relação ao bullying.

Contudo, esse dado é oposto a linha argumentativa de Vergel Ortega, Martínez Lozano e Zafra Tristancho (2016), pois os participantes do referido estudo destacaram a ausência de programas relativos ao combate a esse tipo de violência, com negligência e omissão a tais comportamentos. Os programas de prevenção e combate ao bullying apresentam dificuldades, pois é um processo gradativo e deve ser redigido e organizado no coletivo, envolvendo o maior número de indivíduos possíveis, estando eles relacionados ou não com a situação (BOTELHO; SOUZA, 2007).

Como alternativa, o uso de campanhas publicitárias e de marketing tornam-se um recurso apropriado para auxiliar na redução do bullying, uma vez que reafirmam os direitos e trabalham a conscientização (SILVA; FARHANGMEHR; JALALI, 2018). Nessa linha, Fante (2011) destaca a necessidade desses programas priorizarem e desenvolverem habilidades, tais como comunicação assertiva, estratégias para resolução de situações aversivas, respeito, diversidade.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bullying é derivado de uma interseção entre aspectos socioeconômicos,

políticos, histórico-culturais. Os principais tipos são o psicológico, verbal, físico, social, virtual e os elementos que expõem o sujeito a tal violência são os fatores étnicos, de personalidade, aparência física, orientação sexual, curso de graduação. As pesquisas pontuaram que esse fenômeno é naturalizado e visto como uma espécie de brincadeira no ambiente universitário, sendo que o gênero masculino é o que mais atua como agressor e o público feminino o que mais assume papel de vítima. As consequências são diversas e essa violência é tratada de forma omissa no contexto do ensino superior.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, K. L.; CAVALCANTE, A.; SILVA, J. S. C. **Importância da identificação precoce da ocorrência do bullying**: uma revisão de literatura. *Rev Pediatr*, v. 9, n. 1, p. 8-16, 2008.
- ARAF, A.; SENOSY, S. **Pattern and correlates of cyberbullying victimization among Egyptian university students in Beni-Suef, Egypt**. *Journal of Egyptian Public Health Association*, v. 92, n. 2, p. 107-115, 2017.
- BOTELHO, R. G.; SOUZA, J. M. C. **Bullying e educação física na escola**: características, casos, consequências e estratégias de intervenção. *Revista de Educação Física*, v. 139, p. 58-70, 2007.
- CHEN, Y.Y.; HUANG, J.H. **Precollege and in-college bullying experiences and health-related quality of life among college students**. *Pediatrics*, v. 135, n. 1, p. 18-25, 2015.
- COWIE, H. et al. **Cyberbullying amongst university students**. *Cyberbullying through the new media: Findings from an international network*, p. 165-186, 2013.
- FANTE, C. **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas, São Paulo: Verus Editora, 2005.
- FANTE C. **Fenômeno Bullying**: Como Prevenir a Violência Nas Escolas e Educar Para a Paz. 6ª ed. São Paulo. Versus Editora, 2011.
- FARIA BRINO, R. de; LIMA, M. H. do C. G. **Compreendendo estudantes vítimas de bullying: para quem eles revelam?**. *Psicologia da Educação. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação*. ISSN 2175-3520, n. 40, p. 27-40, 2015.
- FONSECA, K. B. C. et al. **Incidência do Bullying nos Cursos de Administração e Ciências Contábeis**. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 21, n. 1, p. 79-92, 2017.
- GODINHO, C. C. P. da S. et al. **A violência no ambiente universitário**. *Rev. bras. promoç. saúde (Impr.)*, p. 1-8, 2018.
- LEITE, L. et al. **Bullying**: percepções dos estudantes em uma escola pública de Brasília. *Diversitas Journal*, v. 4, n. 1, p. 172-178, 2019.
- LOPES NETO, A. A. **Bullying**: saber identificar e como prevenir. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- LOPES NETO, A. A.; SAAVEDRA L. H. **Diga não para o bullying**. Rio de Janeiro: ABRÁPIA, 2004.
- MARTINS, M. J. D. **O problema da violência escolar**: Uma clarificação e diferenciação de vários

conceitos relacionados. Revista Portuguesa de Educação, v. 18, n. 1, p. 93-105, 2005.

MELO COSTA, S. de. et al. **Identificação de maus-tratos entre acadêmicos de saúde.** Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 133-138, 2017.

MIRANDA, M. I. F. de. et al. **Conduta de acadêmicos de uma universidade da região amazônica frente ao bullying.** Enfermagem em Foco, v. 3, n. 3, p. 114-118, 2012.

MORAN, T. E.; CHEN, C. Y.C.; TRYON, G. S. **Bully victimization, depression, and the role of protective factors among college LGBTQ students.** Journal of community psychology, v. 46, n. 7, p. 871-884, 2018.

OLIVEROS DONOHUE, M. et al. **Percepción de bullying en alumnos de sexto año de la escuela de medicina de una universidad pública de Lima 2015.** In: Anales de la Facultad de Medicina. UNMSM. Facultad de Medicina, 2016. p. 231-236.

PALMER, S. B.; ABBOTT, N. **Bystander responses to bias-based bullying in schools: A developmental intergroup approach.** Child development perspectives, v. 12, n. 1, p. 39-44, 2018.

PEREIRA, Â. L.; BACHION, M. M. **Atualidades em revisão sistemática de literatura, critérios de força e grau de recomendação de evidência.** Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 27, n. 4, p. 491, 2006.

PESCE, R. P. et al. **Risco e proteção:** em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 20, n. 2, p. 135-143, 2004.

POLETTI, M.; KOLLER, S. H. **Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção.** Estudos de Psicologia (Campinas), v. 25, n. 3, p. 405-416, 2008.

POSTIGO, S. et al. **What Do Adolescents Say about Bullying?. Anal. Psicol., Murcia,** v. 35, n. 2, p. 251-258, 2019.

RAMOS-JIMÉNEZ, A. et al. **Prevalence of bullying by gender and education in a city with high violence and migration in Mexico.** Revista panamericana de salud pública, v. 41, p. e37, 2017.

RUIZ-RAMÍREZ, R. et al. **Manifestaciones del bullying en la Preparatoria Agrícola.** Universidad Autónoma de Chapingo, México. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, v. 15, n. 2, p. 1149-1163, 2017.

SÁNCHEZ, F. C. et al. **Association between bullying victimization and substance use among college students in Spain.** Adicciones, v. 29, n. 1, 2017.

SELKIE, E. M. et al. **Cyberbullying, depression, and problem alcohol use in female college students: a multisite study.** Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking, v. 18, n. 2, p. 79-86, 2015.

SILVA, A. C. da; FARHANGMEHR, M.; JALALI, M. S. **License to bully: rites of passage in higher education.** International Review on Public and Nonprofit Marketing, v. 15, n. 1, p. 49-66, 2018.

SILVA, F. R. da; ASSIS, S. G. **A prevenção à violência em programas interdisciplinares que atuam em escolas brasileiras e portuguesas.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, p. 2899-2908, 2018.

TRUJILLO, J. J.; ROMERO-ACOSTA, K. **Variables que evidencian el bullying en un contexto universitario.** Encuentros, v. 14, n. 1, p. 41-54, 2016.

VERGEL ORTEGA, M.; MARTÍNEZ LOZANO, J. J.; ZAFRA TRISTANCHO, S. L. **Factores asociados**

al bullying en instituciones de educación superior. Revista Criminalidad, v. 58, n. 2, p. 197-208, 2016.

VILLAÇA, F. M.; PALÁCIOS, M. **Concepções sobre assédio moral:** bullying e trote em uma escola médica. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 34, n. 4, p. 506-514, 2010.

VOLK, A. A. et al. **Adolescent bullying in schools:** An evolutionary perspective. In: Evolutionary perspectives on child development and education. Springer, Cham, 2016. p. 167-191.

ZOEGA, M. T. S.; ROSIM, M. A. **Violência nas escolas:** o bullying como forma velada de violência. Unar Araras, v. 3, n. 1, p. 13-19, 2009.

REFLEXÕES ACERCA DE: MÍDIA, IDEOLOGIA E MITOS NA CONTEMPORANEIDADE

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 05/02/2020

Gabriel Papa Ribeiro Esteves

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
<http://lattes.cnpq.br/0873733091024539>

RESUMO: Este trabalho busca compreender a dinâmica paradoxal entre ideologia, mito e doxa em uma sociedade permeada por meios de comunicação de massa. Pondera-se que a reflexão sobre a realidade social nos leva a considerar a multiplicidade de relações e processos pelos quais o corpo de conhecimento estabelecido pelos indivíduos se firma como realidade em contextos sociais específicos, orientando suas práticas cotidianas que se definem como cultura social. Para essa análise, foram buscadas ferramentas interpretativas funcionais nas abordagens das Ciências Sociais pela Teoria Crítica, Estruturalismo e Pós-estruturalismo, na medida em que remetem ao uso de um abstrato e, muitas vezes complexo, sistema teórico para descrever, explicar e analisar o mundo social, revelando o que permanece escondido do senso

comum, orientado por representações sociais compartilhadas coletivamente.

PALAVRAS-CHAVE: mito; ideologia; paradoxo da doxa; poder; mídia.

REFLECTIONS ABOUT: MEDIA, IDEOLOGY AND MYTHS IN CONTEMPORANEITY

ABSTRACT: This paper seeks to understand the paradoxical dynamics established between ideology, myth and doxa in a society permeated by mass media. Thus, we consider that reflecting on social reality leads us to consider the multiplicity of relationships and processes by which the body of knowledge established by individuals is established as reality for them in specific social contexts, guiding their daily practices that are established as social culture. . And, therefore, it is in the approaches of Social Sciences by Critical Theory, Structuralism and poststructuralism that we can look for functional interpretative tools for this analysis, as they refer to the use of an abstract and, often complex, theoretical system to describe , explain and analyze the social world, revealing things that remain hidden from common sense, guided by collectively shared social representations.

KEYWORDS: myth; ideology; doxa paradox; power; media.

Este trabalho busca compreender, através das Ciências Sociais, qual a dinâmica da relação paradoxal estabelecida entre ideologia, mito e doxa numa sociedade permeada por meios de comunicação de massa. Deste modo, ponderamos que refletir sociologicamente acerca da realidade social nos leva a considerar a multiplicidade de relações e processos pelos quais o corpo de conhecimento estabelecido pelos indivíduos se estabelece como realidade para eles em contextos sociais específicos orientando suas práticas, que estabelecem a cultura. E para tanto é na teoria social que podemos buscar ferramentas interpretativas funcionais, na medida em que remete ao uso de um abstrato e muitas vezes complexo sistema teórico para descrever, explicar e analisar o mundo social, revelando coisas que permanecem escondidas ao senso comum orientado por representações sociais compartilhadas coletivamente.

Também prediz acerca de ações, atividades ou situações futuras, articulando o indivíduo e suas práticas sociais enquanto sujeito da cultura e as forças sociais que afetam suas vidas, onde as relações práticas condicionam a alocação dos indivíduos na sociedade, tendo como resultado, deste ser social, a consciência do indivíduo sobre sua própria realidade. Na relação entre os seres sociais há uma significação compartilhada onde a interação humana se dá pelos fundamentos simbólicos, ou seja, a realidade social influencia o indivíduo que a reproduz, mas impõe a ela características específicas de sua subjetividade, pois por mais que reproduza a dinâmica social quando age gera práticas e assim a sociedade continua num movimento onde a realidade social muda o indivíduo e é mudada por ele. Daí o nosso interesse em discutir esta questão, pois identificamos problemáticas nesse processo que precisam ser enfrentadas com reflexão crítica e ação prática efetiva, como a própria disseminação de um conhecimento sociológico e crítico sobre as lógicas de como a sociedade funciona.

Em tempos de tecnologias digitais de longo alcance espacial e temporal, esta reflexão, demanda problematizar quais papéis e funções as grandes instituições midiáticas - principalmente por estas se configurarem como meios de comunicação de massa, ou seja, têm suporte para transmitir informações para milhões de pessoas na sociedade - possuem na dinâmica das relações sociais, pois a própria tecnologia midiática é portadora de historicidade e identifica-se com grupos que detém seu domínio, uma vez que acaba sendo utilizada para a manutenção dos interesses de seus detentores em seus negócios, o que lhes basta como catalisadores da disseminação de ideologia (ADORNO; HORKHEIMER, 2006), ou seja, de “um sistema de ideias que pode ser discutido enquanto tal e também como forma de apreensão, de denegação ou, principalmente de construção da realidade e do mundo” (CATANI, 2017, p. 230). De acordo com Marshall McLuhan (1971) o próprio meio é a mensagem e o veículo em si, sua historicidade permite a compreensão do

conteúdo. Tratamos a grande mídia como instituição social, pois além de informar, nos coloca em contato com outras pessoas, nos permite aprender coisas que estão presentes em nossa relação com o mundo, logo acaba por funcionar como um agente de socialização dos indivíduos.

As instituições implicam, além disso, a historicidade e o controle. As tipificações recíprocas das ações são construídas no curso de uma história compartilhada. Não podem ser criadas instantaneamente. As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis. (BERGER; LUCMANN, 2014, p. 77).

O problema é que, na modernidade, a discussão de interesses públicos tem sido transformada por estas instituições empresariais em discussões que beneficiam interesses privados (HABERMAS, 1984), banalizando o conhecimento na medida em que a verdade dá lugar à credibilidade, se justificando pela sua própria circulação e oferecendo uma visão parcial da realidade que se apresenta como verdadeira (SODRÉ, 1990). O controle dos meios de comunicação está relacionado diretamente às estruturas de poder presentes na sociedade, o que faz dos meios de comunicação de massa instrumentos fomentadores de privilégios de alguns grupos (BOURDIEU, 1997), principalmente porque toda instituição jornalística midiática é veículo de luta por poder e por hegemonia ideológica, difundem a concepção de mundo de seus proprietários, acionistas e sustentadores. A construção da hegemonia de dominação desses grupos condiciona o surgimento dessa condição ideológica (NOGUEIRA, 2013).

Os indivíduos buscam informações em diversas fontes, porém esta diversidade está muito mais presente nas formas do que nos conteúdos, pois a lógica oligopolista do capital é presente também nesse setor, onde os mesmos grupos midiáticos muitas vezes detêm diversas formas de divulgação de conteúdo como rádio, imprensa, canais de televisão e sites (NOGUEIRA, 2013), logo a opinião pública relaciona-se com as articulações midiáticas dos meios de comunicação de massa na medida em que é por eles que se sintetizam muitas das representações da história, da cultura e da sociedade através de uma narrativa contínua e com grande amplitude social e cuja consequência é uma tendência à fabricação do consenso (CHOMSKY, 2013) – o consenso não é o mesmo que o conhecimento, porém o discurso midiático é o de que consenso e conhecimento se equivalem e todo discurso é um sintoma, é um indicador de uma prática efetiva e dos meios de conhecê-la, pois não há práticas sem representações que as fundamentem – que se relaciona com o contexto de produção dos discursos conforme delinea contornos da realidade enquadrando os valores dos grupos dominantes como valores universais e ofuscando consciências

ao possibilitar uma potencialização da alienação dos indivíduos de sua conjuntura sociocultural viabilizando práticas sociais contraditórias por parte dos grupos dominados cujas convicções encontram respaldo na sociedade (e nas ideias dominantes no âmbito cultural) e no simulacro¹ da realidade, em perspectiva, que lhes é apresentado objetivamente, uma vez que a própria realidade é construída socialmente numa relação entre realidade objetiva e subjetiva, onde instituições e indivíduos interagem de maneira criativa e relacional de forma em que a realidade não existe fora da percepção (BERGER; LUCKMANN, 2014) e grande mídia acaba exercer papel ambivalente.

Mas sua ambivalência também cresce: muitas vezes sem querer informa e politiza, ajuda a impulsionar posturas críticas e a “destraditionalizar”; em outros momentos, pode referendar unilateralmente o *status quo* e questionar a contestação. Relativiza, enfraquece vínculos coletivos, hipostasia as imagens, rebaixa e submete o debate público e suas regras técnicas [...] (NOGUEIRA, 2013, p. 189).

A insurgência se dá através de rupturas com os consensos tácitos (HONNETH; FRAZER, 2003), porém as notícias levam informações prontas e acabadas ao indivíduo sem propor reflexão e o estimulando a concordar que a realidade social é a perspectiva que lhe é mostrada, afinal o que é a realidade senão aquilo que conhecemos como tal? E parte desse conhecimento vem daquilo que as notícias da mídia trazem como tal para o centro da esfera pública e enquadram como realidade objetiva.

Notícias não são meras traduções mecânicas de fatos ou dados da realidade, Não são “informações”, mas elaborações que interessam aos cidadãos e modificam opiniões, ideias e posicionamentos. São construções intelectuais feitas mediante seleções, ideologias e valorações, que carregam consigo, portanto, uma interpretação prévia e uma intenção. Notícias também costumam ser seletivas em termos daquilo que é destacado ou daquilo que é omitido. O jornalismo, nessa medida, pode manipular omitindo fatos, dando ênfases seletivas ou fazendo com que certos detalhes se tornem fatos simplesmente por serem destacados (NOGUEIRA, 2013, p. 196).

A esfera pública seria onde as práticas sociais reproduzem as representações simbólicas coletivas da sociedade num processo que fomenta uma ordenação moral. O que dificulta um processo de tomada de consciência das pessoas de sua própria condição na sociedade é justamente este enquadramento intencional, principalmente num contexto em que as mídias fomentam informação demais e aprofundamento de menos nos colocando na condição de subinformação crônica, que influencia fortemente as pautas sociais que ganham espaço nas notícias jornalísticas - mesmo as pautas que ganham as redes sociais e as formas como elas são discutidas -, na qual nunca conseguimos estabelecer uma visão de fato holística de nossas disposições e práticas sociais (NORA, 1995). Toda percepção

1. Segundo Jean Baudrillard (1991) simulacros seriam representações sobre um fato que podem não significar o realmente ocorrido.

fragmentada e superficial da realidade social tende a ser conservadora e justificar o que já existe, dada a “ocultação sistemática de todos os conflitos sociais fundamentais que perpassam uma sociedade tão desigual em nome da tradição” (SOUZA, 2015, p. 90) e a lógica de dominação expressa-se através de intelectuais, jornalistas e especialistas orgânicos que figuram com protagonismo através das instituições midiáticas, produzindo conhecimentos que tornam-se muitas vezes a interpretação dominante (SOUZA, 2015).

Este processo social recorrente nas sociedades capitalistas da modernidade contemporânea se trata de um círculo vicioso, pois sem um estímulo ao pensamento crítico grande parte da sociedade, grupos dominantes e dominados; explorados e exploradores; vencedores e vencidos no espaço social, reproduz a dominação, as crenças e as injustiças que dela emanam, dando início a opressão cultural que naturaliza desigualdades e violências físicas e não físicas simetricamente reproduzidas na esfera pública onde o indivíduo é a referência para a realização da sociabilidade (OLIVEIRA, 1999, p. 55), porém a cultura, nesse dado contexto, normatiza a lógica dos conflitos sociais de modo que os indivíduos a internalizem espontaneamente quando preparados pelo cotidiano e tradição – onde a aceleração do tempo e a extensão do trabalho em toda a vida do indivíduo o desestimula a refletir e insurgir contra esta situação por ocupar o seu tempo e o obrigar a ter de garantir condições de subsistência através da submissão à lógica da exploração do trabalho (HUWS, 2015). “A força da mídia é um dado sistêmico nas circunstâncias atuais e os atores políticos que queiram projetar o futuro precisam conviver com isso” (NOGUEIRA, 2015, p. 201).

As crenças são os fundamentos da ordem social, uma vez que formam um sistema simbólico estruturante por fornecer diretrizes morais, políticas e econômicas aos sujeitos, criando um conjunto de representações, ou seja, a base de construção de significados forjados no seio da cultura através das relações sociais intersubjetivas e institucionais que se ancoram no exercício da violência simbólica que seria uma maneira de violência exercida imaterialmente causando danos morais e psicológicos. Sustenta-se no reconhecimento de imposições na fabricação contínua de crenças que influenciam os indivíduos a alocarem-se socialmente segundo os discursos dominantes legitimamente reconhecidos, reproduzindo simbolicamente o poder das classes dominantes, o que constitui o poder simbólico. Sendo as classes sociais o conjunto de agentes situados em posições próximas no espaço social que se distinguem de outras classes situadas em posições distintas (CATANI, 2017).

Dizendo poder, não quero significar o “poder”, como um conjunto de instituições e aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos num determinado estado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha forma de regra. Enfim, não entendo o poder como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por

derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular como dados iniciais a soberania do Estado, a forma de lei ou a unidade global de dominação; estas são apenas, e antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1988, p. 88).

As *illusios* – crenças produzidas através da violência simbólica exercida contínua e ininterruptamente - se transformam em fé prática, em opinião convicta estabelecida como verdade (*doxas*) através de sua disseminação no cotidiano pelos dispositivos de poder dos grupos dominantes como as instituições midiáticas oligopólicas.

[...] a noção de *illutio* reflete uma cumplicidade e um ajustamento entre as estruturas mentais dos sujeitos (seu *habitus* ou suas disposições) e as estruturas objetivas (os próprios campos, suas regularidades, os alvos em jogo, as disputas) manifestados numa tendência a ação, ao investimento, que nasce desse acordo. (CATANI, 2017, p. 231).

As *doxas* se tornam paradoxais na medida em que reproduzem e enraízam a dominação no senso comum, irradiando para as subjetividades individuais através das relações sociais que criam compartilhamentos de representações. A subjetividade é a capacidade humana de expressar intelectualmente sua existência individual através das trocas de experiências em grupo. É como o indivíduo instala sua originalidade e criatividade ao que é dito; feito e pensado com os quais se relaciona com o mundo social. A subjetividade é, portanto, constituída a partir do *habitus*, ou seja, a trajetória individual no espaço social, em relação aos grupos e instituições com os quais se relaciona, tornada presente espontaneamente, tornada corpo, naturalizada como uma disposição para práticas e esquecida de sua própria gênese, elemento que confere às práticas sua relativa autonomia em relação a determinações externas do presente imediato, é o princípio não escolhido de todas as escolhas (BOURDIEU, 2013). A *doxa* é uma forma de expressão da subjetividade que permite, quando paradoxal com a condição de dominado do indivíduo, a reprodução da ideologia dominante, pois, neste caso, o indivíduo se expressa pela sua ignorância, nutrido por sua convicção ideológica desenvolvida como subjetividade e expressada em suas práticas sociais (SOUZA, 2003).

[...] paradoxo da *doxa*: o fato de que a ordem do mundo tal como está, com seus sentidos únicos e seus sentidos proibidos, em sentido próprio ou figurado, suas obrigações e suas sanções, seja, grosso modo, respeitada; que não haja um maior número de transgressões ou subversões, delitos e “loucuras” [...] ou, o que é ainda mais surpreendente, que a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças,

salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se depois de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. [...] submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, em última instância, do sentimento. [...] oferece também uma ocasião única de aprender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) [...] (BOURDIEU, 2017 p. 11-12).

Nesta conjuntura temos campo fértil para o assujeitamento dos indivíduos pela proliferação de uma ideologia que interesse aos grupos de maior poder na sociedade, – um conjunto de ideias que é produto e produtor da realidade social (SCHWARZ, 2000) -, ou seja, uma construção cultural de disposições, práticas sociais e discursos nos quais os indivíduos não reconhecem as condições sociais, históricas e econômicas que delimitaram sua elaboração, dissimulando a dominação de alguns grupos sobre os outros, pois as ideias dominantes em uma sociedade tendem a ser as ideias das classes dominantes que controlam os meios de produção de que a sociedade necessita para se reproduzir – como as próprias instituições de comunicação de massa -, falseando a realidade através de representações omissas formadoras de um conhecimento ilusório que mascara conflitos (MARX; ENGELS 1979). Em outras palavras, a ilusão social se dá como resultado da dominação de classe e a produção da ignorância (os meios de comunicação de massa são catalisadores deste processo). “Seja como for, é inegável que a presença de oligopólios midiáticos bloqueia a diversidade de opinião e facilita o processo de ideologização (...)” (NOGUEIRA, 2013, p. 198), assim, são delimitadas as subjetividades que se expressam como crenças tomadas como verdadeiras e convertidas em convicção que legitima práticas sociais, estas são incoerentes, se analisadas sociologicamente, dada a ignorância que muitos sujeitos têm da sua real implicação contraditória de dominação. Estas crenças ilusórias alienam os dominados de sua consciência de si em relação à sociedade, possibilitando a reprodução da hegemonia dos grupos dominantes e a concretização da dominação na medida em que os dominados reproduzem práticas sociais de dominados por agirem de acordo com os interesses dominantes, pensando estar agindo por seus próprios interesses.

A sociedade contemporânea se tornou fragmentada ao passo que o discurso de que a fragmentação é normal se fortaleceu atomizando os indivíduos e os grupos que compõem a sociedade e, assim, gerando uma coletividade seletiva na qual a colaboração social é substituída pelas disputas por hierarquias sociais, ofuscando a percepção, pelos indivíduos, da essência holística da sociedade. O individualismo é por excelência uma ideologia do mundo moderno produzida socialmente em relações

de poder que caracterizam o conjunto de ideias e valores de uma sociedade onde o “eu” é representado culturalmente como superior em importância ao “nós” sem se construir o senso de que o indivíduo só existe no grupo, legitimando o egoísmo como prática social no senso comum (DUMONT, 1977).

Essa ideologia expressa valores e vem carregada de ideias sobre a sociedade, a realidade e as relações sociais, forma o terreno sobre o qual os homens tomam consciência de si e tem por função conservar a lógica da dinâmica social (GRASMCI, 1989), orientando os indivíduos para a conservação e estabilização da ordem social de forma estrita (MANHEIM, 1976), estruturando símbolos para significar a realidade e naturalizar processos históricos pela generalização do particular, ou seja, por tratar o específico como geral, pois qualquer ponto de vista tomado como realidade geral é um falseamento da realidade, onde o mundo invertido é, na verdade, apenas um momento do falso (DEBORD, 1997). É assim que a dominação se constitui na dinâmica social onde o sujeito acaba por ser a dimensão política da cultura e sua identidade se constrói pela coerção cultural que o impele a uma busca por um pertencimento discursivo constituído em relação com as subjetividades e clivagens coletivas que se formam na esfera pública na qual o individualismo egocêntrico impera (APPADURAI, 2004).

A subjetividade moderna individualista é disseminada e incorporada como valor e nesse sentido a sociedade acaba por se fazer de uma formação discursiva pautada num consenso que prevalece na disputa intersubjetiva dos sujeitos através do exercício de poder dos dispositivos da tradição dominante. O problema é que a percepção de uma realidade, onde existem grupos privilegiados no exercício do poder, de forma consensual marginaliza qualquer dissenso que atente contra esses próprios privilégios (HALL, 2003). E as possibilidades de superação das injustiças presentes se esfacelam pela repressão aos grupos que questionam esta representação da realidade social (MOUFFE, 1996). Percebemos que esse cotidiano de conflitos compõe-se de ambivalências que surgem na medida em que o consenso é questionado a partir das margens numa disputa pela produção do próprio conhecimento sobre a realidade, algo que se potencializa com o alvorecer das redes sociais digitais que ampliam as redes de sociabilidade e de produção de discursos e perspectivas acerca da conjuntura da dinâmica social (BHABHA, 1998), porém suas pautas ainda estão fortemente influenciadas pelos direcionamentos dos meios de comunicação de massa. Podemos pensar esta conjuntura, por homologia, como uma continuidade do processo civilizador da cultura moderna, pois esses aspectos passaram por um longo processo de desenvolvimento para tomar a forma que conhecemos, formas que os grupos dominantes, os grupos de poder, as elites, historicamente e tradicionalmente constituídas, constituíram criando e recriando normas para conter impulsos ou ações e permitir que a sociabilidade ocorra dentro

de códigos comuns a todos e é por meio deles que o indivíduo aprende a lidar com os integrantes de seu grupo e com os grupos diferentes do seu.

Esta lógica representa os interesses dos grupos dominantes convertidos nos interesses coletivos de toda a sociedade através da concretização desses discursos nos sujeitos como ideologia na qual o corpo social reproduz essa dinâmica como seu próprio projeto de sociedade (ELIAS, 1994). O discurso é formulado numa ordem na qual aqueles que ocupam posições sociais privilegiadas de poder o determinam por meio de uma rede discursiva que consolida o poder e cujo papel das instituições é sustentar e legitimar, definindo todo o conjunto de signos que devem acompanhar as práticas sociais e qual verdade se quer que seja verdadeira, como mecanismos de dominação, e institucionalização dos saberes, espalhados por toda sociedade como dispositivos de poder, dentre os quais as instituições midiáticas são notáveis exemplos que ressignificam constantemente a realidade a partir da produção de significados em representações coletivas que orientam e fundamentam as representações individuais em prol dos grupos dominantes - eles próprios donos das instituições midiáticas (FOUCAULT, 1996). Estes, têm de oferecer uma percepção razoável da realidade, inculcando as convicções certas de forma a configurar suas representações como realidade (CHOMSKY, 2013). A grande mídia em geral alicerça seus discursos em análises de especialistas que muitas vezes são intelectuais orgânicos que dizem como as coisas deveriam ser na sociedade, disseminando a ideia de que seria absurdo se fosse diferente, substituindo uma concepção que atribua importância às instituições e às preferências individuais condicionadas pela cultura por uma concepção onde os indivíduos têm preferências fixas, de forma a simplificar a realidade.

É necessário, também, falsificar completamente a história. Essa é outra maneira de superar as tais restrições doentias: passar a impressão de que quando atacamos e destruimos alguém, na verdade estamos nos protegendo e nos defendendo de agressores e monstros perigosos, e assim por diante. (CHOMSKY, 2013, p. 36).

Dessa forma, qualquer ameaça ao *status-quo* acaba por ser significado como uma ameaça à coesão social e a tentativa de romper com a dominação é construída socialmente como um ataque a toda sociedade e assim grande parte dos grupos dominados passam a defender espontaneamente os grupos dominantes ao lutar contra estas insurgências e pela manutenção da ordem como um projeto que interessa a todos, quando na verdade interessa a poucos; “(...) eles podem impor ao conjunto da sociedade seus princípios de visão de mundo, sua problemática, seu ponto de vista” (BOURDIEU, 1997, p. 66). Os dominantes estabelecem sua hegemonia na medida em que faz seu projeto de sociedade ser aceito pelos dominados através da persuasão de ideias dispersas por aparelhos como a grande mídia que penetra no senso comum a perspectiva dos dominantes como a única possível, naturalizando

o histórico de dominação social.

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a "liquidar" ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais da conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também 'dirigente'. (...) Pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz. (GRAMSCI, 2001, Cad. 19 (1934-1935, p. 62-63).

A construção de um perigo comum a todos potencializa uma coesão social confortável às classes dominantes ao colocar os conflitos sociais num segundo plano. Por exemplo, o projeto da ditadura civil-militar brasileira foi consolidar essa concepção e isto é visível nas muitas representações do regime a partir da justificativa de se impedir que os inimigos da sociedade e seus valores a destruam com seus projetos, porém estes inimigos são delimitados a partir da perspectiva dos dominantes por serem justamente questionadores da dominação e, portanto são enquadrados como inimigos da sociedade e assim os dominados muitas vezes os tomam como seus próprios inimigos. Isto permite a construção de um senso de legitimidade de golpes sempre que a perspectiva de rompimento com os interesses dominantes se tornar expressiva institucionalmente e/ou socialmente. Assim se produziu o golpe de 1964 no Brasil e toda a ditadura que dele se sucedeu, assim se produz ondas cíclicas de autoritarismos e políticas públicas de austeridade no mundo todo e os subsequentes retrocessos de direitos civis, sociais e políticos sob o argumento de se preservar os interesses gerais da sociedade, quando na verdade o que se preserva é a concentração do capital e da exploração do trabalho, a concentração da propriedade privada dos meios de produção dos bens sociais e simbólicos e os interesses das elites dominantes e especuladoras no cenário regional e mundial. Os interesses do mercado de capitais mundial e dos que lucram com ele são difundidos como os interesses da sociedade em si. Estes retrocessos convertem direitos em mercadorias e quem pode pagar por eles os acessa e quem não pode passa a ser impelido a entrar na lógica da exploração do trabalho para tanto. Em suma, desenvolve-se uma lógica de meritocracia, que passa a ser significada como alternativa possível de rompimento com a precarização da vida dos dominados, mas que acaba por ser a própria força motriz da manutenção da ordem.

Acontece que os dominantes recusam uma consciência sobre a história (DEBORD, 1997), pois isto os coloca como os exploradores e causadores de injustiças e assim produzem representações, consolidadas pela disseminação dos dispositivos de poder como os meios de comunicação de massa, que reproduzem

ideologias que ressignificam a realidade para os dominantes e para toda a sociedade, gerando uma cumplicidade de todo o grupo. Esta condição de desconhecimento coletivo só é possível porque nesta mentira do grupo para com ele mesmo não há enganadores nem enganados (BOURDIEU, 2008), temos uma ideologia que mascara para toda a sociedade sua real condição.

O capitalismo se mantém mediante a construção discursiva de legitimidades capazes de oferecer perspectivas sedutoras e estimulantes para as pessoas.

A qualidade do compromisso que se pode esperar depende, antes, dos argumentos alegáveis para valorizar não só os benefícios que a participação nos processos capitalistas pode propiciar individualmente, como também as vantagens coletivas, definidas em termos de bem comum, com que ela contribui para todos. Chamamos de espírito do capitalismo a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 39).

A justificação do capitalismo, portanto, supõe referência a constructos de outra ordem, da qual derivam exigências completamente diferentes daquelas impostas pela busca do lucro. O sistema se mantém obtendo recursos fora de si mesmo, nas crenças que têm poder de persuasão, nas ideologias. Quando é confrontado pela crítica, o capitalismo mobiliza um “desde sempre”, cuja legitimidade é garantida, à qual ele dará formulação nova, associando-a à exigência de acumulação de capital.

A realidade social do capitalismo moderno globalizado inventou a promessa desenvolvimento perpétuo e inclusão social permanente como um projeto de civilização que mascara a manutenção de elites cada vez mais restritas e mais monopolizadoras dos dispositivos de poder e enfrenta os conflitos insolúveis que surgem das contradições expostas através de uma fuga para frente enquanto o globo encolhe e os horizontes se reduzem ao presente em que o capital se reproduz impulsionando a barbárie e para impedi-la estabelece um permanente estado de exceção contra qualquer ameaça à ordem estabelecida significado como a normalidade da sociedade nos discursos e práticas sociais de sujeitos e instituições. Este processo se completa na medida em que os indivíduos e grupos que compõem a sociedade se atomizam e tomam para si a representação naturalizada desta realidade sem perceber que o projeto de crescimento infinito do capital se depara com a finitude do sistema de recursos e, portanto, o problema da dominação na sociedade capitalista é que as mídias de massa contribuem fortemente na produção de ilusões para toda a sociedade sobre a real condição sua existência enquanto espécie para preservar privilégios de poucos, porém os custos destes privilégios são os riscos que nossa sociedade assume para com sua existência, pois isso delega à marginalidade que o problema em voga é de todos e defender apenas os próprios interesses desconsiderando o todo é condenar a si mesmo ao lado da própria humanidade (ARANTES, 2014).

A fabulação da realidade é feita de procedimentos e representações afiançados

numa relação de experiência entre o eu o outro e o coletivo (público) delineando uma adesão coletiva de convicção em um sistema de interpretação estruturado de forma a naturalizar a realidade social e suas contradições imanentes. Esta naturalização se faz na medida em que a ideologia dominante opera como verdadeiro mito moderno ao sustentar a eficácia simbólica que as *doxas* paradoxais surtem sobre os sujeitos, descontradizendo o contraditório, resignificando suas práticas sociais e ordenando sua condição social como legítima e impedindo-os de perceber as contradições inerentes à suas práticas ao passo que harmoniza a realidade pela produção de sistemas simbólicos coerentes estruturados na tradição que sintetiza particularidades no coletivo atribuindo lógica à ação paradoxal, que adquire sentido através das significações coletivas estruturadas ideologicamente em torno dela ao conectar categorias e narrativas. Ou seja, os indivíduos não escapam, em maior ou menor grau, destes efeitos ideológicos ao passo em que seu grupo tradicionaliza persuasivamente os fundamentos das *doxas* paradoxais cuja satisfação da verdade se faz pela coerência mental, esta suposta coerência seria a ideologia e a satisfação seria a eficácia do reconhecimento dos sentidos compartilhados que signifiquem a realidade num universo simbólico em acordo com a estrutura social (LEVI-STRAUSS, 2008), incorporando estratégias que se impõe aos sujeitos através da violência simbólica cujos símbolos significam a realidade de acordo com a estrutura social.

Os mitos guardam estruturas comuns que revelam leis universais, posto que estão presentes em todas as formas de organização de vida social, e o pensamento mítico trabalha por analogias e aproximações a partir de agrupamento de seres e coisas para inserir um certa ordem no universo, porém não sendo um simples reflexo do real e do “concreto” e redundando muitas vezes em contradições, sendo este uma espécie de discurso, e como tal, deve ser entendido em seu próprio campo de significação, pois se organiza de uma forma em que ele próprio se constitui como contexto.

Os mitos são linguagens que servem “para dar a tradução socialmente autorizada, de fenômenos cuja natureza profunda ter-se-ia tornado igualmente impenetrável para o grupo” (LEVI-STRAUSS, 2008, p. 200) e para fundamentam as culturas, dão lógica aos simbolismos, aos ritos, aos costumes, às crenças, à religião mesmo que de forma ilusória.

[...] enquanto o mito fracassa em dar ao homem mais poder material sobre o meio. Apesar de tudo, dá ao homem a ilusão, extremamente importante, de que ele pode entender o universo e de que ele *entende*, de facto, o universo. (Lévi-Strauss, 2007, p. 29)

O mito não necessariamente precisa ser real, ele apenas dá sentido à estrutura cultural e é sempre compartilhado por uma crença coletiva na qual dados (mesmo

os contraditórios) se integram. Acontecendo ou não de fato, forja valores sociais e morais, além de designar um sentido à vida, forçando assim àqueles que estão submetidos aos seus simbolismos e signos a se enquadrarem em seu legado para atingirem um determinado fim, que o próprio mito forjou como algo a ser atingido. O desenvolvimento do sistema capitalista tem se realizado através da consolidação das ideologias dominantes como mitos modernos, uma vez que sem dominação não haveria capitalismo, nem exploradores nem explorados e a percepção desta realidade é ressignificada de forma a se descontradizer e leva os indivíduos a sustentarem o sistema sem notarem sua conjuntura e imbuídos da concepção de que não podem viver sem este sistema, por mais perverso que possa parecer, uma vez que:

A marca do mundo moderno é a imaginação dos seus beneficiários e a contra-afirmação dos oprimidos. A exploração e a recusa em aceitar a exploração como inevitável ou justa constituem a perene antinomia da era moderna, unidas numa dialética [...] (WALLERSTEIN, 1974, p. 346.).

A luta em torno das significações da realidade social é o motor da lógica do espaço social configurada numa temporalidade dúctil que vai tomando contorno através das rupturas e continuidades históricas que se dão na dominação social e em seu processo de reprodução que é sempre conflituoso devido à perspectiva de emancipação de alguns sujeitos e grupos que estabelecem uma disputa material e imaterial de poder, mas que encontra barreiras provenientes do poder simbólico exercido pelos grupos dominantes (DOSSE, 1994, p. 94). O rompimento desta dinâmica começa com questionar e denunciar a *doxa* ideológica dominante através da construção de uma hegemonia de rompimento com as contradições sociais que se estabelecem na delimitação dos paradoxos e na elaboração perspectivas críticas, denúncias e questionamentos desta condição e, para tanto, cabe ao campo intelectual e científico levantar e analisar dados para que possa produzir e disseminar conhecimentos que permitam um maior esclarecimento da sociedade sobre ela mesma de forma a transmitir este processo crítico e dialético às suas gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A Indústria Cultural: O Esclarecimento como Mistificação das Massas. In: *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 99-138

_____. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

AGAMBEN, G. *O Amigo & O que é um dispositivo?* Chapecó: Argos, 2014.

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1987.

- APPADURAI, Arjun. *As Dimensões Culturais da Globalização*. Lisboa: Teorema, 2004.
- ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e Simulação*. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas. Vol 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. *O Novo espírito do Capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *Esboço de uma teoria da prática*. In: Pierre Bourdieu. ORTIZ, Renato. (Org.) São Paulo: Olhos d'água, 2013.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.
- _____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk, 2008.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- BRAUDEL, F. *História e Ciências Sociais: a longa duração*. 6ª ed. Editorial Presença, Lisboa, 1990.
- BRASIL. *Constituição (1891) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em 08/12/2017.
- BUCCI, E. *A imprensa brasileira, seu tempo, seu lugar e sua liberdade: e a ideia que (mal) fazemos dela*. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M bra. *Agenda sileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim; MOTA, Carlos Guilherme. *História da Folha de São Paulo: 1921 – 1981*. São Paulo: Impres, 1981.
- CATANI, Afrânio Mendes... [et.al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- COSTA, Sérgio. (1997): "Contextos da construção do espaço público no Brasil". *Novos Estudos*, no. 47.

- CHARAUDEUAU, P. El discurso de la información. La construcción del espejo social. Barcelona: Gedisa, 2003.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: Entre Práticas e Representações. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHOMSKY, Noam. Mídia: Propaganda política e manipulação. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- CLIFFORD, J. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.
- COSTA, Cristina. Ficção, comunicação e mídias. São Paulo: Senac, 2002.
- CUNHA, Isabel Ferin. Análise dos Média. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo, Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.
- DIAS, André Bonsanto. O Presente da Memória: Usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”. Jundiaí: Paco Editorial: 2014.
- DOSSE, François. História do Estruturalismo – II: O canto do cisne, de 1967 aos nossos dias. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- DREIFUSS, R. M. 1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe. Ed: Vozes.
- DUMONT, L. *Homo Aequalis*. Paris: Gallimard, 1977.
- ESTEVES, Gabriel Papa Ribeiro. O Paradoxo da Realidade Social: Mídia, Memória e Ditadura no Brasil. Curitiba – PR: Appris, 2017.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FAORO, R. Os donos do poder, formação do patronato político brasileiro. Ed: Globo.
- FICO, Carlos. Além do Golpe, Versões controversias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 2004.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- FORACCHI, M. O estudante e a transformação da sociedade brasileira. 2.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. A história da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. A Ordem do discurso. 3ª.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. A Ordem do Discurso. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. A arqueologia do saber, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

- FRANCO, Renato. 10 Lições sobre Walter Benjamin. Petrópolis – RJ: Vozes, 2015.
- GIDDENS, A.; TURNER, J [ORG] Teoria Social Hoje. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. A concepção dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. Cadernos do cárcere, vol. 5, edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso: história, epistemologia, exercícios analíticos. Texto crítico apresentado a Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Araraquara, 2008.
- GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Àtica, 1990.
- HABERMANS, Jürgen. Mudança estrutural da ESFERA PÚBLICA. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.
- HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.
- HERTZ, Daniel. A História Secreta da Rede Globo. São Paulo: Ortiz, 1989.
- HONNETH, Axel & FRAZER, Nancy. Recognition or Redistribution? A Political-Philosophical Exchange. London: Verso, 2003.
- HUWS, Úrsula. A Construção de um Cibertariado? Trabalho virtual num mundo real. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.) Infoproletários: Degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2015.
- KUCINSKI, Bernardo. A Síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: P. Abramo, 1998.
- KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda- Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.
- LARANGEIRA, Álvaro Nunes. A Mídia e o Regime Militar. Porto Alegre: Sulina. 2014.
- LAMBERT, Max. Devoirs du chef: déontologie et psychologie professionnelle. 2ª ed. Paris, Presses Universitaires de France, 1942.
- LE BON, Gustave. Psicologia das Multidões. Presses Universitaires de France, 1895, Edições Roger Delraux, 1980.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. 4ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco. São Paulo: ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- _____. Mito e significado. ed. 2007. Lisboa: EDIÇÕES 70, 2007.

- _____. Antropologia Estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- LIMA, Venício A. de [ORG] A mídia nas eleições de 2006. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2007.
- _____. Mídia: Crise política e poder no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo. 2006.
- LÖWY, Michael. Walter Benjamin: Aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo. 2005.
- MACHADO, R. Introdução. In: FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- McLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensão do homem. São Paulo: Cultrix, 1971.
- MANHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARX, K. O Capital, Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. Dibatti sulla libertà di stampa, In Opere I. Roma: Editori Riuniti, 1980.
- _____; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã (I – Feuerbach). São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n.34, p. 9-24, 1992.
- MICELI, Paulo. Sobre História, Braudel e os Vaga-lumes. A Escola dos Annales e o Brasil. IN: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: contexto, 2003. pp. 259-270.
- MIGUEL, L. F. Política e mídia no Brasil: episódios de uma história recente. Brasília: Plano, 2002.
- MOUFFE, Chantal. O Regresso do Político. Lisboa: Gradiva, 1996.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. As ruas e a democracia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre, História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Org.). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis, Vozes, 1999.
- ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- POLANYI, K. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.
- RAMONET, Ignácio. A tirania da comunicação. Petrópolis: Vozes, 2000.
- REIS, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

- RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: EDUNESP, 1993.
- RUBIM, Antônio A. C. (Org). Comunicação e Política: Conceitos e abordagens. Ed. UNESP, 2004.
- RUBIM, Antonio Carlos. Espetáculo, política e mídia. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.html>> Acesso em: 31/09/2012.
- SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas cidades, ed 34, 2000
- SCHMIDT, M. A; CAINELLI, M.; Ensinar História. Pensamento e ação na sala de aula. 3ª ed.-S.Paulo: Scipione, 2010.
- SEVERIANO, Mylton. Nascidos para perder. São Paulo: Insular, 2012.
- SIMMEL, G. Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 5ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- SENNETT, Richard. O declínio do homem público: As tiranias da intimidade. Rio de Janeiro, Record, 2014.
- SINTONI, Evaldo. Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930 – 1964). Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/ Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 4ª. Ed. Rio de janeiro: MAUAD, 1998.
- SODRÉ, Muniz. A máquina de Narciso. São Paulo: Cortez, 1990.
- SOUZA, Jessé. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.
- _____. (Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”? Lua Nova, Nº 59 – 2003.
- TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- THOMPSON, J. B. A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da Mídia. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- VENTURA, Zuenir. 1968: o Ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- WALLERSTEIN, Immanuel. O Sistema Mundial Moderno – I: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Afrontamento, 1974.

Sites visitados

<<http://acervo.estadao.com.br>> Acesso em 07/06/2016.

<<http://acervo.oglobo.globo.com/>> Acesso em 05/06/2016.

<<http://acervo.folha.com.br/>> Acesso em 04/06/2016.<<http://www.donosdamidia.com.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

<<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>> Acesso em

15/03/2016.

<<http://bd.folha.uol.com.br/>> Acesso em 09/08/2016.

<<http://edicaodigital.folha.com.br/login.aspx>> Acesso em 01/07/2016.

<<http://ivcbrasil.org.br/default.asp?19538>> (Instituto Verificador de Comunicação) Acesso em 19/04/2016.

<<http://oglobo.globo.com/opinio/para-nunca-mais-se-repetir-12022298>> Acesso em 19/06/2016.

<<http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,meio-seculo-depois-imp-,1147202>> Acesso em 20/06/2016.

<<http://www1.folha.uol.com.br/opinio/2014/03/1433004-editorial-1964.shtml>> Acesso em 21/06/2016.

<<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

SOBRE A ORGANIZADORA

DENISE PEREIRA - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento, pela Censupeg. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração pública 13, 20, 31, 86, 87, 88, 89

Agência 32, 33, 35, 37, 39, 40, 41, 68

Agenciamento 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41

Ancestralidade 49, 50, 53, 57, 58

Antropologia do estado 62

B

Biblioteca Universitária 135, 136, 137, 138, 139, 144

Bolha de filtros 43, 47

Bombeiro militar 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71

Bullying 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172

C

Campi Universitários 120, 125, 126, 131, 133, 134

Catadores de materiais recicláveis 105, 106, 107, 108, 109, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

Certificações 1, 2, 11, 12

Comércio 100, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158

Condição social 106, 184

D

Desinformação 43, 44, 45

Desordem da informação 43, 46, 47

E

Economia Criativa 91

Educação Superior 102, 144, 159

Estágio Probatório 86, 87, 88, 89

Estudo de usuários 135, 136, 140, 141, 143

F

Filtros de personalização 43, 44, 48

G

Gestão de resíduos sólidos 106

H

História 1, 34, 36, 40, 41, 58, 61, 73, 74, 77, 78, 82, 118, 138, 157, 175, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 192

I

Identidade 32, 33, 35, 36, 37, 41, 58, 71, 85, 138, 146, 180, 187, 189

Ideologia 58, 74, 80, 81, 173, 174, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 189, 190

Indexação 135, 136, 139, 140, 142, 143, 144

Índice 21, 24, 26, 27, 28, 30, 111, 120, 121, 125, 130, 131, 132, 134, 141, 168

Inovação 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

M

Metodologia 1, 62, 66, 69, 87, 130, 133, 137, 141

Mídia 4, 47, 48, 173, 175, 176, 177, 181, 187, 188, 189, 190

Mito 173, 174, 184, 185, 188

Mobilidade Sustentável 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134

Movimentos Sociais 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 49, 52, 54, 72, 78

Mulheres Negras 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 108

N

Negociação 62, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 145, 146, 147, 148, 150, 155, 156, 157

Notícias falsas 43

O

OMC 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158

P

Paradoxo da doxa 173, 178

Planejamento urbano 120

Poder 2, 4, 5, 11, 16, 36, 46, 58, 59, 62, 63, 68, 70, 73, 79, 82, 83, 95, 96, 107, 108, 109, 111, 112, 141, 149, 151, 152, 160, 167, 173, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189

Política 21, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61,

68, 72, 74, 76, 77, 79, 82, 84, 85, 103, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 123, 133, 144, 146, 147, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 180, 186, 187, 189, 190
Politização do sujeito 32, 33, 34, 35, 37, 40, 41
Processo de inovação 91, 93, 94, 96, 98, 100, 102

R

Regulamentação 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 79
Rússia 145, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158

S

Saúde 3, 5, 7, 8, 11, 32, 33, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 67, 85, 88, 103, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 127, 129, 151, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 169, 170, 171
Saúde do trabalhador 106
Sense-making 135, 136, 141, 142, 143, 144
Servidor Público 86
Setores criativos 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102

T

Terceiro Setor 1, 2, 3, 4, 5, 6, 12, 14

U

Universidade 102, 125, 130, 134, 135, 137, 138, 139, 142, 144, 162, 163, 167, 171

V

Violência 53, 54, 56, 61, 79, 83, 115, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 177, 178, 179, 184

 **Atena**
Editora

2 0 2 0